

Origem e constituição do Movimento Olímpico em Portugal

- Da afirmação e organização da prática desportiva ao reconhecimento do Comité Olímpico Português –

Rita Mafalda Amaral Nunes

Tese de Doutoramento em História
(versão corrigida da Tese)

Fevereiro 2022

Origem e constituição do Movimento Olímpico em Portugal

- Da afirmação e organização da prática desportiva ao reconhecimento do Comité Olímpico Português –

Rita Mafalda Amaral Nunes

Tese de Doutoramento em História
(versão corrigida da Tese)

Fevereiro 2022

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

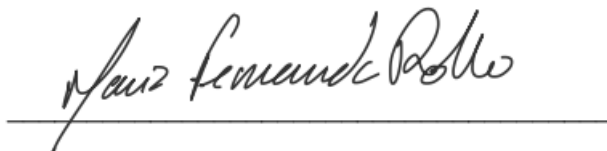
A Candidata,



Lisboa, 15 de fevereiro de 2022

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A Orientadora,



Lisboa, 15 de fevereiro de 2022

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em História, realizada sob a orientação científica de Maria Fernanda Rollo

AGRADECIMENTOS

Rigor, método, foco, dedicação e repetição, são talvez os princípios rudimentares do trabalho de qualquer atleta de alta competição. O talento existe, tão somente, na medida em que é o acumular, a soma de todas estas partes. Sem método e repetição, o talento perde-se, quase sempre. A receita pode aplicar-se também ao trabalho de um investigador, trabalho esse que, por vezes, fora de pé, muitas vezes fora da minha zona de conforto, compreendi e fui aplicando, ao longo da investigação que está na origem desta tese.

Tal como no desporto, este resultado individual é fruto do trabalho de equipa, por isso não posso deixar de agradecer a todas as pessoas e instituições que o tornaram possível.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e aos membros do grupo de investigação “História, Territórios e Sociedades” uma palavra de apreço pelos comentários que sempre me fizeram chegar; em seminários, conferências ou conversas informais, desconstruindo a História de Portugal e tornando-a mais atrativa para alguém que, como eu, tem na Gestão Desportiva a sua principal área de formação. A Alice Cunha, a Inês Queirós, o Ivo Veiga, a Teresa Nunes, o Alcino Pedrosa, o Daniele Sarapiglia e a Margarida Portela, foram interlocutores privilegiados. Um agradecimento especial à Ana Paula Pires que acompanhou grande parte deste trajeto, não deixando, com a sua perseverança, que esta tese fosse deixada para trás. Grata do primeiro ao último dia!

O rigor, esteve sempre presente na forma como a Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, orientadora científica desta tese, acompanhou este trabalho ao longo dos últimos nove anos. Esse seu rigor e perseverança ajudaram-me a conciliar a minha vida profissional, intensa, com um trabalho académico de fôlego como aquele de que se reveste a realização de qualquer tese de doutoramento. Agradeço-lhe o ter estado sempre presente, respondendo a todas as minhas dúvidas e solicitações. Grata também pela amizade que fomos criando ao longo deste percurso.

Claro que uma tese em História implica a consulta de fundos documentais depositados em arquivos e bibliotecas nacionais e internacionais. É tempo, por isso, de dar nome a todos aqueles que, ao longo dos últimos anos, me ajudaram a reconstruir a História, nem sempre linear, do Movimento Olímpico em Portugal e do seu Comité Olímpico.

Em Lausanne, no Centro de Estudos Olímpicos, o profissionalismo e a simpatia da Maria Bogner e Nuria Puig Brandes permitiram-se resgatar alguma documentação imprescindível para a compreensão dos primeiros contactos de Portugal com o Movimento Olímpico.

Este projeto beneficiou ainda de várias estadias de investigação nos Estados Unidos da América, na Biblioteca do Congresso, em Washington D.C. e na Biblioteca Pública de Nova Iorque. Durante as estadias de investigação que realizei fora do País, tive oportunidade de discutir algumas das ideias que aqui apresento com alguns colegas e amigos, nomeadamente, Bárbara Raiter, Carolina García Sanz, Jan Schmidt, Maria Inês Tato, Nelson Told, Xu Guoqi e Yuichiro Shimizu.

No Museu Nacional do Desporto agradeço a colaboração e disponibilidade da sua diretora Dra. Ana Semblano, assim como toda a colaboração prestada pelo Arquivo Histórico da Casa Pia de Lisboa e do Jornal Casapiano. Um reconhecimento aos serviços prestados pela Hemeroteca Municipal de Lisboa, endereçado à sua coordenadora Dra. Eunice Relvas, pela quantidade de informação que têm disponível à distância de um clique, que facilitou a pesquisa e análise da documentação a qualquer hora do dia.

Uma palavra de apreço para o Dr. João Moreira Tavares por me ter disponibilizado documentação depositada no Arquivo Histórico Militar que me permitiu compreender, melhor a organização e a participação de Portugal nos Jogos Interaliados de 1919.

Em Lisboa tive também oportunidade de entrevistar o cirurgião Gentil Martins, que comigo partilhou as memórias do seu pai, o atleta olímpico António da Silva Martins, e Eduardo Lázaro da Silva, neto de Francisco Lázaro que me contou um pouco mais da história e do percurso do seu avô.

Uma palavra de agradecimento é devida ao Comité Olímpico de Portugal, instituição onde atualmente desenvolvo a minha atividade profissional, em particular ao seu presidente Dr. José Manuel Constantino, pela amizade e pela importância que concedeu, durante os seus dois mandatos, à preservação da memória histórica desta casa permitindo um trabalho de fundo na organização e preservação do seu arquivo e biblioteca. De destacar também as palavras de incentivo do Secretário-geral Dr. José Manuel Araújo e do Diretor-geral Dr. João Paulo Almeida, bem como dos colegas que acompanharam mais de perto este projeto de investigação, nomeadamente a Ana Sofia Silva, a Cláudia Minderico, o Joaquim Videira, o Pedro Ribeiro, a Manuela Martins, a Rosa Matias, a Maria Machado e o António Varela. Não menos importante e porque é necessário manter a “*mens sana in corpore sano*” um especial agradecimento à Ana Bispo

Ramires, pelos desafios e partilhas, desejando que daqui a muitos anos o saldo final seja muito positivo.

Aos colegas que passaram por esta casa e que seguiram, entretanto, os seus percursos profissionais em novas instituições, uma palavra especial de apreço, amizade e admiração ao José Serrador, à Susana Marcos e à Maria João Mendes, pelo apoio e carinho demonstrado.

Aos meus colegas dos Programas de Comunicação que se tornaram verdadeiros amigos. Agradeço a amizade, os ensinamentos, o apoio e o constante incentivo para nesta reta final superar vários obstáculos e dificuldades que foram surgindo. Grata à Carla Resende, pelo entusiasmo, dedicação e inspiração aliada à capacidade de reunir este grupo fantástico de pessoas que têm um coração do tamanho do mundo. O roteiro está traçado e o futuro será, com certeza, muito risonho para todos nós. Uma dedicatória especial à Hélia, pela amizade, coragem e força de vontade. Tu, que és “a minha atleta”!

Ao Luís Calvário, que acompanha o meu percurso profissional desde o primeiro dia e pela amizade que fomos criando. Ao Hélder Ferreira pela empatia que sentimos desde o primeiro momento em que nos conhecemos. Grata pelas tuas palavras de incentivo e confiança. À Cristina Caetano que apareceu já na fase final desta Tese para dar uma força extra e um incentivo! Que seja o início de uma grande caminhada! À Rosário que tem acompanhado este percurso pessoal e profissional. Grata pela amizade e dedicação que tem facilitado a minha vida em tantos momentos e situações.

Aos meus Pais, à minha Irmã e à minha Sobrinha por tudo o que representam para mim. Sem vocês, eu não seria, quem sou. Grata por fazer parte da Família Nunes, por nos ajudarmos e crescermos juntos.

À Eins, à sua irreverência, ao ritmo e ao colorido que trouxe à minha vida.

Para concluir, resta-me realçar que apesar de todos estes contributos, os erros e omissões que este trabalho possa conter, só a mim deverão ser imputados.

“É divertido fazer o impossível”

Walt Disney

ORIGEM E CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO OLÍMPICO EM PORTUGAL

- DA AFIRMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA AO RECONHECIMENTO DO COMITÉ OLÍMPICO PORTUGUÊS –

Rita Mafalda Amaral Nunes

RESUMO

O surgimento do Movimento Olímpico em Portugal é ainda uma temática pouco analisada pela historiografia nacional. O objetivo desta tese é estudar e compreender a afirmação do Movimento Olímpico - fundado a partir do final do século XIX por iniciativa do barão Pierre de Coubertin – e a criação, a 30 de abril de 1912, do Comité Olímpico Português possibilitando a participação nacional nos Jogos Olímpicos.

A internacionalização dos atletas portugueses tinha-se iniciado nos últimos anos do século XIX, mostrando que Portugal, apesar da sua pequena escala, conseguiu acompanhar, ainda que com algumas dificuldades, o ritmo intenso que então já se vivia além-fronteiras, fazendo-se representar em algumas provas desportivas internacionais.

O estudo da afirmação do olimpismo considera-se e inscreve-se num contexto de afirmação e organização da atividade desportiva em Portugal, em particular, entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX a prática desportiva se foi popularizando, desligando-se, gradualmente, das elites que a tinham introduzido em Portugal. Esta crescente “popularização” apesar de não significar uma massificação do desporto contribuiu para a separação entre competição e recreação, na medida em que foi, também, durante esta conjuntura que o desporto ganhou a sua autonomia relativamente a outros lazeres da época.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos de 1916 foram, pela primeira vez na história do olimpismo, cancelados e a sede do COI foi transferida de Paris para Lausanne, onde ainda hoje se mantém. O impacto negativo do conflito na sociedade portuguesa acabou por se reflectir no Movimento Olímpico, contribuindo, por um lado para dar visibilidade ao desinteresse do poder político, e por outro para consciencializar, de forma generalizada, para a importância da prática desportiva.

Só em 1919 é que o Ministro da Instrução Pública reconheceu oficialmente o COP, publicando no *Diário do Governo* n.º 192, IIª Série, de 19/08/1919, o nome das personalidades que viriam a constituir o Comité Olímpico Português. Esta reorganização permitiu nova presença dos atletas nacionais nos Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920. Até então, as funções do COP estavam muito circunscritas à preparação e participação nos Jogos Olímpicos, com um carácter que se pode considerar temporário e transitório após cada edição. Estes Jogos marcam o início de uma nova fase de consolidação da instituição que passou a contar com o apoio financeiro do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Olímpico, Desporto, História do Desporto, Comité Olímpico, Portugal

**BIRTH AND ESTABLISHMENT OF THE OLYMPIC MOVEMENT IN
PORTUGAL**
**- FROM THE ASSERTION AND ORGANIZATION OF SPORTS PRACTICE TO THE
RECOGNITION OF THE PORTUGUESE OLYMPIC COMMITTEE -**

Rita Mafalda Amaral Nunes

ABSTRACT

The emergence of the Olympic Movement in Portugal is a subject that has been only briefly analysed by national historiography. This thesis aims at studying the country's first contacts and the assertion of the Olympic Movement – developed from the end of the 19th century under the initiative of Pierre de Coubertin – and which were at the basis of the creation, on April 30, 1912, of the Portuguese Olympic Committee, to enable the Portuguese participation in the Olympic Games.

The internationalization of the Portuguese athletes started in the last years of the 19th century, showing that Portugal, despite its small scale, managed to keep up with the intensity that was already being experienced abroad.

The study of the assertion of olympism is considered and inscribed in a context of the sports organization in Portugal between the end of the 19th century and the first years of the 20th century, sports became, gradually, a popular practice gradually disconnected from the elites who had introduced it in Portugal. This growing “popularization” does not mean, however, a massification of sport, it contributed, instead, to a separation between competition and recreation, as it was also during this period that sport started to gain autonomy from other leisure activities.

With the outbreak of the First World War, the 1916 Olympic Games were, for the first time in the history of Olympism canceled, and the IOC headquarters transferred from Paris to Lausanne, where they are located to this day. The negative impact of the conflict in the Portuguese society ended up being reflected in the Olympic Movement, contributing, on the one hand to give visibility to the disinterest of the political power, but also to raise awareness, in general, to the importance of sports practice.

It was only in 1919 that the Minister of Public Instruction officially recognized the Olympic Committee of Portugal, publishing in the Official Gazette, of August 19, 1919 the names of the personalities who then became its members. This reorganization allowed for a new presence of national athletes in the Antwerp, 1920, games. It should be stressed that until then the functions of the Olympic Committee of Portugal were almost exclusively related to the preparation and participation in the Games, having a temporary nature. The Antwerp Games marked the beginning of a new phase of consolidation of the institution, that started to benefit also from the State's financial support

KEYWORDS: Olympic Movement, Sport, Sports History, Olympic Committee, Portugal

Índice

Índice de Imagens.....	11
Índice de Tabelas.....	12
Abreviaturas.....	13
Glossário de Termos Olímpicos	14
Introdução	17
Metodologia	20
Estado da Arte.....	23
1. A génese do Olimpismo em Portugal.....	31
1.1 Educar o corpo.....	31
1.2 Depórt, sport e finalmente... desporto.....	36
1.3 O ADN da competição desportiva: modalidades e clubes.....	42
1.4 A influência da imprensa desportiva.....	59
1.5 A afirmação do sport e a internacionalização dos sportsman	65
2. Portugal integra o Movimento Olímpico.....	73
2.1 O Sonho de Pierre de Coubertin	73
2.2 Os Jogos Olímpicos da Era Moderna.....	79
2.3 Portugueses integram o Comité Olímpicos Internacional.....	83
2.4 A criação do Comité Olímpico Português	87
3. A estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos.....	106
3.1. Os preparativos para a estreia olímpica	106
3.2. A primeira viagem olímpica e a chegada a Estocolmo	112
3.3. A estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos.....	116
3.4. As repercussões em Portugal da morte de Francisco Lázaro.....	126
4. A longa travessia: Portugal e o Movimento Olímpico após os Jogos de Estocolmo	136
4.1. Conhecer, divulgar e organizar: o desporto nacional após a V Olimpíada	136
4.2. Comité Olímpico Portugal. De Estocolmo 1912 a... Berlim 1916?	144
4.3. Jogos Olímpicos Nacionais de 1914. Quem os organiza?	154
4.4. A Grande Guerra: impactos no desporto e no Olimpismo	166
5. A reestruturação do Movimento Olímpico.....	182
5.1. A importância dos Jogos Interaliados de 1919	182
5.2. A reorganização do Comité Olímpico Internacional	193
5.3. O reconhecimento do Comité Olímpico Portugal.....	198
5.4. O regresso de Portugal aos Jogos Olímpicos de 1920	211

Conclusões	229
Fontes e Bibliografia.....	235
Anexos.....	251
<i>Anexo 1 – Presidentes do Comité Olímpico Internacional.....</i>	<i>251</i>
<i>Anexo 2 – Membros do Comité Olímpico Internacional com nacionalidade portuguesa.....</i>	<i>251</i>
<i>Anexo 3 – Presidentes do Comité Olímpico Português/ de Portugal</i>	<i>251</i>
<i>Anexo 4 – Atletas Olímpicos (1912 e 1920)</i>	<i>252</i>
<i>Anexo 5 – Edições dos Jogos Olímpicos (de 1896 a 1920).....</i>	<i>253</i>

Índice de Imagens

Imagem 1 – Pierre de Coubertin	16
Imagem 2 – Regata realizada em Lisboa no dia 19 de agosto de 1852	43
Imagem 3 – Uniões, Ligas e Federações Desportivas constituídas em Portugal entre 1892 e 1920	54
Imagem 4 – José Bento Pessoa	56
Imagem 5 – Francisco Lázaro	56
Imagem 6 – Publicações periódicas dedicada às modalidades desportivas publicadas no final do século XIX e início do século XX	60
Imagem 7 - Primeira página do <i>Diário Illustrado</i> , de 02/09/1877	62
Imagem 8 – Primeira página do <i>A Comédia Portuguesa</i> , de 26/01/1889	62
Imagem 9 – “O Foo-Ball”: Exemplo da forma como eram divulgadas algumas modalidades através dos jornais	64
Imagem 10 – “Trimpho mundial d’um portuguez em pesos e alteres”: Exemplo da divulgação que atletas portugueses iam alcançano além-fronteiras	71
Imagem 11 - Estrutura orgânica do Comité Olímpico Internacional	78
Imagem 12 – Os seis atletas portugueses que constituíram a primeira Missão Olímpica	111
Imagem 13 – Viagem da Missão Portuguesa aos Jogos Olímpicos de 1912	113
Imagem 14 – Selos dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912, entre os quais se encontra o português	117
Imagem 15 – Postal comemorativo da prova de maratona dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912	123
Imagem 16 – Cartaz dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912	125
Imagem 17 - O funeral de Francisco Lazaro	133
Imagem 18 – Placa toponímica de Francisco Lázaro atribuída pela Câmara Municipal de Lisboa em 1924	135
Imagem 19 – Diplomas de participação nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912	137
Imagem 20 - Jogos Sportivos Nacionaes de 1914. Programa e Condições de Inscrição	163
Imagem 21 - Regulamento Geral dos Jogos Sportivos Nacionais	163
Imagem 22 – Ofício do COI com o símbolo olímpico	167
Imagem 23 - Mansão <i>Mon Repos</i>	169

Imagem 24 – Capa do jornal <i>Daily Mail</i> , de 31 de dezembro de 1914	176
Imagem 25 - Jogos Interaliados. Cartaz de promoção	190
Imagem 26 – Jogos Interaliados. Vista do Estádio de Pershing	190
Imagem 27 – Proclamação não distribuída	201
Imagem 28 – Cartaz dos Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920	218
Imagem 29 – Desenho representativo do primeiro Campeão Olímpico da Era Moderna – James B. Connolly	234

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Desporto como base do Movimento Olímpico	34
Tabela 2 – Principais agremiações desportivas constituídas em Portugal entre 1828 e 1920	54
Tabela 3 - Representação das organizações e indivíduos que constituem o Movimento Olímpico	77
Tabela 4 – Federações Desportivas constituídas em Portugal no início da década de 20 do século XX	199

Abreviaturas

ACP	Automóvel Club de Portugal
AEF	American Expeditionary Forces
AFL	Associação de Foot-ball de Lisboa
ASJ	Associação Sportiva de Jornalistas
CE	Comissão Executiva
CEP	Corpo Expedicionário Português
CIF	Clube Internacional de Futebol
COI	Comité Olímpico Internacional
COE	Comité Olímpico de Évora
COC	Comité Olímpico de Coimbra
CON's	Comités Olímpicos Nacionais
COP	Comité Olímpico Português / Comité Olímpico de Portugal (após 1992)
COPorto	Comité Olímpico do Porto
COPBAO	Comité Olímpico Português. Delegação da Beira – África Oriental
COFF	Comité Olímpico da Figueira da Foz
FI's	Federações Desportivas Internacionais
FIFA	Fédération International de Football Association
FPS	Federação Portuguesa de Sports
GCP	Ginásio Clube Português
JON	Jogos Olímpicos Nacionais
JSN	Jogos Sportivos Nacionais
LSTA	Liga Sportiva dos Trabalhados Athleticos
MO	Movimento Olímpico
SCP	Sporting Club de Portugal
SPEFN	Sociedade Promotora de Educação Física Nacional
UACP	União dos Atiradores Cívicos Portugueses
UPF	União Portuguesa de Futebol
UVP	União Velocipédica Portuguesa
UVP-FPC	União Velocipédica Portuguesa - Federação Portuguesa de Ciclismo
YMCA	Young Men's Christian Association

Glossário de Termos Olímpicos

Atleta Olímpico	Consideram-se Atletas Olímpicos todos os atletas que recebem acreditação para os Jogos Olímpicos e participam nos treinos e nas competições olímpicas.
Bandeira Olímpica	A Bandeira Olímpica tem um fundo branco, sem limites e no centro, o Símbolo Olímpico, cinco anéis com as cores, da esquerda para a direita: azul, amarelo, preto, verde e vermelho.
Carta Olímpica	A Carta Olímpica é a codificação dos princípios fundamentais, das regras e dos textos de aplicação adotados pelo COI para a organização e o funcionamento do MO, definindo as condições para a celebração dos Jogos Olímpicos.
Chefe de Missão	O Chefe de Missão é o responsável pela equipa ou delegação nacional em eventos multidesportivos organizados sob a égide do COI, nomeadamente nos Jogos Olímpicos.
Ciclo Olímpico	É um período de quatro anos que antecede a participação nos Jogos Olímpicos.
Comités Olímpicos Nacionais	Os CON's são os representantes do MO internacional em cada um dos países. A sua missão é desenvolver, promover e proteger o MO nos respetivos países, em conformidade com a Carta Olímpica.
Comité Organizador dos Jogos Olímpicos	O COJO é a entidade a que o COI confia a organização dos Jogos Olímpicos. É composto pelo Comité Olímpico do país da cidade anfitriã, bem como a própria cidade anfitriã. O CON será responsável pelo estabelecimento de um COJO, que, a partir do momento em que é constituído, reporta diretamente ao Conselho Executivo do COI.
Congresso Olímpico	O Congresso Olímpico reúne os representantes dos constituintes do MO. É convocado pelo presidente do COI e o seu papel é consultivo. É composto pelos membros: Presidente Honorário, membros honorários e membros de honra do COI, os delegados representantes das Federações Internacionais, os CON's e as organizações reconhecidas pelo COI. Além disso, o Congresso compreende também atletas e personalidades convidadas a título individual ou em nome da organização que eles representam.
Hino Olímpico	O Hino Olímpico foi composto em 1896 pelo compositor grego Spirou Samara, com letra do músico grego Kostis Palamas. O COI adotou-o em 1958. Desde então, o hino é interpretado, em todas as cerimónias oficiais, quando a Bandeira Olímpica é hasteada.
Lema Olímpico	O Lema " <i>Citius, Altius, Fortius - Communiter</i> " expressa as aspirações do Movimento Olímpico. Em português significa "Mais Rápido, Mais Alto, Mais Forte - Juntos".
Medalhas Olímpicas	Aos três primeiros classificados em cada prova é atribuída uma medalha: Ouro, Prata e Bronze. Ao primeiro classificado, a medalha de ouro, ao segundo, a medalha de prata e ao terceiro (ou terceiros), a medalha de bronze.

Missão Olímpica	A Missão Olímpica é a delegação que um CON envia aos Jogos Olímpicos e que é constituída por atletas, treinadores, oficiais das diversas modalidades, técnicos e dirigentes, médicos e uma equipa de apoio multidisciplinar.
Movimento Olímpico	Sob a autoridade suprema e liderança do COI, o MO abrange organizações, atletas e demais pessoas que concordam agir de acordo com a Carta Olímpica. O objetivo do MO é contribuir para a construção de um mundo melhor e mais pacífico, educando os jovens através de uma prática desportiva conforme o Olimpismo e os seus valores. Os três principais constituintes do MO são: o COI, as Federações Desportivas Internacionais e os CON's.
Olimpíada	Uma Olimpíada é um período de quatro anos consecutivos, com início em 1 de janeiro do primeiro ano e que termina a 31 de dezembro do quarto ano. As Olimpíadas são numeradas consecutivamente desde os primeiros Jogos Olímpicos da era moderna celebrados em Atenas, em 1896. A XXXII Olimpíada começou em 1 de janeiro de 2020 e termina a 31 de dezembro de 2023.
Olimpismo	Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina um todo, equilibrando as qualidades do corpo, a vontade e a mente. Juntando o desporto com a cultura e a educação, o Olimpismo procura criar um modo de vida baseado na alegria encontrada no esforço, no valor educativo do bom exemplo e respeito pelos princípios éticos fundamentais universais.
Programa dos Jogos Olímpicos	É o programa de todas as competições desportivas estabelecidas pelo COI para cada edição dos Jogos Olímpicos.
Símbolo Olímpico	O Símbolo Olímpico é composto por cinco anéis entrelaçados de dimensões iguais (os Anéis Olímpicos), utilizado sozinho, em uma ou em cinco cores diferentes. Os anéis estão entrelaçados da esquerda para a direita: o azul, preto e vermelho estão situados no topo e os anéis amarelo e verde na parte inferior. Os Anéis expressam a atividade do MO e representam a união dos cinco continentes e o encontro dos atletas de todo o mundo nos Jogos Olímpicos.
Trégua Olímpica	A tradição da Trégua Olímpica remonta ao século IX a.C.. O COI decidiu reviver este antigo conceito, a fim de proteger os interesses dos atletas e do desporto em geral. Esta “trégua” ou “ekecheiria” foi estabelecida na Grécia antiga no século IX a.C. pela assinatura de um tratado entre três reis. Durante o período de trégua, os atletas, artistas e suas famílias, bem como os peregrinos comuns, poderiam viajar em total segurança para participar ou assistir aos Jogos Olímpicos e voltar depois para os seus locais de origem.

Adaptado de “**Glossário de Termos Olímpicos**”,
Programa de Educação Olímpica do COP, disponível em:
http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Conteudos/COP_Anexos_Conteudos/zPHZqyluxUeFq7ntU3p17w/Glossário_de_Termos_Ol%C3%ADmpicos.pdf

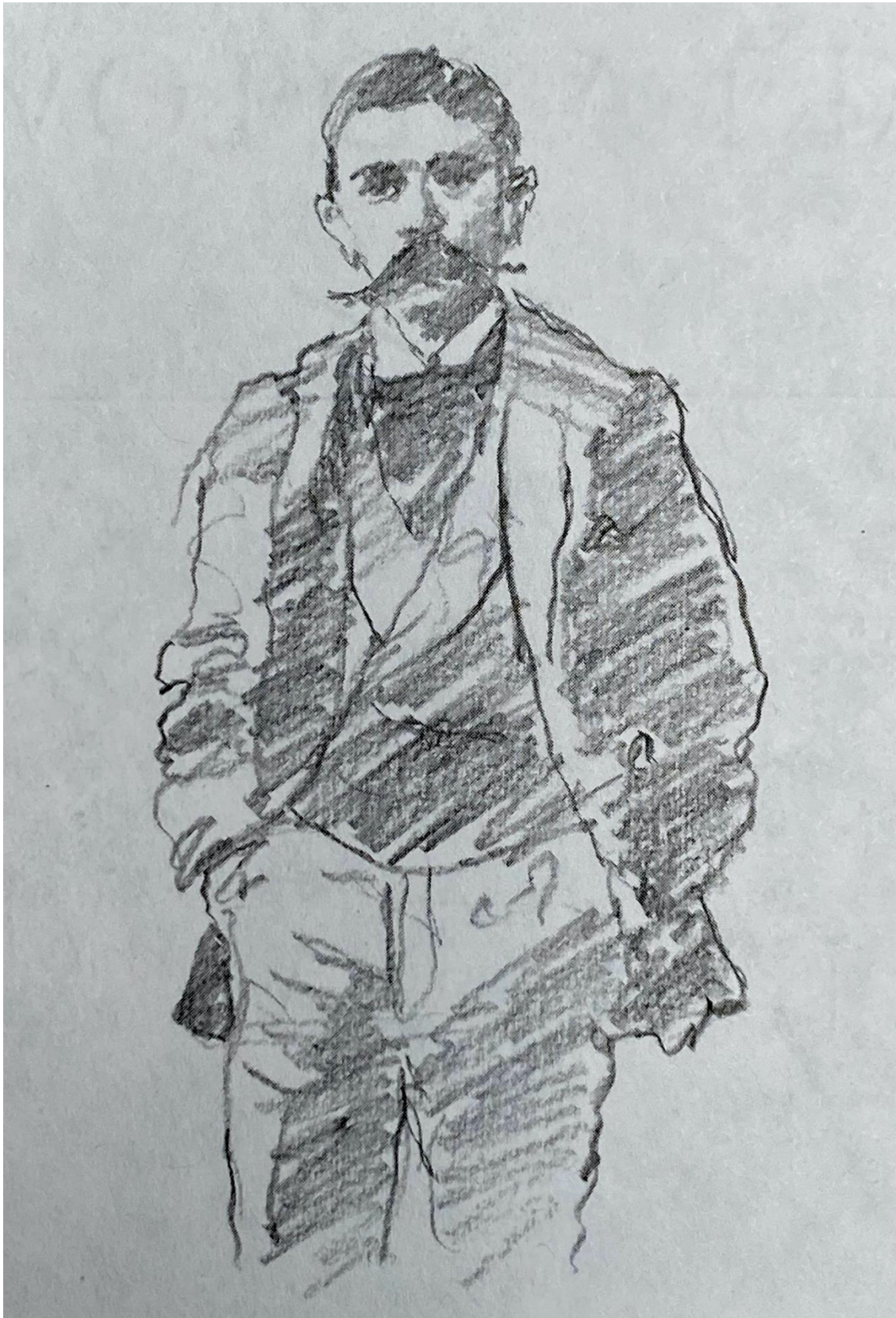


Imagem 1 – Pierre de Coubertin (HIRTHLER, George (2016) *The Idealist. The Story of Baron de Pierre de Coubertin*, Ringworks Press Atlanta, p. 110)

Introdução

O objetivo desta tese é estudar e compreender a afirmação do Movimento Olímpico e a génese da criação do Comité Olímpico Português possibilitando assim a participação nacional nos Jogos Olímpicos.

Fundado em 1894, o Movimento Olímpico (MO) é constituído pelo Comité Olímpico Internacional (COI), as organizações, os atletas e os demais indivíduos¹ que aceitam e se regem pelas regras estabelecidas por Pierre de Coubertin, redigidas pela primeira vez em 1898, e que constituem a Carta Olímpica². Idealizado por Coubertin, que acreditava numa filosofia de vida baseada no corpo, na vontade e na mente, unindo o desporto, a cultura e a educação, o MO tem como objetivo contribuir para a construção de um mundo melhor e mais pacífico através do desporto baseado num conjunto de valores que lhe foram associados. Com o propósito de tornar este Movimento global, Coubertin concebeu a criação de Comités Olímpicos Nacionais (CON's) como representantes do MO. Assim, cada CON para além da difusão das ideologias olímpicas e dos seus valores na sociedade, passava a poder inscrever atletas e fazer-se representar nos Jogos Olímpicos. Foi com a constituição do Comité Olímpico Português³ (COP), em 1912, que os atletas portugueses passaram a ter possibilidade de participar nos Jogos (esta é a particularidade que distingue o COP das demais organizações desportivas), o que tem acontecido de forma regular e ininterrupta em todas as edições realizadas até à atualidade.

Pierre de Coubertin concebeu a organização de um festival desportivo internacional inspirando-se, entre outros, nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, realizados entre 776 a.C. e 393 d.C., em Olympia, na Grécia. Os Jogos Olímpicos da Era Moderna, acolheram assim um conjunto de características oriundas da Antiguidade, incorporando outras que deram origem a uma “tradição inventada” e de cujos símbolos fazem parte a criação da Bandeira Olímpica, em 1914, para representar a união dos continentes e a reunião dos atletas de todo o mundo e o Lema Olímpico “citius, altius, fortius” - mais

¹ Atualmente o MO é constituído por todos os elementos que compõem a Família Olímpica. No topo encontra-se o COI como autoridade máxima, juntando-se as Federações Internacionais (FI's), os Comités Olímpicos Nacionais (CON's), os Comités Organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO's), Associações, Clubes, Árbitros, Oficiais, Atletas e outros Agentes Desportivos, in Comité Olímpico de Portugal (2020a) “Glossário de Termos Olímpicos”, *Programa de Educação Olímpica do COP*, p. 13, disponível em: http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Conteudos/COP_Anexos_Conteudos/zPHZqyluxUeFq7ntU3p17w/Glossário_de_Termos_Ol%C3%ADmpicos.pdf, acessado a 25/08/2021.

² Comité Olímpico Internacional (2020b) *Olympic Charter*, COI, Lausanne, disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/EN-Olympic-Charter.pdf#_ga=2.199864750.1637221106.1564222949-1129878256.1539187276, acessado a 18/9/2020.

³ Na Assembleia Plenária de 4 de junho de 1992, foi decidido alterar, por unanimidade, a designação de Comité Olímpico Português para Comité Olímpico de Portugal.

rápido, mais alto e mais forte – criado em 1894 e alterado recentemente, a 20 de julho de 2021, para “citius, altius, fortius – communiter” que nas palavras do atual presidente do Comité Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, vem “mostrar a necessidade de solidariedade durante os tempos mais difíceis, incluindo a crise pandémica da COVID-19”⁴.

Ao estudar a origem do Movimento Olímpico até ao reconhecimento do Comité Olímpico Português pela I República, esta tese procura identificar as primeiras ligações e os principais intervenientes que trouxeram para o nosso País esta nova forma de conceber a prática desportiva associando-a à existência de um evento desportivo que se pretendia, desde a sua criação, que tivesse uma participação universal.

A tese inicia-se com a análise da organização desportiva nas últimas décadas do século XIX, uma vez que esta será a base daquilo que atualmente se designa “desporto de alto rendimento”, investigando como surgem as modalidades desportivas e de que forma evoluíram em Portugal, com os clubes e as associações, a desempenharem uma função basilar não só na formação dos atletas, mas também na respetiva internacionalização. Deste modo, vai investigar um conjunto de questões, nomeadamente:

- Quais os motivos que estiveram na origem da constituição de um Comité Olímpico em Portugal e qual a data da sua constituição, temática que tem suscitado, ao longo do tempo, dúvidas, diversas interpretações e até diferentes posicionamentos por parte dos seus órgãos de gestão;
- Qual o nível de internacionalização dos atletas portugueses e quais as suas aspirações no âmbito de uma participação olímpica; qual o nível organizativo da atividade desportiva e de que forma influenciou/ condicionou o propósito da criação do COP e da afirmação do olimpismo;
- Qual o contributo do olimpismo para o desenvolvimento da prática desportiva;
- Que dinâmicas sociais e influências nacionais e internacionais estiveram por trás da identificação e seleção dos atletas que vão constituir as primeiras equipas portuguesas inscritas nos Jogos Olímpicos;
- Quais as atividades desenvolvidas e o trajeto que decorre entre a criação do COP e o seu reconhecimento, pelas autoridades políticas no período da I República.

⁴ Sobre a alteração do Lema Olímpico consultar a página do Comité Olímpico Internacional, disponível em: <https://olympics.com/ioc/olympic-motto>, acedido a 23/08/2021.

Numa perspetiva global e transnacional a tese analisa, ainda, o impacto da Primeira Guerra Mundial, uma vez que foi este conflito que provocou o cancelamento dos Jogos Olímpicos de 1916 e a transferência da sede do COI para Lausanne, na Suíça, cidade onde ainda hoje se encontra⁵. A Guerra, pelo seu significado, de facto, vem abrir um novo ciclo, é neste sentido que iremos identificar e analisar os seus impactos no desporto português e na dinâmica olímpica nacional, sobretudo no que diz respeito à mobilização dos desportistas, alguns dos quais se tornaram, anos mais tarde, não só atletas olímpicos, como também presidentes do Comité Olímpico Português⁶. Ainda no contexto da conjuntura bélica será analisada a realização dos Jogos Interaliados considerados, pelo seu sucesso e dimensão, como exemplo para o relançamento dos Jogos Olímpicos de 1920.

Este trabalho de investigação termina com a análise do reconhecimento do COP por parte do governo, que apenas aconteceu em 1919. Neste domínio será analisada a importância do desporto em termos políticos, por forma a compreender de que modo o governo da I República esteve ou não empenhado em dotar o COP dos meios e financiamento necessários ao seu funcionamento. Assim, será possível perceber até que ponto a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos aconteceu apenas por iniciativa e vontade de alguns *sportsman*⁷ que se reviam nos ideais de Pierre de Coubertin e no Movimento Olímpico, ou se passou a fazer parte de uma estratégia nacional de projeção e afirmação do desporto e da República, em termos internacionais.

Esta reorganização permitiu o regresso de Portugal aos Jogos Olímpicos, em 1920, numa conjuntura ainda muito marcada pelos efeitos internacionais da Grande Guerra no panorama desportivo. Havendo já nesta fase um reconhecimento do COP e um acompanhamento prestado por alguns elementos integrantes do Governo da I República, vai analisar-se o processo de preparação, identificação e seleção dos atletas e das modalidades que constituíram a Missão Portuguesa dos Jogos de Antuérpia em 1920 no

⁵ MORATH, Pierre (2012) *The Villa Mon-Repos and the Olympic Movement. A Century of Olympic Presence in Lausanne*, Lausanne, Olympic Solidarity and City of Lausanne, pp.13-15.

⁶ NUNES, Rita (2019c) “El deporte y la Gran Guerra (1914-1919)” in *Guerras del siglo XX. Experiencias y representaciones en perspectiva global* (Coord. María Inés Tato, Ana Paula Pires y Luis Esteban Dalla), Rosario, Argentina, Prohistoria Ediciones, pp. 133–149; NUNES, Rita (2016) “Desporto em Tempo de Guerra” in *Nação e Defesa*, 145, dezembro 2016, pp. 101-108; PIRES, Ana Paula e NUNES, Rita (2016) “Guerra, Olimpismo e Desporto” in *Diário Notícias*, 6/08/2016, p. 10; NUNES, Rita (2014) “A Batalha dos Estádios” in *Visão História*, 1914-1918 Portugal Durante a Grande Guerra, outubro 2014, pp. 42-43.

⁷ Termo utilizado em finais do século XIX e início do século XX para identificar os desportistas que se destacavam pela sua compleição física e prestações desportivas, amantes e acérrimos defensores da causa desportiva.

sentido de se verificar se o reconhecimento do COP trouxe ou não alguma inovação à forma como se pensava e promovia o MO em Portugal.

Esta tese convoca e aborda um conjunto interrogações e problemáticas que nos permitirão: (i) identificar as razões que motivaram Portugal a juntar-se ao Movimento Olímpico e a forma como surgiu o primeiro membro português no COI; (ii) perceber quais as expectativas que estiveram na base da constituição do COP, se estas se encontravam circunscritas à participação olímpica nesse ano (1912), ou se haveria já uma perspetiva de continuidade da atividade desta nova instituição no âmbito da organização desportiva em Portugal; (iii) em que medida se pretendia promover um movimento transversal à sociedade portuguesa, ou se estas práticas desportivas e o envolvimento no MO estavam circunscritas a uma elite; (iv) verificar qual o papel reservado às mulheres portuguesas neste ainda incipiente MO. À semelhança do que aconteceu internacionalmente terão as portuguesas feito parte deste processo desportivo e olímpico que se iniciou no início do século XX⁸ ou terá sido necessário esperar diversas décadas até alcançarem o direito pleno à participação? E, finalmente, (v) identificar as fontes de financiamento que permitiram a constituição do COP, o seu funcionamento e as despesas das participações nos Jogos Olímpicos de 1912 e 1920, isto para se compreender a relação entre o Estado, o COP e o MO, e se concluir qual era a importância do desporto e das participações olímpicas para os diferentes Governos da I República.

Esta tese contribui para preencher uma lacuna existente no âmbito das ciências sociais e humanas, da história contemporânea, das ciências do desporto e mais precisamente dos estudos olímpicos ao analisar e contextualizar a origem e o envolvimento de Portugal no Movimento Olímpico, desde o final do século XIX até ao reconhecimento do COP pela I República, em 1919.

Metodologia

Uma tese de doutoramento em História é um trabalho de investigação longo e que deve ser inovador, metodologicamente ancorado num conjunto alargado de fontes primárias, algumas delas inéditas, e numa ampla análise da bibliografia existente. Articular e incorporar estas novas ferramentas revelou-se um desafio para alguém que

⁸ Note-se a este respeito que as mulheres não puderam participar na primeira edição dos Jogos Olímpicos, realizada em Atenas, em 1896. A estreia, com um número muito reduzido aconteceu na edição seguinte, organizada em Paris, em 1900.

tem na gestão desportiva a sua formação de base. Este trabalho foi, assim, desafiante em vários sentidos: por um lado porque me obrigou à adoção de novos métodos e instrumentos de investigação, ancorados desde logo numa forte componente empírica, por outro porque compreender e analisar a origem do Movimento Olímpico em Portugal, identificando os seus protagonistas e compreendendo os acontecimentos que estiveram por trás da criação, já no século XX, do Comité Olímpico Português, se revelou um percurso sinuoso, desde logo dada a escassez documental, uma vez que continuam por localizar os fundos relativos aos primeiros anos de funcionamento da instituição. Note-se que só a partir da década de 20 do século passado é que se encontram depositados, no recém-constituído Arquivo Histórico do Comité Olímpico de Portugal, os fundos documentais mais antigos da instituição⁹. Neste sentido foi sobretudo através da imprensa que conseguimos colmatar essas ausências de informações por forma a reconstruir a história do COP nos seus anos iniciais.

Tem existido até à data incertezas relativamente aos objetivos por trás da constituição do Comité Olímpico. Esta tese pretende esclarecer essas dúvidas e colmatar essas lacunas enquadrando a constituição do COP numa perspetiva nacional e transnacional. Para isso, utilizando uma metodologia histórica de cariz marcadamente empírico, vai recorrer-se à análise de documentação depositada em arquivos e bibliografia de referência nas ciências do desporto e olimpismo tanto nacionais como internacionais.

Naturalmente, que as primeiras fontes identificadas como fundamentais para a realização desta investigação foram os arquivos históricos do Comité Olímpico Internacional e do Comité Olímpico de Portugal. Relativamente ao primeiro, foi possível ter acesso aos fundos documentais aí depositados, para se analisar o material existente sobre Portugal, nomeadamente a correspondência trocada entre o COI e o COP e entre o COI e os seus membros de nacionalidade portuguesa. Quanto ao segundo, verificou-se, como de resto já foi mencionado, que o espólio existente não contém documentação anterior ao ano de 1919, com a exceção de dois ofícios datados de 1915, que retratam a questão, tão falada à época, do amadorismo dos atletas.

Ainda ao nível dos arquivos, foi também consultada documentação depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico Parlamentar, Arquivo Histórico da Casa Pia de Lisboa e no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Analisou-se a documentação produzida pelos órgãos de soberania

⁹ Arquivo Histórico do Comité Olímpico de Portugal: <https://www.arquivo.comiteolimpicoportugal.pt/>.

nacionais, nomeadamente os *Diários da Câmara dos Deputados*, das *Sessões do Senado* e das *Sessões do Congresso* e a imprensa de onde se destaca o contributo de: *A Capital*, *Diário de Notícias*, *Sports Illustrados*, *Sport de Lisboa*, *Tiro e Sport*, *O Gymnastica*, *Sport e Ilustração Portuguesa*. A leitura e análise da imprensa desportiva e de jornais generalistas, nomeadamente *A Capital*, onde José Pontes, manteve uma coluna diária ao longo de vários anos, sob o pseudónimo de Shamrock, permitiu uma análise sobre qual o papel e o valor que o desporto e o olimpismo começavam a ter na sociedade portuguesa.

Esta tese divide-se em cinco capítulos. No primeiro são analisados os primórdios do Olimpismo em Portugal, onde será realizada uma contextualização sobre a forma como o desporto surge no nosso país, a criação dos primeiros clubes e associações desportivas, bem como, a importância que a imprensa vai dedicar a esta temática. Como já foi referido, será esta, a base que irá dar suporte ao desporto de rendimento em Portugal e por esse facto, entendeu-se necessário construir uma imagem global e mais permonorizada de como o desporto surgiu em Portugal, e dedicar algum espaço à forma como foi evoluindo entre meados do século XIX e início do século XX.

Portugal integrou o Movimento Olímpico Internacional e esse será o assunto estudado no segundo capítulo. A partir do sonho de Pierre de Coubertin até à recriação dos Jogos Olímpicos da era moderna, analisa-se a forma como surgiram os primeiros contactos dos portugueses com o Movimento Olímpico. Um português, António Lancastre, é cooptado, em 1906, para membro do COI. Esta ligação ao MO não teve impacto imediato em Portugal com os Jogos Olímpicos de 1908 a serem praticamente marginalizados em território nacional. É, já após a implantação da República que é tomada a decisão de Portugal participar nos Jogos Olímpicos. Surgiu assim a necessidade de ser constituído, em 1912, um Comité Olímpico, em Portugal.

O terceiro capítulo analisa a estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Pretende-se aqui dar a conhecer os preparativos desta participação, a viagem, a participação portuguesa e os factos mais marcantes desta estreia que ficou assinalada pela forma trágica como Francisco Lázaro morreu decorrente da sua participação na prova de maratona. Os pormenores desta estreia olímpica vão permitir-nos também verificar o estado incipiente do desenvolvimento desportivo existente em Portugal, com inúmeros acontecimentos onde é encontrada uma solução à ultima hora.

Os impactos da primeira participação portuguesa e da morte de Lázaro, as funções do COP com as restantes estruturas desportivas nacionais e os preparativos para Portugal voltar a estar presente nos Jogos Olímpicos de Berlim 1916, que não se chegaram a

realizar, são analisados no quarto capítulo. A deflagração do conflito mundial é também abordada, não só a partir dos impactos que provocou na história e no percurso do Movimento Olímpico Internacional, mas, também, na organização desportiva e olímpica do nosso País.

O último capítulo debruça-se sobre o período pós-Guerra, com a reorganização das estruturas dirigentes do COI e do COP sendo esta, pela primeira vez, reconhecida pelo Governo Português. Os atletas portugueses voltaram a participar nos Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920 e o carácter provisório, habitual até então na história do COP chega ao fim, dando origem a uma nova fase de afirmação do Comité e dos ideais olímpicos em Portugal, tantas vezes esquecidos em prol das participações olímpicas.

Estado da Arte

Apesar do objeto de estudo desta tese estar centrado no Movimento Olímpico foi necessário contextualizar e perceber a forma como o desporto surgiu e se organizou, passando da vertente recreativa para a competição, com vista à primeira participação de Portugal nos Jogos Olímpicos em 1912.

Relativamente à bibliografia consultada e começando por referir a internacional na área do Movimento Olímpico, foram identificadas e analisadas diversas obras de autores de referência, entre os quais se inclui um conjunto de textos que o próprio Pierre de Coubertin escreveu ao longo da sua vida, destacando-se: *Mémoires Olympiques. Archives et mémoire de l' éducation physique et du sport*¹⁰, *Une Campanhe de vingt-et-un ans*¹¹ e *The Olympic idea. Discourses and essays*¹². Na primeira publicação referida, o autor descreve a importância do Congresso de Paris, organizado no grande anfiteatro da Universidade Sorbonne a 25 de novembro de 1892 e que naquela data não obteve a atenção necessária por parte da opinião pública para originar o restabelecimento dos Jogos Olímpicos. Dois anos mais tarde, de 16 a 24 de junho de 1894, novamente na

¹⁰ COUBERTIN, Pierre de (1931) *Mémoires Olympiques. Archives et mémoire de l' éducation physique et du sport*, Paris, Éditions Revue «EP.S».

¹¹ COUBERTIN, Pierre de (1909) *Une Campanhe de vingt-et-un ans (1887-1908)*, L' Éducation Physique, Paris.

¹² COUBERTIN, Pierre de (1966) *The Olympic idea. Discourses and essays*, Lausanne, (ed. Carl-Diem-Institut), Editions Internationales Olympic, Stuttgart, Olympischer Sport-Verlag.

Sorbonne, em evento semelhante, seria constituído, a 23 de junho, o Comité Olímpico Internacional¹³.

Norbert Müller, professor de Ciências do Desporto e fundador do Centro de Pesquisa em Estudos Olímpicos na Johannes Gutenberg University Mainz (Alemanha), e presidente de honra do Comité Internacional Pierre de Coubertin, desde 2018, iniciou os seus estudos sobre o trabalho de Pierre de Coubertin nos anos 1970. Desde essa data têm sido inúmeras as publicações escritas, destacando-se *Olympism: Selected Writings*¹⁴ publicado no ano 2000. Richard D. Mandell, considerado como o primeiro historiador olímpico¹⁵ consagrou também parte do seu trabalho ao estudo da origem do Movimento Olímpico, sublinhando a forma como Pierre de Coubertin se soube rodear de académicos e intelectuais para conseguir realizar o sonho de voltar a organizar os Jogos Olímpicos. Outro autor que se tem dedicado ao estudo da origem dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e consequentemente do Movimento Olímpico é o grego Konstantinos Georgiadis. Na sua obra *Olympic Revival. The revival of the Olympic Games in Modern Times*¹⁶ são abordadas as várias tentativas existentes para a reorganização dos Jogos Olímpicos, a importância do Congresso de Sorbonne na criação do Comité Olímpico Internacional, bem como, as atividades desenvolvidas. Ainda relacionado com a origem do Movimento Olímpico o autor Allen Guttmann no estudo clássico *The Olympics. A History of the Modern Games*¹⁷ descreve os momentos mais marcantes para a compreensão da génese do Movimento Olímpico. Refira-se que em todas estas obras, a adesão de Portugal ao Movimento Olímpico não é analisada.

A história do desporto, e os estudos olímpicos em particular, surgiram quase sempre associados a uma dinâmica nacional e regional no que diz respeito à sua abordagem, neste domínio pelo seu pioneirismo o trabalho de Allen Guttmann é um dos primeiros a abordar a história do desporto numa perspetiva transnacional. Guttmann acabaria mesmo por receber no ano 2000 a primeira edição do prémio "IOC President's Sport Science Award", atribuído pelo COI e pelo *International Council of Sport Studies*

¹³ COUBERTIN, Pierre de (1996) *Mémoires Olympiques*, Éditions Revue «EP.S», Paris, pp. 7-20
DURANTEZ, Conrado (2002) *Historia Y Filosofía del Olimpismo*, Associação Iberoamericana de Academias Olímpicas, pp. 9-10.

¹⁴ MÜLLER, Norbert (2000) *Olympism: Selected Writings*, Lausanne, International Olympic Committee.

¹⁵ Cf. RITTER, John (2012) *The little known history of how the modern olympics got their start*, Smithsonian Magazine, julho 2012, disponível em: <http://www.smithsonianmag.com/history/the-little-known-history-of-how-the-modern-olympics-got-their-start-138117709/?all>, acedido em 27/06/2014.

¹⁶ GIORGIADIS, Konstantinos (2003) *Olympic Revival. The revival of the Olympic Games in Modern Times*, Atenas, Ekdotike Athenon S.A.

¹⁷ GUTTMANN, Allen (2002) *The Olympics. A History of the Modern Games*, Illinois, University Illinois Press.

and Physical Education. Dos seus trabalhos destacam-se sobre esta temática: *The Games Must Go On: Avery Brundage and the Olympic Movement*¹⁸, *Womens' Sports History*¹⁹, *The Olympics. A History of the Modern Games* e *Sports: The First Five Millennia*²⁰. Na área da história do desporto é importante também referenciar a obra publicada em 2010 pela conceituada editora Routledge - *Routledge Companion to Sports History*²¹, considerado como um guia essencial para quem se dedica a esta área de investigação e que conta com o contributo dos mais conceituados historiadores internacionais do desporto. Também esta obra, onde é analisada a história do desporto em quinze países e nove regiões, não está incluído nenhum autor português e, muito provavelmente também por isso, não é incluída uma análise ou caracterização da história do desporto efetuada no nosso país.

Existem ainda outros autores como: Karl Lenartz²², David Goldblatt²³, Kátia Rúbio²⁴, George G. Daniels²⁵, Dikaia Chatziefstathiou e Ian P. Henry²⁶, que devem aqui ser referenciados, pelo conjunto diversificado de contributos e diferentes perspetivas que têm trazido para esta área de estudo.

No panorama nacional, a bibliografia de cariz mais generalista, como *A História do Desporto em Portugal. Do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*²⁷ de Homero Serpa, *O Desporto em Portugal. Reflexo e Projecto de um Cultura*²⁸ de Alberto Trovão do Rosário, têm procurado analisar as origens e a evolução da atividade física, da prática e do consumo desportivo em Portugal ao longo do final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Mas, muitas vezes, é na interseção entre lazer e corpo que a prática

¹⁸ GUTTMANN, Allen (1983) *The Games Must Go On: Avery Brundage and the Olympic Movement*, Nova Iorque, Columbia University Press.

¹⁹ GUTTMANN, Allen (1991) *Womens' Sports History*, Nova Iorque, Columbia University Press.

²⁰ GUTTMANN, Allen (2005) *Sports: The First Five Millennia*, Massachusetts, University of Massachusetts Press.

²¹ POPE, S. W. e NAURING, John (Coordenação) (2010) *Routledge Companion to Sports History*, Nova Iorque, Routledge.

²² LENARTZ, Karl (2002) "The Story of the Rings" in *Journal of Olympic History*, Volume 10, dezembro de 2001/ janeiro de 2002, pp. 29-61.

²³ GOLDBLATT, David (2016) *The Games. A Global History of the Olympics*, Macmillan, London.

²⁴ RUBIO, Kátia (2011) "A dinâmica do Esporte Olímpico do Século XIX ao XXI" in *Revista Brasileira Educação Física e Esporte*, Volume 25, dezembro de 2011, p. 83-90.

²⁵ DANIELS, George G. (2000) *The Olympic Century – The official history of the Modern Olympic Movement*, Volume 6, Stockholm 1912 – The Inter-Allied Games, World Sport Research & Publications Inc., Los Angeles.

²⁶ CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia e HENRY, Ian P. (2012) *Discourses of Olympism. From the Sorbonne 1894 to London 2012*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

²⁷ SERPA, Homero (2007) *A História do Desporto em Portugal. Do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Instituto Piaget.

²⁸ ROSÁRIO, Alberto T. (s/d) *O Desporto em Portugal. Reflexo e Projecto de um Cultura*, Coleção Epistemologia e Sociedade, Lisboa, Instituto Piaget.

desportiva tem, também, sido analisada. Neste domínio importa mencionar, pelo seu pioneirismo, a tese de doutoramento *O Divertimento do Corpo, Corpo Lazer e Desporto na Transição do Séc. XIX para o Séc. XX, em Portugal*²⁹, defendida por Manuela Hasse na Faculdade de Motricidade Humana, centrada no estudo das práticas e representações do corpo. Outras publicações complementares ajudaram-nos ainda a compreender a origem, a evolução e o papel que o desporto tem tido ao longo dos anos na sociedade portuguesa. *A História da Imprensa Desportiva em Portugal*³⁰ de Francisco Pinheiro ou *República, Desporto e Imprensa. O Desporto na I República em 100 primeiras páginas 1910 - 1926*³¹ de João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro são duas obras de referência, que se enquadram, precisamente, no domínio específico da evolução da imprensa desportiva em Portugal.

Vale a pena mencionar, ainda, a edição, já no final de 2013 do *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, onde foram incluídos vários verbetes sobre desporto, mas onde, infelizmente, o Movimento Olímpico está, praticamente ausente, sendo muito superficialmente abordado³².

Entre 2009 e 2010 a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR), comissariada por Maria Fernanda Rollo, Artur Santos Silva, Raquel Henriques da Silva e Rui Veira Nery, através do eixo específico Jogos do Centenário do seu programa de atividades, procurou impulsionar a história do desporto em Portugal. A CNCCR procurou revitalizar um dos valores do republicanismo, nomeadamente a consagração do desporto para todos³³. A Comissão desenvolveu uma página de internet específica: <http://jogos.centenariorepublica.pt>, realizou diversas atividades desportivas e culturais, nomeadamente a exposição itinerante *Desporto na I República* e publicou as obras *Desporto com Política nos 100 Anos da República*³⁴, de António Simões e a coleção *Uma história do desporto em Portugal*³⁵, de três volumes, coordenada por José

²⁹ HASSE, Manuela (1999) *O Divertimento do Corpo, Corpo Lazer e Desporto na Transição do Séc. XIX para o Séc. XX, em Portugal*, Lisboa, Editora Temática.

³⁰ PINHEIRO, Francisco (2011) *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento.

³¹ COELHO, João N. e PINHEIRO, Francisco (2012) *República, Desporto e Imprensa. O Desporto na I República em 100 primeiras páginas 1910 - 1926*, Porto, Edições Afrontamento.

³² Cf. ROLLO, Maria Fernanda (Coordenação geral) (2013) *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I e II, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República.

³³ Cf. <http://centenariorepublica.pt/lista-area/jogos-do-centenário>, acedido a 10/04/2020.

³⁴ SIMÕES, António (2012) *Desporto com Política nos 100 Anos da República*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

³⁵ NEVES, José e DOMIGOS, Nuno (Coordenação) (2011) *Uma História do Desporto em Portugal - Corpo, Espaços e Média*, Volume I, Porto, Quidnovi; NEVES, José e DOMIGOS, Nuno (Coordenação) (2011) *Uma História do Desporto em Portugal. Nação, Império e Globalização*, Volume II, Porto,

Neves e Nuno Domingos e que conta com o contributo de vários autores, numa análise interdisciplinar do fenómeno desportivo. Também aqui o Movimento Olímpico foi marginalizado.

A 12 de junho de 2012 foi inaugurado o Museu Nacional do Desporto, instituição que tem dado a conhecer importantes momentos do desporto nacional. Exposições temporárias como os *100 anos da participação portuguesa nos Jogos Olímpicos 1912-2012* e o *Sport e a Imprensa desportiva em Portugal 1865-2012* são exemplos das iniciativas desenvolvidas. Este museu alberga também a Biblioteca Nacional do Desporto com um acervo de cerca de 60 000 itens registados. Ainda em 2012, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito das atividades do Instituto de História Contemporânea foram organizados diversos congressos³⁶ e lançada a linha editorial “Coleção História e Desporto”, de onde se destacam duas publicações dedicadas ao olimpismo: *Os 6 de Estocolmo. A primeira participação portuguesa nos Jogos Olímpicos*³⁷, de Francisco Pinheiro e Rita Nunes e «*Ou Ganho ou Morro!*». *Francisco Lázaro: A Lenda Olímpica*, de Alexandre Mestre³⁸. Gustavo Pires, professor catedrático jubilado pela Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade de Lisboa, é outro dos autores que tem contribuído, com a publicação de várias obras, para o estudo do Movimento Olímpico em Portugal. Destacam-se das suas publicações, a investigação centrada no contributo que o Rei D. Carlos³⁹ trouxe à causa desportiva e olímpica em *Cem Anos de Olimpismo, o currículo desportivo do Rei D. Carlos*⁴⁰, a investigação sobre a fundação do COP através da obra *1912 - 30 de Abril - Fundação do Comité Olímpico Português*⁴¹, e sobre *Francisco Lázaro. O homem da maratona*⁴², onde o autor para além de descrever a fatídica prova da maratona, avança com algumas hipóteses sobre as causas da morte do maratonista português. Refira-se que em nenhuma destas obras, ou no conjunto das mesmas, é possível construir uma linha condutora, entre

Quidnovi; NEVES, José e DOMIGOS, Nuno (Coordenação) (2011) *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III, Porto, Quidnovi.

³⁶ A este respeito refira-se que o tema do I Congresso de História e Desporto, realizado nos dias 30 e 31 de maio de 2012, foi dedicado ao “Olimpismo”.

³⁷ PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012) *Os 6 de Estocolmo. A primeira participação portuguesa nos Jogos Olímpicos*, Coleção História e Desporto, Porto, Edições Afrontamento.

³⁸ MESTRE, Alexandre Miguel (2012) «*Ou Ganho ou Morro!*». *Francisco Lázaro: A Lenda Olímpica*, Coleção História e Desporto, Porto, Edições Afrontamento.

³⁹ RAMOS, Rui (2008) *D. Carlos*, Coleção Reis de Portugal, Lisboa, Temas e Debates.

⁴⁰ PIRES, Gustavo (2012a) *Cem Anos de Olimpismo, o currículo desportivo do Rei D. Carlos*, Coleção Estudos Olímpicos, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, FMH Edições.

⁴¹ PIRES, Gustavo (2016) *1912 - 30 de Abril - Fundação do Comité Olímpico Português*, s/l, Primebooks.

⁴² PIRES, Gustavo (2012b) *Francisco Lázaro. O homem da maratona*, s/l, Prime Books.

os diferentes acontecimentos que vão sendo analisados, que nos permita ter uma visão ampla e de continuidade que caracterize o Movimento Olímpico em Portugal ao longo das primeiras décadas do século XX, isto porque, continuam a existir omissões, diversas hipóteses e períodos de tempo que não foram objeto de qualquer análise.

Relativamente à forma como surgiu a necessidade de criação de um Comité Olímpico em Portugal, será também feita uma análise comparativa com o que se sucedeu em outros países, nomeadamente em França⁴³, Espanha⁴⁴ e Brasil⁴⁵.

Existe ainda um conjunto de publicações que se centram numa perspetiva global do Movimento Olímpico ou em análises descritivas relativamente à participação portuguesa nos Jogos Olímpicos. Destas obras, destacam-se os contributos de Carlos Paula Cardoso em *100 Anos de Olimpismo em Portugal*⁴⁶ e *Os Jogos Olímpicos. The Olympic Games*⁴⁷; de José Manuel Constantino, atual presidente do Comité Olímpico de Portugal, com *Os cem anos do Movimento Olímpico*⁴⁸ e *Olimpismo, Desporto e Educação*⁴⁹ este último escrito em coautoria com Jorge Proença; também o trabalho desenvolvido por António Ferreira, Fernando Dasilva e Ricardo Afonso com a publicação de *Jogos Olímpicos. Um Século de Glória. Atenas 1896 - Atlanta 1996*⁵⁰, de Rodrigo Pinto com uma análise de *Portugal nos Jogos Olímpicos do Século XX*⁵¹, de Norberto Santos com um olhar sobre *Os Nossos Medalhados*⁵² e de António Simões *Jogos Olímpicos. Medalhas de Portugal*⁵³ entre outros, contribuem para este trabalho de investigação. Note-se, no entanto, que em todas estas publicações o contributo dos historiadores tem sido praticamente nulo.

O contributo que a academia tem trazido a esta área de estudo verifica-se, sobretudo, no tocante à realização de algumas teses de doutoramento que, numa análise

⁴³ A este respeito, ver a página institucional do *Comité National Olympique et Sportif Français* (CNOSF): <https://cnosf.franceolympique.com/cnosf/cat/9/609.php>, acedido a 12/04/2020.

⁴⁴ DURANTEZ, Conrado (2013) *El Centenario del Comité Olímpico Español. Um siglo de Olimpismo*, Comité Olímpico Español, Espanha.

⁴⁵ LEMOS, Danilo L. R. (2008) *A História Social do Movimento Olímpico Brasileiro no Início do Século XX*, Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte, São Paulo.

⁴⁶ CARDOSO, Carlos Paula (2009) *100 Anos de Olimpismo em Portugal*, Lisboa, Gradiva Publicações.

⁴⁷ CARDOSO, Carlos Paula (1996), *Os Jogos Olímpicos. The Olympic Games*, Lisboa, CTT Correios de Portugal.

⁴⁸ CONSTANTINO, José Manuel (1995) *Os cem anos do Movimento Olímpico*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.

⁴⁹ CONSTANTINO, José Manuel e PROENÇA, Jorge (1998) *Olimpismo, Desporto e Educação*, Lisboa, edições Universitárias Lusófonas.

⁵⁰ FERREIRA, António F., DASILVA, Fernando e AFONSO Ricardo (1996) *Jogos Olímpicos. Um Século de Glória. Atenas 1896 - Atlanta 1996*, Matosinhos, Quidnovi.

⁵¹ PINTO, Rodrigo A. Pinto (2004) *Portugal nos Jogos Olímpicos do Século XX*, Comité Olímpico de Portugal, Lisboa.

⁵² SANTOS, Norberto (2016) *Os Nossos Medalhados*, Jornal Record.

⁵³ SIMÕES, António (2021) *Jogos Olímpicos. Medalhas de Portugal*, Jornal A Bola e Comité Olímpico de Portugal.

abrangente ou relacionando-se com o desporto trazem também alguns contributos ao atual trabalho. Temas como: *Estratégias das Organizações Desportivas. As Grandes Linhas Ideológicas de Orientação Estratégica do Comité Olímpico Internacional*⁵⁴, *Os Jogos Olímpicos da Era Moderna sob o olhar do desenvolvimento sustentável*⁵⁵, *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*⁵⁶ e *António Fernandes Roquete (1906-1995): Um “ídolo” do desporto nas polícias políticas do Estado Novo*⁵⁷, são alguns dos exemplos.

Outras publicações que se têm dedicado à história de clubes centenários e modalidades desportivas servem também de ponto de partida, enquadramento e contextualização sobre o desporto em Portugal em finais do século XIX e início do século XX. Obras como: *1861-2021. A história nunca contada. As origens do Lisbon Sports Club*⁵⁸, *Ginásio Clube Português 1875-2000. Uma Legenda de Prestígio*⁵⁹, *GCP Livro do 1.º Centenário 1875-1975*⁶⁰, *Lisboa Ginásio Clube. Cem Anos de História (1918-2018)*⁶¹, *Cascais. Aqui nasceu o Futebol em Portugal. 1888/1928*⁶², *História da Vela em Cascais: da primeira regata à internacionalização*⁶³, *História do Ciclismo em*

⁵⁴ COSTA, Alcides V. (2012) *Estratégias das Organizações Desportivas. As Grandes Linhas Ideológicas de Orientação Estratégica do Comité Olímpico Internacional: de Atenas (1896) a Pequim (2008)*, Tese de Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4852/1/Tese%20de%20Doutoramento%20-%20Alcides%20Vieira%20Costa.pdf>, acedida a 10/04/2020.

⁵⁵ ARAÚJO, Carla (2016) *Os Jogos Olímpicos da Era Moderna sob o olhar do desenvolvimento sustentável. Análise centrada nas dimensões social, ambiental e económica*, Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/83552>, acedida a 11/04/2020.

⁵⁶ KUMAR, Rahul (2014) *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*, Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12091>, acedida a 15/01/2020.

⁵⁷ SERRA, Pedro (2017) *António Fernandes Roquete (1906-1995): Um “ídolo” do desporto nas polícias políticas do Estado Novo*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/60394/1/Ant%C3%B3nio%20Roquete2.pdf>, acedido a 27/03/2020.

⁵⁸ CARDOSO, Nuno Presa (2021) *1861-2021 A história nunca contada. As origens do Lisbon Sports Club*, Maia, Gráfica Maiadouro, S.A.

⁵⁹ ALVAREZ, Garcia (2000) *Ginásio Clube Português 1875-2000. Uma Legenda de Prestígio*, Ginásio Clube Português, Lisboa, Publirep.

⁶⁰ MARQUES, José A. (1980) *GCP Livro do 1.º Centenário 1875-1975*, Lisboa, Litografia Amorim.

⁶¹ MADAIL, Fernando e MENDES, João F. (2019) *Lisboa Ginásio Clube. Cem anos de História 1918-2018*. Lisboa, Lisboa Ginásio Clube e Prosaféira Lda.

⁶² AA. VV. (2004) *Cascais. Aqui nasceu o Futebol em Portugal 1888/1928*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, Quimera Editores.

⁶³ AA. VV. (2007) *História da Vela em Cascais: da primeira regata à internacionalização*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, Medialivros – Actividades Editoriais, S.A.

*Portugal*⁶⁴, *História do Judo em Portugal*⁶⁵, *Uma história do basquetebol em Portugal*⁶⁶ e *Os Militares e a Esgrima*⁶⁷, são alguns dos exemplos dos trabalhos cujos conteúdos foram analisados no âmbito desta tese de doutoramento.

Ao longo deste trabalho são referidas algumas obras biográficas já existentes, que nos ajudam também a contextualizar e a enriquecer a narrativa. *Olímpicos de Portugal 1912-2008*⁶⁸, *A Morte de Francisco Lázaro*⁶⁹, *José Bento Pessoa - Biografia*⁷⁰, *Pico recorda campeão de 1908. Manuel da Silveira espantou o Mundo*⁷¹, *Com o mundo nos punhos. Elementos para uma biografia de José Santa Camarão*⁷², *António Augusto da Silva Martins. O mais completo atleta português de todos os tempos*⁷³ e *António Bessone Basto. Vontade de Vencer*⁷⁴, são algumas das obras consultadas.

Assim, com base na análise de uma vasta bibliografia nacional e internacional, complementada pelo estudo de distintos fundos documentais, foi possível reconstruir o modo e a forma como o desporto se organizou em Portugal de modo a possibilitar, a partir de 1912, a participação dos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos. A tese mostra ainda as dificuldades provocadas pelo impacto da eclosão da Primeira Guerra Mundial e as diligências realizadas por diversos intervenientes para a reorganização do Comité Olímpico e o seu reconhecimento pela I República.

⁶⁴ BARROSO, Miguel (2001) *História do Ciclismo em Portugal*, CTT Correios de Portugal, Miragaia; SANTOS, Ana (2011) "História do Ciclismo" in *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III (Coord.) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, pp. 13-36.

⁶⁵ ROSAS, Alfredo (2011) "História do Judo em Portugal" in *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III (Coord.) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, pp. 219-230.

⁶⁶ CARVALHEIRA, Raquel (2011) "Uma história do basquetebol em Portugal" in *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III (Coord.) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, pp. 139-167.

⁶⁷ VILARINHO, José (2016) *Os Militares e a Esgrima*, s/l, Edição do Autor.

⁶⁸ QUINA, Mário Gentil (Coordenação) (2008) *Olímpicos de Portugal, 1912-2008*, Lisboa, Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal - Instituto do Desporto de Portugal.

⁶⁹ NOLASCO, Pedro (1987) *A Morte de Francisco Lázaro*, Ministério da Educação e Cultura/ Direção Geral dos Desportos, Lisboa, Tip. Minerva.

⁷⁰ CORREIA, Romeu (2013) *José Bento Pessoa - Biografia*, Figueira da Foz, Casino Figueira.

⁷¹ Câmara Municipal de S. Roque do Pico (1996) *Pico recorda campeão de 1908. Manuel da Silveira espantou o Mundo*, Biblioteca CNID, Câmara Municipal de S. Roque do Pico, Açores.

⁷² MAÇARICO, Luís F. (2003) *Com o mundo nos punhos. Elementos para uma biografia de José Santa Camarão*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa - Imprensa Municipal.

⁷³ MARTINS, Inês G. e MARTINS António G. (2016) *António Augusto da Silva Martins. O mais completo atleta português de todos os tempos*, Lisboa, Chiado Editora.

⁷⁴ CARVALHO David de (2019) *António Bessone Basto. Vontade de Vencer*, Charneca da Caparica, Jorge Fernandes Lda.

1. A génese do Olimpismo em Portugal

“Para que cem se entreguem à cultura física é necessário que cinquenta pratiquem desporto. Para que cinquenta pratiquem desporto, é necessário que vinte se especializem. Para que 20 se especializem, é necessário que cinco sejam capazes de proezas espantosas.”

(Pierre de Coubertin, in *Memoires Olympiques*, Paris, Editions Revue, 1996, p. 217. Traduzido por Alcides Vieira da Costa)

1.1 Educar o corpo

“[à] maior parte da gente repugnam os exercícios ginásticos. A uns parecem prejudiciais, porque desconhecem seus salutareos efeitos; a outros ridículos, porque as pessoas sérias não se ocupam de semelhantes exercícios; a muitos, enfim, impróprios de moços bem-educados, mas de arlequins e acrobatas”

(Augusto Filipe Simões, *Erros e Preconceitos da Educação Phisica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p. 134.)

Foi durante o fontismo que as primeiras atividades físicas com carácter desportivo começaram a desenvolver-se em Portugal associadas, inicialmente, a ações recreativas relacionadas com a instrução militar e com a arte circense. A “regeneração” protagonizada por Fontes Pereira de Melo tinha, no desenvolvimento do corpo, também um dos seus pilares modernizantes. Muitas destas atividades físicas, amadoras, surgiram, também ligadas a festividades populares, que se realizavam nas vilas e aldeias, um pouco por todo o país, e que eram animadas por grupos de saltimbancos e acrobatas, a prática desportiva "mais organizada" estaria, contudo, reservada às elites nacionais.

A educação física e a ginástica, em particular, tinham surgido em Portugal, a partir do século XVIII, introduzidas graças à acção de médicos e pedagogos, que as entendiam

como essenciais à melhoria ou preservação da saúde e só mais tarde numa perspetiva mais abrangente de desenvolvimento integral dos indivíduos.

As primeiras obras publicadas⁷⁵ sobre a importância da Educação Física em Portugal, datam de 1790 e 1791 e foram escritas pelos médicos Francisco de Mello Franco e Francisco José de Almeida. Ambas intituladas *Tratado de Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, revelaram a necessidade de se realizarem estudos sobre a educação física em Portugal e apontavam as vantagens que os exercícios físicos proporcionavam a quem os praticava⁷⁶. Francisco de Mello Franco afirmava mesmo que a sociedade portuguesa vivia, em muitos casos, em condições deploráveis, com hábitos de higiene prejudiciais, com modelos comportamentais e rituais nocivos à saúde, com um corpo definhado e exposto a todo o tipo de carências alimentares e de doenças⁷⁷.

Manuela Hasse⁷⁸, no âmbito da investigação que realizou na sua tese de doutoramento *A educação física no Real Collegio dos Nobres de Lisboa (1761-1837)* concluiu que estas práticas físicas começaram por ser restritas a uma elite “uma vez que os meninos do colégio dos Nobres só pelo facto de disporem destas actividades se distinguiam do resto da população portuguesa que a elas (...) não tinha absolutamente acesso”⁷⁹. Será esta mesma elite, de resto, que irá estar na origem da participação de Portugal junto do Movimento Olímpico.

A partir da segunda metade do século XVIII e ao longo de boa parte do século XIX, a ideia da existência de um definhamento físico da raça foi transversal a vários países da Europa desenvolvida, apontando-se o sedentarismo e a exclusiva aposta na educação intelectual, como responsáveis por essa falta de rigor. Em França onde a derrota de 1871, frente à Prússia, ainda estava bem presente, políticos e intelectuais propuseram

⁷⁵ A este respeito conseguimos apurar a existência, em 1787, de uma tradução para português de Luís Carlos Moniz Barreto do *Tratado da educação física e moral dos meninos de ambos os sexos*. Cf. SERRADO, Ricardo (2014) “Jogo e Desporto no Portugal Contemporâneo (1870-1910)”, in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 33, 1 dezembro 2014, Centro de História da Cultura, ISSN: 0870-4546, pp. 219-251.

⁷⁶ FRANCO, Francisco de Mello (1790) *Tratado da Educação Pysica dos Meninos*, para uso da Nação Portuguesa Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/436619>, acedido a 19/04/2020; ALMEIDA, Francisco José de (1791) *Tratado da Educação Pysica dos Meninos*, para uso da Nação Portuguesa, Lisboa, Academia Real das Sciencias, disponível em: <http://purl.pt/6378>, acedido a 19/04/2020.

⁷⁷ Cf. FRANCO, Francisco de Mello (1790), op. cit.

⁷⁸ HASSE, Manuela (1981) “*A educação física no Real Collegio dos Nobres de Lisboa, 1761-1837*”, in *Ludens*, Volume 5, n.º 4, Julho – Setembro 1981, pp. 21-28.

⁷⁹ Cf. Manuela Hasse, citada por Irene Vaquinhas. Cf. VAQUINHAS, Irene Maria (1992) “O Conceito de “Decadência Fisiológica da Raça” e o Desenvolvimento do Desporto em Portugal (Finais Séc. XIX/Princípios Séc. XX)” in *Revista de História das Ideias*, Vol. 14, pp. 365-388.

várias medidas reformadoras, tendo em vista a recuperação, não só do corpo individual mas, também, do corpo social, através da educação física.⁸⁰ Apesar de ainda jovem, Pierre de Coubertin foi um observador atento desta realidade, incorporando-a, no seu projeto de educação integral dos jovens, princípios estes que ainda hoje estão na base da “educação olímpica”⁸¹.

Importa sublinhar que o conceito de educação física em finais do século XVIII era bem mais abrangente do que atualmente. Para além da componente física, incluía ainda: a higiene, o vestuário ou a dieta⁸². Da mesma forma verificou-se que a ginástica era considerada parte da ciência higiénica. Para Paulo Lauret, ex-aluno da Casa Pia e considerado um dos principais impulsionadores da modalidade, esta ocupava-se dos movimentos para proporcionar a saúde e a robustez a todo o ser que constitui o Homem⁸³, sendo que relativamente às mulheres, o mesmo autor, afirmava que a ginástica era ainda mais importante, pois o ventre feminino também seria favorecido pela sua prática.

Em Portugal, o médico Carlos Alberto Lima, em 1891, dedicou a sua tese de doutoramento intitulada *Melhoramento da Raça pelo Exercício Phisico*, ao estudo da composição fisiológica do corpo humano, criticando o excesso de atividade intelectual em detrimento da atividade física, reforçando a importância e a utilidade da educação física para “refundir a nossa raça, dar-lhe a têmpera, que só se pode conseguir com uma educação física racional e metódica”⁸⁴.

A educação física surgiu assim, também ela, associada à função de “regeneração da raça” e à “criação de um Homem novo”, projeto esse que procurava construir uma sociedade que integrasse indivíduos mais saudáveis.

A educação física e/ou ginástica foi incluída nos currículos escolares a 15 de novembro de 1836 com a aprovação, por decreto, do plano da “Instrução Primária” da iniciativa de Passos Manuel, Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Graças à sua ação passaram a fazer parte do programa das matérias escolares “Exercícios Gymnásticos accomodados à idade” das crianças⁸⁵. Ao longo dos anos seguintes, pautados por alguma

⁸⁰ Cf. SERRADO, Ricardo (2014), op. cit., pp. 219-251.

⁸¹ Sobre a Educação Olímpica consultar o site do Programa de Educação Olímpica desenvolvido pelo Comité Olímpico de Portugal: <http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt>.

⁸² Cf. SERRADO, Ricardo (2014), op. cit., pp. 219-251.

⁸³ Cf. LAURET, Paulo (1883) *Guia para o Ensino da Ginástica nas Escolas do Sexo Feminino*, Porto, Livraria Portuense de Clavel, p. 1.

⁸⁴ Cf. SERRADO, Ricardo (2014), op. cit., pp. 219-251.

⁸⁵ Cf. Decreto de 15 de novembro de 1836 in *Diário do Governo*; FAUSTINO, António (2019) *A Educação Física no Sistema Educativo Português*, Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2019, disponível em

instabilidade política, nas sucessivas reformas do ensino, a educação física e a ginástica foram sendo integradas e retiradas dos planos curriculares⁸⁶. Refira-se, a este propósito, também, pela sua inovação, a reforma do ensino primário de 22 de dezembro de 1894, da autoria do ministro do Reino, João Franco e que contemplava no ensino primário, no nível elementar no 1.º grau “Exercícios Gymnásticos” e no 2.º grau a “Gymnástica”, integrando, ainda a “Gymnástica e Música; Natação quando seja possível”. No início do século XX, na reforma promovida a 24 de dezembro de 1901, pelo ministro do Reino, Ernesto Hintze Ribeiro, a disciplina “Exercícios de gymnástica elementar, sem instrumentos”, já estava presente nos quatros anos de ensino. Estas designações, utilizadas no plano curricular, foram variando ao longo do tempo: Exercicios Gymnasticos accomodados à idade (1836); Exercicios gymnasticos (1845); Educação physica, preceitos hygienicos (1860; 1870); Educação Physica (1869; 1870) Gymnástica (1870); Gimnástica – Natação (1894) e Gymnástica (1902). Neste último caso, surge, ainda, pela primeira vez, a diferenciação entre exercícios para alunos do sexo masculino, e feminino⁸⁷.

À margem do que foi acontecendo, realça-se o caso da Casa Pia de Lisboa, que desde cedo deu grande atenção à educação física dos seus alunos e que, mais tarde, terá um papel importante não só no desenvolvimento da prática desportiva, mas também na evolução do olimpismo em Portugal.



Tabela 1 – Desporto como base do Movimento Olímpico (imagem foi elaborada pela autora com base na recolha de diversa documentação).

https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/7164/1/phd-thesis-Antonio_Faustino_Primary%20FINAL.pdf, acedida a 19/04/2020.

⁸⁶ Refira-se que a disciplina de Educação Física só se tornou, obrigatória nos liceus, em 1905 quando foi publicada a Reforma de Eduardo Coelho. Cf. Decreto de 30 de agosto de 1905 in *Diário do Governo*.

⁸⁷ Cf. FAUSTINO, António (2019), op. cit.

Foi na Casa Pia de Lisboa que surgiu, em 1834, o primeiro ginásio construído em Portugal, onde o francês Darras, que tinha chegado ao nosso país no ano anterior começou a lecionar aulas de ginástica gratuitas. Na sequência destas aulas, os alunos da Casa Pia realizaram em 1836 uma “Exposição Pública”, em que exibiram os diferentes exercícios que tinham aprendido. Mais tarde, quando José Maria Eugénio de Almeida, exerceu funções de provedor da Casa Pia, entre 1859 e 1872, o ensino da ginástica foi, mesmo, tornado obrigatório. Nessa altura, e graças à contratação de um outro professor francês, Jean Roger, foram instalados aparelhos no ginásio, os alunos foram divididos em classes de aprendizagem, de acordo com a sua idade, mas também tendo em consideração a condição física de cada um⁸⁸. Sublinhe-se o facto de anos mais tarde, alguns alunos da Casa Pia de Lisboa e do Casa Pia Atlético Clube participarem nos Jogos Olímpicos. Entre eles o primeiro nadador olímpico português, Mário da Silva Marques, que participou nos Jogos de 1924 e na estreia da seleção olímpica de futebol, nos Jogos de 1928, a presença do guarda-redes, António Roquete e o seleccionador Cândido de Oliveira, ambos casapianos⁸⁹.

Assim, correr, saltar, lançar, pegar ou pontapear representavam termos e gestos que paulatinamente foram entrando no quotidiano da sociedade portuguesa, passando muitas destas práticas de uma vertente formativa e recreativa, para um formato desportivo, onde a procura do resultado, das distâncias e dos tempos realizados, se tornaram um objetivo.

Este mapeamento inicial da organização desportiva em Portugal é importante para perceber a forma incipiente com que a atividade física e o desporto foram encarados no nosso País desde a segunda metade do século XIX, realidade cujos impactos serão visíveis desde logo pela base débil e pouco organizada que irão proporcionar ao desporto de alta competição, em que se incluirá, anos mais tarde, a participação de Portugal em Jogos Olímpicos. Na verdade, o olimpismo surgiu, desde o início, associado ao progresso e à superação de recordes.

⁸⁸ SERRA, Pedro, op. cit., pp. 46-59.

⁸⁹ Sobre a contributo que a Casa Pia de Lisboa trouxe ao desporto e olimpismo consultar a página: <https://casapiaac.pt/clube/pioneirismo/>, acedido a 09/05/2021.

1.2 *Depóрте*, *sport* e finalmente... desporto

“O *sport*! Que entusiasmo pronunciá-lo?! O *sport* é a salvação da vida humana; é a nossa educação futura; é a nossa própria alma (...). O fim do *sport* é o desenvolvimento físico; ele nos fortifica e nos dá agilidade; ele nos dá (...) uma vida o mais agradável possível, desviando-nos completamente de toda a espécie de vícios e tornando-nos, pois, robustos e sadios (...). Será, pois, ou não o *sport* a salvação da vida humana?”.

(Jornal *O Sport* 12/02/1897, p. 1.)

Esta passagem do divertimento para a prática desportiva, é um processo que o sociólogo Norbert Elias denominou “desportivização”⁹⁰, ou seja, o desenvolvimento da prática desportiva orientada para a competição ocorrido em Inglaterra e que se generalizou às restantes sociedades ocidentais, muito semelhante ou comparado às alterações provocadas pela “industrialização”, que ocorreu, sensivelmente pela mesma altura, nos modos de produzir e trabalhar dando origem à massificação. Industrialização e desportivização estão assim associados ao desenvolvimento de uma cultura de massas.

Depóрте, *sport*, desporto, recorde, *sportsman*, desportista, estádio, velódromo, pavilhão, campeonato, jogo, golo, falta, vitória, derrota, competição, bola, raquete, baliza ou bicicleta... foram alguns dos conceitos e palavras que serviram para traduzir um novo estilo de vida marcado pela modernidade – o desporto. Primeiro, retirado do francês, surgiu a palavra *depóрте*, depois com várias utilizações diretas de termos ingleses, como, *sport* ou *sportsman*, começou lentamente a integrar o vocabulário dos portugueses. Apesar da sua existência secular, o conceito de desporto tem sido desde a sua origem, uma palavra difícil de definir e de delimitar, com diferentes abrangências defendidas por um enorme número de autores.

Em Portugal, não foi apenas a sua abrangência e significado que evoluíram, a própria terminologia sofreu alterações ao longo dos tempos. No início do século XIX

⁹⁰ Cf. ELIAS, Norbert e DUNNING Eric (2019) *A Busca da Excitação. Desporto e Lazer no Processo de Civilização*, Coimbra, Edições 70; ELIAS, Norbert (2006) *O Processo Civilizacional*, Lisboa, 2.ª Edição, Dom Quixote.

começou por utilizar-se o termo *depôrte*,⁹¹ que significava divertimento, termo este que caiu em desuso sendo substituído pela designação em inglês: *sport*⁹². Na verdade, na linguagem desportiva as expressões inglesas entraram com facilidade e relativa naturalidade, em Portugal. A terminologia do desporto foi assim adotada pelos praticantes, pelo público e até pelos jornalistas como uma moda, uma inovação da linguagem que chegou mesmo a ser título de jornal⁹³, realidade que apenas se alterou nos anos 20 do século XX, quando se começou a adotar, entre nós, o termo desporto.

A este respeito, é importante referir a forma como o conceito de desporto e a sua abrangência se vão alterando ao longo do tempo. Partindo das atividades físicas e recreativas para uma perspetiva focada no desempenho de rendimento, caracterizada pela busca constante de quebrar recordes e de alcançar a excelência, e que a prazo caminhará para a profissionalização da prática desportiva. Vai ter como palco principal de competição e de internacionalização dos atletas, os Jogos Olímpicos, a prova desportiva até à data, mais importante do mundo.

Dos diversos autores⁹⁴, que ao longo do tempo se têm dedicado a apresentar diferentes perspetivas sobre a forma como se deve interpretar o desporto, parece-nos pertinente destacar as abordagens de Georges Herbert e Manuela Hasse por estarem mais próximas da temática em análise nesta tese. Herbert considera que o “desporto é todo o género de exercício ou atividade física que tenha como meta a realização de uma marca e cuja execução se baseie essencialmente na ideia de luta contra um elemento definido: uma distância, um animal, um adversário e, por extensão, nós próprios”⁹⁵. Manuela Hasse preconiza que este é um conceito em constante mutação assumindo diversos significados consoante o período histórico a que diz respeito. Segundo a autora, no final do século XIX, *sport* era um novo elemento da cultura definido como um jogo, um divertimento ou uma diversão que tinha sido trazido para Portugal pelas elites: “Davam-lhe o nome de *sport* essas práticas estranhas envoltas em tonalidades de brincadeiras de meninos e de excentricidades de adultos desafogados de preocupações. Tornavam-se conhecidos aos

⁹¹ Cf. SILVA, António Moraes (1813) “Depôrte”, Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado, Lisboa, Typografia Lacerdina.

⁹² Cf. FIGUEIREDO, Cândido de (1899) “Sport”, *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Editora Cardoso e irmão.

⁹³ Cf. SERPA, Homero, op. cit., p. 46.

⁹⁴ Cf. SÉRGIO, Manuel e FEIO, Noronha (editores) (1979) *Homo Ludicus – Antologia de Textos Desportivos da Cultura Portuguesa*, Volume 1, Lisboa, Compendium, pp. 7-8; BENTO, Jorge Olímpio (1987) *Desporto, Matéria de Ensino*, Lisboa, Ed. Caminho, pp. 15-17; CARVALHO, A. Melo de (2019) *Desporto na Cidade: Interrogar as atividades desportivas e os seus espaços urbanos*, Câmara Municipal do Seixal, ACD Print, S. A.

⁹⁵ HERBERT, G. (1946) *Le Sport contre l'éducation physique*, Paris, Librairie Vuibert, p. 7.

poucos entre as populações da capital e das suas redondezas, introduzidas por membros da nobreza e da alta burguesia. Correspondiam a hábitos e a costumes ingleses, daí uma certa condescendência favorável à invasão de um novo elemento de cultura.”⁹⁶ Mas o que era afinal o *sport*? Era “uma atividade livre e voluntária, um sistema de regras, possuía uma estrutura dramática e o resultado dos lances desenrolados no decurso das várias jogadas que faziam o jogo, permanecia, em grande medida uma incógnita. Esse jogo implicava, em maior ou menor grau, a mobilização do corpo, a participação total do jogador. Daí que fosse também considerado como um exercício, uma vez que colocava em ação as diferentes partes e capacidades do corpo humano, conjugar planos, intensidades e eixos variados, princípios inerentes à educação física.”⁹⁷

A imprensa foi refletindo esta evolução, tornando-se uma ferramenta essencial para compreender de que modo o *sport* era entendido e percebido pelos portugueses, a mesma imprensa que anos mais tarde irá desempenhar um papel tão importante na divulgação dos ideais defendidos por Pierre de Coubertin. Procurando informar e fazer pedagogia junto dos seus leitores, os jornais dedicaram numerosas páginas à análise e discussão do conceito de *sport*, avançando várias definições, em que realçou algumas das suas vantagens, e ao longo da última década do século XIX repetiu por diversas vezes qual a sua importância para a regeneração da raça. A este propósito, o jornal *A Tarde*, de 10 de fevereiro de 1894, informou os seus leitores que “O *Sport* é o exercício, o exercício é a vida duma ou mais classes e como consequência é talvez no futuro o renascimento físico do nosso povo (...). A população robustece-se a pouco e pouco e não longe virá o dia em que o povo português reconhecerá as vantagens da educação física e os seus magníficos resultados”⁹⁸. Também o *Diário Ilustrado*, de 20 de março de 1894, publicou a este respeito “atendendo ao benefício que pode ser para o nosso país espalhar-se o *sport* alcançando-se assim um bom passatempo para muitos, e simultaneamente o seu desenvolvimento, ou ainda talvez o apuramento de toda a nossa raça debaixo de todos os pontos de vista que toda a gente clama, que hoje caminha numa triste decadência (...)”⁹⁹. Não deixa de ser curioso, e um bom exemplo, do atraso português, que tenha sido no ano em que Pierre de Coubertin realizou o primeiro Congresso Olímpico, que nas páginas da

⁹⁶ HASSE, Manuela (1999), op. cit., p. 305.

⁹⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 308.

⁹⁸ Cf. *A Tarde*, 10/02/1894, p. 3.

⁹⁹ Cf. *Diário Ilustrado*, 20/03/1894, p. 1.

imprensa portuguesa se avançassem, ainda, definições do significado de desporto e se apontassem as vantagens da educação física.

Esta tendência seria continuada no ano seguinte, quando na primeira edição do jornal *O Tiro Civil*, datada de 7 de março de 1895, os redatores foram claros ao declarar qual era a sua intenção com a criação daquela publicação: "somos absoluta e completamente dedicados ao fim especial de darmos notícias e informações, que digam respeito ao tiro, à esgrima, à ginástica, à caça, conservando-nos estranhos a toda e qualquer política, pois o nosso intento é fazer propaganda em favor de uma instrução, que pode despertar na sociedade portuguesa os antigos brios e arreigar no coração de todos a ideia de bem defender a autonomia da terra, que nos foi berço, a integridade da pátria, a honra e o brio de um povo, que tem tradições gloriosas e um passado ilustre".¹⁰⁰

No entanto, apesar dos diversos artigos em prol do desenvolvimento do desporto, as redações dos jornais exibiram por vezes alguma decepção, por o resultado que esperavam, ainda estar longe de ser alcançado. Exemplo disto é a análise feita a 19 de fevereiro de 1897, nas páginas do jornal *O Sports*: "O *sport* ainda não foi compreendido como deve ser, em Portugal. O público não se afeiçoa a este ramo da vida, porque o acha absurdo, sem interesse, o que é sem dúvida motivado pela maneira como é usado, pelos nossos *sportsmen*, se assim lhe podemos chamar. O corredor português não tem *trainings* adequados às suas forças, de maneira que abusa (...)".¹⁰¹ Os alicerces em que os princípios do Movimento Olímpico deveriam assentar em Portugal eram, por isso, muito pouco firmes, sintoma que, de resto, se irá refletir, também, nos fracos resultados alcançados pelo nosso País em várias edições de Jogos Olímpicos.

Contudo, no início do século XX a divulgação e promoção do *sport* na imprensa intensificou-se, mas continuava a fazer-se silêncio em torno do olimpismo e das acções que Pierre de Coubertin vinha fazendo tendo em vista a organização dos Jogos Olímpicos da era Moderna. Veja-se, por exemplo, o artigo publicado *Tiro e Sport*, a 15 de janeiro de 1904, em que se afirmava: "o culto do *sport* é levado ao delírio, os processos antigos decaíram da graça e hoje, para serem tolerados, requerem em quem os exhibe uma perícia excepcional; no que vae aparecendo já se requer sciencia; um sangue frio excedendo toda a medida, por que elle d'antes se aferia, e sobretudo o arrojo, que faz perigar a vida a cada passo."¹⁰² O desporto vai obtendo espaço e destaque de tal forma que a primeira edição

¹⁰⁰ "A nossa intenção" in *O Tiro Civil*, n.º 1, 7/03/1895, p.1.

¹⁰¹ Cf. *Jornal O Sport*, n.º 2, 19/02/1897.

¹⁰² "O grande sport", in *Tiro e Sport*, 15/01/1904, p. 14.

do jornal *Os Sports Illustrados*, publicado a 11 de junho de 1910, refere isso mesmo: “Os *sports* conquistaram um lugar primacial na educação corpórea do homem portuguez. As suas variantes espectaculares, as suas exhibições de caracter pedagogico, e as suas diversas formas educativas, exigiam um correspondente trabalho de vulgarização pela imprensa. A isso vem *Os Sports Illustrados*. (...) É necessário reunir todos os esforços para a preparação d’um despertar da raça sob o tríplice aspecto do vigor, da saúde e da beleza.”¹⁰³ Dias mais tarde, foi a vez de *Os Sports* publicar na edição de 18 de junho de 1910, um artigo sobre a evolução do *sport*: “Em Portugal, paiz pequeno e onde a rotina e o preconceito só a custo deixam penetrar uma ideia nova, o *sport* foi por muito tempo olhado por uns com indiferença, por outros com desdém, e pelos intelectuais como indigno de merecer a atenção de quem se preocupava com ideias e factos transcendentales. Nos *clubs* de *sport* havia núcleos de entusiastas que cultivavam com amor todos os exercícios *physicos*. Mas a maioria, o grande publico, permanecia indiferente. (...) Há alguns annos, porém, a par com o desenvolvimento extraordinário que todos os ramos do *sport* iam conquistando no estrangeiro, também entre nós a educação *physica* começou a ter o papel que lhe compete nas sociedades modernas. A propaganda tem-se feito em larga escala. Homens cheios de energia e paixão pelo *sport*, entregam-se com devoção à propaganda da educação *physica*, escrevendo artigos nos jornaes mais importantes, fazendo conferencias e promovendo festas.”¹⁰⁴

O desporto moderno, semelhante ao que é praticado nos nossos dias, tinha tido a sua origem em Inglaterra, muito por influência das *public schools*, instituições de ensino independentes do estado, de custo elevado e frequentadas apenas pelos filhos (homens) da aristocracia e alta burguesia. Devido ao ambiente competitivo que se vivia entre diferentes instituições escolares, começaram a surgir várias provas desportivas, entre as quais se destacam os jogos de futebol e de rugby¹⁰⁵ e os torneios regulares disputados entre Oxford e Cambridge, nas modalidades de remo e críquete, que surgiram antes de 1860, de atletismo, entre 1860-70 e de golfe, futebol, rugby e ténis a iniciarem-se entre os anos de 1870 e 1890.¹⁰⁶

¹⁰³ “O que vamos fazer”, in *Os Sports Illustrados*, n.º 1, de 11/06/1910, p. 1.

¹⁰⁴ “A evolução do “sport” em Portugal”, in *Os Sports Illustrados*, n.º 2, de 18/06/1910, p. 2.

¹⁰⁵ Cf. LEMOS, Danilo L. R. (2008), op. cit., pp. 11-29.

¹⁰⁶ HOBBSAWM Eric (2008) “A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914”, in *A invenção das tradições*, S. Paulo, Editora Paz e Terra S.A., p. 307.

O desporto, para o historiador britânico Eric Hobsbawm¹⁰⁷, foi considerado como uma das práticas mais interessantes do século XIX.¹⁰⁸ Segundo este autor, nas últimas três décadas do século XIX ocorreu uma transformação decisiva no desporto: não só através da divulgação das modalidades que já existiam, mas também na invenção de novas, fazendo-se a institucionalização na maioria delas, numa escala nacional e internacional. Esta institucionalização veio trazer uma maior visibilidade ao desporto, e consequentemente, um aumento da sua prática, até então circunscritas à aristocracia e à burguesia endinheirada capaz de assimilar o estilo de vida aristocrático, de modo a abranger uma fatia cada vez maior das classes médias.

Este desporto das classes médias combinava, assim, dois elementos da “tradição inventada” por Hobsbawm: o político e o social. Por um lado, representava uma tentativa consciente, embora nem sempre oficial, de formar uma elite dominante baseada no modelo britânico que suplementasse e competisse com os modelos continentais aristocrático-militares mais velhos; por outro, representava uma tentativa mais espontânea de traçar linhas de classe que isolassem as massas, principalmente pela ênfase sistemática no amadorismo como critério do desporto da classe média e alta. Note-se que o amadorismo vai ser amplamente discutido e defendido como condição essencial para a participação dos atletas nos Jogos Olímpicos. Hobsbawm defende ainda que, com o surgimento das competições internacionais, o desporto constituiu-se também como um meio de identificação nacional, promovendo um sentimento de unidade das nações ou impérios, da mesma forma que já acontecia com campeonatos inter-regionais.

¹⁰⁷ Cf. HOBBSAWM, Eric (2008) “Introdução: A invenção das Tradições” in *A invenção das tradições*, S. Paulo, Editora Paz e Terra S.A., pp. 9-25.

¹⁰⁸ Cf. HOBBSAWM, Eric (1990) *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge, Cambridge University Press.

1.3 O ADN da competição desportiva: modalidades e clubes

“O *sport* tem tomado nos últimos anos, um notável desenvolvimento entre nós. A propaganda da educação *physica* e dos jogos ao ar livre tem sido feita nos últimos tempos d’uma forma intensiva, e os adeptos d’essa santa cruzada teem augmentado prodigiosamente de anno para anno.

De entre todos os *sports*, porém, é talvez o *foot-ball* que mais rapidamente se tem desenvolvido no paiz, sendo enorme o numero de clubs, grupos e grupelhos que cultivam tão interessante quão útil exercício.

O *foot-ball* é mais complicado e mais scientifico do que pode julgar quem o não conhece senão superficialmente. E devemos dizer-lo, se há muito quem o jogue, há pouquíssimo quem o saiba jogar. E menos ainda quem saiba escrever sobre tão atraente quão difícil jogo...”

(“Foot-ball. As nossas criticas procuram orientar e ensinar”, in *Os Sports Illustrados*, n.º 1, 11/06/1910, pp. 1-2)

Em Portugal, tem sido consensual afirmar-se que o interesse pelos exercícios físicos de carácter lúdico, mas já integrando características competitivas, num formato próximo ao conceito de desporto moderno, surgiu em meados do século XIX. Falar da origem das modalidades desportivas e da criação de clubes e associações desportivas é fundamental para compreender o progresso do Movimento Olímpico e a evolução da participação de Portugal nos Jogos Olímpicos. Clubes e federações constituíram, desde sempre, a base do desporto organizado no nosso país, importa, contudo, ter, também, presente, que a introdução do desporto em Portugal esteve, tal como em vários países da Europa, a cargo da comunidade britânica residente e de portugueses com fortes ligações ao Reino Unido.

A regata realizada no Rio Tejo, em 1850, onde participaram cinco embarcações, por iniciativa de Abel Power Dagge, Edward Shirley, Alex Hudson, G. A. Hancock e do

comandante da Vixen, que se encontravam a bordo de uma escuna da marinha de guerra fundeada no Tejo, é consensualmente considerada como a primeira forma de desporto organizado em Portugal. Dois anos mais tarde, a 19 de agosto de 1852 realizou-se nova regata, desta vez no Dafundo e com a presença de 4 embarcações: o Corça, o William & Edward e o Arrow, todos de 13 toneladas, sendo o último propriedade de Abel Power Dagge, e o Patusco, de 7 toneladas. Esta regata foi noticiada internacionalmente como “the first regatta at Lisbon” no *The Illustrated London News*, a 11 de setembro de 1852, com a publicação da imagem e a informação da vitória do *Corça* sobre o *William & Edward*, que terminou a prova com um avanço de 4 minutos de 58 segundos¹⁰⁹.

A navegação surgia, assim, também, associada à preocupação de regeneração física da raça demonstrada pelos higienistas, mas, como veremos, tal como a natação ou o remo, associada também, a um conjunto muito mais amplo de actividades de lazer.

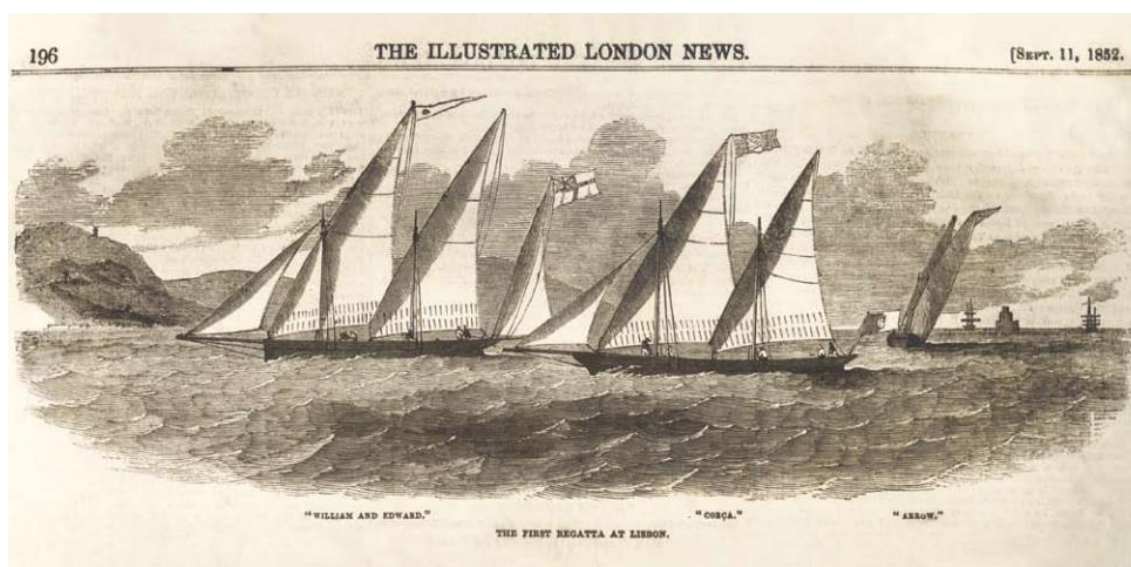


Imagem 2 – Regata realizada em Lisboa no dia 19 de agosto de 1852 (*The Illustrated London News*, 11/09/1852, p. 196)

Por iniciativa do Conde de Alcaçovas, em Paço de Arcos, realizou-se outra regata onde pela primeira vez o vencedor recebeu uma taça em prata. As primeiras competições desportivas em Portugal surgiram, assim, associadas à prática de modalidades náuticas.

Ainda que exista esta característica competitiva destas provas a verdade é que a vertente recreativa era ainda muito assentuada. Um bom exemplo disso é que a vela e natação apenas vêm a integrar as missões olímpicas portuguesas em 1924.

¹⁰⁹ Cf. AA. VV. (2007), op. cit., pp. 14-15.

É evidente que este caráter lúdico de muitas destas práticas desportivas contribuiu para a sua estruturação, ainda que de forma débil, não levando, no entanto à constituição de um calendário de eventos desportivos.

Durante muito tempo a historiografia considerou que o primeiro clube desportivo criado em Portugal foi a Associação Naval de Lisboa, em 1856¹¹⁰, contudo, investigações mais recentes permitem-nos referir a existência de outros dois clubes constituídos em Portugal, por iniciativa da comunidade inglesa residente no país. O Arrow Club¹¹¹, ligado uma vez mais ao desporto náutico, fundado em 1828, por Abel Power Dagge, reconhecido como um dos precursores da vela e do remo em Portugal e o Oporto Cricket & Lawn Tennis Club¹¹² fundado em 1855, por cidadãos britânicos, proprietários de várias companhias de vinho do Porto, que vieram residir para a cidade¹¹³.

As regatas, o futebol, o ténis, o rugby ou mesmo o críquete chegaram muitas vezes a Portugal por influência dos cidadãos estrangeiros, ou por portugueses pertencentes às famílias mais abastadas que, como era comum, iam estudar para fora do país. Eram muitas vezes estes jovens provenientes da burguesia e da aristocracia que animavam as feiras e festas realizadas nas principais cidades portuguesas, fazendo exercícios de ginástica de aparelhos e acrobacias juntamente com os artistas de circo, subiam trapézios, exibiam-se no jogo do pau, levantavam pesos e halteres, pegavam touros, remavam ‘guigas’ ou velejavam. Pode mesmo considerar-se que foram eles os grandes responsáveis e protagonistas desta fase de arranque do desporto em Portugal que, entre as tradições (atividades recreativas do passado) e a modernidade (novas práticas desportivas), procuravam uma nova identidade, no entanto a sua estrutura organizativa inicial primava pelo amadorismo.

Por influência britânica, tal como noutros países europeus, o futebol começou por ser uma modalidade praticada pelas elites e que mais tarde se massificou, popularizando-se, tornando-se transversal à sociedade portuguesa. Numa recente publicação de Elisa Gomes da Torre, tivemos conhecimento da viagem e estadia no Fayal, de JP Morgan, entre novembro de 1852 e abril de 1853, e encontrámos referências no seu diário de viagem de ter jogado futebol “pontapeado com o pé” e “kicked football” “no relvado”.

¹¹⁰ Homero Serpa (2007), *op. cit.*, p. 54; HASSE, Manuela (1999), *op. cit.*, p. 315.

¹¹¹ Clube Naval de Lisboa, disponível em: <http://www.clubenavaldelisboa.pt/#quem-somos>, acedido a 26 de abril de 2020.

¹¹² Oporto Cricket and Lawn Tennis Club, disponível em: <https://www.oportocricketclub.com/history.htm>, acedido a 7 de fevereiro de 2019.

¹¹³ NUNES, Rita (2019b) “A importância do Desporto na Grande Guerra (1914/1919)” in *A Grande Guerra e os Açores: Da Estratégia Naval à Pneumónica, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições*, pp. 251-260.

Apesar de não haver referência aos parceiros de jogo, a autora supõe que os jogos se realizassem com os tripulantes ingleses dos barcos ancorados na cidade da Horta¹¹⁴. Outra referência da realização de um jogo de futebol, data de 1875, na Camacha, ilha da Madeira. O responsável foi Harry Hinton, um jovem inglês aí residente que era filho de um industrial açucareiro e que touxe de Londres, onde estudava, uma bola de futebol para a ilha.

Treze anos depois, em 1888, há registo da realização de um outro jogo de futebol, desta vez no Jardim da Parada, em Cascais. O futebol tinha chegado à vila de duas formas distintas: por um lado através da comunidade britânica residente em Carcavelos, que trabalhava na Estação do Cabo Submarino, outra, graças à iniciativa dos irmãos Pinto Basto, Eduardo, Frederico e Guilherme, filhos de Eduardo Pinto Basto, o dono da E. Pinto Basto e Companhia, Lda. uma importante firma comercial com sede em Lisboa. Os três rapazes estudavam em Inglaterra, e de lá tinham trazido as primeiras bolas de futebol. Na verdade Guilherme Pinto Basto será mesmo considerado um dos primeiros desportistas portugueses, tendo vindo a ser mais tarde, fundador e diretor do Clube Internacional de Futebol das Laranjeiras.¹¹⁵ Nova partida terá sido realizada, no ano seguinte, mais precisamente, às 13 horas do dia 22 de janeiro de 1889, desta vez em Lisboa, com o desafio a realizar-se nos terrenos onde um ano mais tarde seria construída a Praça de Touros do Campo Pequeno. Neste jogo defrontou-se uma equipa de lisboetas e uma equipa de ingleses residentes na capital. Venceram os lisboetas, pela margem mínima¹¹⁶.

Não deixa de ser significativo que nenhuma das modalidades com que, anos mais tarde, Portugal fez a sua estreia nos Jogos Olímpicos tivessem por esta altura a visibilidade e o nível de desenvolvimento que o futebol começava a alcançar. Importa reter esta ideia e relacioná-la com a prática desportiva na atualidade, compreendendo, desde logo, as dificuldades que ainda se fazem sentir em termos de obtenção de medalhas e de bons resultados desportivos no âmbito dos Jogos Olímpicos.

Para que os jogos de futebol fossem compreendidos por todos e jogados de acordo com regras oficiais, Carlos Xafredo, à data presidente do Ginásio Clube Português, fez a tradução para língua portuguesa das Leis do Futebol cabendo ao Ginásio Clube a organização de vários jogos em Lisboa.¹¹⁷ Iniciou-se, então, uma conjuntura em que os

¹¹⁴ TORRE, Elisa Gomes da (2021) *My SweetFayal. Diário de viagem de J. Pierpont Morgan nos Açores, Fayal, novembro 1852 > abril 1853*, Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, pp. 56-75.

¹¹⁵ Idem, ibidem, pp. 251-260.

¹¹⁶ Cf. Biblioteca Nacional (2004) *Desportos & Letras*, Lisboa, Biblioteca Nacional, p. 21.

¹¹⁷ Cf. ALVAREZ, Garcia (2000), op. cit., pp. 33-52.

desafios de futebol se tornaram cada vez mais regulares, despertando o interesse dos portugueses, tanto como agentes diretamente ligados ao jogo, quer indiretamente, através da mobilização de centenas e milhares de pessoas que assistiam, contudo a estreia de uma equipa de futebol nos Jogos Olímpicos apenas iria acontecer em 1928. Não é por isso estranho que tenha sido entre o final do século XIX e início do século XX que surgiram diversos clubes dedicados à prática do futebol. Alguns deles ainda hoje existem e disputam os principais campeonatos e ligas nacionais como são os casos da Associação Naval 1.º de Maio (1893), Foot-Ball Clube do Porto (1893), Clube Internacional de Foot-Ball (1902), Boavista Foot-Ballers (1903), Sport Lisboa e Benfica (1904), Sporting Clube de Portugal (1906), Vitória Futebol Clube (1910) ou o Club Sport Marítimo (1910)¹¹⁸.

Tal como aconteceu com o futebol, também a introdução do ténis¹¹⁹ em Portugal foi fortemente influenciada pela ação de Guilherme Pinto Basto¹²⁰, tarefa em que foi, secundado, por membros da comunidade britânica a residir em Portugal. Em 1880, apenas sete anos após a publicação do “Regulamento do Jogo do Lawn-Tennis”, da autoria do major inglês Walter Clopton Wingfield, começaram a realizar-se jogos de ténis em Portugal. Numa primeira fase disputados pela comunidade inglesa residente no Porto, Cascais e Carcavelos, depois pelos comerciantes ligados à exportação do Vinho do Porto, diplomatas e os operários envolvidos na construção do cabo telegráfico submarino em Carcavelos. A expansão desta modalidade junto da aristocracia portuguesa ficou a dever-se, também, à iniciativa do Rei D. Carlos, que foi, um dos primeiros praticantes da modalidade em Portugal. A paixão que tinha pela modalidade levou-o mesmo a construir *courts* no Palácio das Necessidades e em várias das casas que a família real habitava. Refira-se que a prática desportiva tinha desde sempre feito parte da vida de D. Carlos, que desde criança que se tinha dedicado ao remo, natação, tiro e equitação, é neste sentido que se deve entender a forma como as poucas provas desportivas existentes eram encaradas não como momentos competitivos, mas como espaços de sociabilização entre as elites portuguesas, espaços esses que nas primeiras décadas do século XX começaram a atrair a presença de público.

¹¹⁸ Cf. NUNES, Rita (2019b), op. cit., pp. 251-260.

¹¹⁹ Cf. <http://www.tenis.pt/index.php/fpt/tenis-em-portugal>

¹²⁰ Guilherme Pinto Basto (01/02/1864 – 26/07/1957) estudou em Portugal até aos 14 anos tendo depois continuado os estudos no Colégio de Frades Beneditinos – Colégio de Downside, em Inglaterra. Tornou-se um dos primeiros desportistas portugueses, praticando diversas modalidades com destaque para o futebol e o ténis, onde conquistou o título de campeão nacional durante nove anos. Com os irmãos Frederico e Eduardo foi um dos grandes responsáveis e impulsionadores do futebol em Portugal.

Entre o final do século XIX e o início do século XX foram introduzidas outras modalidades desportivas em Portugal. Em 1901, chegaram às Caldas da Rainha cerca de 350 refugiados boers. Homens, mulheres e crianças fugiram à guerra contra os ingleses na África do Sul. Juntamente com outras tradições, trouxeram consigo o hábito da realização de jogos de críquete e rugby. Este último causava bastante estranheza, provavelmente pelo uso de uma bola oval, atraindo muitos caldenses até ao parque onde, habitualmente, as partidas eram disputadas¹²¹. Sob influência norte-americana foi introduzido, também, em Portugal, em 1913, o basquetebol. Foi adotado por iniciativa da Associação Cristã da Mocidade, filiada na *Young Men Christian Association* (YMCA) e conquistou os primeiros jogadores e adeptos junto da comunidade religiosa, mas, rapidamente, se disseminou junto do circuito militar, e da elite universitária¹²².

Os militares contribuíram para o desenvolvimento desportivo nacional nas suas atividades a prática de várias modalidades desportivas, nomeadamente o tiro, a esgrima e as provas equestres. Foram criadas carreiras de tiro e diversas salas de armas onde, numa primeira fase, era comum a presença de mestres de outras nacionalidades. Note-se que, apesar da massificação do futebol que já tivemos oportunidade de analisar, a esgrima, nos últimos anos da monarquia e nos primeiros da república, era uma das mais importantes modalidades desportivas em Portugal e uma das práticas desportivas favoritas dos membros da família real. As festas de esgrima, os assaltos e os torneios realizavam-se em espaços privilegiados das grandes cidades e atraíam uma numerosa assistência das elites.¹²³ Como forma de desporto organizado a esgrima vai evoluir de forma distinta da ginástica, que, como vimos, tinha surgido nos primórdios da organização desportiva muito associada à educação física implementando-se e desenvolvendo-se através da componente escolar, mas com uma influência mais “popular” muito associada às artes circenses e aos grupos de acrobatas. A força e o nível do desporto militar em Portugal vai evidenciar-se na constituição das primeiras missões olímpicas e na conquista de medalhas, com grande parte dos atletas a serem militares de carreira, desde logo porque foi a instituição militar quem rapidamente compreendeu e percepcionou as vantagens da prática da actividade física regular, sobretudo se associada à defesa, em que se incluem desde logo a esgrima, mas também o tiro.

¹²¹ Cf. CIPRIANO, Carlos (2015) “Os refugiados Boers nas Caldas da Rainha no princípio do séc. XX”, in *Gazeta das Caldas*, 15 de maio de 2015, pp. 23-26. A este respeito sabe-se que outros refugiados boers foram acolhidos em Peniche, Alcobaca e Abrantes.

¹²² Cf. KUMAR, Rahul (2014), op. cit., p. 51.

¹²³ Cf. VILARINHO, José (1993) *Espadas e Floretes*, Lisboa, [s.n.], p. 5.

Em 1875, foi criado o Ginásio Clube Português, que no início da sua atividade se dedicava quase por exclusivo à ginástica, muito por influência dos artistas que se exibiam no Circo Price. O primeiro Concurso de Ginástica realizado em Portugal teve lugar em Belém, a 17 de maio de 1885.¹²⁴ O Ginásio Clube viria, de resto, a tornar-se de grande ecletismo e de enorme influência no desenvolvimento do desporto português, alargando a prática dos seus associados à esgrima, ciclismo, tiro, equitação e outras modalidades¹²⁵ desempenhando também uma função extremamente importante no que se refere à organização das primeiras provas e competições em Portugal. Veja-se que ainda hoje o Ginásio Clube Português é um conceituado e importante clube no âmbito do associativismo desportivo e referência num conjunto alargado de modalidades desportivas que continuam a integrar o programa olímpico.

A natação foi outra das modalidades que cedo despertou a atenção dos portugueses. Ainda sem piscinas, a prática e aperfeiçoamento das técnicas foi-se fazendo nos rios e no mar. Exemplo disso é a publicação em 1862 da *Arte da Natação* e o *Manual completo do nadador*, que aconselhava a sua prática no oceano, entre maio e agosto, se as condições atmosféricas fossem favoráveis¹²⁶. Mas também no que diz respeito a esta modalidade o conceito de "recriação" e lazer continuavam a estar associados à sua prática.

Foi, também, no Ginásio Clube Português, que à data ainda utilizava o título de “Real”, que se organizou, em 1896, o primeiro combate de boxe com assistência do público¹²⁷. A partir de então o boxe, considerado até ao final da primeira Guerra Mundial uma nobre arte, “inteligente e coordenada esgrima de punhos, cheia de elegância de subtilidade”¹²⁸, iniciou um processo de popularização, de certa maneira, também, porque possibilitou as classes operárias, mais desfavorecidas, a encontrar na sua prática uma oportunidade de “carreira” capaz de lhes possibilitar uma forma de mobilidade e ascensão social, algo difícil de alcançar na sociedade portuguesa de finais do século XIX .

De uma nobre arte, o boxe passou a ser considerado um “choque violento, por vezes cruel e monótono, de dois jogadores ignorantes da esgrima e da finta, mas senhores

¹²⁴ Cf. HASSE, Manuela (1999), op. cit., p. 259.

¹²⁵ Cf. FERREIRA, Fernando (2004) “*Síntese da História do Desporto*”, in *Revista Povos & Culturas*, N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 151-172.

¹²⁶ Cf. AA. VV. (2007), op. cit., p. 22.

¹²⁷ Cf. ALVAREZ, Garcia (2000), op. cit., pp. 33-52.

¹²⁸ Cf. KUMAR, Rahul (2014), op. Cit., pp. 43-47.

de forte musculatura e robusta compleição”¹²⁹, em que, gradualmente, o profissionalismo passou a ganhar terreno ao amadorismo.

No entanto, a modalidade que atingiu um maior nível de desenvolvimento nos anos 80 do século XIX, foi o ciclismo, que nessa altura se designava velocipedia, por esta altura ainda muito associada, também, ao lazer e à recreação, uma vez que a União Velocipédica organizou vários passeios um pouco por todo o país. A primeira competição oficial, realizada em Portugal, teve lugar a 17 de maio de 1885, no Hipódromo de Belém, durante um festival de atletismo promovido pelo Ginásio Clube Português¹³⁰. O ciclismo ganhou rapidamente muitos adeptos o que acabou por originar a construção de instalações desportivas nomeadamente, o Velódromo D. Carlos, em Algés, em 1888, a pista das Carrancas, em 1889 e o Velódromo Dona Amélia, inaugurado em 1895, ambos localizados na cidade no Porto, mas também pela abertura, em 1895, da primeira fábrica de construção de velocípedes em Portugal, por iniciativa de George Frechou. Frechou obteve, mesmo, uma licença de exclusividade de fabrico durante 10 anos, o que possibilitou uma diminuição dos custos de aquisição de bicicletas, devido aos valores elevados das respetivas taxas de importação¹³¹.

Este desenvolvimento da velocipedia levou o jornal *Sport Velo* a noticiar, a 14 de janeiro de 1897, que a modalidade era “de todos os ramos de *sport* aquele que maior desenvolvimento conseguiu atingir”.¹³² Na verdade, este desenvolvimento originou a criação a 14 de dezembro de 1899, da União Velocipédica Portuguesa (UVP), que passou a organizar, as primeiras atividades de excursionismo velocipédico, ou seja, uma forma de cicloturismo institucionalizado, no qual, para surpresa de alguns, começaram a participar alguns membros do operariado.¹³³ No entanto, foi apenas a 1 de julho de 1901, através do despacho da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que a União Velocipédica Portuguesa foi legalmente instituída¹³⁴, numa altura que já estava representada em mais de trinta localidades¹³⁵. Importa sublinhar que apesar de ser comum afirmar-se que a UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo (UVP-FPC)¹³⁶, designação utilizada a partir de 1944, é a federação desportiva nacional mais antiga, para corroborar

¹²⁹ Cf. KUMAR, Rahul (2014), op. Cit., pp. 43-47.

¹³⁰ Cf. BARROSO, Miguel (2001), op. cit., pp. 11-40.

¹³¹ Cf. Romeu Correia, José Bento Pessoa - Biografia, Figueira da Foz, Casino Figueira, 2013, p. 53.

¹³² Cf. Félix Bermudez, *Sport Velo* (1897), 14 de janeiro de 1897, 2014, p. 3.

¹³³ Vítor Costa, “O desporto e a sociedade em Portugal, fins do Século XIX - Princípios do Século XX”, Tese de Mestrado em História Social Contemporânea, apresentada ao ISCTE, Lisboa, 1999, p. 60.

¹³⁴ Cf. BARROSO, Miguel (2001), op. cit., pp.11-40.

¹³⁵ Cf. PIRES, Gustavo (2016), op. cit., pp. 14-16.

¹³⁶ Cf. Estatutos da UVP-FPC, disponíveis em <https://www.fpciclismo.pt/uvp-fpc#>, acedidos a 28/04/2020.

esta afirmação devemos acrescentar, a mais antiga e em atividade continua, uma vez que a União dos Atiradores Civis Portugueses (UACP)¹³⁷, criada por decreto régio do Rei D. Carlos, datado de 1892, foi efetivamente a primeira. Esta, no entanto, registou várias alterações de designação e até períodos de inatividade. Desta União surgiu, em 1898, a União dos Atiradores Civis, que em 1916 se transformou na Federação do Tiro Nacional Português, e mais tarde, em 1948, na atual Federação Portuguesa de Tiro.

Para além das provas de estrada que atraíam cada vez mais espectadores, também as provas realizadas nos velódromos foram, ao longo do tempo, ganhando mais adeptos. Foi neste contexto que se realizaram, na primeira década do século XX, provas no Velódromo do Jardim Zoológico, que chegaram a contar com assistências de três a cinco mil pessoas¹³⁸.

Neste contexto, não se encontram muitas referências à prática desportiva realizada pelas mulheres. Note-se que, no início do século XX, as mulheres ainda tinham poucas oportunidades fora da esfera do lar e da família. O número de mulheres que se dedicavam à prática desportiva era bastante reduzido. Dizia-se que, no arquétipo da feminilidade, deviam ser mulheres frágeis, modestas e relutantes em fazer aparecer uma gota de suor nas suas testas¹³⁹. As que se dedicavam à atividade física, não deveriam realizar atividades competitivas e a sua indumentária deveria limitar-se ao vestido aceitável na época, mesmo durante a prática desportiva não se aceitavam exceções. As mulheres praticavam essencialmente desportos elegantes ou mesmo apelidados de “*ladylike*”¹⁴⁰ como: o ténis, o croquet, o ciclismo, patinagem no gelo, a ginástica e o golfe. As mulheres aristocratas dedicavam também algum do seu tempo à prática de desportos equestres e à vela. Já a prática de desportos mais exigentes fisicamente como o hóquei, o cricket, a natação ou o atletismo, não eram publicamente aceites¹⁴¹. É nesta conjuntura que devemos mencionar, pela sua singularidade, o exemplo de duas professoras que, em 1889, na cidade do Porto, ofereciam os seus serviços como professoras de meninas, lecionando as disciplinas de ginástica, dança e piano, com as aulas a terem lugar nas casas das professoras ou das alunas¹⁴². Encontra-se ainda a participação feminina na realização de

¹³⁷ Cf. Estatutos da FPT, disponíveis em: <https://fptiro.pt/estatutos/>, acedidos a 28/04/2020.

¹³⁸ Cf. KUMAR, Rahul (2014), op. cit., p. 38.

¹³⁹ Cf. NUNES, Rita (2019a) Women athletes in the Olympic Games, in *Journal of Human Sport and Exercise*, Issue 3, Volume 14, 2019, pp. 674-683. doi: <https://doi.org/10.14198/jhse.2019.143.17>

¹⁴⁰ LEDER, Jane (1996) *Grace & Glory. A Centenary of Women in the Olympics*, Canada, Triumph Books, 1996, pp. VIII-IX.

¹⁴¹ NUNES, Rita (2018) “As Mulheres nos Jogos Olímpicos” in *Desporto, Género e Sexualidade* (Coord. José Manuel Constantino e Maria Machado), Lisboa, Visão e Contextos, setembro 2018, pp. 117-144.

¹⁴² Cf. HASSE, Manuela (1999), op. cit., pp. 228-229.

regatas, uma na Foz (Porto) a 29 de agosto de 1863, em que uma das classes em prova era composta por “barcos remados por mulheres de Avintes”¹⁴³ e outra em Paço de Arcos, a 27 de setembro de 1896 que integrava “corridas de escaleres tripulados por senhoras”¹⁴⁴. O *Diário de Notícias* de 17 de setembro de 1868 referiu também que “algumas senhoras que se acham a banhos em Cascais estão-se tornando notáveis na arte da natação”¹⁴⁵ e no Sporting Club de Portugal, clube maioritariamente frequentado pela aristocracia e pela burguesia nacional, era comum a realização de jogos de ténis disputados por senhoras, contudo, a presença feminina era mais notória na distribuições de prémios e nas receções que o clube fazia aos adversários, após diversos jogos ou desafios¹⁴⁶. Por tudo isto importa ter presente que a primeira participação feminina portuguesa nos Jogos Olímpicos aconteceu apenas em 1952.

Em 1902, realizou-se a primeira regata oceânica, entre Leixões e Cascais, esta “iniciou-se pelas 10 horas do dia 10 de setembro de 1902 e terminou com a vitória do *Lia*, que chegou a Cascais as 10 horas, 5 minutos e 25 segundos do dia 12, gastando mais de 48 horas para percorrer as 170 milhas definidas”¹⁴⁷. No mesmo ano, a 26 de outubro, realizaram-se as primeiras corridas de automóveis entre a Figueira da Foz e Lisboa, e que tiveram no príncipe D. Afonso, também conhecido como “o Arreda” (amante da velocidade, era comum conduzir o seu automóvel nas ruas de Lisboa, e gritar “arreda, arreda!” para as pessoas saírem da frente do seu automóvel) um dos seus principais impulsionadores.¹⁴⁸

Em 1904, realizou-se o primeiro Concurso Nacional de Tiro, em que 27 atiradores disputaram a Taça D. Carlos¹⁴⁹. Em 1906, realizou-se no Alfeite, a 15 de outubro, o primeiro Campeonato Nacional de Natação¹⁵⁰, para no ano seguinte, se organizar, entre a Trafaria e Pedrouços, a primeira travessia a nado do Rio Tejo¹⁵¹. Nesse mesmo ano realizou-se, ainda, a primeira grande competição de esgrima no nosso país, a Taça António Martins, em espada, organizada pelo Clube Nacional de Esgrima¹⁵².

¹⁴³ Cf. “Club Naval Portuense” in *Jornal do Porto*, 13/08/1864.

¹⁴⁴ Cf. “A mulher na Associação Naval de Lisboa”, acessível em: <http://remo-historia.blogspot.com>, acedido a 9/05/2020.

¹⁴⁵ Cf. *Diário de Notícias*, 17/09/1868.

¹⁴⁶ Cf. SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 273.

¹⁴⁷ Cf. AA. VV. (2007), op. cit., p. 58.

¹⁴⁸ Cf. PIRES, Gustavo (2012a), op. cit., p. 24.

¹⁴⁹ Idem, ibidem, p. 18.

¹⁵⁰ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 24-31.

¹⁵¹ Cf. MARQUES, José A. (1980), op. cit., pp. 17-18.

¹⁵² Cf. VILARINHO, José (2016), op. cit., pp. 113-118.

O primeiro *match de water polo*¹⁵³, como era designado à data, aconteceu a 13 de outubro de 1907 e a edição da revista *Tiro e Sport*, de 31 de outubro, deu destaque à competição disputada entre marinheiros que, mostrando brio, resistência e coragem entusiasmaram a assistência que contava com a presença do Rei e da Rainha. Este periódico aproveitava a ocasião para dar a conhecer o jogo descrevendo-o como uma espécie de *football* na água, disputado por duas equipas, de sete homens cada, com fatos e gorros diferentes, executado dentro de um retângulo de 27 por 18 metros, constituído por quatro vigas sólidas e engenhosamente ligadas¹⁵⁴.

A 1.^a Liga da Football Association foi organizada na época de 1906/1907¹⁵⁵ e a primeira exibição da Seleção Nacional de Futebol, embora ainda não fosse designada como tal, decorreu em Espanha, na cidade de Huelva, no dia 27 de agosto de 1910. O resultado final foi favorável à equipa portuguesa que venceu o Club Recreativo de Huelva por 4 bolas a 2¹⁵⁶.

No ano seguinte, em 1911, organizou-se a prova que alcançaria maior sucesso no ciclismo nacional: o Porto-Lisboa. O seu vencedor foi Charles George, que demorou cerca de 18 horas a completá-la¹⁵⁷.

Muitas destas iniciativas contaram com a presença de vários elementos da Família Real. Para além da instalação de um ginásio no Palácio Real da Ajuda, em 1878¹⁵⁸, por iniciativa do Rei D. Luís I e cujo objetivo foi integrar a componente física na educação dos príncipes D. Carlos e D. Afonso através da prática da ginástica, lecionada por famosos professores, entre os quais Luís Monteiro, considerado o primeiro professor de ginástica português¹⁵⁹, e da esgrima através de reconhecidos mestres, como o professor francês Petit¹⁶⁰ e António Martins, fundador da Escola Nacional de Esgrima¹⁶¹, a Família Real foi ao longo dos anos prestando o seu apoio à organização de regatas, provas, jogos e torneios. A estas iniciativas, juntou-se a cedência de terrenos para a construção de campos de jogos e velódromos e a atribuição de diversos títulos de “Real” aos clubes que mais contribuíam para o desenvolvimento desportivo em Portugal.

¹⁵³ Cf. AA. VV. (2007), op. cit., p. 73.

¹⁵⁴ “Festa da Aramada na Bahia de Cascaes”, in *Tiro e Sport*, 31/10/1907, p. 4.

¹⁵⁵ Cf. AA. VV. (2004), op. cit., p. 37.

¹⁵⁶ Cf. *Idem*, *ibidem*, pp. 23-24.

¹⁵⁷ Cf. SANTOS, Ana (2011), op. cit. pp. 13-36.

¹⁵⁸ Cf. <http://www.gcp.pt/gcp/historia-e-patrimonio/momentos-historicos/1870-1879>

¹⁵⁹ Cf. PIRES, Gustavo (2012a), op. cit., pp. 12-41.

¹⁶⁰ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 24-31.

¹⁶¹ Cf. PIRES, Gustavo (2012a), op. cit., pp. 12-41.

Entre meados do século XIX e início do século XX surgiram, assim, diversas agremiações, clubes e associações desportivas que vieram potenciar a abertura do desporto a um conjunto cada vez mais alargado de praticantes e a uma audiência cada vez maior, garantindo também uma maior abrangência territorial e geográfica, à medida que avançamos para o século XX. A tabela seguinte sintetiza as principais agremiações desportivas que foram constituídas em Portugal entre 1828 e 1920:

Clubes e Associações	Ano de fundação
Arrow Club - Lisboa	1828
Oporto Cricket & Lawn Tennis Club	1855
Associação Naval de Lisboa	1856
Lisbon Criket Club	1861
Oporto Boat Club	1866
Ateneu Comercial do Porto	1869
Ginásio Clube Português - Lisboa	1875
Clube Fluvial Portuense	1876
Sporting Clube de Cascais	1879
Sociedade União 1.º de Dezembro - Sintra	1880
Ateneu Comercial de Lisboa	1880
Clube Velocipedista Portuense	1880
Associação Académica de Coimbra	1887
Clube Naval de Lisboa	1892
Associação Naval 1.º de Maio – Figueira da Foz	1893
Foot-Ball Clube do Porto	1893
Ginásio Clube Figueirense – Figueira da Foz	1895
Sport Club Vianense – Viana do Castelo	1898
Centro Nacional de Esgrima – Lisboa	1901
Clube Internacional de Futebol	1902
Sport Club de Belas – Sintra	1902
Automóvel Club de Portugal - Lisboa	1903
Boavista Foot-Ballers	1903
Sport Lisboa e Benfica	1904
Campo Grande Foot-ball Club - Lisboa	1904
Football Cruz Negra - Lisboa	1905
Sporting Clube de Portugal	1906
Sport Club Imprério - Lisboa	1908
Fayal Sport Club - Açores	1909
Sport Grupo Sacavenense - Loures	1910
Sporting Clube Farense	1910
Club Sport Marítimo - Madeira	1910
Clube Desportivo Nacional - Madeira	1910

Vitória Futebol Clube – Vitória de Setúbal	1910
Sport União Sintrense	1911
Sport Comércio e Salgueiros - Porto	1911
Carcavelinhos Foot-ball Club - Lisboa	1912
Portimonense Sport Club	1914
Sporting Clube de Espinho	1914
Varzim Sport Club	1915
Sport Algés e Dafundo	1915
Grupo Dramático e Sportivo de Cascais	1915
Caldas Sport Clube - Caldas da Rainha	1916
Lusitano Futebol de Vildemoinhos - Viseu	1916
Sport Clube União Torreense - Torres Vedras	1917
Lisboa Ginásio Clube	1918
Clube de Futebol “Os Belenenses” - Lisboa	1919
Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio - Tires	1919
Casa Pia Atlético Clube - Lisboa	1920
Sporting Clube de Coimbrões - Vila Nova de Gaia	1920

Tabela 2 – Principais agremiações desportivas constituídas em Portugal entre 1828 e 1920 (tabela foi elaborada pela autora com base na recolha de diversa documentação de arquivo e bibliografia)

Para se regulamentar um número cada vez maior de clubes, o desejo de competições mais justas e organizadas de forma mais regular, foram criadas em diversas modalidades as ligas, federações e em algumas modalidades, as associações distritais. Sentia-se a necessidade da existência de uma estrutura que, hierarquicamente, se situasse acima dos clubes que definisse as regras, regulamentos, calendários e classificações, uma vez que o desejo de apurar/classificar quem era o melhor, o mais rápido ou o mais forte, começou a ganhar importância no âmbito desportivo. Assim, nas primeiras décadas do século XX, surgiram diversas ligas e federações desportivas, que se juntam às já referidas anteriormente, formadas ainda no final do século XIX, nas modalidades de ciclismo e tiro.

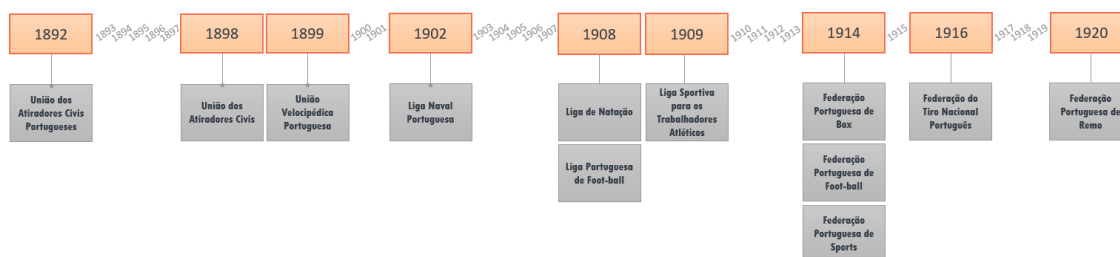


Imagem 3 – Uniões, Ligas e Federações Desportivas constituídas em Portugal entre 1892 e 1920 (a imagem foi elaborada pela autora com base na recolha de diversa documentação de arquivo e bibliografia)

No domínio das associações distritais, importa sublinhar o caso da modalidade cuja prática se encontrava mais avançada: o futebol. A primeira associação distrital surgiu em Lisboa (1906), seguindo-se Portalegre (1911), Porto (1913), Funchal (1916), Braga (1922), Coimbra (1922), Faro (1922) e Évora (1922), para no final da década todos os distritos terem já a sua Associação de Futebol¹⁶². Esta hierarquia veio, sem dúvida dar um grande contributo à organização desportiva, com uma melhoria dos quadros competitivos, desde logo através da criação de regulamentos específicos para cada prova ou iniciativa, permitindo a passagem das competições de nível local, realizadas sobretudo nas grandes cidades, para um nível de organização geográfico mais amplo, o regional e, mais tarde, o nacional. O *sport*, termo que ainda era utilizado, evoluiu e passou a integrar as características fundamentais do desporto moderno, com funções recreativas, educativas, de espetáculo e até gerador de receitas.

Naturalmente que esta evolução se deu precocemente e de forma mais rápida em sociedades culturalmente mais desenvolvidas e mais industrializadas. Recorde-se que Portugal era no final do século XIX um país em que a atividade dos seus trabalhadores era dedicada 62% à agricultura, 20% à indústria e 18% aos serviços¹⁶³. A taxa de analfabetismo rondava os 80% e o número de estudantes entre os 20 e os 24 anos que frequentavam o ensino superior não chegava a três por cada mil habitantes. O anuário de 1886 referia ainda que do ponto de vista da robustez física, mais de metade dos mancebos ficaram livres do serviço militar por falta de altura, peso ou de saúde.¹⁶⁴ É, uma vez mais, fácil adivinhar os frágeis alicerces em que, mais tarde, a edificação do Movimento Olímpico se iria fazer sustentar, importa ainda sublinhar, por outro lado, que das modalidades cujo desenvolvimento acabamos de analisar já integravam o programa olímpico no ano em que Portugal teve o seu primeiro representante no COI.

Um fator importante para perceber, também, a fraca disseminação do desporto junto da maioria da população é a duração da jornada de trabalho, bem como, o direito ao descanso. Estas questões estiveram sempre, ao longo do século XIX e início do século XX, no centro das lutas travadas pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores,

¹⁶² Cf. KUMAR, Rahul (2014), *op. cit.*, p. 48-51.

¹⁶³ Ver em particular: MARQUES, A.H. de Oliveira e ROLLO, Fernanda (1991) “O Surto Industrial”, in *Portugal da Monarquia para a República*, Nova História de Portugal, Vol. XI, Lisboa Editorial Presença, pp. 115-145; PEREIRA, Miriam Halpern (2001) *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, ICS, Lisboa; LAINS, Pedro (2003) *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal (1842-1992)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) (2005) *História Económica de Portugal (1700-2000)*, Vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

¹⁶⁴ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), *op. cit.*, pp. 24-31.

dando origem a muitas greves e protestos por parte dos sindicatos e dos próprios trabalhadores em Portugal. A regulamentação do descanso semanal ao domingo foi aprovada a 7 de agosto de 1907¹⁶⁵, no entanto, verificaram-se vários incumprimentos. Foi, já com a implantação da República, que esta temática voltou a integrar a agenda política tendo sido objeto de legislação através da publicação do decreto com força de lei, de 10 de janeiro de 1911¹⁶⁶, que “em defesa das razões physiologicas, moraes e sociaes”, decretou o direito do trabalhador a usufruir de 24 horas seguidas de descanso. Quanto à jornada de trabalho, até ao início do século XX não existiu nenhuma limitação, era comum verificar-se no comércio e na indústria horários de 10, 12 e 14 horas e no campo, o trabalho era realizado... de sol a sol. Foi, apenas a 22 de janeiro de 1915, promulgada a lei que fixou as jornadas de trabalho diário nos escritórios e nos bancos, em sete horas, no comércio e na indústria, de oito a dez horas nas fábricas e oficinas, e em dez horas para os empregados nas lojas¹⁶⁷.

Neste contexto, é fácil perceber as dificuldades da prática desportiva por parte do operariado, principalmente pela quase inexistência de tempo livre. No entanto, é possível encontrar algumas exceções, como é o caso de José Bento Pessoa ou Francisco Lázaro, que entre o final do século XIX e início do século XX, foram exemplo da ascensão de elementos das classes sociais mais baixas à prática desportiva, ao alto rendimento e à internacionalização.

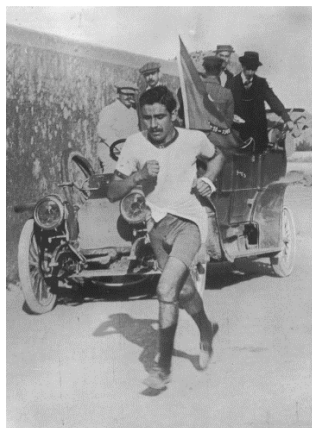


Imagem 4 e 5 – José Bento Pessoa e Francisco Lázaro
(Fonte: Ginásio Clube Figueirense / Arquivo DN)

¹⁶⁵ Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão n.º 23 de 6 de Fevereiro de 1907, p. 7.

¹⁶⁶ Cf. RODRIGUES, Maria Cristina Fernandes (2012) *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*, Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; RODRIGUES, Cristina (2017) “O descanso semanal obrigatório tem 110 anos” in *Jornalíssimo*, 15 de outubro de 2017, disponível em: <https://www.jornalissimo.com/historia/1017-o-descanso-semanal-obrigatorio-tem-110-anos>, acedido a 9/05/2020; PIRES, Ana Paula (2011) *António José de Almeida. O Tribuna da República*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República.

¹⁶⁷ Cf. BERNARDO, Manuel F. (2016) “Notas sobre a Regulamentação dos Horários de Trabalho em Portugal (1891-2016)”, disponível em: <https://www.conf-quadros.pt/index.php/artigoseentrevistas>, acedido a 9/05/2020.

José Bento Pessoa¹⁶⁸ (Figueira da Foz, 7 de março de 1874 - Lisboa, 7 de julho de 1954), desde cedo começou a ajudar o seu pai, dono de uma loja de calçado, apesar de não ter grande apetência para o negócio, o que, de resto, contrastava com a prática desportiva. Nadou, remou, correu, jogou futebol com os amigos e experimentou a novidade dos velocípedes. Após uma fratura no tornozelo que teimava em não curar, por conselho médico iniciou a prática do ciclismo. Em 1894, com 20 anos estreou-se numa prova oficial, ganhou a medalha de ouro no escalão júnior e desde então os êxitos somaram-se a nível nacional e internacional. A 12 de abril de 1897, num contexto em que não tinha ainda sido constituída a União Velocipédica Portuguesa, deslocou-se ao país vizinho para participar no primeiro Campeonato de Espanha de Ciclismo. Na prova estavam inscritos 19 ciclistas representantes de dez regiões espanholas e à última hora, a União Velocipédica Espanhola recebeu a inscrição do português José Bento Pessoa, que viria a surpreender ao vencer a prova, arrecadar um prémio de 750 pesetas, uma medalha de ouro e o primeiro título de Campeão de Espanha¹⁶⁹. Foi considerado o melhor ciclista de velocidade do seu tempo, tendo alcançado o recorde mundial dos 500m em pista, em 1897.

Já no século XX, Francisco Lázaro¹⁷⁰ (Benfica, 21 de janeiro de 1891 – Estocolmo, 15 de julho de 1912) que era carpinteiro numa fábrica de carroçarias de automóveis no Bairro Alto, em Lisboa, destacou-se na modalidade de atletismo, nas provas de longa distância, nomeadamente nas disciplinas de meia-maratona e maratona. Como veremos no capítulo seguinte, pela sua capacidade física e resultados obtidos, Lázaro foi a grande esperança do grupo de atletas que compuseram a primeira missão portuguesa que participou nos Jogos Olímpicos Estocolmo 1912, sendo o único operário do grupo.

A presença de atletas oriundos de classes operárias e socialmente mais baixas tornou-se, com o passar dos anos, cada vez mais frequente em algumas modalidades desportivas, como o boxe, ciclismo e futebol, noutros casos, como o ténis, a vela ou o automobilismo, continuaram circunscritos a uma classe social mais abastada¹⁷¹.

Com o tempo, o *sport* passou a designar-se desporto, o *rowing* e o *yatching* traduziram-se por remo e vela, o *foot-ball* por futebol, o *rugby* e o *cricket*, passaram a

¹⁶⁸ Cf. CORREIA, Romeu (2013), op. cit., pp. 59-65.

¹⁶⁹ Cf. Idem, ibidem, p. 129.

¹⁷⁰ PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit. pp. 88-89.

¹⁷¹ Cf. DOMINGUES, Nuno (2014) “Lutas pelo Corpo Desportivo: Educação Física e Futebol em Portugal durante o Estado Novo”, in *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 18, julho/dezembro 2014.

râguebi e críquete, o *lawn-tennis* por ténis e os *sports atléticos* deram origem ao atletismo. A velocipedia transformou-se em ciclismo e juntamente com o automobilismo, desempenharam também uma importante função no desenvolvimento do país no que se refere à construção e melhoramento de caminhos e estradas e até na sua sinalização.

Toda esta problemática adquire uma importância crucial no que diz respeito à construção de um processo de "desportivização", abrindo espaço para a introdução, gradual, do que atualmente é designado "desporto de alta competição" em que os Jogos Olímpicos se incluem. Esta "desportivização" é, assim, um fenómeno indissociável da formação de clubes, daí que tenha sido necessário analisar a origem do desporto em Portugal.

1.4 A influência da imprensa desportiva

“A imprensa (...) abre secções onde trata das festas de *sport*, e hoje nenhum jornal se considera completo se não der aos seus leitores a notícia do que se passa no meio *sportivo*.”¹⁷²

(“A evolução do “sport” em Portugal”, in *Os Sports Illustrados*, n.º 2, 18/06/1910, p. 2.)

Entre o final do século XIX e o primeiro quartel do século XX a prática desportiva expandiu-se gradualmente das elites, fortemente responsáveis pela sua introdução em Portugal, para a generalidade da população, alcançando década após década uma maior abrangência, deixando, assim, de estar associado à sua função higiénica e disciplinar e passando a ligar-se à vertente competitiva. O desporto, ainda designado como *sport*, que aparecia ao lado das artes em diversas publicações contemporâneas, conquistou autonomia em relação às outras ocupações dos tempos livres, e para isso muito contribuiu a imprensa generalista e a imprensa desportiva.

Em todo o processo de transformação da prática desportiva que tem lugar entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX coube à imprensa desempenhar um papel fundamental. As primeiras competições desportivas realizadas em Portugal surgiram em meados do século XIX quase em simultâneo com as primeiras agências noticiosas do mundo. As notícias tornaram-se universais e os resultados desportivos acompanharam essa universalidade¹⁷³. Dizia-se que a rapidez das comunicações telegráficas só era ultrapassada pela velocidade da luz, o que se traduziu no milhão de jornais vendidos diariamente nos EUA.¹⁷⁴ Desporto e imprensa começaram a construir um percurso paralelo.

Em meados do século XIX surgiram, na Europa, as primeiras publicações de jornalismo desportivo. O primeiro diário desportivo inglês é o *Sportsman* (Londres, 1852); em França é criado o *Le Sport*, (Paris, 1854); em Espanha, surge a revista catalã *El Cazador*, (Barcelona, 1856), a *La Caza* (Madrid, 1865), o semanário *El Colombaire*, (Valencia, 1866) e o *El Pedal* (Huesca, 1869) e só mais tarde surgem as publicações

¹⁷² “A evolução do “sport” em Portugal”, in *Os Sports Illustrados*, n.º 2, de 18/06/1910, p. 2.

¹⁷³ Em 1865, em Londres, Paul-Julius Reuter consolidara o prestígio das agências de Imprensa nascentes ao anunciar, antes de mais ninguém, que Lincoln fora assassinado em Washington.

¹⁷⁴ *O Panorama*, 6/10/1855, p. 320.

generalistas, como *El Sport Español* (Cádiz, 1886), a *Crónica del Sport* (Madrid, 1893), o *El sport Español* (Barcelona, 1895) e o *El Sport* (Madrid, 1897)¹⁷⁵, entre outros.

Em Portugal, o percurso será em tudo muito semelhante ao que aconteceu em Espanha. Começou por existir imprensa periódica dedicada à caça, à tauromaquia, à velocipedia, à ginástica e ao tiro, para, no início do século XX, surgirem publicações de uniões e sociedades, aumentando o leque títulos e modalidades à disposição dos leitores.

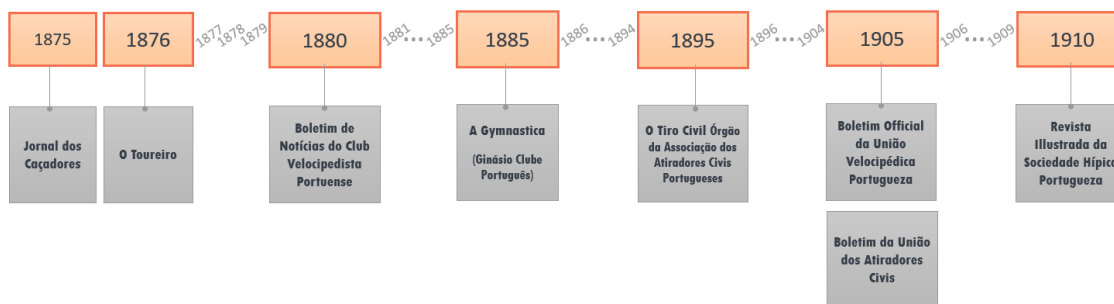


Imagem 6 – Publicações periódicas dedicada às modalidades desportivas publicadas no final do século XIX e início do século XX (a imagem foi elaborada pela autora com base na recolha de diversa documentação de arquivo e bibliografia)

Como vimos, também o desenvolvimento que o ciclismo teve no final do século XIX, foi acompanhado por um volume crescente de órgãos de comunicação social que o promoveram e divulgaram. Na última década do século XIX são publicados: *O Velocipedista* (Porto, 1893), *Bycicleta* (Lisboa, 1895), *O Velo Sport* (Lisboa, 1896), *O Sport Velo* (Lisboa, 1897), o *Boletim do Photo-Velo-Club* (Porto, 1899) e *O Cyclista* (Lisboa, 1900)¹⁷⁶.

O primeiro jornal desportivo generalista em Portugal foi criado a 22 de janeiro de 1894, novamente por intermédio do Ginásio Clube Português, através da iniciativa de Carlos Xafredo (editor), Joshua Benoliel (o famoso fotografo), Luís Godefroy, Paulo Martins, Junqueiro Figueiredo e Carlos Fernandes¹⁷⁷. *O Sport*, com quatro páginas dedicadas a várias modalidades, tinha no cabeçalho da primeira página uma imagem composta por um jogo de futebol desenhado, um cavaleiro, uma bicicleta, um remo, um alvo, raquetes de ténis e um fotografo com a sua máquina num tripé. Este jornal teve uma

¹⁷⁵ PINHEIRO, Francisco (2019) *História da Imprensa Periódica Desportiva Portuguesa (1875-2000)*, Tese de doutoramento em História, Évora: Universidade de Évora, 2010, disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12226>, acedida a 27/01/2019, pp. 21-32.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 21-32.

¹⁷⁷ Cf. MARQUES, José A. (1980), op. cit., pp. 14-16.

curta duração, terminando a 23 de março de 1894, após quatro números. Com o mesmo nome, surgiu a 12 de fevereiro de 1897, um novo jornal dirigido por Vieira d'Almeida, que no seu primeiro número e primeira página defendeu que era “necessário que todos se convençam da grande utilidade do *sport* e que trabalhemos para o seu engrandecimento. Avante *sportmen!*”¹⁷⁸ Este jornal apenas editou quatro números, com a última edição publicada a 12 de março de 1897.

De 1641 a 1873 foram editados 1407 jornais portugueses, mas nenhum deles sendo um jornal desportivo¹⁷⁹. Entre 1894 e 1900, foram criados em Portugal 23 jornais desportivos, muitos deles com uma vida curta, destes contam-se seis jornais generalistas desportivos, nove dedicados à tauromaquia, cinco ao ciclismo, um ao tiro, um ao pedestrianismo e outro à caça. Dezanove foram criados em Lisboa, três no Porto e um nos Açores, na Ilha Terceira¹⁸⁰.

O Tiro Civil, órgão da Associação dos Atiradores Civis Portugueses, lançado a 7 de março de 1895, quatro anos depois adotou como subtítulo, “Órgão do Sport Nacional”. Em fevereiro de 1900, o periódico, que já tinha passado de semanal para quinzenal, introduziu novas mudanças no cabeçalho, designando-se no início do século XX como *O Tiro Civil, Revista de Educação Physica e Sport Nacional* para em 1903 se fundir com a *Revista de Sport*, dando origem à publicação *Tiro e Sport*, que existiu entre 1904 e 1913.¹⁸¹ A revista que publicou o seu primeiro número a 15 de janeiro de 1904, apresentou dois subtítulos: “Revista de Educação Physica e Actualidades” e “Publicação Quinzenal Ilustrada”. Tinha um total de 16 páginas, com diversas ilustrações e variadas seções dedicadas a diferentes modalidades¹⁸².

Um dos nomes mais importantes do jornalismo português desta época, que seria, também, um dos precursores da imprensa desportiva, do desporto e do Olimpismo em Portugal, foi José Pontes. Começou a sua atividade no *Jornal da Noite*, em 1902, colaborou com *A Capital* e com *O Século*¹⁸³. Ficou conhecido como diretor da secção de desporto do *Jornal de Notícias*, cargo que abandonou para assumir a direção de *Os Sports*, criado a 22 de outubro de 1905. Esta publicação acabou por viver momentos de

¹⁷⁸ *O Sport*, 12/02/1897, p. 1.

¹⁷⁹ SIMÕES, António Simões et ALL (1995) *História de 50 Anos do Desporto Português*, Sociedade Vicra Desportiva, A Bola, Lisboa, 1995, p. 1.

¹⁸⁰ PINHEIRO, Francisco (2019), op. cit., pp. 67-70.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*

¹⁸² Para além da sua longevidade, como órgão de comunicação social, veja-se também o prestígio alcançado com as colaborações regulares de Bernardino Machado e Ramalho Ortigão.

¹⁸³ Cf. ALVAREZ, Garcia (2000), op. cit., pp. 53-63.

instabilidade, e teve uma vida breve, com o seu último número a ser publicado a 15 de abril de 1909. Igualmente dirigido por José Pontes, surgiu a 11 de julho de 1910, *Os Sports Ilustrados*. Ao longo dos seus 153 números prestou um papel extremamente importante em prol do desenvolvimento do desporto em Portugal. O último número de *Os Sports Ilustrados*, foi publicado a 31 de maio de 1913¹⁸⁴.

Nesse mesmo ano, a 24 de agosto, foi publicado *O Sport Lisboa*, dirigido por Alberto Lima e propriedade do clube Sport Lisboa e Benfica. Este jornal apresentou um conjunto vasto de seções desportivas incluindo as “Crónicas do Porto” e o “O ‘Sport’ no Estrangeiro” o que lhe permitiu tornar-se num jornal desportivo de referência.

A imprensa generalista, como *O Jornal do Comércio*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *A Capital*, também se interessaram pelo *sport* e passaram a incluir notícias, gravuras e secções dedicadas à prática de diversas modalidades desportivas¹⁸⁵. O *Diário Illustrado* foi o primeiro a publicar, na sua capa do dia 2 de setembro de 1877, uma gravura de uma corrida de cavalos realizada no Hipódromo de Belém¹⁸⁶. A 26 de janeiro de 1889 foi a vez de *A Comédia Portuguesa* publicar, também na primeira página, a gravura de um jogo de futebol realizado nos terrenos onde, atualmente se localiza o Campo Pequeno¹⁸⁷.



Imagens 7 e 8 – Primeiras páginas dos Jornais: *Diário Illustrado*, de 02/09/1877 e *A Comédia Portuguesa*, 26/01/1889

¹⁸⁴ Cf. MORAIS, Rita (2014) *Diários Desportivos em Portugal e Espanha: uma análise comparativa*, Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestrado em Ciências da Comunicação – Jornalismo, Lisboa, 2014, acessível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4306/1/Dissertação%20de%20Mestrado.pdf>, acedido a 10/05/2020.

¹⁸⁵ Cf. Idem, ibidem.

¹⁸⁶ “Jockey Club”, in *Diário Illustrado*, n.º 1639, 2/09/1877, p. 1.

¹⁸⁷ “Match Football” in *A Comédia Portuguesa*, s/n, 26/01/1889, p. 1.

Para além desta vertente mais recreativa, as páginas da imprensa passaram também a incluir várias secções dedicadas ao *sport*. O *Diário Illustrado* foi pioneiro e, em outubro de 1893, criou uma seção dedicada ao desporto. No ano seguinte, o *Diário Popular* e o *Século* seguiram o seu exemplo.

A imprensa desportiva começou a ter um papel importante na democratização da prática desportiva. É neste sentido que devemos entender a notícia publicada na primeira página da edição de 17 de janeiro de 1907, de *Os Sports*: “Tornemos o *sport* democrático”, onde se defende que “o *sport* não deve ser apanágio das classes favorecidas: ricos e pobres, todos nos podemos entregar à prática dos exercícios físicos, sem que isso seja um título desfavorável para o *sport*, visto que nas sociedades modernas, mormente as germânicas ninguém se importa já com os preconceitos e todos trabalham para um mesmo fim, tornar ‘forte a fraca gente’”¹⁸⁸. O futebol, pela simplicidade das regras e pelos equipamentos necessários, que poderiam passar por utilizar um terreno baldio, com balizas improvisadas e uma bola, foi uma das modalidades apontadas como responsável pela democratização e, conseqüentemente, massificação das práticas desportivas em Portugal.

É importante também realçar a função educativa e de instrução que a imprensa desportiva da época desempenhou ao dar a conhecer quer as características dos campos de jogo, quer as principais regras das várias modalidades. Veja-se, por exemplo, na edição da revista *Tiro e Sport*, de 15 de março de 1905, a preocupação de informar os leitores sobre o futebol. O artigo é composto por um desenho com as medidas do campo e as áreas onde se encontram as balizas e as posições dos diferentes jogadores, ainda em língua inglesa, (*gool-keeper, bach, half-bach, fowards*) para depois prosseguir com a explicação das regras de jogo, informando que o objetivo “consiste em evitar que a bola penetre, lançada pelo campo inimigo, para alguém d’essas duas estacas, conseguindo pelo contrario que n’um dado tempo ella entre o maior numero de vezes no gool do outro campo”, terminando a informar que “como o nome do divertimento o indica só os pés podem arremessar a bola – excepção feita pelo gool-keeper”¹⁸⁹. Este tipo de conteúdo informativo era divulgado com alguma frequência. Dois meses depois, no mesmo periódico, surgiu de forma muito semelhante a explicação do ténis, à data ainda referido, como lawn-tennis¹⁹⁰.

¹⁸⁸ “Reflexões sportivas”, in *Os Sports* de 17/01/1907, p. 1.

¹⁸⁹ “Jogos. O Foot-ball”, in *Tiro e Sport*, Ano XI, N.º 302, de 15/03/1905, p. 16.

¹⁹⁰ “Lawn-Tennis”, in *Tiro e Sport*, Ano XI, N.º 306, de 15/05/1905, p. 14.

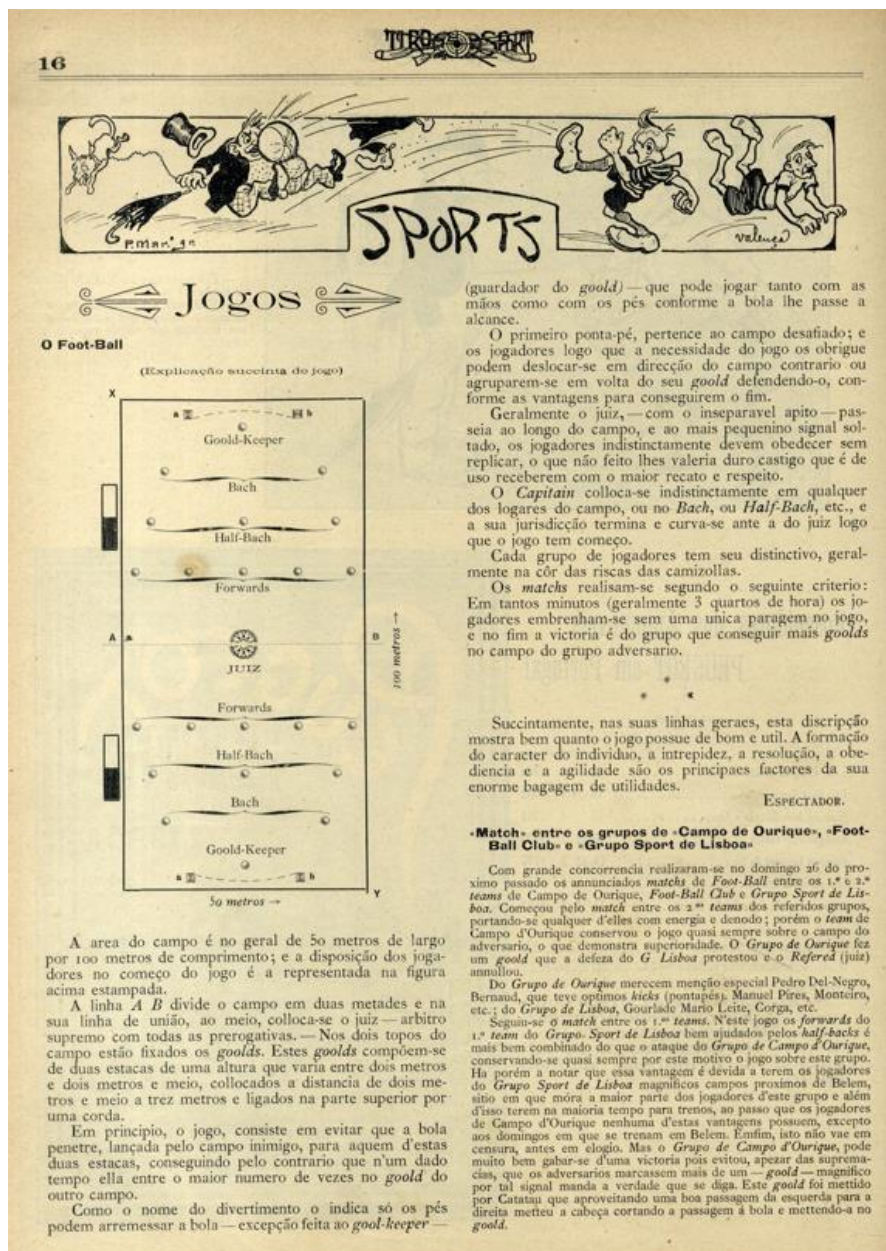


Imagem 9 – “O Foot-Ball”: Exemplo da forma como eram divulgadas algumas modalidades através dos jornais (Fonte: *Tiro e Sport*, Ano XI, N.º 302, de 15/03/1905, p. 16.)

Para além da informação, divulgação e incentivo à prática desportiva, outra das funções extremamente importantes desempenhada pela imprensa foi a organização de iniciativas, provas e torneios desportivos. Exemplo disto foi o primeiro torneio de futebol interclubes organizado em Portugal, por iniciativa da revista *Tiro e Sport*, em 1906¹⁹¹.

¹⁹¹ “Grande torneio de foot-ball (Association) promovido pela nossa redacção”, in *Tiro e Sport*, anno XII, n.º 324, 15/02/1906, p. 11.

1.5 A afirmação do *sport* e a internacionalização dos *sportsman*

“*Sportsman*, não é porém, todo aquelle que se dedica ao *sport*: subsiste ligada a esta expressão uma ideia particular de cavalheirismo, gentileza, distinção de maneiras e intuição artistica e esthetica que não pode ser interpretada convenientemente por indivíduos incultos e boçais, em que as noções de bem, do bom e do bello (...).

Taes personagens exercem o *sport* materialmente, grosseiramente... brutalmente, por vezes, despojando-o de todos os caracteres de delicadeza e distinção que o culto da arte lhe imprimiu (...).

Sportman é, tão somente, o individuo de boa condição e cultura intelectual que exerce, com distincção e assiduidade, na qualidade de amador, um ou mais ramos de *sport*.”

(“*Sport e o Sportsman*”, in *Tiro e Sport*, 31 de março de 1906, p. 10)

O conceito de *sportsman*, surgiu em Portugal entre os anos 90 do século XIX e os primeiros anos do novo século. Amplamente difundido pela imprensa, este novo personagem da sociedade portuguesa, aparece apenas associado às elites nacionais, realçando-se não só o desempenho desportivo, mas também à cultura intelectual e uma prosperidade económica¹⁹².

Mesmo antes de surgir o termo *sportsman*, a imprensa já descrevia os homens do *sport* de uma forma integral, com capacidade de autocontrolo e onde o corpo surgia vigoroso, ágil e disciplinado. A este respeito a revista portuense *O Gymnasta* descreveu, da seguinte forma, a 26 de março de 1882, um esgrimista: “se o virmos esgrimindo, notamos que se anima, que se fortalece, que se entusiasma quase que por encanto. A sua

¹⁹² Cf. TRINDADE, Luís (2011) “A imagem do sportsman e o espetáculo desportivo”, in *Uma História do Desporto em Portugal - Corpo, Espaços e Média*, Vol. I, (Coord.) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, pp. 121-146.

musculatura, de fraca, torna-se vigorosa; os seus movimentos, de sossegados passam a rápidos e ágeis, o seu olhar habitualmente tranquilo adquire uma animação súbita!”¹⁹³

À época, o *sportsman* era definido como alguém que se distinguia das classes populares, isto porque o *sport* era uma atividade dispendiosa, para a qual eram necessários recursos económicos, tanto para o praticar como para adquirir materiais e equipamentos. O *sport* devia ser praticado com desinteresse por recompensas materiais, contendo apenas um valor simbólico, realçando-se os valores morais e educativos, o amadorismo, o desportivismo e o cavalheirismo¹⁹⁴. Ao invés, o profissionalismo, muito associado a camadas populares, que não encarava o desporto como um fim que se esgotava na sua prática, mas como um meio para ascender socialmente.¹⁹⁵

Contudo, não nos devemos esquecer que os objetivos centrais da prática desportiva, já eram naquela época: a vitória, a superação das marcas, distâncias e tempos, o estabelecimento de novos recordes e a conquista de troféus, taças e títulos, na verdade, esta vertente competitiva viria a ser acentuada pelos Jogos Olímpicos. Na perspetiva do amadorismo isto só era possível se estes objetivos fossem entendidos como um fim em si mesmos ou para o engrandecimento nacional e nunca como uma forma de obter recompensas materiais. O *sport* evoluiu, despertou o interesse do público, a imprensa, como vimos, desempenhou um papel fundamental de informação e divulgação das diversas modalidades e na organização de jogos, regatas e torneios. Ao mesmo tempo, começaram a surgir os interesses comerciais associados a algumas modalidades, como o ciclismo, o boxe e o futebol.¹⁹⁶

A discussão em torno do conceito de amadorismo e profissionalismo tinha começado anos antes noutros países. Em Inglaterra, por exemplo, considerava-se que o amadorismo, na sua essência, tinha surgido em torno do princípio de que o desporto devia ser praticado por amor e não por dinheiro.¹⁹⁷ Independentemente do país, este não era um assunto simples de se abordar ou de definir de forma clara os limites entre o que podia ser considerado amador e profissional. A este respeito o jornal *Irish Sportsmen*, de 17 de abril de 1880, escreveu: “Amateurism in sport is, unquestionable, a ticklish subject to

¹⁹³ “Alexandre Costa Santos”, *O Gymnasta* de 26/03/1882, p. 6.

¹⁹⁴ Cf. KUMAR, Rahul (2014), op. cit., p. 28.

¹⁹⁵ SMART, Barry Smart (2005) *The Sports Star, modern sport and the cultural economy of sporting celebrity*, Londres, Sage, p. 60.

¹⁹⁶ Cf. KUMAR, Rahul (2014), op. cit., pp.38 – 47.

¹⁹⁷ Cf. ROUSE, Paul (2015) *Sport and Ireland*, United Kingdom, Oxford University Press, pp. 141-142.

write about, for to our former query of what constituted an amateur in sport, or in other walls of human effort, no definite answer has been vouchsafed us.”¹⁹⁸

Assim, face a esta dificuldade em se definir os limites do amadorismo, considerou-se que para além de se exigir que homens (e mulheres) não fossem pagos para praticar um *sport*, era necessário identificar qual o motivo de interesse por detrás dessa prática. Todos os *sportsman* deveriam ter a capacidade de aceitar uma derrota, com um comportamento semelhante ao da vitória. Com o objetivo de esclarecer esta forma de entender o desporto nesta época, os grandes defensores do amadorismo e dos *sportsman*, usavam com frequência outro termo, os *gentleman amateurs*.¹⁹⁹ Como se pode perceber, esta era também uma tentativa de manter o desporto circunscrito às elites impedindo, também, a democratização da sua prática.

Surgiu, assim, de forma natural o uso do termo *sportsman* associado a algumas das figuras que mais marcavam o desenvolvimento do desporto em Portugal. Um dos primeiros a ser denominado de *sportsman* foi Guilherme Pinto Basto. Praticava um conjunto alargado de modalidades como o *foot-ball*, o *lawn-tennis*, o *golf*, a velocipedia, o *rowing* e o *yaching*,²⁰⁰. Outra figura incontornável do desporto nacional e um *sportsman* de eleição foi o Rei D. Carlos. Homem dedicado à ciência, à pintura e à oceanografia é, várias vezes esquecido o seu contributo tanto para o desporto, como para a introdução do Olimpismo em Portugal. Verdadeiro entusiasta da causa desportiva, praticante de várias modalidades como a caça, o tiro, o ténis, a vela, o remo e o ciclismo, espectador assíduo de jogos e torneios, apoiante e tantas vezes patrocinador de clubes e provas organizadas em Portugal. A seu respeito a edição da revista *Tiro e Sport* de 15 de janeiro de 1904 referiu logo na primeira página que El-Rei é “um Rei moderno, diferente de tanto Rei antigo. (...) devotado apostolo de todos os exercícios de agilidade physica, de todas as práticas do *sport* (...) em pró da educação muscular, do robustecimento da raça (...) vemos ainda sua majestade alliar ao *sport* náutico os proveitosos estudos scientificos da oceanografia.”²⁰¹

Com a necessidade de esclarecer, mas também lançar o debate, a edição da revista *Tiro e Sport*, de 31 de dezembro de 1905, dedicou a sua primeira página à análise dos significados dos conceitos de *sports* e *sportsman*. Por um lado, felicitava os colegas do

¹⁹⁸ *Irish Sportsmen*, 17/04/1880.

¹⁹⁹ Cf. ROUSE, Paul (2015). op. cit., pp. 141-142.

²⁰⁰ Cf. TRINDADE, Luís (2011), op. cit., pp. 121-146.

²⁰¹ A. M. da Cunha Bellem, “El-Rei” in *Tiro e Sport*, Ano X, n.º 274, de 15/01/1904, p.1.

jornal *Os Sports*, que através de um plebiscito, ao qual participaram mil votantes, elegeu o Sr. Mario Duarte, como o *sportsman* mais completo de Portugal.²⁰²

No ano seguinte, a 31 de março de 1906, a revista publicou o texto que tinha sido eleito pelo júri como vencedor. Esta deliberação garantiu ao seu autor, Félix Bermudes, um prémio de 10\$000 réis ou, se fosse da sua preferência, um objeto de arte do mesmo valor. Note-se que, como veremos mais à frente, Félix Bermudes, será elemento integrante da missão olímpica portuguesa nos Jogos de 1920, desempenhando funções de atleta e de chefe de equipa de tiro.

No artigo premiado, ficou claro que as questões foram tratadas da seguinte forma: “*Sport* é, pois, o conjunto de applicações da actividade humana a exercícios racionais, estheticos e attrahentes, destinados a manter em equilíbrio as funções animaes do individuo, que as praticas da vida social tendem acentuadamente a desnaturalisar, com manifesto prejuízo physico. (...) *Sportsman* não é, porém, todo aquelle que se dedica ao *sport*: subsiste ligada a esta expressão uma ideia particular de cavalheirismo, gentileza, distinção de maneiras e intuição artística e esthetica que não pode ser interpretada convenientemente por indivíduos incultos e boçaes, em que as noções do bem, do bom e do bello não foram apuradas pelos agentes ampliadores do estudo, da pratica e do confronto no convívio de sociedades seleccionadas. Pela mesma ordem de ideias se recusa quase sempre este título aos profissionais, pressuppondo que o profissionalismo arrasta ao uso de *trucs* e de violencias e que aquelles que o exercem são muitas vezes recrutados nas camadas sociaes menos educadas. *Sportsman* é, tão somente, o individuo de boa condição e cultura intelectual que exerce, com distinção e assiduidade, na qualidade de amator, um ou mais ramos de *sport*.”²⁰³ Era notória a crítica à comercialização do desporto e, consequentemente, à profissionalização da sua prática.

Nas edições seguintes, a revista foi publicando outras análises e percepções sobre o que era o *sport* e quem deveria ser considerado um verdadeiro *sportman*. Neste sentido, a edição de 15 de abril de 1906 publicou um texto, assinado sob o pseudónimo “Dtana”, onde se defendia que: “o nosso primeiro *sportsman* é sem dúvida S. M. El-Rei D. Carlos, porque ninguém em Portugal, como Elle, se dedica e tão distintamente, a tão variados *sports*. Possui El-Rei raças, especiaes de cavallos e touros, joga magistralmente todos os jogos em geral, é a sua espingarda conhecida hoje, se pode dizer, em todo o mundo, e perdoe-me a *sciencia* que diga que nos seus tão uteis e sérios estudos oceanográficos entra

²⁰² “O *sportsman* mais completo de Portugal”, in *Tiro e Sport*, Ano XI, N.º 321, de 31/12/1905, p. 1.

²⁰³ “O que é o *Sport*? O que é o *sportsman*?”, in *Tiro e Sport*, Ano XII, N.º 327, de 31/03/1906, p. 10.

um bocadinho de *Sport*. Está El-Rei sempre prompto a animar, a levar a afeito todos os *sports*, ajudando com valiosas dadivas, honrando muitas vezes estas diversões com a sua augusta presença, e entusiasmando a todos com o interesse que sempre a propósito sabe mostrar.”²⁰⁴

Sport e *sportman* estavam intimamente associados ao conceito de amadorismo, que constituirá uma condição imprescindível para a participação de atletas nos Jogos Olímpicos, de acordo com o estabelecido pelo Comité Olímpico Internacional, até ao início dos anos 90 do século XX.

Se por um lado o amadorismo era muito valorizado, exaltando-se as características nobres de quem o praticava, simultaneamente, a vertente comercial e financeira da atividade desportiva foi ganhando espaço, através da ação desenvolvida principalmente por empresários com fortes interesses económicos. É neste contexto que devemos incluir a organização de várias provas realizadas em velódromos e que consequentemente deram origem, num primeiro momento, à profissionalização do ciclismo. Abriu-se uma oportunidade para as classes populares alcançarem a ascensão social através da atividade desportiva²⁰⁵, enquanto o público ganhava interesse em assistir e vibrar com competições entre homens “pagos para correr mais rápido do que outros e, com isso, afirmarem a qualidade de umas máquinas sobre outras”.²⁰⁶ Foi assim que surgiu, como já vimos, aquele que é considerado o primeiro ciclista profissional português: José Bento Pessoa que se tornou o melhor velocista mundial ao bater, em 1897, no Velódromo de Chamartin, em Madrid, o record mundial de 500 metros.²⁰⁷ Quer o exemplo de Bento Pessoa, como de Francisco Lázaro, mostram, também, a forma como a prática desportiva se começou a afastar das elites que tinham sido responsáveis pela sua introdução em Portugal. O desporto começava por esta altura, graças à visibilidade que ia tendo fora dos códigos éticos criados pelos *sportsman*, a autonomizar-se relativamente a outras ocupações de lazer como o turismo ou a caça.

Quer através do desempenho de amadores, quer através de profissionais, a verdade é que a classe desportiva começou, gradualmente, a internacionalizar-se. Os primeiros registos que se encontram a este respeito datam de 1883, quando António Infante, um dos sócios mais antigos do (Real) Ginásio Clube Português, partiu para Madrid para realizar

²⁰⁴ “O nosso concurso plebiscito. O que é sport? O que é um sportsman?” in *Tiro e Sport*, Ano XII, N.º 328, de 15/04/1906, p. 17.

²⁰⁵ KUMAR, Rahul (2014), op. cit., pp. 108-110.

²⁰⁶ SANTOS, Ana (2011), op. cit., pp. 24-25.

²⁰⁷ SIMÕES, António et All (1995), op. cit., p. 2.

diversas exibições de arriscados exercícios a vários metros de altura, a bordo de um balão de ar quente.²⁰⁸ Contam-se cerca de 340 exibições em diversas cidades espanholas, italianas e dos Estados Unidos da América²⁰⁹. Quase uma década depois, os ginastas João Possolo, Carlos Loureiro, Ornelas Gouveia e João Bravo, representado o mesmo clube, participaram num concurso de ginástica aplicada²¹⁰. Foi nesta deslocação a Badajoz que, para além da conquista de diversos prémios, o português João Possolo²¹¹ conquistou a primeira medalha de ouro para o desporto nacional. No mesmo ano destacam-se a participação dos ciclistas Benedito Ferreirinha e Eduardo Minchin, do (Real) Clube Velocipedista de Portugal, do Porto, em diversas provas velocipédicas, realizadas em Vigo e na Corunha. Este último acabou mesmo por ser proclamado campeão das corridas de resistência em Vigo e na Corunha²¹².

Foi ao longo da última década do século XIX, que as práticas desportivas começaram a desenvolver-se em Portugal e os *sportsman* portugueses tiveram muitas vezes o desejo de medir o seu valor desportivo com outros atletas estrangeiros. Assim aconteceu também com Manuel de Noronha que obteve o primeiro lugar, num disputadíssimo torneio de Tiro com Pistola, realizado a 25 de janeiro de 1896, em Nice²¹³.

Com a passagem de século, esta internacionalização tornou-se, ainda mais frequente. A imprensa periódica foi, também ela despertando para esta nova forma de desenvolvimento desportivo, acompanhando e publicando os variados êxitos que iam acontecendo além-fronteiras, o que deu origem a uma nova fase: a internacionalização dos delegados e dirigentes desportivos. A este respeito a revista *Tiro e Sport* de 30 de julho de 1905 destacou a participação de um representante da União Velocipédica Portuguesa no Congresso Internacional da União Cyclista Internacional²¹⁴, fundada cinco anos antes, a 14 de abril de 1900²¹⁵.

A 3 de outubro de 1906, António Brandão de Melo ganhou a taça e o 1.º Prémio do Concurso Internacional de Biarritz de Tiro aos Pombos, para no ano seguinte, em 1907, pela primeira vez uma equipa de futebol disputar um jogo fora de Portugal. O Clube

²⁰⁸ BOTTO, José A. (1956) *Desportistas Portugueses no Estrangeiro*, Sociedade Tipográfica, Lisboa, p. 7.

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 7.

²¹⁰ A ginástica aplicada é atualmente designada como ginástica artística, muitas vezes também referida como ginástica de aparelhos.

²¹¹ SIMÕES, António *et All* (1995), *op. cit.*, p. 2.

²¹² Cf. BOTTO, José A. (1956), *op. cit.*, p. 7.

²¹³ *Idem ibidem*, p.7.

²¹⁴ “Velocipedia”, in *Tiro e Sport*, Ano XI, n.º 311, de 30/07/1905, p. 26.

²¹⁵ Cf. União Ciclista Internacional: <https://www.uci.org/inside-uci>.

Internacional de Futebol (CIF) defrontou e venceu, a 5 de janeiro, o Madrid Foot-ball Club, por duas bolas a zero, com cerca de dez mil pessoas a assistir ao desafio.

O ano de 1908 marcou também a estreia internacional da esgrima portuguesa. Uma equipa de quatro atiradores do Clube Nacional de Esgrima, deslocou-se a Madrid para defrontar e perder com os atiradores da Sala Sainz, à data, considerada a mais forte de Espanha²¹⁶. Por outro lado, os atiradores Mário Noronha e Carlos Gonçalves disputaram no Mónaco, a Taça Albert Gauthier, classificando-se no 3.º lugar²¹⁷. No ano, seguinte, a 14 de abril de 1909, o halterofilista Manuel da Silveira, de 40 anos, deixou tudo e todos espantados, com a sua participação numa prova em Paris onde obteve três recordes mundiais de pesos e halteres com marcas excecionais para a época: *développe esquerdo*, 51kgs (o anterior recorde era de 46 kg), *développe com halteres separados*, 96 kgs (o antigo recorde era de 95 kg) e *flexão sobre as coxas*, 186,5 kgs (Dieraz, um grande atleta francês, nunca levantara mais do que 150 kgs)²¹⁸.

 Athletica			
Triumpho mundial d'um portuguez em pesos e alteres			
O robustissimo athleta Manuel da Silveira foi a Paris acompanhado por W. Awata, seu treinador, e na presença dos membros do Halterophide Club de França bateu os seguintes records do mundo.			
Exercícios	Antigo	Actual	Nome do ex-detentor
Developé esquerdo	46 ^{ks}	51 ^{ks}	Vasseur
Idem com alteres separados	95 ^{ks}	96 ^{ks}	Maspoli
Flexão sobre as coxas.....	135 ^{ks}	186 ^{ks,5}	Lassartesse
E' com alegria que registamos estes acontecimentos de que nós portuguezes nos devemos orgulhar por vermos o nome de Portugal tão brilhantemente enaltecido no mundo inteiro, e se assim acontece devêmo-lo a Manuel da Silveira e a W. Awata, seu intelligente treinador, aos quaes endereçamos as nossas mais cordeas felicitações. Para festejar este triumpho foi offerecido ao notavel athleta um banquete que decorreu muito animado.			

Imagem 10 – “Triumpho mundial d’um portuguez em pesos e alteres”: Exemplo da divulgação que atletas portugueses iam alcançano além-fronteiras (*Tiro e Sport*, Ano XV, N.º 417, de 30/04/1909, p. 2.)

O hipismo português também fez a sua estreia internacional. O coronel Alfredo de Albuquerque, ajudante de campo do Rei e um dos fundadores do Museu dos Coches,

²¹⁶ Cf. VALARINHO, José (2016), OP. CIT., pp. 113-118.

²¹⁷ Cf. BOTTO, José A. (1956), op. cit., p. 7.

²¹⁸ Cf. Câmara Municipal de S. Roque do Pico (1996), op. cit., p. 3.; “Trimpho mundial d’um portuguez em pesos e alteres”, in *Tiro e Sport*, Ano XV, N.º 417, de 30/04/1909, p. 2.

conseguiu organizar uma representação de cinco cavaleiros portugueses ao concurso de S. Sebastião, em Espanha. No ano seguinte, disputou-se em Budapeste um Campeonato Internacional de Luta onde o atleta português César de Melo participou. A participação portuguesa nesta competição internacional serve, também, para sublinhar, novamente a dificuldade que existia à época em distinguir o que se considerava profissional e amador. Este campeonato acabou por não chegar ao fim, por se terem identificado atletas profissionais a concorrer juntamente com os amadores²¹⁹.

Em 1911, o pugilista Francisco Xavier de Araújo que frequentava a Universidade de Manchester, pelos êxitos alcançados nas competições da universidade foi o escolhido para a representar aquela instituição de ensino superior no Campeonato Inter-Universidades e assim, teve oportunidade de se debater com os campeões das congéneres de Birmingham, Leeds, Liverpool e Newcastle. A proeza alcançada pela vitória do pugilista português foi tanta que mereceu um apreciável destaque pela imprensa britânica.

O culminar deste processo de internacionalização dos atletas portugueses aconteceu em 1912, com a primeira participação de Portugal numa edição dos Jogos Olímpicos da era moderna, e que será analisada, em detalhe, no capítulo seguinte.

²¹⁹ Cf. BOTTO, José A. (1956), op. cit., p. 7.

2. Portugal integra o Movimento Olímpico

“Tomaram parte na gymnastica, além de 4 representantes da gymnastica artística um pelotão de 30. Na esgrima comparecem 16 concorrentes. No tiro ao alvo 12 atiradores que já entraram no concurso de Vienna. Ao remo concorrem 2 embarcações de 8 e 2 scullers. Á athletica (pedestrianismo, lançamento do dardo e da bala, luta) espera-se que concorram 12. O ciclysmo será representado por 3 dos melhores amadores italianos. Á natação envia a Italia 4 representantes. E Portugal?”

(“Italianos nos jogos olympicos de Londres” in *Revista Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 388, 10/07/1908, p. 5)

2.1 O Sonho de Pierre de Coubertin

“I lift my glass to the Olympic Idea, which traversed the mists of the ages like an all-powerful ray of sunlight and returned to illuminate the threshold of the twentieth century with a dream of joyous hope.”

“Nothing in ancient history had given me more food for thought than Olympia. This dream city, consecrated to a task strictly human and material in form..., (this) factory of lifeforces, loomed with its colonnades and porticos unceasingly before mu adolescent mind.”

“The Games are global. All people must be allowed in without debate.”

(Pierre de Coubertin, in www.olympic.org, <https://www.olympic.org/news/celebrating-pierre-de-coubertin-the-french-genius-of-sport-who-founded-the-modern-olympic-games>)

O renascimento dos Jogos Olímpicos está diretamente relacionado com o sonho e os esforços desenvolvidos por Charles Pierre de Freddy, também conhecido pelo seu título nobiliárquico Barão de Coubertin ou somente Pierre de Coubertin que nasceu na capital francesa, no seio de uma família aristocrática, a 1 de janeiro de 1863. Após concluir os estudos no Colégio dos Jesuítas de Paris, Coubertin, por imposição paterna, ingressou na Academia Militar. Contudo, rapidamente constatou que não tinha perfil para prosseguir uma carreira militar no exército, e novamente por influência familiar, matriculou-se na Escola de Ciências Políticas, que lhe possibilitaria o ingresso na carreira diplomática. O insucesso repetiu-se e Pierre de Coubertin, acabou por prosseguir os seus estudos na Universidade de Sorbonne²²⁰. Para além da formação académica, a sua educação contemplou também a prática de várias modalidades desportivas, como: a equitação, a esgrima, o remo, o ténis e o ciclismo, o que fez dele um verdadeiro *sportsman*²²¹.

Na Sorbonne teve conhecimento do trabalho desenvolvido pelo diretor do Colégio de Rugby, Thomas Arnold, em Inglaterra e rapidamente se mostrou interessado em compreender melhor de que forma é que a reforma do ensino britânico, apoiada na prática desportiva, poderia contribuir para alterar os hábitos da juventude²²². Procurando conhecer melhor este modelo educativo, Coubertin iniciou, em 1883, um conjunto de viagens a Inglaterra, decidido a visitar diversas escolas britânicas e conhecer localmente o trabalho desenvolvido por Arnold fundamentalmente sustentado no desenvolvimento moral, nas atividades físicas e na educação social²²³. Pierre de Coubertin teve contacto com uma sociedade bastante diferente da que bem conhecia, a parisiense. O desporto na Grã-Bretanha era essencialmente uma festa para quem o praticava e também para quem assistia. A sociedade vibrava com o desporto e era comum a organização de festivais desportivos, por vezes designados festivais olímpicos, entre os quais se destaca os Wenlock Olympian Games, cuja primeira edição aconteceu em 1849. Estes Jogos, que são organizados até à atualidade, são considerados o mais antigo festival desportivo do mundo.²²⁴

²²⁰ Cf. Comité Olímpico de Portugal (2009) *Centenário do Comité Olímpico de Portugal*, Editorial Verbo, Braga, Tilgráfica, 2009, p. 3.

²²¹ Cf. NUNES, Rita e VIDEIRA, Joaquim (2020c) *Pierre de Coubertin*, Programa de Educação Olímpica, Fascículo 5, 2.ª edição, Comité Olímpico de Portugal, junho 2020.

²²² Cf. FERREIRA, António F., DASILVA, Fernando e AFONSO Ricardo (1996), op. cit., p. 10.

²²³ Cf. LEMOS, Danilo L. R. (2008), op. cit., pp. 30-42.

²²⁴ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (1996), op. cit., pp. 43-48.

Anos mais tarde, em 1889, viajou até aos Estados Unidos da América, para conhecer o modelo educativo anglo-saxónico que era substancialmente distinto do britânico²²⁵. Coubertin conheceu, então, outro homem que o inspirou; Theodore Roosevelt que, dezasseis anos mais tarde, em 1906, viria a ser presidente dos Estados Unidos laureado com o Prémio Nobel da Paz, devido à sua mediação no conflito russo-japonês.²²⁶ O encontro com Roosevelt despertou em Coubertin o interesse em reeditar os Jogos Olímpicos, desde logo porque tomou conhecimento que os norte-americanos tinham pensado em recriar os Jogos Olímpicos em 1785²²⁷.

Coubertin teve ainda conhecimento que os gregos, financiados por Evangelis Zappas, também tinham organizado uma série de festivais denominados Zappas Olympics. Estes festivais, realizados em Atenas, em 1859, 1870, 1875 e 1888/9 foram uma das primeiras tentativas de recriar os Jogos Olímpicos da Antiguidade.²²⁸

Foi graças a estas viagens realizadas por Pierre de Coubertin, nas quais o barão recolheu informações sobre outros modelos educativos e contactou com diferentes realidades sociais, que, a partir de 1890, a reforma do ensino realizada em França passou a integrar a educação física, e a prática de modalidades desportivas nos programas curriculares.²²⁹

Simultaneamente outro acontecimento marcou de forma muito significativa o sonho de Pierre de Coubertin: as descobertas arqueológicas em Olímpia, na Grécia²³⁰. As escavações que permitiram o início da reconstituição de Olímpia, a cidade-estado, onde tinham sido realizados os Jogos Olímpicos, entre o ano de 776 a.C. e 393 d.C.²³¹²³², tinham sido iniciadas pelos arqueólogos britânicos Lorde Stanope e Richard Chandler, em 1766²³³. Apesar de terem sido vários os trabalhos desenvolvidos por equipas de arqueólogos de diversas nacionalidades, foi o trabalho liderado pelo alemão Ernst Curtius, em 1881, que possibilitou a descoberta, no perímetro da antiga Olímpia, de vários

²²⁵ Cf. RUBIO, Kátia (2011), op. cit., pp. 83-90.

²²⁶ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., p. 20.

²²⁷ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (1996), op. cit., pp. 43-48.

²²⁸ Cf. GIORGIADIS, Konstantinos (2003), op. cit., pp. 32-51.

²²⁹ Cf. FERREIRA, António F., DASILVA, Fernando e AFONSO Ricardo (1996), op. cit., p. 10.

²³⁰ Cf. PINTO, Rodrigo A. Pinto (2004), op. cit., pp. 5-16.

²³¹ Cf. GARCIA, Rui P. e CUNHA, António C. (2016) *Jogos Olímpicos sob o signo da Utopia*, Lisboa, Visão e Contextos, pp. 65-69.

²³² É importante referir que não é unânime o ano em que os Jogos Olímpicos são abolidos. Para a maioria dos investigadores os Jogos Olímpicos da antiguidade foram abolidos por Teodósio I, em 393 d.C., existindo, no entanto, outros autores consideram que esta abolição foi realizada pelo seu neto, Teodósio II, apontando para possíveis datas: 381 d.C., 426 d.C. ou 435 d.C.

²³³ Cf. LÓPEZ, Juan Rodríguez (2008) *Historia del deporte*, INDE Publicaciones, tercera edición, Barcelona, España, 2008, pp. 203-204.

exemplares de estátuas, baixos-relevos, peças de cerâmica e vestígios de cerca de quarenta monumentos que até então se encontravam submersos e subterrados e que, de certa forma, retratavam os Jogos Olímpicos da Antiguidade²³⁴.

Foram estes fatores que fizeram com que Pierre de Coubertin, então com 31 anos, alimentasse o sonho de recriar os Jogos Olímpicos através de uma filosofia de vida baseada no corpo, na vontade e na mente, unindo o desporto, a cultura e a educação. Inspirado nos ideais gregos e acreditando que a educação física era um fator determinante na educação das sociedades modernas, Pierre de Coubertin deu continuidade ao seu sonho e idealizou a realização de um festival desportivo global à semelhança do que tinham sido os Jogos Olímpicos da Antiguidade. Desta forma, seria possível enaltecer os atletas individualmente, unir as comunidades de todo o mundo e promover o desporto como instrumento para a promoção da paz, da união e do respeito por regras e adversários²³⁵.

A 25 de novembro de 1892, por ocasião da celebração do cinquentenário da *Union des Sociétés Française de Sports Athlétiques* - USFSA, realizadas na Universidade Sorbonne, Pierre de Coubertin decidiu apresentar pela primeira vez a sua ideia de reorganizar os Jogos Olímpicos, defendendo no final do seu discurso que “para assegurar aos atletas de todos os países um prestígio cada vez maior, é necessário internacionalizar o desporto, e nesse sentido temos de recriar os Jogos Olímpicos”²³⁶. Esta sua ideia, à data não reuniu os apoios necessários, o que fez com que Coubertin continuasse a trabalhar no seu projeto, voltando a relançá-lo, em junho de 1894. Tal acabou por acontecer durante o Congresso Internacional de Educação Física, realizado, novamente, na Universidade Sorbonne, e que, ousadamente, Coubertin rebatizou de “Congresso para o Restabelecimento dos Jogos Olímpicos”. A 23 de junho de 1894 foi, então, aprovada por unanimidade e aclamação, por 79 representantes de universidades, professores, membros de federações desportivas e higienistas, oriundos de 13 países²³⁷, a proposta de Coubertin para o restabelecimento dos Jogos Olímpicos²³⁸.

²³⁴ Carlos Paula Cardoso, *Os Jogos Olímpicos. The Olympic Games*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 1996, pp. 43-48.

²³⁵ Cf. NUNES, Rita e VIDEIRA, Joaquim (2020c), op. cit.

²³⁶ CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia e HENRY, Ian P. (2012), op. cit., p. 84; CARDOSO, Carlos Paula (1996), op. cit., pp. 43-48.

²³⁷ Os 79 delegados presentes em Sorbonne eram: franceses, gregos, russos, italianos, holandeses, ingleses, australianos, suecos, belgas, espanhóis, húngaros, checos e norte-americanos. In MÜLLER, Norbert e TODT, Nelson Schneider (ed.) (2015) *Pierre de Coubertin 1863-1937 Olimpismo. Seleção de Textos*, Comité Internacional Pierre de Coubertin, EdiPURCS, p. 723.

²³⁸ FERREIRA, António F., DASILVA, Fernando e AFONSO Ricardo (1996), op. cit., p. 10.

Idealizados por Coubertin, os Jogos tinham um cariz eminentemente competitivo, deveriam realizar-se de quatro em quatro anos, com alternância do local da sua realização contando com a participação de atletas oriundos de todos os países, acabando inicialmente por utilizar o exemplo dos Jogos Olímpicos da Antiguidade para justificar a não participação das mulheres ou de atletas profissionais.²³⁹

A 23 de junho foi, também, constituído o Comité Olímpico Internacional, entidade que ficou encarregue da organização dos Jogos Olímpicos²⁴⁰. Note-se, a este respeito, que para assinalar a criação do Movimento Olímpico, desde 1948, o dia 23 de junho, é celebrado e reconhecido em todo o mundo como o Dia Olímpico²⁴¹.

Concebido por Pierre de Coubertin o Movimento Olímpico passa a desenvolver-se no sentido de formar uma estrutura ampla, em que no topo estava o COI:

Comité Olímpico Internacional (COI)		
Federações Internacionais (FI's)	Comités Olímpicos Nacionais (CON's)	Comités Organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO's)
Clubes e Associações Desportivas	Árbitros, Treinadores e Oficiais Desportivos	Atletas

Tabela 3 – Representação das organizações e indivíduos que constituem o Movimento Olímpico (imagem adaptada do “O Movimento Olímpico – Olimpismo” do Programa de Educação Olímpica do COP)

De forma a assegurar uma certa independência financeira e política do novo organismo, bem como o poder de influência de cada um dos países e a preservação da liberdade das suas decisões, Pierre de Coubertin utilizou um sistema de cooptação, que poderá até ser considerado como “pouco democrático”, mas que ainda hoje existe. A constituição do COI foi realizada através da formalização de convites pessoais dirigidos às personalidades que Coubertin considerava mais adequadas para o desempenho dos seus objetivos, com primazia para representantes da aristocracia.²⁴² A sua estrutura orgânica foi idealizada em forma de círculos concêntricos, onde no centro se encontrava a estrutura principal, designada de Comissão Executiva, numa segunda linha, os membros do COI e na periferia, os Comitês Olímpicos, que deveriam ser criados nos diversos países

²³⁹ Cf. LÓPES, Juan Rodríguez (2008), op. cit., pp. 205-207.

²⁴⁰ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (1996), op. cit., pp. 43-48; FERREIRA, António F., DASILVA, Fernando e AFONSO Ricardo (1996), op. cit., p.10.

²⁴¹ Cf. NUNES, Rita e VIDEIRA, Joaquim (2020a) *Olimpismo*, Programa de Educação Olímpica, Fascículo 1, 2.ª edição, Comité Olímpico de Portugal, junho 2020.

²⁴² Cf. LÓPES, Juan Rodríguez (2008), op. cit., pp. 205-207.

com a função de divulgar e promover o Movimento Olímpico, bem como, organizar e constituir as missões que poderiam participar nesta grande competição internacional, os Jogos Olímpicos²⁴³.



Imagem 11 – Estrutura orgânica do Comité Olímpico Internacional (imagem elaborada pela autora com base na informação recolhida)

A organização, ação e funcionamento do Movimento Olímpico, assim como a forma como se realizam os Jogos Olímpicos, foi também estabelecida por Pierre de Coubertin, quando em 1898, redigiu pela primeira vez a Carta Olímpica, um documento, que ainda hoje existe e que, com as devidas atualizações continua a definir a codificação dos princípios fundamentais do Olimpismo, as regras e os estatutos adotados pelo COI²⁴⁴.

Inicialmente Pierre de Coubertin pensou em organizar os primeiros Jogos Olímpicos em Paris, em 1900, por ocasião da Exposição Universal, que assinalava também a viragem do século. No entanto, os gregos não queriam perder a oportunidade de organizar os “novos” Jogos Olímpicos. Assim os delegados decidiram realizar os Jogos de 1896 em Atenas, por forma a homenagear os fundadores dos Jogos da antiguidade, com o grego Dimétrios Vikelas²⁴⁵ a assumir a liderança do recém-criado Comité Olímpico Internacional.²⁴⁶

²⁴³ Cf. Comité Olímpico de Portugal (2009) *Centenário do Comité Olímpico de Portugal*, Editorial Verbo, Braga, Tilgráfica, p. 5.

²⁴⁴ Cf. Comité Olímpico Internacional (2020c) *Restoring The Olympic Games Founding Speech*, COI, Lausanne; Comité Olímpico Internacional (2020b), op. cit. É importante referir que apesar de ter sido redigida por Pierre de Coubertin em 1898, a sua primeira publicação aconteceu em 1908, com o título “Annuaire du Comité International Olympique”. A sua designação foi sendo alterada ao longo do tempo, para em 1978 surgir como atualmente se designa: “Olympic Charter” ou Carta Olímpica.

²⁴⁵ Dimétrios Vikelas (Grécia, 15/02/1835 – Grécia, 20/07/1908) foi um reputado empresário e escritor grego que ficou mais conhecido pelo facto de se ter tornado o primeiro presidente do Comité Olímpico Internacional, exercendo funções entre 1894 e 1896.

²⁴⁶ LEMOS, Danilo L. R. (2008), op. cit., pp. 30-42.

2.2 Os Jogos Olímpicos da Era Moderna

“A idéia de reconstituir os Jogos Olympicos da Grecia antiga, data de 1896, em que se realizaram pela primeira vez em Athenas; depois foram dados em Paris em 1900, em 1904 em Saint Louis, em 1906 em Athenas, em 1908 em Londres. Em 1912 serão feitos em Stockholm.”

(“A história dos Jogos Olympicos” in *Os Sports Illustrados*, Primeiro Ano, n.º 26, de 10/12/1910, p. 3)

Da criação do Comité Olímpico Internacional à realização da primeira edição dos Jogos Olímpicos da era moderna, decorreram apenas dois anos. Foram dois anos, em que Pierre de Coubertin se empenhou para que a Grécia, em sérias dificuldades financeiras, conseguisse ultrapassar diversas vicissitudes e organizar os Jogos²⁴⁷.

Ao ter conhecimento das dificuldades que os gregos enfrentavam, o húngaro Ferenc Kemény²⁴⁸ iniciou uma série de contactos e iniciativas com a intenção de levar a organização dos primeiros Jogos Olímpicos para Budapeste, um dos principais centros culturais do Império Austro-Húngaro²⁴⁹. O sonho de Pierre de Coubertin, em organizar a primeira edição dos Jogos Olímpicos, na Grécia, berço dos Jogos Olímpicos da antiguidade, concretizou-se graças à preciosa ajuda financeira do grego George Averoff²⁵⁰ que doou um milhão de dracmas para a reconstrução do Estádio Panathinaiko, em Atenas, que seria uma das principais infraestruturas desportivas dos primeiros Jogos da era moderna.

Com o surgimento do Movimento Olímpico iniciava-se, pelo menos em teoria, uma nova forma de encarar e entender o desporto e a sua prática. A primeira edição dos Jogos Olímpicos da era moderna, começou quando o Rei George I, a 6 de abril de 1896, proclamou a abertura dos Jogos Olímpicos e de seguida se entoou, pela primeira vez, o

²⁴⁷ Cf. FERREIRA, António F., DASILVA, Fernando e AFONSO Ricardo (1996), op. cit., p. 10.

²⁴⁸ Ferenc Kemény (Sérvia, 17/07/1860 – Hungria, 21/11/1944) foi um conceituado educador e humanista húngaro, que pertenceu ao círculo de amizades de Pierre de Coubertin. Em 1894, Kemény, a convite do seu amigo francês, participou no Congresso para o Restabelecimento dos Jogos Olímpicos, tornando-se membro fundador do Comité Olímpico Internacional.

²⁴⁹ SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 27.

²⁵⁰ George Averoff (Grécia, 15/08/1815 – Egito, 15/07/1899) foi um empresário e filantropo grego que financiou a remodelação do Estádio Panathinaiko, em 1895. A sua grandiosidade e beleza proporcionada pelos mármore brancos utilizados, ainda hoje podem ser apreciados.

Hino Olímpico escrito especialmente para a ocasião pelo compositor grego Spyridon Samaras²⁵¹. É interessante realçar que o primeiro dia da realização dos Jogos Olímpicos da era moderna – 6 de abril – foi recentemente proclamado a 23 de agosto de 2013, através da Resolução 67/296 da Assembleia Geral das Nações Unidas, como o Dia Internacional do Desporto para o Desenvolvimento e a Paz, demonstrando o crescente reconhecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU) da influência positiva que o desporto, e o Movimento Olímpico, podem ter no avanço dos direitos humanos e no desenvolvimento social e económico internacional.²⁵²

O renovado Estádio Panathinaiko encheu-se de uma multidão ávida para assistir à cerimónia de abertura e às competições que tanto êxito haviam alcançado no passado²⁵³. A participação de 241 atletas (todos homens) oriundos de 14 países e o elevado número de espectadores que assistiram às 43 provas do Programa Olímpico.²⁵⁴

A organização dos Jogos passou, como forma de viabilizar financeiramente o evento, a estar associada à realização das Exposições Universais. No programa da Exposição Universal de Paris, realizada em 1900, foram incluídas algumas competições já previstas, como a esgrima, e acrescentadas outras de modo a constituir o Programa Olímpico. Aquele que é considerado o primeiro cartaz oficial dos Jogos é nada mais do que a imagem que serviu para promover os torneios de esgrima, que sublinhe-se, não faz nenhuma referência aos Jogos Olímpicos²⁵⁵. As competições realizaram-se ao longo de cinco meses, entre 14 de maio e 28 de outubro, e muitas delas não foram sequer identificadas como integrando os Jogos, o que fez com que alguns participantes nunca tivessem sabido que se tinham tornado Atletas Olímpicos²⁵⁶. As mulheres competiram pela primeira vez nas provas de ténis e golfe²⁵⁷. Foram apenas 22 do total de 997 participantes. A britânica Charlotte Cooper (1870-1966), foi a primeira Campeã Olímpica, ao conquistar por duas vezes o primeiro lugar na competição feminina e na de pares mistos, ela que anteriormente já tinham ganho três edições do famoso Torneio de

²⁵¹ Cf. NUNES, Rita e VIDEIRA, Joaquim (2020b) *Os Símbolos Olímpicos*, Programa de Educação Olímpica, Fascículo 2, 2.ª edição, Comité Olímpico de Portugal, junho 2020, pp. 12-13.

²⁵² Cf. <https://eurocid.mne.gov.pt/eventos/dia-internacional-do-desporto-para-o-desenvolvimento-e-paz>

²⁵³ PINTO, Rodrigo A. Pinto (2004), op. cit., pp. 29-49.

²⁵⁴ Cf. Jogos Olímpicos 1896, página de internet do COI: <https://www.olympic.org/athens-1896>.

²⁵⁵ Cf. Jogos Olímpicos 1900, página de internet do COI: <https://www.olympic.org/paris-1900>.

²⁵⁶ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 24-25.

²⁵⁷ Cf. Comité Olímpico Internacional (2020a) *Factsheet Women in the Olympic Movement*, disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf#_ga=2.140563570.1995812371.1600381107-2074953295.1600381107, acedido a 19/09/2020.

Wimbledon. A norte-americana Margaret Ives Abbot (1878-1955) foi a vencedora do torneio feminino de golfe, tornando-se também ela Campeã Olímpica.²⁵⁸

Em 1904 os Jogos Olímpicos, já na sua terceira edição, realizaram-se na cidade norte-americana de St. Louis, uma vez mais acompanhados pela Exposição Universal, voltando-se a repetir alguns dos erros iniciais. Para além da pouca promoção dos Jogos e da fraca identificação das competições olímpicas, houve a dispersão das provas ao longo de mais de quatro meses, entre 1 de julho e 23 de novembro. Os elevados custos das viagens para os atletas fizeram com que o número de participantes baixasse para 651, apenas representando 12 países. A maior polémica e crítica a esta edição foi a inclusão dos “Anthropological Days”, ou seja, um conjunto de várias competições fora do programa para atletas, onde competiram representantes de diferentes etnias, com a exceção dos caucasianos, que serviam para corroborar não só uma visão elitista do desporto, mas também a promoção de uma realidade civilizacionalmente hierárquica.²⁵⁹

Face aos acontecimentos ocorridos nas edições de Paris e St. Louis, a Grécia propôs ao COI que os Jogos Olímpicos passassem a realizar-se sempre em Atenas. Tendo em conta o carácter universal que Pierre de Coubertin pretendia dar ao Movimento Olímpico, desenvolvendo variados esforços para que diferentes cidades, de diferentes países e de diferentes continentes organizassem os Jogos Olímpicos, a proposta foi recusada²⁶⁰. Ainda assim, em 1906, por ocasião do décimo aniversário do restabelecimento dos Jogos Olímpicos, e numa tentativa de relançar a iniciativa, superando os problemas e as anomalias verificadas nas edições anteriores, realizou-se em Atenas nova edição, em que participaram atletas do continente europeu e americano, no entanto, esses acabaram por não ser considerados “olímpicos”, ficando com a designação de Jogos Intercalares²⁶¹.

A normalidade do “Ciclo Olímpico” foi retomada com a realização dos Jogos Olímpicos de 1908, em Londres, numa edição que estava programada para ter lugar em Roma, mas que, devido a vários problemas financeiros e políticos, culminando com a erupção do vulcão Vesúvio, acabou por ser transferida para a capital britânica. Esta edição contou com a presença de 2008 atletas, dos quais 37 mulheres, oriundos de 22 países. O

²⁵⁸ Cf. LEDER, Jane (1996), op. cit.

²⁵⁹ Cf. LÓPES, Juan Rodríguez (2008), op. cit., pp. 216-219.

²⁶⁰ Cf. PINTO, Rodrigo A. Pinto (2004), op. cit., pp. 29-49.

²⁶¹ Cf. LÓPES, Juan Rodríguez (2008), op. cit., pp. 216-219.

balanço final destes Jogos Olímpicos foi um grande êxito, generalizando-se a ideia que o Movimento Olímpico estava novamente relançado.

A primeira edição dos Jogos Olímpicos da era moderna não teve qualquer eco em Portugal. Não é de estranhar esta situação, pois os portugueses não tinham ainda adquirido hábitos desportivos, estando o desporto em Portugal, em final do século XIX e início do século XX, muito circunscrito às elites e ainda bastante associado a práticas recreativas. Por outro lado, o País não tinha uma estrutura associativa capaz de preparar e organizar uma equipa para participar numa edição dos Jogos Olímpicos.²⁶²

As primeiras referências que se encontram na imprensa da época, relativamente à possível participação portuguesa nos Jogos Olímpicos aconteceram por ocasião dos Jogos Olímpicos de Paris, em 1900. *O Tiro Civil*, publicou nas edições de maio e junho²⁶³ algumas informações sobre a competição de esgrima, onde por algum tempo se questionou se os portugueses António Martins e Sebastião Herédia iriam participar, facto que não se veio a confirmar.

A análise da imprensa ajuda-nos, ainda a reconstruir, estas primeiras edições dos Jogos: nas páginas do *Tiro e Sport* é analisada a IV edição realizada em Londres, em 1908. Nas edições de março a julho²⁶⁴ foram publicadas informações sobre o programa dos Jogos, as regatas, as provas de natação, a constituição da equipa italiana e o facto de não se saber nada de uma possível participação de Portugal.

Para além da imprensa portuguesa abordar superficialmente a questão da participação portuguesa nos Jogos, a comunidade britânica residente em Portugal estaria, muito provavelmente, informada quanto à organização dos Jogos Olímpicos em Londres, isto porque, um dos elementos da tripulação inglesa de remo Henry Bucknall²⁶⁵, que venceu a medalha de ouro e o título de campeão olímpico, tinha nascido, precisamente, em Lisboa e era remador do Clube Naval de Lisboa²⁶⁶.

²⁶² SERPA, Homero, op. cit., p. 27.

²⁶³ Cf. “Esgrima. Chronica”, in *O Tiro Civil*, Ano VI, n.º 185, 1/05/1900, p. 5; “Esgrima. Chronica”, in *O Tiro Civil*, Ano VI, n.º 187, 1/06/1900, p. 9; “Esgrima. O grande torneio internacional em Paris”, in *O Tiro Civil*, Ano VI, N.º 188, 15/06/1900, p. 6.

²⁶⁴ Cf. “Remo”, in *Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 376, 10/03/1908, p. 5; “Jogos olympicos de Londres”, in *Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 377, 20/03/1908, p. 3; “Natação nos concursos olympicos de Londres”, in *Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 377, 20/03/1908, p. 3; “Velocipedia”, in *Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 378, 30/03/1908, p. 4; “Esgrima em Londres”, in *Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 386, 20/06/1908, p. 3; “Jogos Olympicos em Londres”, in *Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 386, 20/06/1908, p. 3; “Italianos nos jogos olympicos de Londres”, in *Tiro e Sport*, Ano XIV, n.º 388, 10/07/1908, p. 5

²⁶⁵ Henry Bucknall (04/07/1885 – 01/01/1962) nasceu em Lisboa. Era filho do Comodoro do Real Clube Naval e participou nos Jogos Olímpicos de Londres 1908, integrando na equipa de Shell 8 que conquistou o título de Campeão Olímpico.

²⁶⁶ PIRES, Gustavo (2016), op. cit., p. 18.

2.3 Portugueses integram o Comité Olímpicos Internacional

“Realisou-se no dia 19 de corrente, n’uns vastos terrenos da estrada do Lumiar, pertencentes á “Assistência Nacional dos Tuberculosos”, cedidos generosamente pelo sr. dr. António de Lancastre a primeira festa de *Sport* oferecida pelo “Campo Grande Foot-Ball Club”, composto d’um grupo de rapazes da nossa *élite*.

Foi uma festa devéras interessante. A assistência era numerosa e selecta, vendo-se no campo grande número de carruagens, automóveis e cavalleiros” (“Jogos. Campo Grande Foot-Ball Club”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XII, n.º 327, 31/03/1906, p. 11)

Com o Movimento Olímpico a expandir-se a diversos países e já com várias edições dos Jogos Olímpicos da era moderna realizadas, também Portugal passou a integrar esta elite do desporto internacional. Importa, por isso, analisar e perceber, como surgiram as primeiras movimentações e os contactos que permitirão a integração de elementos portugueses no COI, bem como, a participação de atletas nacionais numa futura edição dos Jogos Olímpicos.

Verdadeiros entusiastas da causa desportiva, os elementos da Família Real desempenharam uma função extremamente importante no que se refere ao desenvolvimento que o desporto alcançou a partir das últimas décadas do século XIX. Se relativamente ao desporto foram vários os elementos da Família Real que se envolveram, através da prática de diversas modalidades desportivas e no apoio a diversas iniciativas, no olimpismo, o destaque recai inteiramente sobre o papel e a acção desempenhados pelo Rei D. Carlos.

Terá sido durante uma visita oficial realizada a Paris, a 20 de novembro de 1905, que o Rei D. Carlos se encontrou com Pierre de Coubertin e ficou a conhecer os principais objetivos do Movimento Olímpico. O método utilizado por Pierre de Coubertin para divulgar e expandir o Movimento Olímpico era através de contactos directos que estabelecia junto das elites de cada país, a quem solicitava que lhe fosse indicado alguém

que pudesse tornar-se membro do COI, e que ficaria responsável pela divulgação do olimpismo a nível nacional²⁶⁷.

Foi muito provavelmente, durante essa viagem, que Pierre de Coubertin solicitou que o Rei D. Carlos lhe indicasse uma pessoa da sua confiança, para integrar o COI. Note-se que não existindo, ou não se conhecendo até à data, documentação que suporte estas considerações, a explicação que aqui seguimos, foi a já apresentada e defendida por outros autores²⁶⁸, e que tornou possível que em menos de seis meses, o médico da família real e secretário da Assistência dos Tuberculosos, António Lancastre²⁶⁹, que então residia em Paris, escrevesse, a 9 de junho de 1906, a Pierre de Coubertin, em resposta ao ofício do dia 4 de junho, manifestando-lhe a sua disponibilidade para integrar o COI:

“Lisbonne le 9 juin 1906.

Monsieur le Baron.

Par une lettre en date du 4 courant, vous avez bien voulu me faire part que le Comité Olympique International, dû á votre obligeance, tiendrait á m’élire représentant de mon pays au sien de votre honorable compagnie.

Touché de votre bienveillance je m’exprime de porter á votre connaissance que j’accèpte votre indication avec le plus grand plaisir, soucieux d’apporter mon concurso à votre oeuvre.

Quand il aura lie je vous recouvrais de ma cotisation de 25 francs.

Tout em vous remerciant l’envoi de votre Bouletin, je profite de l’occasion, pour vous adresser, Monsier le Baron mês salutations les plus distinguées.

À Monsieur le Baron Pierre de Coubertin.”²⁷⁰

António Lancastre foi cooptado para membro do Comité Olímpico Internacional, através de voto postal, com a data de 30 de junho de 1906, sendo registado como o 47.º membro do COI²⁷¹. Não é claro qual terá sido o seu contributo para o desenvolvimento do Movimento Olímpico em Portugal. Através da análise dos registos das reuniões do

²⁶⁷ PIRES, Gustavo Pires (2012), op. cit., p. 34.

²⁶⁸ A este respeito diferentes autores, como: António Simões, Carlos Paula Cardoso, Francisco Nobre Guedes, Gustavo Pires, entre outros, defendem esta mesma hipótese, em diversas obras.

²⁶⁹ António Maria de Lancastre (11/09/1857 – 30/10/1944) especializou-se no estudo da Tuberculose. Foi médico pessoal do Rei D. Carlos e da Família Real e Secretário-geral da Assistência aos Tuberculosos, uma obra da Rainha D. Amélia. Foi membro do COI entre 30/06/1906 e 4/07/1912.

²⁷⁰ Centro de Estudos Olímpicos - Comité Olímpico Internacional, CIO MBR-LANCA-CORR–Correspondence of Antonio de LANCASTRE, B-ID05/58, Carta de António de Lancastre endereçada a Pierre de Coubertin a 9 de junho de 1906.

²⁷¹ International Society of Olympic Historians (200) *The Biographies of All IOC-Members – Part III*, Journal of Olympic History 17, n.º 3, dezembro 2009, pp. 48-49.

COI foi possível saber que Lancastre deveria ter participado nas seis reuniões realizadas durante o período em que manteve funções, mas efetivamente em nenhuma esteve presente. Durante a investigação realizada nos arquivos do Centro de Estudos Olímpicos, em Lausanne, foi possível verificar a existência de diversos ofícios de troca de correspondência, onde se destaca, na sua maioria, o envio da quotização anual de 25 francos²⁷², podemos deste modo concluir que Lancastre era, apenas em teoria, membro do COI, uma vez que de acordo com a documentação analisada não há qualquer registo da sua participação na discussão ou tomada de decisões no âmbito do órgão máximo do olimpismo internacional.

O seu silêncio é, ainda mais notório, por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos de Londres 1908, já que Lancastre poderia ter tirado partido da sua posição institucional para criar as condições necessárias, tendo em vista a participação de atletas portugueses nos Jogos. Com a implantação da República em outubro de 1910, António Lancastre endereçou uma carta a Pierre de Coubertin, datada de 25 de fevereiro de 1911, com o seu pedido de substituição invocando a mudança de regime em Portugal: “d’apres les conditions de ma nouvelle situation, envers le gouvernement portugais, je me suis adressé a vous pour vous prier de bien vouloir me remplacer au Comité, em membre du Comité national portugais. (...)”²⁷³ Assim, decorrente deste seu pedido de resignação, António Lancastre deixou, oficialmente, de ser membro do COI a 4 de julho de 1912²⁷⁴.

No espólio do Comité Olímpico Internacional, em Lausanne, encontramos a carta enviada, a 12 de maio de 1912, por Jayme Mauperrin Santos²⁷⁵ a Pierre de Coubertin. O recente empossado presidente do Comité Olímpico Português, reitera a vontade demonstrada por António Lancastre em ser substituído pelo Conde de Penha Garcia²⁷⁶,

²⁷² Centro de Estudos Olímpicos - Comité Olímpico Internacional, D-RMOI.PORTU/002, SD1: COM, 1906-1949, 1906.01.01-1963.12.31, Correspondence of the NOC of Portugal (POR); Centro de Estudos Olímpicos - Comité Olímpico Internacional, CIO MBR-LANCA-CORR, 1906.01.01-1926.12.31, Correspondence of Antonio de LANCASTRE.

²⁷³ Centro de Estudos Olímpicos - Comité Olímpico Internacional, CIO MBR-LANCA-CORR—Correspondence of Antonio de LANCASTRE, B-ID05/58, Carta de António de Lancastre endereçada a Pierre de Coubertin a 25 de fevereiro de 1911.

²⁷⁴ International Society of Olympic Historians (2009), op. cit., pp. 48-49.

²⁷⁵ Jayme Mauperrin Santos (13/06/1957-12/1913) foi diretor da Escola Académica (1891 a 1913), vice-presidente da Sociedade Promotora da Educação Física Nacional e a 30 de abril de 1912, foi o escolhido para se tornar o primeiro presidente do Comité Olímpico Português.

²⁷⁶ José Capelo Franco Frazão (11/01/1872-25/04/1940) também conhecido por Conde de Penha Garcia foi deputado em várias legislaturas e Presidente da Câmara dos Deputados entre 05/03/1910 e 27/06/1910, Presidente Honorário do primeiro Comité Olímpico Português. Com a implantação da República exilou-se em Geneve, Suíça. Foi membro do COI entre 4 de julho de 1912 e janeiro de 1940.

afirmando que o conde possuía todas as qualidades necessárias para cumprir as funções de membro do COI:

“Monsieur le Baron Pierre de Coubertin

Je viens vous accuser la réception de votre honorable lettre et vous présenter mes hommages personnelles et celles du Comité Olympique portugais auquel j'ai l'honneur de présider.

Vous devez avoir reçu une lettre officielle de mon confrère Dr. D. Antonio de Lancastre dans laquelle il vous exprimait son désir de se voir remplacer par mr. le Conte de Penha Garcia comme délégué du Portugal près du Comité Olympique international de votre honorable présidence.

Je viens joindre ma demande et celle de tout le Comité portugais car mr. le Conte de Penha Garcia a toutes les qualités nécessaires pour bien remplir cette charge et il pourra cette année encore prendre part au congrès de Stockolmo. J'espère l'année prochaine avoir l'honneur de faire votre connaissance personnelle, car cette année malheureusement je ne peux pas laisser Lisbonne. Avec les hommages de tout le comité agréez Monsieur mes sentiments bien distingués. Lisbonne 12 du Mai 1912”²⁷⁷

Nesta carta, como podemos verificar, Jayme Mauperrin Santos refere a vontade demonstrada por António Lancastre em ser substituído por Penha Garcia, conforme uma comunicação anterior, facto que não foi possível confirmar, uma vez que não se encontrou essa documentação nos arquivos do COI em Lausanne, nem no arquivo histórico do Comité Olímpico de Portugal.

Penha Garcia foi oficialmente cooptado para membro do COI a 4 de julho de 1912. Esta informação foi divulgada e transmitida a todos os membros do COI através da edição de agosto de 1912 da *Revue Olympique*: “le Comité a accepté la démission de M. le Dr. de Lancastre et élu en son lieu et place em qualité de membre pour le Portugal S. E. de comte de Penha Garcia, ministre d’Etat, président d’honneur du Comité Olympique Portugais.”²⁷⁸ Penha Garcia foi o 75.º membro a juntar-se ao Movimento Olímpico, mantendo-se neste cargo até janeiro de 1940. Ao longo do exercício das suas funções, Penha Garcia participou em 14 sessões do COI²⁷⁹.

²⁷⁷ Centro de Estudos Olímpicos - Comité Olímpico Internacional, CIO MBR-PENHA-CORR, 1912.01.01-1939.12.31, Correspondence of José Capelo PENHA GARCIA.

²⁷⁸ “Election de Nouveaux Membres”, *Revue Olympique*, 2.ª Série, n.º 80, agosto 1912, p. 123.

²⁷⁹ Cf. International Society of Olympic Historians (2010) *The Biographies of All IOC-Members – Part IV*, *Journal of Olympic History* 18, n.º 1, Abril 2010, p. 58.

2.4 A criação do Comité Olímpico Português

“Na reunião da ultima terça feira, no Centro Nacional de Esgrima, resultou um facto importantíssimo para a vida do atletismo portuguez, mormente no que diz respeito á sua propaganda, além das fronteiras do país.

Constituiu-se o Comité Olimpico Nacional, que está destinado a fomentar a realização de provas e certames desportivos; auxiliar a propaganda da prestimosa Sociedade Promotora de Educação Física Nacional; (...)”

(“Forma-se o Comité Olimpico Portuguez”, in *Os Sports Illustrado*, Terceiro Ano, n.º 99, Número Avulso, 04/05/1912, p. 2.)

Para se perceber a forma como o Movimento Olímpico se institucionalizou em Portugal é necessário analisar a forma como surgem duas organizações desportivas em Portugal: a Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional (SPEFN) e o Comité Olimpico Portuguez (COP). A forma como ambos os organismos se constituíram, os seus fins e o modo como se enraizaram e desenvolveram na sociedade portuguesa é fundamental para se compreender o percurso que foi necessário realizar para que a primeira participação portuguesa nos Jogos Olímpicos tivesse lugar.

Foi após os Jogos Olímpicos de Londres 1908 que se começaram a ouvir vários ecos da necessidade do desporto se reestruturar em Portugal, procurando ter mais organização e mais rigor. Exemplo disso é o artigo assinado por José Pontes na publicação *Os Sports* de 17 de setembro em que este afirmava: “É preciso uma federação das nossas associações, mas com uma orientação dirigente, franca nas suas decisões deliberativas e rasgada nas suas iniciativas. Ganhava o “sport” e ganhava o país.”²⁸⁰

A imprensa foi divulgando junto de um público que se pretendia cada vez mais abrangente os Jogos Olímpicos, a sua história e a organização da última edição, que tinha decorrido em Londres. Foi neste âmbito que a revista *Ilustração Portuguesa* publicou, a 26 de outubro, um artigo assinado por A. Ferreira de Carvalho: “O *certamen* de Londres

²⁸⁰ Cf. *Jornal Os Sports*, 17/07/1908.

foi brilhantíssimo e único; 22 nações se fizeram representar com excepção de Portugal é claro – nós polimos calçadas, passeamos na rua do Ouro ou pegamos touros, género de *sport* que a civilização não reconhece. - A Inglaterra foi, porém, gentilíssima para connosco; a bandeira das quinas tremulava sobre o majestoso anfiteatro em cuja fachada se ostentava, entre outros, o escudo d'armas de Portugal.”²⁸¹ Daqui também se pode depreender alguma crítica sobre o modo como o desporto era encarado pela sociedade portuguesa e o facto de Portugal ainda não dispor de uma estrutura organizativa sólida que lhe permitisse participar nesta importante prova desportiva internacional.

Um ano após a realização dos Jogos Olímpicos de Londres, foi então constituída em Portugal a Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional. A criação do novo organismo foi acompanhada pela imprensa, nomeadamente pela edição da *Revista Tiro e Sport*, publicada a 15 de agosto de 1909: “(...) A Sociedade Promotora da Educação Physica Nacional está fundada, e na criação da qual se vê unido um grande numero de elementos que se têm dedicado a esta causa; e tão confiados estão uns nos outros que, esquecendo-se aggravos e melindres mais ou menos feridos, trabalharam todos afanosamente para que chegasse a bom termo a idéa da sua fundação. Não pretende ella impôr o que sobre educação physica resolver e que ella julgue de bom, de util e de proveitoso.”²⁸² O artigo conclui que os esforços para a criação de uma entidade reguladora do desporto nacional se tinham iniciado ainda no final do século XIX. De acordo com o artigo escrito por Anibal Pinheiro, também envolvido na constituição da SPEFN, o primeiro desses ensaios teria ocorrido em 1898 ou 1899, por iniciativa da União dos Atiradores Civis Portugueses, depois em 1907, através da acção de um grupo de inspetores e professores de educação física. Em 1908, vários entusiastas da causa da educação física e do desporto terem nomeado uma comissão organizadora constituída por Jayme Mauperrin Santos, Jorge Cid, António Martins, Pedro José Ferreira, Câmara Leme, Silva Lopes e Anibal Pinheiro, para trabalharem na elaboração de uma proposta de estatutos tendo em vista a criação da SPEFN.²⁸³

A imprensa foi acompanhando e desempenhando um papel bastante importante neste processo. Para além de informar os seus leitores sobre os avanços na elaboração dos

²⁸¹ A. Ferreira de Carvalho, “Os Jogos Olympicos de 1908”, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 140, 26/10/1908, pp. 28-34.

²⁸² Anibal Pinheiro, “Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XV, n.º 426, 15/08/1909, p. 2.

²⁸³ Cf. Anibal Pinheiro, “Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XV, n.º 426, 15/08/1909, p. 2.

Estatutos, apelou, através das suas páginas, aos clubes que reunissem com a comissão organizadora para esta “(...) lhes ler os estatutos da sociedade e lhes esboçar os intuitos altruístas e beneficiadores da raça portuguesa que os animam na sua ideia”²⁸⁴, lhes apresentar o regulamento geral e os nomes dos que seriam apresentados em Assembleia-geral para ocupar os cargos diretivos da SPEFN.²⁸⁵

É o artigo, assinado por Anibal Pinheiro, publicado a 15 de agosto²⁸⁶, que vai dar a conhecer pela primeira vez, os objetivos da criação da SPEFN e que, na verdade, nada mais eram que a redação final do artigo 2.º dos Estatutos apresentados e aprovados alguns meses mais tarde.

Os esforços que estavam a ser desencadeados em prol da organização desportiva tornavam-se cada vez mais visíveis. É neste âmbito que se deve ler a convocatória difundida nas páginas do jornal *O Século*: “para eleição dos corpos gerentes da Sociedade Promotora de Educação Física Nacional. Reúne em Assembleia Geral, no dia 27, no Centro Nacional de Esgrima, largo do Picadeiro. A comissão organizadora pediu a comparência de todas as pessoas que se interessem pela fundação da utilíssima sociedade.”²⁸⁷

Na Assembleia-geral realizada a 27 de novembro de 1909, foi finalmente criada a SPEFN, sendo o conde Penha Garcia, o escolhido para presidente e Jayme Mauperrin Santos para vice-presidente. Para secretários, António Martins e Aníbal Pinheiro, por sua vez o cargo de tesoureiro ficou entregue a Pedro José Ferreira. A restante direção composta por vogais ficou constituída por: Dr. Aurélio da Costa Ferreira (Comissão de Inquérito); Dr. Reis Santos (Comissão de Pedagogia); Dr. C. Sacadura (Comissão de Higiene); Dr. Pinto Miranda (Comissão de Ginástica e Jogos Escolares); Dr. Januário Barreto (Comissão de Sports); Dr. Sá Oliveira (Comissão de Propaganda) e o marquês do Faial (Comissão Revisora de Contas). Para presidente da Assembleia-geral foi escolhido o conselheiro José Estevão de Moraes Sarmiento²⁸⁸.

Das Comissões criadas e com fins claramente relacionados com as práticas desportivas, destacam-se apenas a Comissão de Ginástica e Jogos Escolares, presidida por Pinto Miranda e a Comissão de *Sports* cuja presidência foi atribuída a Januário

²⁸⁴ Cf. *O Século*, 28/07/1909.

²⁸⁵ Cf. *O Século*, 04/08/1909.

²⁸⁶ Anibal Pinheiro, “Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XV, n.º 426, 15/08/1909, p. 2.

²⁸⁷ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., p. 28.

²⁸⁸ SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 308; CARDOSO, Carlos Paula (2009), op.cit., pp. 24-31.

Barreto. O Olimpismo não tinha, contudo, nenhuma representação na estrutura da Sociedade, realidade que se vai manter por ocasião da revisão estatutária realizada em 1913²⁸⁹, o que vem corroborar a preocupação da SPEFN com o corpo, a educação física e a saúde e a pouca sensibilidade para o desporto, a competição e a obtenção de marcas e recordes, situação que muito provavelmente não seria do agrado de José Pontes²⁹⁰ e Jayme Mauperrin Santos, defensores do “alto rendimento”.

Ao analisarmos os primeiros Estatutos²⁹¹, datados de 1909, percebe-se de imediato que as grandes preocupações e prioridades da recém-criada Sociedade, eram questões relacionadas com a educação física e a promoção da higiene, realidade que é compreensível se tivermos presente que a maioria dos membros dos seus órgãos sociais eram médicos ou higienistas. Assim, o artigo 2.º, definia os seguintes fins para a recém-criada SPEFN:

- “1. Promover a *educação physica* por todos os meios ao seu alcance, tendo em vista a educação da vontade e a formação do character;
2. Tratar de colher e coordenar todos os elementos de estudo que sirvam de base às modificações a introduzir na orientação e organização da educação physica nacional;
3. Promover o aperfeiçoamento e unificação do ensino em todos os ramos da *educação physica*, lançando as bases de um instituto superior de educação physica;
4. Promover e animar as iniciativas particulares dando-lhes a unidade necessária para que todas as instituições de qualquer ramo de *educação physica* ou que com esta tenham relação, possam auxiliar ou favorecer os fins da Sociedade;
5. Promover junto dos poderes públicos a adopção de todas as medidas que possam concorrer para o progresso da *educação physica* em Portugal;

²⁸⁹ Cf. Sociedade Promotora de Educação Física Nacional (1913) *Estatutos da Sociedade Promotora de Educação Física Nacional*, Typographia do Commercio, Lisboa.

²⁹⁰ José Pontes (22/04/1879-1961) foi praticante de várias modalidades, destacando-se como jornalista, médico e dirigente desportivo. Licenciou-se em Medicina em 1912 sendo a sua Tese sobre as “Corridas de Maratona - Estudo de Fisioterapia”. Enquanto médico foi mobilizado para a Grande Guerra como alferes-médico, sendo em 1916, promovido a capitão-médico. Foi um dos fundadores do COP assumindo as funções de secretário-geral em 1912 e de presidente de 1923 até 1956. Depois da morte de Penha Garcia, foi cooptado membro do COI, exercendo funções de 1941 a 1956. Foi redator do *Jornal da Noite* de 1902 a 1908, Chefe de redação da *Revista de Sport*, de 1903 a 1905 e, proprietário e diretor do jornal *Os Sports Ilustrados* fundado em 1910. Foi Senador da República na 6.ª legislatura que se iniciou em 1922 até 1926, tendo sido eleito para várias comissões parlamentares.

²⁹¹ Artigo 2.º do Estatutos da SPEFN, in PIREs, Gustavo (2016), op. cit., p. 50.

6. Difundir, dentro da sua esfera de ação, por todos os meios que julgar convenientes os conhecimentos e praticas de hygiene;
7. Procurar implantar e desenvolver desde os jardins de infância até às escolas superiores e nos centros operarios a *educação physica* em todas as suas modalidades: gynastica, jogos, desportos e todos os outros meios de gymnastica aplicada;
8. Offerecer um centro de apoio moral e de solidariedade a todas as instituições e associações de *educação physica*;
9. Despertar e incitar por meio de activa propaganda o interesse público pela causa de *educação physica* nacional;
10. Cooperar com o Estado na solução de todos os problemas que digam respeito ao progresso da *educação physica* nacional, quando para isso for solicitada;
11. Promover a reunião de congressos onde possam ser discutidas todas as questões que interessem á *educação physica*;
12. Logo que os seus recursos lhe permitam publicar um boletim destinado a illucidar os seus associados sobre todos os trabalhos realizados;
13. Criar também, sendo possível, uma revista de *educação physical*.”

Apesar da SPEFN estar muito focada nas questões da educação física, com muitos dos seus diretores próximos das questões da saúde e da higiene, a escolha para presidente e vice-presidente de homens ligados ao “*sport*”, acabou por colocar, ainda que timidamente, os assuntos desportivos no centro das atividades da Sociedade, de tal forma que se pode afirmar que a criação desta estrutura associativa conseguiu elevar o desporto nacional para um nível superior de organização. Note-se que o conde de Penha Garcia tinha já experiência como presidente do Centro Nacional de Esgrima e dirigente na União Velocipédica Portuguesa²⁹² e Jayme Mauperrin Santos, era diretor da Escola Académica desde 1891.

Pierre de Coubertin teve conhecimento da criação da SPEFN. Segundo Carlos Cardoso, o barão congratulou a constituição da Sociedade tendo para o efeito enviado uma carta que foi lida, por um dos secretários, na primeira reunião da SPEFN, realizada no Centro Nacional de Esgrima, a 17 de dezembro de 1909.²⁹³ Também aqui fica a dúvida

²⁹² Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 24-31.

²⁹³ *Idem, ibidem.*

de como a informação terá chegado a Pierre de Coubertin, se através de António Lancastre, membro do COI ou através do conde Penha Garcia, recém-empossado presidente da SPEFN. Para além destas duas opções que parecem ser as mais óbvias, o mesmo autor refere ainda a possibilidade desta informação ter sido transmitida a Pierre de Coubertin através do jornalista francês Johannes Dalbanne, conhecido do Barão e que acompanhava de perto a atualidade desportiva internacional.

Das poucas referências que se encontram quanto à influência que António Lancastre possa ter trazido ao desporto nacional, nomeadamente em matéria de internacionalização de atletas e no âmbito do Movimento Olímpico, destaca-se um artigo publicado no jornal *O Século* que deu conta que: "A Sociedade recebeu por intermédio do dr. António de Lancastre, directamente ligado ao comité dos Congressos Olímpicos o pedido para os portugueses enviarem um ou mais lutadores ao concurso amador a realizar em Budapeste no qual será disputado o título de campeão da Europa. A SPEFN empenhada em atender ao pedido resolveu solicitar a colaboração da LSTA que é uma federação que reúne 14 dos mais prestimosos clubes portugueses."²⁹⁴ Sabe-se que, com os esforços desenvolvidos pela SPEFN, o Real Gymnásio Club e o Atheneu Commercial, clubes de filiação dos respetivos atletas, foi possível reunir os recursos financeiros necessários para os lutadores César de Melo e António Pereira poderem disputar, em Budapeste, o título europeu. Esta participação internacional voltou a ser destacada pelo jornal *O Século*: "César de Melo apurado para a final legítimo motivo de orgulho para a SPEFN!"²⁹⁵.

Talvez este tenha sido um dos acontecimentos inspiradores que levaram a SPEFN, ainda no decorrer do ano de 1910, a criar uma competição desportiva, a que chamaria Jogos Olímpicos Nacionais (JON), iniciativa reconhecida como o primeiro momento de identificação e seleção dos atletas portugueses que viriam, mais tarde, a ser os primeiros representantes nacionais nos Jogos Olímpicos²⁹⁶.

De acordo com Gustavo Pires, este modelo de competição teria sido sugerido por Pierre de Coubertin e, por isso mesmo, teria sido implementado em diversos países, com o sentido de formar um quadro competitivo que permitisse a cada país identificar, nas

²⁹⁴ Cf. *O Século*, 09/01/1910.

²⁹⁵ Cf. *O Século*, 07/03/1910.

²⁹⁶ CF. Comité Olímpico de Portugal (2020c) "Sabias que..." (48/52), in *Programa de Educação Olímpica*, disponível em: http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Pages/Conteudo.aspx?ct=PfxOMpKP20GIRIAahOA_VHw.

mais diversas modalidades, os atletas que deveriam ser os eleitos para participar nos Jogos Olímpicos organizados pelo Comité Olímpico Internacional.²⁹⁷ Tendo em conta a organização desportiva existente, à data, em Portugal, a SPEFN seria muito provavelmente a única entidade de carácter nacional que teria a capacidade de organizar um evento que integrasse a competição de diferentes modalidades desportivas.

Os primeiros Jogos Olímpicos Nacionais foram realizados durante o período monárquico, contando com a presença do Rei D. Manuel II²⁹⁸, que tinha ascendido ao trono após o assassinato do seu pai, o Rei D. Carlos e do seu irmão mais velho, D. Luís Filipe. A este respeito o conde Penha Garcia, presidente da SPEFN, dirigiu-se ao Rei a propósito da realização desta iniciativa, com o objetivo de o convidar e contar com a sua colaboração e presença: “Senhor. Muito agradeço a Vossa Majestade a bondade de querer receber amanhã a Direcção da Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional e a Direcção do Centro de Esgrima, A primeira deseja convidar Vossa Majestade para honrar com a sua presença nos Jogos Olympicos Nacionais e tenciona também solicitar a Vossa Majestade a oferta de um prémio para os mesmos Jogos (...).”²⁹⁹

Mais tarde, nas vésperas dos Jogos, dirigiu-lhe nova carta, a 23 de junho de 1910, dando-lhe conta da realização do evento: “Amanhã e domingo realizam-se os Jogos Olympicos no Velodromo. Há 77 concorrentes inscriptos e esperamos que alguns se mostrem capazes de com treino no ano próximo poderem ir representar em 1912 aos Jogos Olympicos Internacionais a Stockolmo”.³⁰⁰ Esta é também uma das primeiras manifestações de interesse expressas junto do Rei, ainda em 1910, relativamente a Portugal poder vir a ter atletas na V edição dos Jogos Olímpicos, em 1912.

Os primeiros JON decorreram de 25 de maio a 29 de junho de 1910 e marcaram um importante momento da história do desporto e do Olimpismo em Portugal. A primeira edição do jornal *Os Sports Illustrados*, de 11 de junho, informou os seus leitores que: “A organização ainda modesta, cheia de defeitos, mas representando uma iniciativa sympática, dos primeiros Jogos Olympicos Nacionaes, veio movimentar o atletismo portuguez que se prepara, com esmero e com methodo, para dispoutar as diversas provas do programa.”³⁰¹ Foi formada uma comissão executiva para a organização dos JON

²⁹⁷ Cf. PIRES, Gustavo (2016), op. cit., p. 58.

²⁹⁸ Cf. SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 318.

²⁹⁹ PIRES, Gustavo (2012), op. cit., p. 63.

³⁰⁰ PIRES, Gustavo (2012), op. cit., pp. 29-34.

³⁰¹ “A educação physica na antiguidade. Desvenda-se a origem dos Jogos Olympicos”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 1, n.º 1, 11/06/1910, p. 3.

composta por José Pontes, Pedro del Negro, Cândido da Silva e César de Melo que, para além das competições desportivas realizaram dois saraus no Coliseu dos Recreios, que serviram para angariar fundos³⁰² e uma série de conferências³⁰³ onde Penha Garcia, Mauperrin Santos, Reis Santos e José Pontes dissertaram sobre os Jogos Olímpicos Nacionais, a importância das atividades desportivas, da ginástica nas escolas e os Jogos Olímpicos da Antiguidade³⁰⁴.

Os JON despertaram a atenção do meio desportivo e da imprensa da época que acompanhou de perto a preparação e a realização das diversas iniciativas, ao publicar ao longo das edições de março a julho vários artigos sobre a realização das provas³⁰⁵. Para terminar e por ocasião da cerimónia de entrega de prémios, a edição da *Revista Tiro e Sport*, de 15 de julho, deu destaque aos JON. Foram várias as páginas que continham imagens das competições e descritivos do que se tinha realizado, das quais se destaca esta pequena síntese, que realça a presença do Rei: “Os primeiros Jogos Olympicos Nacionaes, que incluíram uma serie de provas, realizadas de 25 de maio a 29 de junho, foram iniciados pela Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional. A organização das provas pertenceu a diversos Clubs, Aggremações, Escolas, á nossa Revista e á Sociedade Promotora, a quem coube a organização do ultimo sarau no Colyseu.”³⁰⁶

Os Jogos Olímpicos Nacionais foram mais que um conjunto de competições desportivas. Para além das provas de vela, hipismo, esgrima, futebol, tiro, ciclismo, natação, ténis, luta e atletismo realizou-se também uma parada de ginástica onde participaram cerca de 1180 jovens em representação das escolas de Lisboa.³⁰⁷ Daqui também se pode compreender o impacto que esta iniciativa teve e o ponto de viragem que representou para a sociedade portuguesa, nomeadamente a lisboeta, sensibilizando para a

³⁰² ALVAREZ, Garcia (2000), op. cit., pp. 135-136.

³⁰³ “Conferência do sr. dr. Pinto de Miranda no Real Gymnasio Club”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 1, n.º 1, 11/06/1910, p. 6; “Conferência do sr. dr. José Pontes no Atheneu”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 1, n.º 1, 11/06/1910, p. 6.

³⁰⁴ CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 24-31.

³⁰⁵ “Corrida de Marathona”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 440, 15/03/1910, p. 12; “Marathona”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 441, 31/03/1910, p. 8; “A Corrida de Marathona”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 442, 15/04/1910, p. 12; “A Corrida de Marathona”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 443, 30/04/1910, pp. 4-5; “A Corrida de Marathona”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 444, 15/05/1910, pp. 5-7; “Jogos Olympicos Nacionais”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 445, 31/05/1910, p. 8; “Jogos Olympicos e festas populares”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 1, n.º 1, 11/06/1910, p. 4; “Jogos Olynmpicos Nacionaes”, in *O Século*, 16/05/1910, p. 1.; “Corrida de Marathona”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 446, 15/06/1910, p. 1 e pp. 3-7; “Provas de 50 kilometros”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 447, 30/06/1910, p. 8.; “Jogos Olympicos Nacionaes”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 448, de 15/07/1910, p. 5, p. 10 e p. 14.

³⁰⁶ “Jogos Olympicos Nacionaes”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 448, de 15/07/1910, p. 5, p. 10 e p. 14.

³⁰⁷ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 24-31.

importância da vertente competitiva do desporto e alertando para o objetivo de serem enviados atletas portugueses à edição seguinte dos Jogos Olímpicos.

Com a implantação da República, o conde de Penha Garcia exilou-se, tendo, por isso, sido obrigado a renunciar à presidência da SPEFN, ficando o cargo de presidente interino ocupado por Jaime Mauperrin Santos³⁰⁸. Apesar destas alterações, “forçadas” por questões políticas, Penha Garcia manteve as funções de membro do COI até ao ano da sua morte, em 1940.

O ano de 1910 chegou ao fim, e a edição de 31 de dezembro da *Revista Tiro e Sport* fez um balanço do ano desportivo, destacando os Jogos Olímpicos Nacionais, que tinham sido organizados pela primeira vez nesse ano. Foi o jornalista Duarte Rodrigues quem sintetizou o legado que o ano de 1910 trouxe em matéria olímpica: “O que se fez sob a rubrica de jogos olympicos, contém lições proveitosas para a futura organização de manifestações semelhantes. Dispendeu-se farta energia e conseguiu-se obter a atenção do povo. De entre os meios empregados, houve o da conferencia, auxiliar poderoso para o derramamento de ideias. Isso por si só, attenta a competencia e auctoridade dos conferentes, bastaria para garantir um progresso violento na propaganda da religião do corpo.”³⁰⁹ Sem valorizar a vertente competitiva da iniciativa, a sua análise deixa transparecer uma preocupação em difundir a importância das ideias associadas ao corpo, valorizando, ainda, a associação entre desporto e cultura.

Já com Mauperrin Santos a liderar a SPEFN são organizados os segundos Jogos Olímpicos Nacionais. Em maio de 1911 foi publicado e distribuído o regulamento de provas, o primeiro a fazer-se em Portugal e que dizia respeito às competições de atletismo³¹⁰. A comissão organizadora para esta edição integrou também os dirigentes dos clubes e alguns elementos da Associação Sportiva de Jornalistas (ASJ), que, entretanto, tinha sido constituída pelos responsáveis das colunas desportivas dos diários e pelos jornalistas dos periódicos da especialidade.³¹¹

Os JON continuavam a ser organizados pela SPEFN, confirmando a importância da Sociedade no panorama desportivo nacional. As competições iniciaram-se a 18 de maio e decorreram por mais de um mês, com provas nas modalidades de atletismo, boxe,

³⁰⁸ Cf. SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 308.

³⁰⁹ “Balanço”, in *Revista Tiro e Sport*, Ano XVI, n.º 459, 31/12/1910, p. 2

³¹⁰ Cf. SERPA, Homero Serpa (2007), op. cit., p. 318.

³¹¹ Cf. CARDOSO; Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 34-37.

ciclismo, esgrima, futebol, ginástica aplicada, ginástica sueca, hipismo, jogo do pau, luta, natação, pesos e halteres, remo, ténis e vela.³¹²

A edição de *Os Sports Illustrados* de 13 de maio deu a conhecer aos seus leitores a realização da segunda edição da competição: “Está definitivamente marcado o programma dos segundos Jogos Olympicos Nacionaes que a Sociedade Promotora de Educação Physica organisa. Este programma (...). Tem provas magnificas em que os nossos atletas podem mostrar o seu valor. A comissão, á frente da qual está o sr. dr. Mauperrin Santos, um dos mais entusiastas propagandistas da *educação physica* e a quem o *sport* nacional deve relevantes serviços, marcou as suas provas com o tempo suficiente para que todos os atletas que n’ellas tomem parte possam treinar-se com methodo tornando-as assim mais interessantes e bem disputadas.”³¹³ Surge aqui também um dos primeiros exemplos de uma preocupação com a preparação dos atletas com vista à obtenção de bons resultados.

À semelhança do ano anterior, foi a imprensa quem acompanhou e deu a conhecer as diferentes provas que constituíram o programa dos JON.³¹⁴ Note-se que a imprensa continuou a ser uma grande aliada da causa desportiva, contribuindo de uma forma excecional para o desenvolvimento do desporto em Portugal. É neste sentido que se deve entender o artigo publicado em *Os Sports Illustrados*, a 11 de junho de 1911, sintetizando as atividades de propaganda realizadas nos jornais sob a orientação de José Pontes: “... conseguimos fazer muito no ano que acabou. Organizámos torneios de destreza física. Vulgarizámos os méritos dos nossos atletas e dos nossos gymnastas, apresentámos os nossos amadores e até célebres do profissionalismo. (...) Organizámos matinés, conferencias educativas, de palpitante interesse, e instrutivas. Fomos às cidades do Norte, mesmo à Cidade Universitária, mostrar o que são os desportos uteis (...) Auxiliámos o industrialismo desportivo com corridas de automóveis. Fizemos o “1.º cross-country” nacional. Popularizamos a gymnastica e a luta entre vendedores de jornais. Organizámos o 1.º combate de *box* entre profissionais de “peso médio” e demos o primeiro passo para

³¹² CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 34-37.

³¹³ “Em prol do atletismo. Os segundos Jogos Olympicos Nacionaes”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 1, n.º 48, 13/05/1911, pp. 3-4.

³¹⁴ “Em prol do atletismo. Os segundos Jogos Olympicos Nacionaes”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 1, n.º 48, 13/05/1911, pp. 3-4; “A corrida de Marathona”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 2, n.º 54, 24/06/1911, p. 5; “Segundos Jogos Olympicos Nacionaes”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 2, n.º 54, 24/06/1911, p. 5; “Conferências de propaganda”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 2, n.º 54, 24/06/1911, p. 6; “Corrida de bicycletes dos 100 kilometros Caldas-Lisboa”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 2, n.º 54, 24/06/1911, p. 6; “A corrida pedestre de Marathona Portuguesa”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 2, n.º 54, 24/06/1911, p. 8.

a internacionalização desportiva com a vinda dum grupo francês de *football*, de moços estudantes da Universidade de Bordeus. (...).”³¹⁵

Entrávamos no ano de 1912, ano em que se iria realizar, na capital sueca a V edição dos Jogos Olímpicos³¹⁶. Antevia-se que esta fosse ainda mais concorrida em termos de participantes, mas também a mais rigorosa, pois seria aquela em que se iria realizar a seleção final dos atletas portugueses que seriam inscritos.

No entanto, as dificuldades financeiras batiam à porta da SPEFN, e esta ainda nem tinha conseguido atribuir os prémios relativos à segunda edição dos JON. Um dos seus dirigentes, Pinto de Miranda, deu uma entrevista ao jornal *O Século* afirmando mesmo que: “Não se realizam os Jogos Olímpicos Nacionais. A Sociedade Promotora de Educação Física Nacional não dispõe dos dois contos necessários para manter a funcionar as suas estruturas e organizar os Jogos Olímpicos (...) Resta-nos o Estado. Mas quanto a este, apesar de toda a sua obra reformadora, ainda não lhe mereceu interesse a coisa *sportiva*.”³¹⁷ Ficava uma vez mais claro o desinteresse da I República relativamente à importância/necessidade de ser o Estado a apoiar financeiramente iniciativas desportivas.

Estava encontrado o motivo para que a Associação Sportiva de Jornalistas (ASJ) propusesse passar de entidade colaboradora a organizadora da terceira edição dos JON. É com esta intenção que Duarte Rodrigues, diretor técnico de *O Tiro e Sport* e em representação da Associação publica: “Nós organizaremos os Jogos Olímpicos Nacionais.”³¹⁸ Obviamente que esta atitude inquietou não só a SPEFN como os dirigentes dos principais clubes, que a consideraram quase como uma afronta serem os jornalistas a organizar a competição desportiva mais importante em Portugal. Esta situação fez ainda despoletar o conflito que já se vinha a acentuar entre estes intervenientes, pelo que após a reunião, a SPEFN e os clubes, decidiram avançar e retomar os esforços com vista à organização dos JON. Assim, após a constituição da comissão organizadora, foram entregues, a 13 de abril, os prémios aos vencedores da edição anterior, com a presença do Presidente da República, Manuel de Arriaga.

³¹⁵ PONTES, José (1944) *Curriculum-Vitae do Dr. José Pontes. Alguns apontamentos, alguns documentos, algumas afirmações*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, p. 56.

³¹⁶ Cf. Jogos Olímpicos 1912, página de internet do COI: <https://www.olympic.org/stockholm-1912>. Note-se que o COI refere que a realização desta edição dos Jogos decorreu entre 5 de maio e 27 de julho, apesar do poster oficial mencionar as datas de 29 de junho a 22 de julho.

³¹⁷ Cf. *O Século*, 14/02/1912.

³¹⁸ CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 39-45.

A partir daqui os esforços centraram-se na preparação das competições, a marcação das inspeções médicas aos atletas e o estabelecimento dos prazos de inscrição para cada uma das provas.³¹⁹

A imprensa manteve o interesse e acompanhou a realização dos JON. Nesse sentido, a 20 de abril, *Os Sports Illustrados* publicaram na sua primeira página informações sobre “A 3.^a Olimpíada Nacional” juntando no subtítulo “Vamos a Stockolmo?”³²⁰ Mais tarde, na edição de 4 de maio, o mesmo jornal informou os seus leitores que a organização destes terceiros JON continuava a ser da responsabilidade da SPEFN, que trabalhou durante muitas sessões com os delegados dos clubes e dos jornalistas desportivos para constituir o programa da competição. Nesta edição destacaram-se ainda os 96 atletas, dos 11 clubes lisbonenses, que se inscreveram nas provas de atletismo³²¹, para a edição de 11 de maio, destacar o “*Certamen de sports atléticos em Palhavã*”, com o texto a ser acompanhado por uma imagem do “desfile dos concorrentes amadores que representavam 11 clubes lisbonenses”³²².

A *Capital*, por sua vez, sublinhou na edição de 2 de junho a realização da prova de maratona e a vitória de Francisco Lázaro que precisou de 3 horas e 22 minutos para completar o trajeto³²³. Ainda a respeito desta edição dos JON, *Os Sports Illustrados*, de 8 de junho, dedicaram as três primeiras páginas a esta competição, afirmando que o nível desportivo observado nestes JON tinha sido superior às edições anteriores justificando que: “Em todos os paizes do Velho e Novo Mundo, os atletas prepararam-se este ano com um objetivo especial, que era o de poderem garantir a sua inscrição na Olimpíada Internacional de Stockolmo. Com essa preparação, excitada por um desejo de concorrer às provas internacionaes, conseguiram-se melhores tempos e melhores *records*. Em Portugal a diferença tornou-se sensível. Nas provas dos Jogos Olimpicos, já realizadas, como as de *sports atleticos*, a de luta e a da Maratona, marcou-se um avanço extraordinario sobre as provas dos anos anteriores e obtiveram-se medidas que aproximam alguns dos nossos amadores aos especialistas do estrangeiro. Na Maratona

³¹⁹ *Idem, ibidem*.

³²⁰ “Atletismo e “Sport”. A 3.^a Olimpíada Nacional”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, n.º 97, 20/04/1912, p. 1.

³²¹ “Certamens de Destreza e de Força Física. Realisam-se os Sports Atleticos dos Jogos Olimpicos”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, n.º 99, 04/05/1912, p. 1.

³²² “Jogos Olimpcios Nacionaes. O certâmen de sports atléticos em Palhavã”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, n.º 100, 11/05/1912, p. 1.

³²³ “Sport. A corrida da Marathona. Venceu Francisco Lázaro que fez o percurso em 3 horas e 22 minutos”, in *A Capital*, Ano 2, n.º 662, 2/06/1912, p. 2.

os tempos são eloquentes, notoriamente quando se comparam com os obtidos nos últimos Jogos da Olimpíada de Londres (...).”³²⁴

Os Jogos Olímpicos Nacionais, organizados entre as edições dos Jogos Olímpicos de Londres e de Estocolmo, tiveram a grande virtude de sensibilizar e despertar o interesse da sociedade portuguesa pelo desporto e os Jogos Olímpicos.³²⁵ Neste aspeto a grande responsável foi, sem dúvida, a SPEFN. Faltava agora encontrar a melhor forma para Portugal inscrever os seus atletas na grande competição internacional. A SPEFN, apesar de reconhecida por Pierre de Coubertin e de ser responsável pelo trabalho realizado na identificação dos atletas, não tinha essa possibilidade. A inscrição de atletas por intermédio do membro do COI de nacionalidade portuguesa, também não podia acontecer. Era necessário criar um Comité Olímpico em Portugal. O direito de inscrição era, e continua a ser ainda, salvo raríssimas exceções, a força dos Comités Olímpicos Nacionais (CON's), pois sem a sua chancela, nenhuma pode ser validada. Esta é uma regalia e um privilégio que Pierre de Coubertin definiu e que se tem mantido ao longo dos anos. Para além das inscrições, os CON's eram ainda responsáveis por assegurar o transporte e tomar as providências necessárias para garantir a toda a equipa, incluindo os oficiais e os técnicos as melhores condições de alojamento e de trabalho preparatório antes das provas.³²⁶

Com este propósito, de possibilitar a participação de atletas portugueses nos Jogos Olímpicos, foi formado a 30 de abril de 1912, o Comité Olímpico Português.³²⁷ A forma como se constituiu o COP, não é, porém, consensual. Esta temática foi noticiada em *Os Sports Ilustrados*, um dos jornais desportivos mais influentes na época, cujo diretor e proprietário era José Pontes, ele que veio a ser o primeiro secretário-geral do COP.

Nas páginas da sua edição de 20 de abril, o jornal informou os seus leitores que a decisão de se criar um Comité Olímpico em Portugal surgiu no seio da SPEFN: “N'uma das últimas reuniões foi constituído o Comité Olimpico Nacional, que teria desde já a honrosa e talvez muito difícil missão de arranjar recursos para os nossos atletas figurarem na 5.^a Olimpíada Internacional, que se realiza em julho d'este ano em Stockolmo. É um trabalho altamente patriótico esse a que se propõe o Comité Olimpico. (...) Portugal podia

³²⁴ “A evolução do Atletismo. A quinta Olimpíada Internacional. A terceira Olimpíada Portuguesa”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 104, pp. 1-3.

³²⁵ SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 308.

³²⁶ GUEDES, Francisco J. N. (1984) *A Propósito de...*, Edição do Jornal «Diário Popular», Lisboa, Comité Olímpico Português, pp. 73-74.

³²⁷ “Forma-se o Comité Olimpico Portuguez”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 99, 4/05/1912, p. 2.

excluir-se? Certamente que não, acrescentando a circunstância de possuímos elementos para nos honrar no stadium sueco. Temos esgrimistas, lutadores, pedestrianistas, nadadores, atiradores e cavaleiros (...) ³²⁸

O mesmo jornal já a 27 de abril reforçado, também, a importância e a necessidade de se constituir um Comité Olímpico em Portugal afirmando que “avançamos extraordinariamente se conseguirmos realizar o que nas reuniões do Centro de Esgrima se tem projetado. Em discussão amigável, animada por vezes, mas sempre primorosa de cortezia, conduzida com inteligencia e tato presidencial pelo sr. dr. Mauperrin Santos (...); concordou-se na necessidade de formar o Comité Olimpico Nacional e decidiu-se propôr á consideração d'uma assembleia magna de todos os clubs, o nome de Penha Garcia, como delegado de Portugal junto do Comité Olímpico Internacional.” ³²⁹

A constituição do Comité Olímpico Português foi noticiada na edição de 4 de maio de 1912 ³³⁰: “Na reunião da ultima terça feira [30 de abril], no Centro Nacional de Esgrima, resultou um facto importantissimo para a vida do atletismo portuguez, mórmente no que diz respeito á sua propaganda, além das fronteiras do paiz. Constituiu-se o Comité Olimpico Nacional, que está destinado a fomentar a realização de provas e *certamens sportivos*; auxiliar a propaganda da prestimosa Sociedade Promotora de Educação Fisica Nacional; a estabelecer relações entre os nossos atletas e os dos outros paizes; a fazer propaganda dos Jogos Olimpicos Internacionaes (...); a procurar recursos para as despesas de representação d'essas equipas”. ³³¹ Desta reunião resultou a eleição da primeira direção do COP que ficou constituída por: presidente de honra, conde de Penha Garcia; presidente, Jayme Mauperrin Santos; vice-presidentes: A. de Lencastre, Carlos Bleck e Manuel Egreja; secretario geral, José Pontes; secretarios, Armando Machado, Duarte Rodrigues e Anibal Pinheiro; membros, Antonio Osorio, Alvaro de Lacerda, Fernando Correia, Sá e Oliveira, Guilherme Pinto Basto, Pinto de Miranda, Daniel Queiroz dos Santos, D. José Manuel da Cunha e Menezes e Pedro del Negro. ³³²

A mesma publicação voltou na edição de 25 de maio, para além de destacar a constituição do COP, a analisar os objetivos da presença de Portugal nos Jogos

³²⁸ “Atletismo e “Sport”. A 3.ª Olimpíada Nacional”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, n.º 97, 20/04/1912, p. 1.

³²⁹ “Jogos Olimpicos. Realisa-se a 3.ª Olimpíada Nacional. Constitui-se o Comité Olímpico”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, n.º 98, p. 1.

³³⁰ “Realisam-se os Sports Atleticos dos Jogos Olimpicos”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, n.º 99, 4/05/1912, p. 1.

³³¹ “Forma-se o Comité Olimpico Portuguez”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, n.º 99, 4/05/1912, p. 2.

³³² *Idem, ibidem*.

Olímpicos. Nesta edição, foi referido que: “Não se enganaram na escolha os delegados dos clubes lisbonenses. O Comité tem trabalhado e bem; nas suas reuniões desapareceu o paleio; nas suas decisões não tem tido influência nem a amizade de alguns, nem o prestígio de clubes, nem a política. A sua existência foi reconhecida para zelar os interesses desportivos portugueses nas suas relações desportivas internacionais, preparando equipas para concorrer às Olimpíadas e escolhendo assuntos para os congressos de Educação Física. Uma e outra coisa o Comité está fazendo, sendo o seu trabalho mais urgente o de procurar recursos para enviar um grupo de atletas portugueses a Estocolmo. A reunião mais importante do Comité, das até hoje realizadas, foi a da última terça-feira, porque se escolheram os atletas que, possivelmente, nos hão-de representar esta ano na V Olimpíada de Estocolmo.”³³³ É importante sublinhar que, uma vez mais, devido à inexistência de apoios financeiros por parte do Governo, a recém-eleita direção do COP acabou por ter de centrar também a sua ação na procura do financiamento necessário para garantir a participação de Portugal nos Jogos de Estocolmo.

Como já foi referido, existem outras interpretações sobre a forma como se constituiu o COP. Na edição da *Revista Tiro e Sport*, de 31 de julho de 1912, Duarte Rodrigues assina um artigo em que se deixava antever a componente aristocrática e algo informal por trás da formação do COP: “Dalbanne dizia que o maior e mais inteligente apóstolo da educação physica, o barão de Coubertin, presidente do Comité Olympico Internacional, mostrava especial interesse de vêr Portugal na lista das nações concorrentes aos Jogos Olympicos e acrescentava que o Comité Olympico Portuguez podia formar-se d’aquelles que á causa do *sport* dedicavam o seu mais inteligente esforço.”³³⁴ Esta é também a perspetiva defendida por Orlando Azinhais, Carlos Paula Cardoso e Gustavo Pires³³⁵ que argumentam que a necessidade de se criar um Comité Olímpico em Portugal surgiu devido à vontade de Pierre de Coubertin ter atletas portugueses na prova. Este, terá delegado num conhecido seu (e aqui surge novamente, o redator da revista parisiense *L’Education Physique*, Johanés Dalbanne, que, como vimos, pode ter sido quem informou Pierre de Coubertin sobre a constituição da SPEFN) a quem encarregou de alertar para a necessidade de se mobilizarem as pessoas interessadas tendo em vista a

³³³ “A Olimpiada Internacional em Estocolmo”, in *Os Sports Illustrados*, Ano 3, 25/05/1912, p. 2.

³³⁴ Cf. *Tiro e Sport*, 31/07/1912

³³⁵ Cf. PINTO, Rodrigo A. Pinto (2004), *op. cit.*, 2004, pp. 17-27; CARDOSO, Carlos Paula (1996), *op. cit.*, p. 49; CARDOSO, Carlos Paula (2009), *op. cit.*, p. 39; PIRES, Gustavo (2016), *op. cit.*, p. 65.

criação de um Comité Olímpico em Portugal, elemento que era indispensável para tornar possível a presença de uma missão portuguesa nos Jogos Olímpicos. Assim, Johanés Dalbanne terá contactado o presidente da Liga Sportiva dos Trabalhados Athleticos (LSTA), Manuel Egreja, no sentido deste se responsabilizar e liderar a criação de um Comité Olímpico em Portugal. Esta aproximação à LSTA parece fazer sentido pois a Liga estava muito mais próxima das questões desportivas do que a própria SPEFN, no entanto, Jayme Mauperrin Santos, à data presidente interino da Sociedade, ao ter conhecimento desta intensão, propôs que esse novo Comité fosse eleito através de uma “... assembleia de clubes e jornalistas desportivos, aproveitando-se para esse facto as reuniões conjuntas de delegados de clubes, jornalistas e diretores da Sociedade Promotora, que teem organizado e promovido os Jogos Olympicos Nacionaes.”³³⁶

É por isso possível concluir ter ficado claro para alguns dos elementos que constituíam a SPEFN, jornalistas e dirigentes de clubes, que acarinhavam o desenvolvimento do desporto em Portugal, a necessidade da criação de uma nova entidade em Portugal que permitisse a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos. Segundo a *Revista Tiro e Sport*, “a votação foi feita por unanimidade e por aclamação, nome a nome citado. No final, ao ler-se a lista que ia dirigir o COP, os delegados dos clubes, os diretores da Sociedade e jornalistas tributaram uma ovação aos escolhidos para o Comité. Iam trabalhar alheados da política interna do *sport*, tornando conhecidos os nossos atletas além-fronteiras.”³³⁷

A juntar a estes percursos devemos ainda analisar a forma como chega a Portugal o convite, por parte do Comité Olímpico Sueco, para uma participação olímpica. Por se desconhecer a existência de documentação de arquivo sobre esta matéria³³⁸, recorreu-se novamente à análise do referido artigo publicado pelo jornalista Duarte Rodrigues no *Os Sports Ilustrados* de 29 de junho, que refere o desinteresse que este assunto suscitou ao Governo da República. Segundo a imprensa, o Comité Olímpico Sueco endereçou uma primeira carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto de Vasconcelos, dando-lhe conhecimento da realização dos Jogos Olímpicos na capital sueca. A informação foi então enviada para a Direção-geral de Instrução Publica que a fez chegar ao Governo Civil que, por sua vez, publicitou a iniciativa junto dos dirigentes dos clubes e redações

³³⁶ PIRES, Gustavo (2016), op. cit., p. 67.

³³⁷ Idem, ibidem.

³³⁸ Note-se que sobre este assunto não existe, ou até à data não foi encontrada documentação no Arquivo Histórico do Comité Olímpico de Portugal, nem no arquivo do Comité Olímpico Internacional - Centro de Estudos Olímpicos, em Lausanne.

dos jornais. Dois meses depois, foi enviada nova comunicação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros desta vez já a solicitar a participação de uma equipa portuguesa³³⁹. Dada a pouca celeridade do Governo Português, coube ao Comité Olímpico avançar para a organização de um conjunto de iniciativas com vista à angariação dos fundos necessários ao envio de uma primeira equipa nacional aos Jogos Olímpicos³⁴⁰.

As iniciativas até então desenvolvidas pela SPEFN, relacionadas com o olimpismo, têm a partir daquele momento continuidade através das ações realizadas pelo COP, uma vez que os seus principais intervenientes estavam agora a desempenhar funções diretivas no Comité. Jayme Mauperrin Santos, que à data desempenhava funções de presidente interino da SPEFN torna-se presidente do COP e o conde de Penha Garcia que se encontrava exilado, e que por essa razão tinha deixado de exercer as suas funções (de presidente da SPEFN), é indicado para membro do COI.³⁴¹

A direção do COP tomou posse a 10 de maio, no Centro Nacional de Esgrima. Uma das suas primeiras preocupações foi o envio de cartas a dar conta da sua constituição a Pierre de Coubertin, ao Comité Olímpico Sueco e ao Comité Olímpico Internacional.³⁴² Vale a pena recordar a carta existente nos arquivos do Centro de Estudos Olímpicos em Lausanne, e já referida anteriormente a propósito da indicação do Conde de Penha Garcia para substituir António Lancastre como membro do COI. Nesta comunicação enviada a Pierre de Coubertin, a 12 de maio de 1912, Jayme Mauperrin Santos identificou-se e dirigiu-se ao barão de Coubertin como presidente do COP, utilizando, no entanto, o papel timbrado da SPEFN³⁴³. Esta situação, de exercer funções numa instituição e usar a identidade da outra, é um dos exemplos que tem contribuído para que, ao longo dos anos, surjam interpretações diferentes quanto à data de fundação do COP. Note-se a este respeito que durante anos, diferentes interpretações fizeram com que se confundisse a data de fundação do COP com a data de constituição da sua precursora, a SPEFN. Por outro lado, ao constataremos que a SPEFN continuou em funções após a criação do COP, e que os novos dirigentes do COP se centraram na resolução de questões desportivas e olímpicas, deixando os trabalhos em prol do desenvolvimento da educação física, reforça a versão, aqui defendida, de que o COP é formado por alguns elementos que, à data,

³³⁹ “Comité Olimpico Portuguez (nota oficial)”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 107, 29/06/1912, pp.1-2.

³⁴⁰ Cf. *Tiro e Sport*, 31/07/1912.

³⁴¹ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 39-45.

³⁴² Cf. *Os Sports Ilustrados*, 18/05/1912.

³⁴³ Comité Olímpico Internacional, Centro de Estudos Olímpicos, Correspondence of José Capelo PENHA GARCIA, CIO MBR-PENHA-CORR, 1912.01.01-1939.12.31

desempenhavam cargos dirigentes na SPEFN, mas cada uma das entidades era independente e tendo, obviamente, a sua data de constituição distinta: a SPEFN, a 27 de novembro de 1909 e o COP, a 30 de abril de 1912.

Podemos, desta forma concluir que o reconhecimento da data de constituição do COP a 30 de abril de 1912 não sofreu contestação até 1978. Se consultarmos a *Olympic Review*, de 1978, encontramos a seguinte informação: “In 1909 a Physical Education Society was founded in Lisbon which, together with various sports groups, instigated the creation of the Portuguese Olympic Committee (COP)”³⁴⁴ Depois decorreu uma fase em que se reconheceu oficialmente a data de 1909 como a data de criação do COP. A reposição da data de 30 de abril de 1912, como data da fundação do COP, foi novamente alterada em 2016, sendo esta alteração ratificada na Assembleia Plenária do COP, realizada a 26 de setembro de 2016, através de uma revisão estatutária homologada a 1 de dezembro do mesmo ano pelo Comité Olímpico Internacional³⁴⁵.

Constituído o COP, a sua missão mais urgente era procurar os recursos necessários para enviar atletas portugueses aos Jogos Olímpicos de Estocolmo, isto porque, conforme já foi referido, apenas os comités olímpicos nacionais, reconhecidos pelo COI podiam inscrever atletas na competição.³⁴⁶

A propósito da constituição do COP podem ser feitas algumas comparações com o que aconteceu noutros países, onde elementos já ligados a entidades desportivas existentes, se juntaram e se organizaram para formar um Comité Olímpico, neste sentido Portugal acabou por seguir a tendência internacional. Por exemplo, em França, apesar de existir a USFSA, onde Pierre de Coubertin desempenhava o cargo de secretário e que em 1892 foi a dinamizadora da organização do Congresso onde Coubertin partilhou pela primeira vez o seu desejo de reorganizar os Jogos Olímpicos, foi criado em 1894 o Comité Olímpico Francês³⁴⁷. Na Suécia, o Comité Olímpico formou-se em 1909 com o objetivo de levar os suecos a organizar os Jogos da V Olimpíada. Também neste caso já existia a Associação Nacional Sueca de Ginástica e Desporto e a Associação Central para a Promoção do Atletismo na Suécia³⁴⁸. No caso do Brasil, foi em 1913, no decorrer do Congresso Olímpico Internacional realizado em Lausanne, que Pierre de Coubertin, com

³⁴⁴ International Olympic Committee, *Olympic Review*, n.º 129, July 1978, p. 445.

³⁴⁵ Cf. NUNES, Rita (2020) “Dia de Celebração para o Comité Olímpico de Portugal”, Comité Olímpico de Portugal, disponível em <https://comiteolimpicoportugal.pt/comite-olimpico-de-portugal-celebra-108-o/>, acedido a 21/10/2020.

³⁴⁶ Cf. PINTO, Rodrigo A. Pinto (2004), op. cit., pp. 17-27.

³⁴⁷ Cf. Comité Olímpico Francês, página de internet: www.franceolympique.com.

³⁴⁸ Cf. PIRES, Gustavo (2016) op. cit., p. 55.

a intenção de expandir e internacionalizar o Comité Olímpico Internacional, convidou o então ministro do Brasil na Suíça, Barão do Rio Branco, a integrar o COI tornando-se assim o primeiro membro de nacionalidade brasileira, com representação naquela instituição. O novo membro do COI entrou em contato com os dirigentes desportivos brasileiros incitando-os a criar um Comité Olímpico Nacional. Este organismo foi criado a 8 de junho de 1914, com o objetivo de permitir a participação dos atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos de Berlin, em 1916.³⁴⁹

³⁴⁹ Cf. LEMOS, Danilo (2008), *op. cit.*, pp. 42-48.

3. A estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos

“Em Portugal trabalha-se para enviar aos Jogos, uma equipe formidável, com ligeiras vantagens n'alguns *sports* e com certeza de se fazer boa figura n'outros. Esse trabalho pertence ao Comité Olimpico Portuguez, ha pouco constituido e que já está oficialmente reconhecido pelo Comité Olimpico Internacional, onde de óra avante figura, como delegado de Portugal, o sr. conde de Penha Garcia, *sportsman* de valor e um dos inteletuaes portuguezes que mais se teem preocupado com os problemas de educação física.”

(“Torneios de Jogos Olímpicos. A 5.^a Olimpíada Internacional de Stockolmo. A 3.^a Olimpíada Portuguesa em Lisboa” in *Sports Ilustrados*, 18/05/1912)

3.1. Os preparativos para a estreia olímpica

“A equipa é reduzida, pois o Comité Olímpico Português não podia correr os riscos de uma grande representação, sem o subsídio do governo e com uma atmosfera de inconsciente hostilidade, porque a maioria ainda não reconheceu o grande valor patriótico desta iniciativa. O que era necessário era fazer representar Portugal num certame onde todas as nações do Mundo se fazem representar. Vão dois, três ou quatro dos nossos atletas; é pouco mas é o suficiente para o objetivo que se pretende obter.”

(*Os Sports Ilustrados*, 22/06/1912)

Os atletas portugueses ausentes nas quatro primeiras edições dos Jogos Olímpicos (Atenas 1896, Paris 1900, Saint Louis 1904 e Londres 1908) tiveram, em 1912, pela primeira vez, a oportunidade de representar as cores nacionais naquele que, ainda hoje, é

considerado o maior evento multidesportivo internacional. Apesar de ser a sua estreia nos Jogos estes atletas tinham já participado em diversas provas para testar o seu nível competitivo, e alguns deles tinham até conseguido bater recordes mundiais.

Por esta altura, sobretudo para um regime recém instituído, como era então a I República, as vitórias desportivas eram também uma forma de obter reconhecimento internacional, numa Europa que, com excepção de França e da Suíça, era ainda dominada por monarquias.

Apesar do Governo português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros ter sido informado, pelo Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de Estocolmo, sobre as provas, as datas de inscrição e o calendário do evento, nenhuma ação foi levada a cabo para apoiar a participação dos atletas portugueses.

Os jornais, por iniciativa de *O Século* e *Os Sports Ilustrados*, iniciaram uma campanha a favor da participação de Portugal nos Jogos Olímpicos argumentando que existiam atletas de nível internacional, capazes de competir no estrangeiro, sendo somente necessário melhorar as suas condições de treino (intensificar e melhorar a qualidade desta preparação e organizar mais provas atléticas, promovendo uma maior competitividade interna).³⁵⁰ O exemplo mais conhecido era o de Francisco Lázaro, personificando o elevado nível competitivo dos atletas portugueses, já que o seu tempo, obtido na maratona de Lisboa de 1911, era semelhante ao dos melhores maratonistas mundiais. Esta realidade foi comprovada no ano seguinte quando competindo nos Jogos Olímpicos Nacionais, Lázaro terminou os 42 800 metros da prova de maratona, que se concluía na íngreme Calçada de Carriche, com um tempo de 2 horas, 52 minutos e 8 segundos, ou seja, menos dois minutos que o campeão olímpico da maratona dos anteriores Jogos Olímpicos, realizados em Londres, em 1908.

Os jornais defendiam que, se verificasse uma ausência de Portugal na V edição dos Jogos Olímpicos, era o prestígio do País, e consequentemente da jovem República, que estava em causa e isso podia ser visto como um exemplo da desorganização nacional, e de atraso em relação às nações modernas que habitualmente participavam nos Jogos Olímpicos. Para a imprensa a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912 era apresentada ainda como um exemplo de modernidade.³⁵¹

A apatia e o silêncio do Governo português terminaram quando, a 6 de fevereiro de 1912, o ministro do Interior, numa intervenção pública realizada no Ginásio Clube

³⁵⁰ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 24-32.

³⁵¹ *Idem, ibidem.*

Português, anunciou oficialmente o que já se temia: que o Governo não tinha recursos financeiros para auxiliar a participação de uma equipa portuguesa nos Jogos Olímpicos. Esta notícia entristeceu o país e todos aqueles que defendiam a presença portuguesa na capital sueca. Apesar desta tomada de posição por parte do Governo, a vontade que existia em diversas instituições em trabalhar pela possibilidade de Portugal se estrear nos Jogos Olímpicos não foi debelada. Foi nessa altura que a imprensa desportiva, muito apoiada pela Associação dos Jornalistas Sportivos (AJS), a Liga Sportiva de Trabalhos Atlético (LSTA) e a Sociedade Promotora de Educação Física Nacional (SPEFN) aos quais se juntou mais tarde, o recém-criado Comité Olímpico Português, desencadearam todos os esforços para organizar um conjunto de iniciativas com vista a angariação dos fundos necessários para custear a estreia de uma equipa portuguesa em Estocolmo.

Os espetáculos desportivos que normalmente eram gratuitos, deixaram, durante esse período de mobilização desportiva, de o ser. No entanto, as verbas conseguidas eram, em face do pretendido, quase insignificantes. Foi então planeada a organização de um grandioso Sarau Desportivo no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, ao qual se associou o comendador António Santos que cedeu gratuitamente o espaço para a grande festa do desporto com a participação dos melhores atletas portugueses amadores.³⁵² Recorde-se que nesta época as questões do amadorismo e profissionalismo eram muito discutidas e os participantes nos Jogos Olímpicos tinham de ser amadores.

A organização do Sarau esteve a cargo de uma comissão composta por Fernando Correia, Pedro del Negro e José Pontes que trataram não só das questões logísticas, mas também da elaboração do programa. O Sarau de angariação de fundos acabou por se realizar num único dia, a 22 de junho, apresentando 12 espetáculos desportivos diferentes, desde a ginástica infantil à luta a cavalo, passando por combates de boxe, o jogo do pau e o levantamento do peso. Apesar da diversidade do programa e da participação dos melhores atletas portugueses, a afluência de público foi muito reduzida, o que se deveu em grande medida a uma greve dos condutores de elétricos, que praticamente paralisou os transportes públicos em Lisboa. A verba angariada com a bilheteira do Sarau foi baixa, ficando muito aquém das expectativas³⁵³, um sintoma, também da não identificação das camadas mais baixas da sociedade com o Movimento Olímpico.

³⁵² Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 39-45.

³⁵³ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 32-40.

Foi também iniciada uma Subscrição Pública Nacional que contou com um donativo por parte do Presidente da República, contudo foram poucos os que lhe seguiram o exemplo e o montante recebido foi também ele bastante diminuto.

Simultaneamente, nas semanas seguintes à sua criação, o COP reuniu regularmente no sentido de analisar e fazer uma primeira seleção dos atletas que deveriam representar Portugal nos Jogos Olímpicos. Na reunião de 21 de maio de 1912, após a avaliação dos recordes e das trajetórias dos atletas foi divulgada uma primeira seleção composta por cinco atletas da esgrima (Fernando Correia, Mário Noronha, Sebastião Herédia, António Osório e C. Castelo Branco), um da natação (Carlos Sobral), três da luta (César de Melo, Joaquim Vital e António Pereira) e cinco do atletismo (Francisco Lázaro, António Stromp, Armando Cortesão, Correia Leal e Mathias Carvalho). O COP passou a envolver-se, de seguida, também, no acompanhamento do treino dos atletas e assim garantir os melhores critérios para a respetiva seleção final. Em virtude da sua ausência nos treinos e de alguma falta de empenho, vários foram excluídos, enquanto outros informaram que, por questões pessoais ou profissionais, não estavam disponíveis para ir a Estocolmo. Desta forma a lista final incluiu dez atletas com resultados de destaque a nível nacional e alguns com experiência e resultados internacionais, todos eles representantes de clubes lisboetas.³⁵⁴ A equipa acabaria por ser constituída por: César de Melo, António Pereira, António Stromp (que esteve na fundação do Sporting Club de Portugal), Armando Cortesão (irmão do médico republicano Jaime Cortesão), Correia Leal, Fernando Correia, Francisco Lázaro, Joaquim Vital, Mathias de Carvalho e Sebastião Herédia.

As verbas angariadas através da Subscrição Pública Nacional e das iniciativas desportivas, mal chegavam, no entanto, para financiar a ida de três atletas. Valeu então o poder económico e o amor à causa de alguns membros do COP, nomeadamente Guilherme Pinto Basto e Carlos Bleck, e o número de elementos da Missão Portuguesa subiu para seis, excluindo-se quatro atletas previamente selecionados: César de Melo, Matias de Carvalho, Correia Leal e Sebastião Herédia.³⁵⁵

Foi assim que ficou definida a composição da missão portuguesa que iria participar pela primeira vez nos Jogos Olímpicos, os atletas: António Stromp³⁵⁶, Armando

³⁵⁴ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), *op. cit.*, pp. 32-40.

³⁵⁵ CARDOSO, Carlos Paula (2009) *op. cit.*, pp. 39-45.

³⁵⁶ António Stromp (02/06/1894 – 06/07/1921) participou nas provas de atletismo (100 e 200 metros) dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Era estudante dos liceus de Lisboa e para além de praticar atletismo

Cortesão³⁵⁷ e Francisco Lázaro³⁵⁸ (atletismo); António Pereira³⁵⁹ e Joaquim Vital³⁶⁰ (luta greco-romana) e Fernando Correia³⁶¹ (esgrima). Este grupo representava, também, em grande medida o modo como o desporto amador e o Olimpismo eram vividos naquela época em Portugal, ainda com um pendor marcadamente elitista, bastante ligado às principais famílias do País. Note-se que dos seis atletas selecionados apenas Francisco Lázaro era operário, exercendo a profissão de carpinteiro numa fábrica de carroçarias de automóveis, situada no Bairro Alto. É importante referir, ainda, que Francisco Lázaro tinha melhorado as suas condições de treino e preparação através do apoio financeiro prestado pela família Pinto Basto e por D. José de Mascarenhas, que o convidou a integrar o Lisboa Sporting Clube, clube que tinha constituído com o objetivo, justamente, de o acolher³⁶².

Nesta primeira missão portuguesa presente nos Jogos Olímpicos António Stromp era o atleta mais novo, com 18 anos e 34 dias e o lutador Joaquim Vital, o mais velho, com 27 anos e 316 dias.³⁶³ Relativamente à preparação desportiva e tendo em conta as fontes consultadas, não se encontraram elementos que nos permitam analisar se houve uma preparação cuidada ou treinos específicos, “todos eram apenas forças da natureza, homens capazes de se superarem, mas que à partida estavam em clara desvantagem em relação aos atletas dos outros países e ídolos mundiais que iam defrontar”.³⁶⁴

(provas de velocidade) jogava futebol. Era o corredor mais rápido em Portugal, dando mostras de poder melhorar os seus tempos com treino específico.

³⁵⁷ Armando Cortesão (31/01/1891- 29/11/1977) participou nas provas de atletismo (800 metros) dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Era estudante do Instituto Superior de Agronomia e especialista da distância dos 800 metros, fazendo tempos muito semelhantes aos atletas de outras nacionalidades.

³⁵⁸ Francisco Lázaro (21/01/1888 – 15/07/1912) participou na prova de atletismo (maratona) dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Era carpinteiro numa fábrica de carroçarias automóveis, dominou as maratonas em Portugal entre 1908 e 1912.

³⁵⁹ António Pereira (04/04/1888 – 17/02/1978) participou na prova de luta greco-romana (categoria de levíssimos) dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Era topógrafo-desenhador e ganhou muito prestígio durante o Campeonato da Europa de Luta de 1910, em Budapeste, onde atingiu a final. Na sua categoria, dominava em Portugal. Voltou a participar nos Jogos Olímpicos de 1924 e 1928.

³⁶⁰ Joaquim Vital (24/08/1884 – 19-?) participou na prova de luta greco-romana (categoria de meios-médios) dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Era empregado comercial e jornalista (na secção desportiva de *O Século* e *Os Sports Ilustrados* e o campeão de Portugal na sua categoria.

³⁶¹ Fernando Correia (30/11/1879 – 19-?) participou na prova de esgrima (espada) dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Era empregado superior do Montepio Geral, membro do COP, diretor de vários clubes lisboetas e jornalista. Era campeão nacional, contando com brilhantes prestações em provas internacionais. Voltou a participar nos Jogos Olímpicos de 1920.

³⁶² KUMAR, Rahul (2020), op. cit., pp. 33-34.

³⁶³ PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 32-40.

³⁶⁴ SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 321.



Imagem 12 – Os seis atletas portugueses que constituíram a primeira Missão Olímpica (espólio do COP)

3.2. A primeira viagem olímpica e a chegada a Estocolmo

“Seguem amanhã no Asturias, para Stockolmo, os atletas portuguezes que ali vão representar o nosso paiz nos Jogos Olympicos e que foram escolhidos pelo Comité Olympico Portuguez.

São eles os Srs. Fernando Correia, campeão de espada em Portugal; Antonio Pereira, campeão de luta dos levíssimos e campeão de Portugal; Joaquim Vital, campeão de luta dos médios; Antonio Stomp, *recordman* portuguez das corridas de velocidade de cem e duzentos metros; Armando Portugal, *recordman*, portuguez de quatrocentos e oitocentos metros, e Francisco Lázaro, campeão de Portugal nas Marathonas.”

(“Os nossos Athletas. Jogos Olympicos de Stockolmo”, in *A Capital*, 25/06/1912, p. 2.)

Foram centenas as pessoas que se deslocaram ao Cais das Colunas, em Lisboa, para se despedirem e desejarem os maiores êxitos aos seis atletas portugueses que constituíram a primeira comitiva olímpica portuguesa. No dia 26 de junho de 1912 partiram a bordo do paquete *Astúrias*, da Mala Real Inglesa, rumo à capital sueca. Uma vez mais, devido às restrições financeiras, as passagens, em primeira classe, foram oferecidas pela família Pinto Basto.

Na impossibilidade da comitiva integrar mais elementos, algumas funções de natureza técnica e administrativa foram asseguradas pelos próprios atletas. Fernando Correia assegurou a chefia de missão e Joaquim Vital a função de treinador-massagista. Os mesmos atletas tendo em conta as suas ligações à imprensa, foram ainda acreditados como jornalistas. Fernando Correia ao serviço do jornal *O Intransigente* e Joaquim Vital em representação do *Os Sports Ilustrados*.³⁶⁵ É curioso notar que para cobrir esta V edição dos Jogos Olímpicos foram acreditados um total de 445 jornalistas (186 suecos, 42 alemães, 29 britânicos, 28 norte-americanos e 27 húngaros)³⁶⁶.

³⁶⁵ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 40.

³⁶⁶ Cf. BERGVALL, Erik (editor) (1912) *The Olympic Games of Stockholm 1912 Official Report*, Swedish Olympic Committee, Wahlstrom & Widstrand, Stockholm, 1912, pp. 991-996.

A viagem foi longa, obrigando a várias mudanças de transporte. O trajeto foi ainda agravado pelo mau tempo que se fez sentir a bordo do paquete *Astúrias*, realidade que, no entanto, acabaria por não impedir, a realização de jantares solenes a bordo, onde os seis atletas portugueses, eram muitas vezes a atração dos restantes passageiros. Trajados a rigor e cumprindo todas as formalidades destes jantares de gala, os portugueses foram confraternizando com os demais passageiros do *Astúrias*, notando-se que o menos habituado a este tipo de iniciativas era Francisco Lázaro, o mais humilde dos seis, que amiúde era ajudado pelos companheiros nas pequenas coisas de etiqueta, como fazer o laço do smoking ou saber que talheres utilizar durante o jantar³⁶⁷.

O paquete *Astúrias*, saiu de Lisboa a 26 de junho, atracou em Southampton no dia 29 de junho, pelas 13 horas. A comitiva continuou a viagem de comboio até Londres, onde chegou pelas 17 horas. O objetivo era, ao final do dia rumar em direção à Dinamarca. Assim foi, pelas 19 horas os seis elementos portugueses apanharam o comboio em direção à cidade portuária de Harwich, onde tomaram um pequeno barco a vapor, para atravessar o Mar do Norte e chegarem, cerca de 24 horas depois, a Esbjerg, na Dinamarca. A viagem prosseguiu para Copenhaga, cidade a que chegaram na manhã do dia 1 de julho. O destino estava cada vez mais próximo. Faltava agora um último trajeto até à capital sueca. Após seis longos dias de viagem, a comitiva olímpica portuguesa, chegou finalmente a Estocolmo.



Imagem 13 - Gráfico representativo da viagem da Missão Portuguesa aos Jogos Olímpicos de 1912
(adaptado da Revista Visão História, n.º 16, junho 2012, p. 31)

³⁶⁷ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 40.

O ritmo imposto durante a viagem e o cuidado para não perderem nenhuma ligação deveu-se a uma informação recebida através de um telegrama enviado pela organização dos Jogos, que informava que devido ao elevado número de inscritos nas provas de esgrima (mais de 200), a abertura seria antecipada para o dia 4 de julho, ou seja, dois dias antes da data prevista³⁶⁸. Foi à chegada a Estocolmo que os portugueses ficaram a saber que afinal, a data de início dos Jogos Olímpicos se mantinha, o que também representava terem mais uns dias para poderem descansar e adaptarem-se ao clima, à comida e aos locais onde se realizaram as competições.

Quando chegaram à estação ferroviária da capital sueca, os seis atletas tinham à sua espera o vice-cônsul Adolf Lindroth, responsável por acompanhar a equipa olímpica portuguesa durante a estadia. Atualmente, Lindroth desempenharia as funções de adido olímpico, e que ficou encarregado de facilitar os contatos locais e ajudar a delegação lusa no decorrer dos Jogos Olímpicos. Esta orientação surgiu devido à participação olímpica portuguesa estar a ser acompanhada pela Embaixada Portuguesa na Suécia, cabendo ao ministro plenipotenciário de Portugal em Estocolmo, António de Castro Feijó, desempenhar essa função.³⁶⁹ Lindroth tinha sido incumbido por este para receber os portugueses e os informar que estaria à sua espera, na companhia da sua mulher, para lhes oferecer um almoço “à portuguesa”, facto que veio mesmo a propósito para aligeirar a dura viagem que tinham enfrentado.³⁷⁰ Este envolvimento de António Feijó teria resultado não só dos contactos diretos efetuados pelo Comité Organizador dos Jogos Olímpicos, mas também da acção de Penha Garcia, à data presidente honorário do COP, e membro do COI.³⁷¹

A comitiva portuguesa, com a exceção do chefe de missão, ficou instalada numa escola sueca, convertida temporariamente para receber os atletas olímpicos dos países com menos recursos financeiros, uma vez que, à data ainda não tinham começado a ser construídas as aldeias olímpicas onde atualmente ficam alojadas as missões de todos os países que participam nos Jogos. O chefe de missão, Fernando Correia, ficou instalado no Hotel Continental, uma vez que, como líder da comitiva tinha que receber visitas oficiais, justificando-se por isso a sua estadia num espaço mais formal³⁷².

³⁶⁸ *Idem, ibidem.*

³⁶⁹ Cf. GOMES, Carlos (2012) "O nosso Homem na Suécia", in *Visão História*, n.º 16, junho 2012, pp. 36-37.

³⁷⁰ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 41.

³⁷¹ Cf. GOMES, Carlos (2012), op. cit., pp. 36-37.

³⁷² Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 41.

No primeiro dia em Estocolmo, os atletas portugueses, acompanhados e guiados pelo vice-cônsul Lindroth visitaram o imponente Estádio Olímpico, passearam pelas pistas anexas ao recinto, receberam os bilhetes de identidade olímpicos, os distintivos especiais, os mapas da cidade e os programas com os horários das provas. O deslumbre terá sido completo. As instalações desportivas e o nível de organização com que estavam a contactar, nada tinha a ver com o que existia em Portugal. Igualmente impressionante, para os seis atletas lusos, foi o contacto com a comitiva norte-americana, que tinha um enorme paquete atracado no porto de Estocolmo, com todas as comodidades para o treino desportivo, com piscinas e pista de atletismo, e uma vasta equipa de treinadores e massagistas, que realizavam com os seus atletas treinos e exercícios de preparação ajustados para cada uma das modalidades. Ao invés, os atletas portugueses viajavam sozinhos, sem treinadores, massagistas ou dirigentes, estando por isso muito dependentes uns dos outros, ajudando-se da forma que melhor sabiam e podiam, descansando nas camaratas de uma escola local, quando muitas outras delegações estavam instaladas em hotéis da cidade.

A inexperiência era tal que nas suas bagagens os atletas portugueses não levavam qualquer tipo de material médico ou para as massagens de recuperação após os treinos e as competições. O atleta Joaquim Vital que desempenhou também as funções de massagista, acabou por se dirigir a uma farmácia sueca e através de gestos acabou por comprar um líquido transparente e incolor. Depois de um treino, Joaquim Vital que estava a massajar Armando Cortesão foi interrompido e informado, perante o olhar estupefacto de um grupo de suecos, que o produto que usava para massajar o seu colega se tratava de um remédio para os dentes³⁷³. Estes são alguns exemplos que demonstram bem um nível de amadorismo que se traduzia, desde logo, na ausência de uma estrutura organizativa capaz de apoiar a comitiva portuguesa.

³⁷³ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 45.

3.3. A estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos

“Começam hoje, no stadium de Stockolmo, as provas de puro atletismo, isto é, aquelas para que todas as nações prepararam os melhores amadores e às quaes Portugal concorre com uma equipe de cinco *sportsmen* seleccionados da élite do nosso *amateurisme*. Joaquim Vital e António Pereira já lutam hoje; Armando Cortesão disputa também hoje as eliminatórias de 800 metros; António Stromp corre as eliminatórias de 100 metros.”³⁷⁴

(“Os Atletas Portuguezes começam hoje as suas provas. Lutam António Pereira e Joaquim Vital; correm Armando Cortesão e António Stromp no “stadium” de Stookholmo”, in *O Século*, 6/07/1912)

Portugal estava pela primeira vez representado nos Jogos Olímpicos e a bandeira do País presente no cartaz de promoção do evento. A imagem escolhida, criada pelo ilustrador sueco Olle Hjortzberg destacou um atleta nu, idealizado numa cerimónia de abertura com o desfile das nações a entrarem no Estádio Olímpico, empunhando a sua bandeira nacional. Este é, até hoje, o único cartaz da história dos Jogos Olímpicos em que é possível identificar a bandeira portuguesa. O facto deste cartaz destacar a nudez dos atletas, representava uma tentativa de estabelecer uma ligação aos Jogos da Antiguidade, o que fez com que acabasse por ser rejeitado por vários países. Note-se ainda que o Comité Organizador dos Jogos seleccionou o português como uma das dezasseis línguas oficiais. Por esse facto, foram produzidos em língua portuguesa 1850 cartazes e 47 700 selos de promoção dos Jogos.³⁷⁵

³⁷⁴ Realça-se a imprecisão da notícia ao referir que a comitiva portuguesa era composta por cinco atletas e não seis, conforme aconteceu.

³⁷⁵ Cf. BERGVALL, Erik (editor) (2012), op. cit., pp. 264-270.



Imagem 14 – Selos dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912, entre os quais se encontra o português

(<https://www.alphabetilately.org/Oly/1912.html>)

Veja-se, no entanto que, o triunfo do modelo competitivo, imposto pela integração do desporto português em redes internacionais, não significou, de imediato, uma democratização da sua prática, nem uma transformação significativa da origem social dos Atletas Olímpicos³⁷⁶.

A V edição dos Jogos foi a primeira em que participaram atletas oriundos dos cinco continentes e em que se estreou o uso do cronometro e do *photo-finish* nas provas de atletismo, associava-se, assim, ao evento, para além de uma dimensão competitiva, uma modernidade que se traduziu nesta estreita articulação entre tecnologia e desporto. Graças à iniciativa do Rei da Suécia, que tinha disponibilizado os terrenos, foi construído o Estádio Olímpico com o propósito de acolher o maior evento desportivo existente à escala internacional. O Estádio, concebido pelo arquiteto sueco Torben Grut e que ainda hoje existe, mantendo as suas principais características, era grandioso, com grandes colunas e estátuas de bronze no exterior. Tinha uma tribuna real que contou regularmente, durante a competição, com a presença da família real sueca, em especial o rei Gustavo V e uma capacidade para 30 mil espectadores sentados e, pela primeira vez uma tribuna para a imprensa. Apesar de não estar localizado no centro de Estocolmo, a cidade preparou-se e fez um esforço para que a rede de elétricos fosse reforçada para dar resposta à movimentação destes milhares de pessoas. Também nesta edição as mulheres conquistaram um pouco mais de visibilidade; foram 48 as que competiram nas provas de golfe, ténis e natação³⁷⁷.

No Programa dos Jogos, foram incluídas, ainda, pela primeira vez, competições de Arte e Literatura³⁷⁸. Criou-se, assim, a oportunidade para que Pierre de Coubertin pudesse, também ele, participar nos Jogos Olímpicos. Foi na competição de Literatura que o júri atribuiu a medalha de ouro ao trabalho apresentado e designado “Ode ao

³⁷⁶ Cf. KUMAR, Rahul (2020), op. cit., p. 38.

³⁷⁷ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 46-49.

³⁷⁸ Cf. Página do COI, disponível em: <https://www.olympic.org/stockholm-1912>, acedida a 7/11/2020.

Desporto” da autoria de Georges Hohrod e M. Esbach que correspondiam ao pseudónimo utilizado por Coubertin³⁷⁹.

Para os portugueses, a V edição dos Jogos Olímpicos ficou marcada pela estreia, mas também pela forma trágica com que esta aconteceu. Pode dizer-se que a estreia de Portugal continha um misto de emoções e sentimentos. Entre a humildade e a honra de Portugal se fazer representar pela primeira vez, existiu a esperança de algum dos nossos atletas se poder superar e alcançar uma boa prestação. A respeito da participação portuguesa nos Jogos e da expectativa em torno da obtenção de bons resultados, o jornal *A Capital* publicou a 3 de junho de 1912 uma entrevista, bastante elucidativa, de Jayme Mauperrim Santos em que este concluía que: “- Com o grupo que enviamos, temos possibilidade de fazer boa figura entre os concorrentes? - Com toda a certeza. No entanto é bom que se saiba que o nosso grupo não tem a pretensão de vir de Stockolmo ostentando premios. O que elle ambiciona, e espera, é marcar um lugar, obter uma classificação lisonjeira que, no campo do desenvolvimento physico, nobilite Portugal. (...) Contudo, algumas probabilidades temos, já este anno, de alcançarmos premios na lucha greco-romana e na corrida de marathona. Os nossos concorrentes n’estes dois ramos são de tal força que alguma esperança nos é lícito alimentar (...)”³⁸⁰

Foi na presença do Rei Gustavo V que o presidente honorário para os Jogos Olímpicos de Estocolmo, o Príncipe Gustavo Adolf, proferiu o discurso solene, cabendo ao Rei abrir os Jogos da V Olimpíada.

Seguiu-se o desfile das comitivas, que contou com os 2407 participantes (2359 homens e 48 mulheres) que competiam nos 102 eventos das 14 modalidades desportivas³⁸¹ que integraram o programa olímpico, representando 28 países, alguns deles estreantes, como Portugal e o Japão.

Os atletas entraram no estádio atrás da respetiva bandeira nacional, empunhada geralmente pelo atleta mais popular, e ao som do seu hino. Portugal entrou atrás da Noruega e à frente da Rússia, pois conforme previsto na Carta Olímpica³⁸², os países entram por ordem alfabética de acordo com a língua do país que recebe os Jogos, com a

³⁷⁹ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 47-55.

³⁸⁰ “As grandes provas de sport. Na olympiada de Stokolmo. Os concorrentes portuguezes não teem pretensão a premios. Que buscam então? Apenas uma classificação lisonjeira para o paiz?”, in *A Capital*, 3/06/1912, p. 1.

³⁸¹ Cf. Página do COI relativa aos Jogos da V Olimpíada: <https://www.olympic.org/stockholm-1912>.

³⁸² A Carta Olímpica é a codificação dos princípios fundamentais, das regras e dos textos de aplicação adotados pelo Comité Olímpico Internacional para a organização e o funcionamento do Movimento Olímpico, definindo as condições para a celebração dos Jogos Olímpicos.

exceção da Grécia que entra em primeiro e o país anfitrião que encerra o desfile³⁸³. Francisco Lázaro foi o escolhido para porta-bandeira e Joaquim Vital entrou a seu lado com a placa que ostentava o nome do país, e os restantes quatro colegas de equipa seguiram atrás deles.

A comitiva lusa desfilou com a nova bandeira da República Portuguesa, criada pelo pintor Columbano Bordalo Pinheiro, adotada pelo governo provisório em 1 de novembro de 1910 e aprovada pelo parlamento em 19 de junho de 1911. Contudo, o hino nacional, ainda não tinha sido substituído por “A Portuguesa” e nos atos solenes, no estrangeiro, continuava a entonar-se a “Carta”, hino composto por D. Pedro IV, em 1826.”³⁸⁴

Após a parada das nações, como atualmente se designa, que decorreu durante cerca de hora e meia, começaram as competições. O Estádio Olímpico foi o palco onde se iniciaram as eliminatórias dos 100 metros, prova em que estava inscrito o português António Stromp³⁸⁵. O atleta, que representava o Sporting Clube de Portugal (SCP), foi o primeiro atleta português a estreiar-se nos Jogos Olímpicos. Alinhou na 5.^a série, juntamente com mais sete atletas e classificou-se na 3.^a posição, atrás do britânico Uhad'arcy e do sul-africano Povey, sendo por isso eliminado, já que apenas passavam à fase seguinte os dois primeiros de cada série. Quatro dias depois, o português voltou à competição. Foi no dia 10 de julho que António Stromp competiu na 18.^a série dos 200 metros. Competiram nesta série oito atletas e Stromp classificou-se em 4.^o lugar e por isso não avançou na competição.

Armando Cortesão competiu também na tarde do dia 6 de julho. Foi na prova dos 800 metros que o português trouxe a primeira alegria olímpica ao conseguir o 2.^o lugar na 3.^a série, com a realização de um tempo de 2,02 minutos, mais 0,01 minutos que o norte-americano J. P. Jones, que na última curva acelerou e o ultrapassou na reta final. Cortesão que representava o Club Internacional de Foot-Ball (CIF) ficou apurado para disputar as meias-finais que se realizavam no dia seguinte. No entanto, o surgimento de uma distensão muscular obrigou-o a desistir. O atleta conseguiu recuperar a tempo da outra prova em que estava inscrito. Foi no dia 12 de julho, que alinhou para disputar a 3.^a série dos 400 metros. Realizou um tempo de 49,8 segundos, que seria recorde de Portugal

³⁸³ Cf. Comité Olímpico Internacional (2020b), op. cit.

³⁸⁴ PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 46-49.

³⁸⁵ *Idem, ibidem.*

caso fosse homologado³⁸⁶, contudo ao classificar-se na 3.^a posição, acabou por ser eliminado. Note-se que nesta distância, o campeão olímpico viria a fazer um tempo de 48,2 segundos.³⁸⁷

Na competição de luta greco-romana, onde participaram António Pereira, na categoria de levíssimos e Joaquim Vital, na categoria de meios-médios, a arbitragem foi acusada de favorecer os lutadores suecos e finlandeses, situação que também foi referida pelos atletas portugueses que consideraram as suas eliminações injustas. António Pereira, apesar de ter começado bem a prova e a vencer o primeiro assalto, perdeu o primeiro combate disputado com o finlandês Haapanen. Nas repescagens venceu o inglês Mackensie e perdeu o combate seguinte com o sueco Anderson. Classificou-se no 18.º lugar e apontou muitas críticas à atuação da arbitragem e ao facto de Portugal não ter nenhum elemento a integrar o painel de juízes. Joaquim Vital, começou por vencer o primeiro combate frente ao francês Barrier, mas seria eliminado ao perder com o lutador italiano Carcereri, que o derrotou em apenas três minutos. No combate seguinte o português voltou a ser derrotado, desta vez, pelo finlandês Asiakainen. O lutador considerou que foi eliminado em circunstâncias bastante duvidosas, acusando a arbitragem de favorecer o adversário. É interessante destacar que este lutador finlandês acabaria por ganhar a medalha de bronze, batendo o russo Klein no mais longo combate da história olímpica, que durou... 11 horas.

Na esgrima, Fernando Correia, que integrou uma poule de 128 concorrentes, dividida por 16 grupos de oito atiradores cada, conseguiu o apuramento para as meias-finais. Também nesta modalidade existiram muitos problemas de arbitragem sobretudo devido às dificuldades de comunicação entre os membros dos júris, formados por elementos de diferentes países. O atirador português, apurado numa primeira fase, foi, através de um protesto apresentado por um esgrimista desclassificado, excluído da competição, onde deveria ter disputado as meias-finais da prova³⁸⁸. Fernando Correia que, para além de esgrimista, acumulava as funções de chefe de missão e jornalista, integrou também o júri das provas de equipas, queixando-se destas mesmas dificuldades e das injustiças sentidas.³⁸⁹

³⁸⁶ O recorde de Portugal na prova dos 400 metros era 53,4 segundos e o dos 800 metros 2,13 segundos.

³⁸⁷ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 49-52.

³⁸⁸ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 49-52.

³⁸⁹ *Idem, ibidem.*

O último atleta português a entrar em competição foi Francisco Lázaro, considerado o atleta mais promissor da comitiva nacional. Dele esperava-se uma boa prestação e um bom resultado. Havia mesmo quem afirmasse que as principais esperanças lusas para se conquistar uma medalha olímpica estavam depositadas naquele maratonista.

A 13 de julho, na véspera da prova que iria disputar, todos os atletas inscritos foram chamados para uma rigorosa inspeção, realizada por quatro médicos suecos. O processo de inspeção envolveu uma palpação da região inguinal, uma verificação da existência de varizes e uma análise aos pulmões e ao coração, não tendo a equipa médica encontrado nenhum atleta em más condições. Francisco Lázaro foi avaliado com nota de bom. A prova estava marcada para o dia 14 de julho, pelas 13h45m. À semelhança dos dias anteriores, o domingo apresentou-se com temperaturas bastante elevadas, alguns registos indicam que a meio do dia estariam cerca de 32 graus à sombra. Isto motivou que um conjunto de médicos sugerisse o adiamento da prova por algumas horas, de modo a salvaguardar a saúde dos atletas, facto que a organização veio a recusar.

Nesse dia, Francisco Lázaro acordou cedo, alimentou-se e dirigiu-se ao Estádio Olímpico, local onde se iniciou a prova. Este percurso foi realizado na companhia dos seus colegas Armando Cortesão e Fernando Correia, que o deixaram à porta dos balneários para este se preparar e colocar o dorsal n.º 518. Como, poucos minutos antes da prova se iniciar, Francisco Lázaro não aparecia na pista para realizar o aquecimento, os seus colegas, preocupados, foram procurá-lo aos balneários. Aqui iniciou-se um dos episódios mais marcantes da história do desporto português e da primeira participação de Portugal nos Jogos Olímpicos. Relataram os colegas que, ao entrarem nos balneários encontraram o colega a besuntar-se com sebo. Os dois, ainda estupefactos pois não conseguiram perceber como o tinha conseguido adquirir, ainda tentaram que Lázaro tomasse banho, para retirar o sebo da pele, mas a corrida estava prestes a começar e Lázaro foi assim, todo besuntado, para a linha de partida. Diz-se que o maratonista tinha argumentado com os colegas que o sebo iria melhorar a sua performance³⁹⁰.

Na maratona olímpica estavam inscritos 98 atletas, no entanto, 30 não compareceram à partida, como foi o caso do outro português inscrito Mathias Carvalho³⁹¹, que não tinha seguido viagem por falta de verbas. À partida para os 40 200 metros, a maioria dos maratonistas apresentaram-se com a cabeça coberta por bonés, boinas ou simples lenços brancos, para os proteger do intenso sol. Foram apenas oito os atletas que

³⁹⁰ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 52-54.

³⁹¹ Cf. BERGVALL, Erik (editor) (1912), op. cit., p. 384.

não o fizeram e Francisco Lázaro foi um deles, alegando que o calor não o incomodava, pelo contrário, seria benéfico para afastar alguns concorrentes, pois ele estava bastante habituado ao calor do verão lisboeta.

Apesar de não levarem treinadores, equipa médica ou dirigentes, os atletas portugueses apoiaram-se mutuamente e neste dia organizaram-se de forma a acompanhar Francisco Lázaro durante a prova. Assim, os cinco colegas distribuíram-se ao longo do percurso que tinha um ponto de inversão precisamente ao quilómetro 20,1. António Pereira e António Stromp colocaram-se no quilómetro 5 que seria o 35 no regresso, e Joaquim Vital no quilómetro 15, que após o retorno seria o 25. Armando Cortesão ficava próximo do Estádio, para o acompanhar nos quilómetros finais e Fernando Correia permaneceu no interior do Estádio Olímpico.

A prova de maratona iniciou-se com um pequeno atraso. Às 13h48 soou o tiro de partida. Francisco Lázaro acelerou à saída do Estádio, ficando na dianteira do grupo. Aos dois quilómetros seria fotografado na frente da corrida, ao lado de alguns dos principais favoritos. Passou pelo quilómetro 5, no primeiro posto de controlo, integrado no grupo da frente. Os dois colegas de equipa, que o esperavam nesse ponto, incentivaram-no e gritaram-lhe o nome de Portugal. Aos 10 quilómetros, em Stocksund, Lázaro encontrava-se a meio do pelotão, não aparecendo nos 16 primeiros, numa altura em que o finlandês Kolehmainen tinha lançado um forte ataque na cabeça da corrida. Aos 15 quilómetros, no segundo posto de controlo, em Tureberg, quando passou por Joaquim Vital, Lázaro seguia no 27.º lugar, aparentando grande à vontade e forças para recuperar lugares nos quilómetros seguintes, a tática que geralmente utilizava, aumentando o ritmo ao longo da prova. Na frente da corrida surgiu Kolehmainen que impunha uma cadência extraordinária. Este, queria juntar o ouro olímpico da prova de maratona às restantes provas que já tinha conquistado, nos 5000 metros, nos 10 000 metros e no corta-mato, no entanto, este esforço não foi recompensado e o finlandês não terminou a corrida. A meio do percurso, na zona de Sollentuna, Lázaro tinha recuperado alguns lugares, tendo já um lenço branco a proteger a cabeça do sol. Aos 25 quilómetros, quando voltou a passar pelo colega Joaquim Vital, ainda não figurava nos 19 primeiros, mas mostrava-se confiante, dizendo ao colega que se sentia bem, apenas com alguma sede, bebendo água pouco depois, num dos vários pontos de abastecimento. Note-se que no percurso da prova, existiam postos de abastecimento, de 500 em 500 metros, com água, chá, limões,

laranjas.³⁹² Nos quilómetros seguintes, Francisco Lázaro foi visto a cambalear na zona da colina de Ofver-Jarva, caindo algumas vezes até desfalecer por volta do quilómetro 30. Foi de imediato assistido pelo médico C. R. Torrell, que se encontrava no local, chegando pouco depois o médico de serviço no posto de Silfverdal, G. Liljenroth, e o médico do carro do diretor da prova, K. A. Fries.



Imagem 15 – Postal comemorativo da prova de maratona dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912 onde é possível identificar Francisco Lázaro à saída do Estádio (atleta com o dorsal n.º 518, na linha da frente, sem nenhuma proteção na cabeça)

Os restantes companheiros espalhados pelo trajeto da prova, após algum tempo de espera e face à ausência de Lázaro, que não aparecia, regressaram ao Estádio Olímpico, onde se juntaram aos outros dois elementos da equipa portuguesa. Todos se questionavam sobre o que teria sucedido a Lázaro. Fernando Correia e Armando Cortesão foram à sua procura de carro, enquanto António Pereira, António Stromp e Joaquim Vital, voltaram à escola onde estavam alojados para tomar banho e mudar de roupa. Foi através do embaixador António Feijó que Fernando Correia e Armando Cortesão ficaram a saber o que tinha acontecido a Lázaro, notícia que chegou, entretanto, aos restantes colegas de equipa.³⁹³

³⁹² Cf. NOLASCO, Pedro (1987), op. cit., p. 6.

³⁹³ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., pp. 52-66.

Quando Lázaro desfaleceu, a prioridade foi trazê-lo ao estado de consciência. Foi-lhe colocado gelo sobre a cabeça, para arrefecer a temperatura do corpo, mas sem efeito. Tendo em conta que o atleta não reagiu, os médicos telefonaram para o hospital e comunicaram o caso, enviando-o imediatamente numa ambulância para o Royal Seraphim Hospital, acompanhado pelo médico K. A. Fries. Lázaro deu entrada no hospital às 17h30, mantendo-se inconsciente, com câibras e convulsões em todo o corpo, em delírio e com 41 graus de febre. Os sintomas indicavam um caso grave de insolação, possivelmente fatal.

Já no hospital, os companheiros de Lázaro terão questionado o chefe da equipa médica sueca, o Professor Arnold Josefsson, sobre o estado do maratonista português, sendo informados que se tratava de uma meningite declarada, com possíveis derrames nas meninges, causados por uma forte insolação. O seu estado, que era muito grave, foi acompanhado pelo embaixador António Feijó, que não abandonou o hospital. Os tratamentos continuaram durante a noite, supervisionados por uma experiente equipa médica sueca, com Lázaro a levar injeções de água salgada, com as quais pareceu melhorar, movendo as mãos ao ouvir pronunciar o seu nome pelos colegas e por uma mulher sueca que o acompanhava desde o desfalecimento. Depois entrou em delírio, movendo-se como se ainda estivesse a correr, acabando por morrer às 6h20 da manhã do dia 15 de julho de 1912.³⁹⁴

Como já foi referido, a prova de maratona foi disputada sob elevadas temperaturas, facto que determinou que dos 68 atletas que iniciaram a prova, apenas 34 a terminaram, ficando pelo caminho metade dos maratonistas, com vários casos de insolação, entre eles Lázaro, a única vítima mortal e a primeira registada numa edição dos Jogos Olímpicos.

O vencedor da prova foi o sul-africano Kennedy Kane McArthur, que terminou o percurso em 2 horas, 36 minutos e 54 segundos. O atleta, completamente exausto, foi agarrado pelos braços para receber a medalha de ouro e para tirar as fotografias da vitória.³⁹⁵

Alguns dias após a prova de maratona e o término dos Jogos Olímpicos, sete médicos suecos que prestaram os seus serviços na competição, enviaram um relatório ao Comité Olímpico Internacional. Nele, referiam-se à morte de Lázaro e recomendaram

³⁹⁴ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 55-66.

³⁹⁵ Cf. Página do COI disponível em: <https://www.olympic.org/athletics/marathon-men>, acedida a 7/11/2020.

que, no futuro, a maratona olímpica fosse disputada em horas mais frescas do dia e não no pico do calor, como sucedera em Estocolmo. Na opinião daqueles médicos, no programa da competição, maratona olímpica não podia ter mais peso e valor que, a vida dos participantes³⁹⁶.



Imagem 16 – Cartaz dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912 (COI)

³⁹⁶ Cf. NOLASCO, Pedro (1985), op. cit., p. 8.

3.4. As repercussões em Portugal da morte de Francisco Lázaro

“Francisco Lázaro morreu. O moço modesto, o nosso compatriota valoroso, cuja mão calosa nós tantas vezes apertámos entre os nossos primeiros campeões, acaba de baquear em Stockolmo, precisamente quando da sua coragem, da sua vontade de vencer, havia de resultar certamente mais um grande titulo de gloria para a nossa Patria. Morreu como um heroe? Morreu como um martyr? Não. Francisco Lázaro, morreu como só podem faze-lo os grandes homens da terra. Morreu com o nome de Portugal a extingui-se-lhe nos lábios (...)”

(“O Campeão portuguez das Maratonas”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 110, 20/07/1012, p.1)

A morte de Francisco Lázaro é referida e amplamente aceite como o episódio mais dramático da participação portuguesa nos Jogos Olímpicos, continuando a subsistir muitas dúvidas em torno da sua causa. Houve quem afirmasse que Lázaro teria sido envenenado para não vencer a prova. Outros defenderam um ataque cardíaco, causas intestinais, a má preparação atlética, o abuso da estricnina ou das emborcaduras³⁹⁷. No entanto, o argumento mais defendido foi o do ensebamento que terá causado um aquecimento exagerado do corpo e impedido a normal transpiração do atleta, o que aliado ao intenso calor, terá estado na origem da sua morte.

A este respeito foi possível ter acesso ao relatório produzido pelo responsável da equipa médica que no Hospital de Serafimerlasarett, assistiu Francisco Lázaro. O médico Arnold Josefson assinou o relatório, abaixo transcrito, que endereçou ao Júri Internacional dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912, a respeito da assistência prestada ao atleta português:

“The International Jury for the Olympic Games of Stockholm, 1912.

Gentlemen:

³⁹⁷ Embordaduras ou emborcação, era uma mistela feita com a mistura de ovos e vários ácidos, que, à data, se acreditava que dava aos músculos uma “perfeita elasticidade”, tornando-os “insensíveis à dor e à fadiga”, in <http://oindefectivel.blogspot.com/2016/07/francisco-lazaro-nem-francisco-lazaro.html>.

During the Marathon Race on the 14th July 1912, there occurred several serious cases of sunstroke/ insolation, one of which unfortunately terminated fatally.

Lazaro, the Portuguese competitor was brought to the Serafimerlasarett Hospital about 5.30 p.m. in an ambulance motor-car by Doctor Fries, one of the medical men officiating during the race.

During the race Lazaro had been seen to run unsteadily at the hill called Ofverjärfva, on the return route to the Stadium; he fell a couple of times, rose again, and at last fell down and remained lying on the ground. As soon as information of this was received at the medical station at Silfverdal, Dr. Torell, who was acting as voluntary medical assistant at this point, drove in a motor-car to the prostrat man to whom he rendered the help necessary. He remained by the aide of the invalid the whole time until the arrival of the ambulance-carriage from the Fire Brigade headquarters. Doctors Fries and Liljenroth, both of whom were acting as our official medical representatives, came later on.

Lazaro was unconscious from the first, and the medical aid given him did not restore him to consciouaness. Information of this was telephoned to the Stadium.

Shortly after the arrival of the sick man at the Hospital, the Portuguese Minister here, and a number of Portuguese athletes and others, who had heard of the sad event, came to his bedside.

Lazaro still remained unconscious, was seized with violent attacks of cramp and convulsions, and had maniacal outbursts; his temperature was 41,2 Centigrade, etc., all of these symptoms pointer to sunstroke. I informed the Secretary's Office at the Stadium of these facts per telephone and declared that the case was extremely serious and that it would probably end fatally.

In spite of the most persevering efforts and constant and careful attention, the poor man's life could not be saved, and Lazaro expired about 6 a.m. the following day.

On my arrival at the Hospital at 9 a.m. I immediately informed the Portuguese visitors who were then come and, later on, I personally informed the Director of the Swedish Telegram Bureau of the death.

The obduction was carried out by Mr. Henschen, the laboratory official for the time being.

In consequence of this sad death I intend after conferring with the other medical men who officiated during the Marathon Race, to send in a special memorandum to the International Jury.

ARNOLD JOSEFSON,

Head doctor, for the time being of the Medical Division at the Serafimerlasarett Hospital.

Stockholm, 15th July, 1912”³⁹⁸

Relativamente à autópsia, o médico sueco F. Henschen, responsável pela sua realização relatou que encontrou o fígado de Lázaro “completamente mirrado, do tamanho de um punho fechado e rijo, a tal ponto que só se conseguira partir a escopro, como se fosse uma pedra”, o que vai ao encontro da suspeita de insolação e da falta de sudação, o que poderia ter sido o resultado de se ter untado com uma substância gordá³⁹⁹.

Uma tese diferente surge a partir de julho de 2016 quando entrevistamos o neto de Francisco Lázaro no Comité Olímpico de Portugal.⁴⁰⁰ Destas conversas surgiu outra teoria. Quase cem anos depois da morte do avô, Eduardo conta a história que ouvia da sua mãe, Francisca, a filha que o maratonista nunca chegou a conhecer: “Lázaro não queria correr, ponto. Daí o seu atraso na chegada à maratona e a preocupação de Correia e Cortesão em encontrá-lo. Lázaro recusava-se a correr naquelas condições, debaixo de tanto calor, mas foi convencido a participar pelos seus colegas que lhe disseram que “não podia abandonar assim o sonho de uma nação”. Lázaro então terá respondido: “Está bem, eu vou. Ou ganho ou morro. Mas como não querem adiar, por revolta não vou usar nada na cabeça; vou sem nada!”⁴⁰¹

³⁹⁸ Arquivo Particular de Eduardo Lázaro da Silva. Tradução para inglês do relatório enviado pelo médico Arnold Josefson para o Júri Internacional dos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912. Documentação existente nos arquivos do Comité Olímpico Sueco, cedida por Eduardo Lázaro da Silva.

³⁹⁹ NOLASCO, Pedro (1985), op. cit., p. 6.

⁴⁰⁰ Cf. Entrevista conduzida por António Simões e publicada no jornal *A Bola*, 26/07/2016, também disponível em: <http://oindefectivel.blogspot.com/2016/07/francisco-lazaro-nem-francisco-lazaro.html>, acedido a 08/11/2020; “Francisco Lázaro. A morte ao sol do carpinteiro que se fez mito na maratona” in *O Observador*, 6/08/2016, disponível em: <https://observador.pt/especiais/francisco-lazaro-a-morte-ao-sol-do-carpinteiro-que-se-fez-mito-na-maratona/>, acedido a 8/11/2020.

⁴⁰¹ Entrevista conduzida por António Simões e publicada no jornal *A Bola*, 26/07/2016, também disponível em: <http://oindefectivel.blogspot.com/2016/07/francisco-lazaro-nem-francisco-lazaro.html>, acedido a 08/11/2020.

Quanto à utilização do sebo por parte do seu avô e ao suposto envenenamento por estricnina, Eduardo Lázaro é perentório e afirma: “É tudo mentira. A minha avó, passou toda a sua vida contando que um dos participantes nos Jogos, penso que o António Pereira da luta, que era com quem o meu avô se dava melhor, lhe disse, uma vez: “Sofia, o melhor é aceites o destino. Olha que eles são pessoas muito influentes e podem trazer-te problemas. O que te quero dizer é que não, o Chico não passou sebo nenhum no corpo. O que o matou foi não terem aceite o que até os médicos exigiam: que a prova fosse mudada para o fim da tarde...”⁴⁰²

Relativamente ao uso de estricnina Eduardo Lázaro é igualmente peremptório: “É mais uma mentira. Basta só pensar: se a causa da morte fosse a estricnina, o médico ia omitir isso na autópsia? Claro que não. Também tenho documentação que fala dos relatórios médicos que estão nos arquivos do Comité Olímpico Sueco. Todos eles são categóricos no que afirmam: Francisco Lázaro morreu vítima de insolação, não morreu por outra coisa qualquer. Ou seja, nesses relatórios só se fala da insolação, nunca se fala de estricnina, de sebo ou de emborçações...”⁴⁰³

Em Estocolmo, a morte de Lázaro foi mantida em segredo durante algumas horas, o que a organização justificou com a necessidade de manter a atmosfera festiva dos Jogos. No entanto, gradualmente a notícia espalhou-se e o constrangimento pela morte do atleta português foi tão profundo que levou o príncipe herdeiro da Suécia, Gustavo Adolfo, e o barão Pierre de Coubertin a darem pessoalmente as condolências ao chefe de equipa portuguesa, Fernando Correia e ao embaixador português António Feijó.⁴⁰⁴ O funeral provisório foi realizado no dia seguinte, a 16 de julho, ficando o corpo de Francisco Lázaro depositado numa igreja católica sueca até ao dia da transladação para Portugal, o que só veio a suceder dois meses depois.

A notícia correu mundo. Centenas de jornalistas questionaram o Comité Olímpico e o Comité Organizador dos Jogos Olímpicos sobre as causas da morte. Por cá foram diversos os jornais que se dedicaram ao tema. O jornal *O Século*, no dia seguinte à tragédia publicou na sua primeira página a notícia “No final dos Jogos Olímpicos. Morre na Suécia Francisco Lázaro. Vítima-o a insolação quando marchava à frente dos

⁴⁰² *Idem, ibidem.*

⁴⁰³ Entrevista realizada a Eduardo Lázaro da Silva, no Comité Olímpico de Portugal, a 25/07/2016; “Francisco Lázaro. A morte ao sol do carpinteiro que se fez mito na maratona” in *O Observador*, 6/08/2016, disponível em: <https://observador.pt/especiais/francisco-lazaro-a-morte-ao-sol-do-carpinteiro-que-se-fez-mito-na-maratona/>, acedido a 8/11/2020.

⁴⁰⁴ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 62.

concorrentes, na corrida de maratona”⁴⁰⁵, também a edição de *Os Sports Ilustrados*, de 20 de julho dedicou as cinco primeiras páginas a Lázaro e aos Jogos Olímpicos, com uma fotografia na capa do jornal acompanhada com o título “O Campeão portuguez das Maratonas”⁴⁰⁶, a edição do *Tiro e Sport* de 31 de julho consagrou toda a primeira página com a inclusão de uma imagem, acompanhada do texto “Francisco Lázaro. O notável marathon portuguez que faleceu em Stockolmo quando corria a Marathona dos Jogos Olympicos Internacionais”⁴⁰⁷. A edição do *Os Sports Ilustrados* voltou a dedicar a sua primeira página a Francisco Lázaro, no dia 10 de agosto. Nesta edição foi publicada uma fotografia da prova de maratona onde é possível ver Francisco Lázaro a correr no início da prova, quando seguia na frente da corrida⁴⁰⁸.

Esta imagem, de Francisco Lázaro no grupo da frente fez com que se considerasse e referisse, por várias vezes, que o atleta português dominava a corrida quando desfaleceu, temática que já foi analisada neste trabalho e que pode ser comprovada a partir da análise do registo dos tempos de passagem nos postos de controlo existentes ao longo do percurso.

A imprensa desportiva portuguesa elevou o nome de Francisco Lázaro ao patamar de herói nacional, Lázaro personificou assim, o herói anónimo, de uma República, laica, e de um regime recentemente implantado. Este sentimento de heroísmo dominou as notícias, não só entre a imprensa desportiva, como o *Tiro e Sport* e o *Os Sports Ilustrados*, mas também nas secções desportivas dos jornais generalistas, como vimos o exemplo de *O Século*.

A própria imprensa sueca não ficou imune ao trágico acontecimento, com os jornais *Aya Dagligt Allehanda* e *Aftonbladet* a publicarem várias notícias sobre a morte do atleta português e a iniciarem uma campanha de angariação de fundos para apoiar a sua família⁴⁰⁹.

A opinião pública sueca, ao saber que se tratava de um simples carpinteiro e que deixava a mulher grávida, acolheu a ideia de uma subscrição nacional. No entanto, o Príncipe Gustavo Adolfo ao saber dessa intenção sugeriu a realização de um festival

⁴⁰⁵ “No final dos Jogos Olímpicos. Morre na Suécia Francisco Lázaro. Vitima-o a insolação quando marchava à frente dos concorrentes, na corrida de maratona”, in *O Século*, Ano 32, n.º 10980, 16/07/1912, p. 1.

⁴⁰⁶ “O Campeão portuguez das Maratonas”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 110, 20/07/1912, pp.1-5.

⁴⁰⁷ “Francisco Lázaro. O notável marathon portuguez que faleceu em Stockolmo quando corria a Marathona dos Jogos Olympicos Internacionais”, in *Tiro e Sport*, Ano XVIII, n.º 497, p. 1.

⁴⁰⁸ “A Maratona de Stockholmo”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 113, 10/08/1912, p. 1.

⁴⁰⁹ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 65.

desportivo no Estádio Olímpico, revertendo a receita de bilheteira e as dádivas para a família de Francisco Lázaro. Esta iniciativa, onde participaram vários atletas consagrados, muitos deles atletas olímpicos que ainda não tinham regressado aos seus países, terminou com um fogo de artifício, que espalhou pelo céu as cores da bandeira portuguesa e um grande “L”, em honra de Lázaro⁴¹⁰.

Foram cerca de 30 mil pessoas que assistiram ao festival, que se realizou cinco dias depois da morte do atleta português, gerando uma receita líquida de 14 mil coroas, um valor equivalente a 3500 escudos, ou seja, o que Lázaro ganharia em vinte anos de ordenados, na fábrica do Bairro Alto. O valor angariado ficou numa instituição bancária sueca e parte foi aplicado num fundo ligado ao setor marítimo, recebendo anualmente os dividendos a família do atleta. Quando a filha de Lázaro atingiu a maioridade, em 1930, o dinheiro foi-lhe entregue através da embaixada sueca em Lisboa⁴¹¹. A este respeito, na entrevista realizada ao neto de Francisco Lázaro, Eduardo referiu que esta é outra parte da história que continua por ser esclarecida e que tem gerado bastantes mal-entendidos, pois a sua mãe nunca recebeu tal dinheiro.⁴¹²

Na mesma entrevista realizada ao neto de Francisco Lázaro foi ainda abordada a celebre frase do seu avô “Ou Ganho ou Morro!”. Sobre esta questão foi-nos referido que Francisco Lázaro se despediu da sua namorada, que estava grávida, no cais de Lisboa, com a frase “Ou Ganhou ou Morro!” prometendo a Sofia que, quando voltasse, iriam casar, nessa altura já com a medalha que iria ganhar nos Jogos Olímpicos. Esta mesma frase, como já foi mencionado, terá sido repetida quando os colegas de Lázaro, Armando Cortesão e Fernando Correia o convenceram e apressaram para se dirigir para a partida da maratona. Nesse momento Lázaro, de acordo com o seu neto, terá dito: “Está bem, eu vou... ou ganho ou morro!”

Quando a notícia da morte de Francisco Lázaro chegou a Portugal, o Comité Olímpico Português começou a tratar da transladação do corpo, bem como de todos os preparativos relacionados com a realização do seu funeral. Com o objetivo de o preparar, o COP organizou uma série de reuniões, com a primeira a ser realizada a 26 de agosto, onde estiveram presentes 44 delegados, em representação de todos os clubes lisboetas e dos principais clubes do Porto, Matosinhos, Aveiro, Coimbra e Figueira da Foz. Na

⁴¹⁰ “A festa em honra da memória de Francisco Lázaro”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 112, 03/08/1912, p.1.

⁴¹¹ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 65.

⁴¹² Entrevista realizada a Eduardo Lázaro da Silva, no Comité Olímpico de Portugal, a 25/07/2016.

reunião ficou decidido que seria realizado um cortejo fluvial no rio Tejo que acompanharia o navio de guerra sueco “Vendsysset”, que o rei sueco Gustavo V fretou com o propósito de transportar o corpo do atleta português. Depois, a urna seguiria para a capela do Arsenal da Marinha antes do cortejo fúnebre prosseguir para o Cemitério de Benfica, com a presença de todas as pessoas que lhe quisessem prestar uma última homenagem⁴¹³. Nessa ocasião iniciou-se também uma recolha de donativos com vista a preparar o funeral em Lisboa, podendo qualquer pessoa ou coletividade entregar o seu contributo.

O COP criou uma subcomissão junto do ministro da Marinha, para tratar dos pormenores relativamente à entrada do navio no rio Tejo, os procedimentos para o desembarque e a possibilidade do corpo do atleta ficar na capela do Arsenal da Marinha, antes de rumar ao cemitério de Benfica.

Foi a 22 de setembro de 1912 que o navio de guerra sueco “Vendsysset”, que transportou propositadamente o corpo de Francisco Lázaro desde Estocolmo, chegou a Lisboa. A imprensa acompanhou este acontecimento, noticiando a chegada do atleta à capital portuguesa: “O corpo do infeliz pedestrianista chega hoje a Lisboa, é depositado amanhã no Arsenal da Marinha e o enterro realisa-se na terça-feira á tarde. O Comité Olímpico Portuguez reuniu hontem, juntamente com a comissão organizadora do funeral do campeão de Maratona, Francisco Lázaro, na Escola Académica (...)”⁴¹⁴

No dia seguinte, pelas 17h00, com toda a logística preparada para receber o corpo, o navio sueco entrou no rio Tejo, fazendo-se de seguida o desembarque da urna, na presença de centenas de pessoas e de vários fotógrafos. A este propósito destacam-se as publicações do jornal *O Século*⁴¹⁵ com imagens do desembarque da urna e do cortejo fúnebre e da Revista *Ilustração Portuguesa*⁴¹⁶ que publicou uma fotografia, de uma página inteira, com a imagem do cortejo.

⁴¹³ “Francisco Lázaro. Para resolver sobre o seu funeral reúnem 44 clubs e associações de “sports”, in *Os Sports Ilustrados*, 31/08/1912, p. 2.

⁴¹⁴ “Francisco Lázaro”, in *O Século*, 22/09/1912, p.2; “Francisco Lazaro. Chega a Lisboa, em breves dias o seu cadáver”, in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 119, 21/09/1912, p. 1.

⁴¹⁵ “Francisco Lazaro. Realiza-se hoje o seu funeral. Todos os clubs sportivos prestam homenagem ao desventurado pedestrianista”, in *O Século*, 24/09/1912, p. 3.; “O Funeral de Francisco Lázaro. Milhares de pessoas acompanham o cadáver do malogrado pedestrianista, desde o Arsenal ao Cemitério de Bemfica”, in *O Século*, 25/09/1912, p. 3.

⁴¹⁶ “O funeral de Francisco Lazaro, o corredor portuguez morto em Stokolmo, passando diante da “gare” do Rocio a caminho do cemitério de Bemfica (cliché de Benoliel), in *Ilustração Portuguesa*, n.º 345, 30/09/1912, p. 427.



Imagem 17 - O funeral de Francisco Lazaro, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 345, 30/09/1912, p. 427.

A urna do atleta foi transportada para terra pelas esquadilhas dos clubes náuticos, que arvoraram remos quando o caixão foi tirado para o cais e encaminhado para o Arsenal da Marinha, onde o corpo ficou depositado nessa noite, passando no dia seguinte para a capela, junto ao Terreiro do Paço. Em terra, o caixão foi simbolicamente transportado pelo chefe de missão Fernando Correia e por cinco outras grandes figuras do desporto português: Álvaro Lacerda, Carlos Bleck, José Pontes, Guilherme Pinto Basto e Carlos Soveral Martins. A aguardar o corpo estava a família de Lázaro e um grande número de amigos. Foram organizados turnos de duas horas pelos delegados dos clubes, para velarem o corpo e nunca o deixarem sozinho. Milhares de portugueses prestaram-lhe a última homenagem, solidarizando-se com a namorada/companheira de Lázaro, que recebeu do comandante sueco uma lata de terra, apanhada no local onde o atleta desfalceu e uma fotografia da igreja onde o corpo esteve depositado⁴¹⁷.

No dia seguinte, 24 de setembro, pelas 16 horas, iniciou-se o cortejo fúnebre com o corpo do maratonista a ser transportado a pé até ao cemitério de Benfica. O funeral juntou representantes de 78 coletividades e uma multidão de pessoas, muitas das quais operários que vieram prestar a sua última homenagem a um colega. A acompanhar a urna, coberta com a bandeira de Portugal, foram também quatro carretas de flores e coroas,

⁴¹⁷ Cf. PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012), op. cit., p. 68.

entre elas as que enviaram o Rei da Suécia e o barão Pierre de Coubertin, ao som do toque fúnebre da Banda Filarmónica da Sociedade Euterpe, de Benfica.

Os principais responsáveis do COP marcaram presença, fazendo todo o trajeto a pé, apoiando a família de Lázaro, que contou também com o carinho fraterno dos membros da Equipa Olímpica de 1912. Era a última caminhada dos atletas olímpicos portugueses que tinham competido em Estocolmo, momentos que ficaram imortalizados pela câmara fotográfica do mais importante fotógrafo da época, Joshua Benoliel.

Durante o trajeto organizaram-se vários turnos para transportar o caixão ao ombro, sendo os últimos formados pelos sócios do Lisboa Sporting Clube, clube que Francisco Lázaro representava, e pelos seus colegas da equipa olímpica. Chegados à porta do Cemitério de Benfica, por volta das 20 horas e após um percurso que durou perto de quatro horas desde o Terreiro do Paço, o caixão foi transportado até à sacristia pelos membros do COP. Durante a cerimónia final ouviram-se três discursos proferidos por Júlio Pinheiro Santinho, em representação do Lisboa Sporting Clube, Fernando Correia, chefe da missão da equipa olímpica e companheiro de Francisco Lázaro em Estocolmo e José Pontes, em representação do Comité Olímpico Português.⁴¹⁸

Fernando Correia, no seu discurso, agradeceu a oportunidade que o COP lhe concedeu para chefiar a missão portuguesa nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, e “proferir meia dúzia de palavras n'este momento, para nós todos bem triste (...) Em 20 dias de constante convívio com ele, dia a dia, hora a hora, poudes observar que esse desditoso rapaz possuía, em elevado grau, essas duas qualidades que julgo absolutamente indispensáveis para se poder vencer n'estas lutas constantes de *sport*, por vezes pouco leaes e sempre muito arduas. Francisco Lázaro tinha tenacidade e disciplina. Ele, que no seu pequeno corpo continha uma enorme coragem, era dominado por preocupação constante de que honraria a sua pátria e para isso, mais de uma vez ele m'o disse, n'aquela seu fraseado por vezes rude, mas sempre sincero, que confiava em que havia de vencer e trazer para o seu paiz uma parcela de glória.”⁴¹⁹

Perante milhares de pessoas, que assistiram emocionadas a este momento, a urna foi depois transportada em ombros pelos companheiros olímpicos de Lázaro, que assim se despediram definitivamente do maratonista. Terminou assim a história da primeira

⁴¹⁸ Cf. *Idem, ibidem*, p. 69.

⁴¹⁹ “Atletas que desaparecem. O funeral de Francisco Lázaro” in *Os Sports Ilustrados*, Ano 3, n.º 120, 28/09/1912, pp. 1-2.

participação olímpica nacional e a missão dos primeiros atletas portugueses a competiram nos Jogos Olímpicos.

Durante meses e anos, o meio desportivo português e a imprensa generalista utilizaram o nome de Francisco Lázaro como o exemplo perfeito do “novo homem português” que surgiu com a República, e o desportista cujo modelo se deveria multiplicar na sociedade portuguesa.

O nome e a figura de Francisco Lázaro perduram na memória coletiva nacional para sempre, recebendo constantes referências na imprensa e na sociedade portuguesa. Em abril de 1924 o seu nome foi imortalizado pela Câmara Municipal de Lisboa, que decidiu por unanimidade alterar o nome da Travessa do Borracho, onde se encontrava instalado o Lisboa Sporting Clube, pela designação de Rua Francisco Lázaro. O exemplo seguiu-se noutras localidades portuguesas, continuando-se ao longo do século XX e XXI a homenagear o atleta português. Dos 41 atletas olímpicos homenageados pela toponímia portuguesa, num total de 82 topónimos existentes, Francisco Lázaro, a par de Carlos Lopes, que em 1984 se tornou o primeiro campeão olímpico português, são os atletas que mais vezes foram homenageados, com 11 topónimos cada um deles.⁴²⁰



Imagem 18 – Placa toponímica de Francisco Lázaro atribuída pela Câmara Municipal de Lisboa em 1924 (DUARTE, Miguel (2020) *Toponímia Olímpica em Portugal*, Coleção Valorizar Socialmente o Desporto, n.º 16, Comité Olímpico de Portugal, p. 31)

⁴²⁰ Cf. DUARTE, Miguel (2020) *Toponímia Olímpica em Portugal*, Comité Olímpico de Portugal, Coleção Valorizar Socialmente o Desporto, n.º 16, julho 2020.

4. A longa travessia: Portugal e o Movimento Olímpico após os Jogos de Estocolmo

“A maior parte dos indivíduos que em Portugal se dedica aos exercícios *sportivos*, não o faz com a compreensão exacta do modo como a educação *physica* deve ser encarada. Alguns teem como fim exclusivo do *sport* aquilo que é apenas um meio de propaganda: o espectáculo *sportivo*. Isto faz que nem todos compreendam a necessidade de existirem pequenos clubs. Esquecem que esses pequenos clubs devem ser auxiliados e nunca perseguidos.”

(“Sport. O nosso inquérito”, in *A Capital*, 27/04/1913, p. 3)

4.1. Conhecer, divulgar e organizar: o desporto nacional após a V Olimpíada

“O *sport* é útil, mas é especialmente útil quando for bem orientado. É por isso que a existência das federações e outras entidades reguladoras dos vários géneros de *sport* tem razão de ser, e tem sido um dos grandes factores do extraordinário progresso que as praticas *sportivas* teem alcançado entre nós nos últimos annos.... Nós julgamos, porem, que nem a imprensa nem o publico fazem uma ideia exata da importância do *sport* em Portugal e, muito especialmente, do numero de indivíduos que á cultura física, á pratica dos *sports*, dedicam o seu tempo.”

(“Sport. Pequenos clubs”, in *A Capital*, 26/04/1913, p. 3)

A estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos foi complexa e um bom exemplo da ausência de qualquer planeamento por parte tanto do COP, como das estruturas desportivas em que os atletas se encontravam inseridos. A constituição do COP, a 30 de abril de 1912, possibilitou a participação de atletas portugueses nos Jogos Olímpicos, ao

anализarmos o Relatório Oficial constatamos que na parte introdutória são identificadas as figuras de liderança dos diversos países que inscreveram atletas nos Jogos. No caso de Portugal, surgem publicados os nomes e as fotografias do Presidente e Secretário-geral do COP, Jayme Mauperrin Santos e José Pontes, respetivamente⁴²¹.

No que se refere à data da sua constituição, assunto que esta tese já teve oportunidade de esclarecer, retomamos o tema para debelar um dos argumentos utilizados por aqueles que defendem a data de 1909, quando alegam que o diploma relativo à participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de 1912 foi endereçado à Sociedade Promotora de Educação Física Nacional. Veja-se, a título de exemplo, as justificações apresentadas no livro editado pelo COP⁴²², por ocasião do seu centenário, celebrado em 2009, em que na contracapa é apresentada a imagem desse diploma.

Concluimos, com esta investigação e recorrendo ao espólio do COP que, apesar de ser do desconhecimento de muitos investigadores, autores e dirigentes olímpicos, para além do diploma amplamente divulgado que é endereçado à SPEFN, existem mais dois diplomas no Arquivo Histórico do COP: um endereçado ao Comité Olímpico Português e outro por preencher.⁴²³



Imagem 19 – Diplomas de participação nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912 (documentação existente no Arquivo do Comité Olímpico de Portugal)

⁴²¹ Cf. BERFVALL, Erik Bergvall (editor) (1912), op. cit., p. 13.

⁴²² Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit, contracapa.

⁴²³ Documentação de Arquivo do Comité Olímpico de Portugal, exemplares dos diplomas de Participação nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912.

Como vimos, a participação portuguesa nos Jogos de Estocolmo aconteceu graças ao esforço, dedicação e financiamento de um conjunto restrito de *sportsman*, dirigentes e amantes do desporto e do olimpismo, sem qualquer apoio financeiro por parte do Estado, o que causou algum mal-estar que o texto de Armando Machado, publicado pelo jornal *A Capital* de 28 de abril de 1913, sintetizou: “Na maior parte dos paizes, os Jogos Olímpicos merecem o interesse de todas as camadas sociais e o apoio decidido e repetidas vezes comprovado das entidades governativas. Portugal caminha, infelizmente, junto das nações que só em ultimo logar se agitam, que so no ultimo logar se resolvem a acompanhar o progresso. Explica-se assim talvez a pouca repercussão que tem tido entre a mocidade portugueza e entre os propagandistas da cultura physica os Jogos Olympicos [Nacionais] de 1913. (...) O grande publico conserva-se alheio ao movimento que há anos se vem desenhando entre nós, á força de muito trabalho d’um núcleo de propagandistas que não verá talvez nunca o seu esforço recompensado...”⁴²⁴ O mesmo desconforto foi transmitido, através de uma nota publicada na imprensa, por alguns defensores do desporto e do olimpismo ao ministro das Finanças, Afonso Costa: “Em Portugal, nem o Estado nem as municipalidades se tem preocupado com estes assumptos, que julgam de mínima importância (...) o *sport* em Portugal tem-se desenvolvido e tem progredido á custa dos que o praticam, sem o mínimo auxilio ou incitamento officiais”⁴²⁵.

Às críticas feitas relativamente a esta ausência de apoio, começaram a juntar-se uma forte contestação relativamente ao pagamento de impostos e taxas sobre os espetáculos desportivos organizados: “Os bilhetes para os *matches* de *football* pagam o sello respetivo. Pois além disso é necessário pagar adiantadamente uma quantia, calculada arbitrariamente (...) Sabemos que no Porto, além de tributarem os *clubs*, trataram também de tributar pessoalmente os jogadores, como “jogadores de *foot-ball*”. Não há em Portugal profissionais d’este *sport*, e os sócios dos nossos clubes são amadores que praticam esse jogo como um exercício favorável para o seu desenvolvimento physico. É evidente que se os tributarem por esse exercício, deixarão de o praticar, o que trará como consequência a morte dos *clubs* e a extinsão do *foot-ball* entre nós.”⁴²⁶ A Associação de Foot-ball de Lisboa dirigiu-lhe, também, uma exposição no mesmo sentido, ou seja, sobre a pesada contribuição lançada aos clubes de futebol.⁴²⁷

⁴²⁴ “Sport. O Olympismo”, in *A Capital* 28/04/1913, p. 3.

⁴²⁵ “Sport. Inimigos do Sport”, in *A Capital*, 3/05/1913, p. 3.

⁴²⁶ “Sport. Inimigos do Sport”, in *A Capital*, 3/05/1913, p. 3.

⁴²⁷ Cf. “Sport. A Associação de Foot-ball protesta”, in *A Capital*, 6/05/1913, p. 3.

A verdade, no entanto, é que apesar desta falta de apoio por parte das entidades oficiais, o desporto continuou a progredir e a desenvolver-se gradualmente, ao longo dos primeiros anos da República. Naturalmente que algumas modalidades permaneceram menos massificadas, como a esgrima considerada “um *sport* nobre por excelência e por maior que venha a ser entre nós a difusão dos exercícios *physicos*, a esgrima nunca se democratizará. O jogo das armas há-de ser sempre o apanágio de uma elite, continuando hoje, como desde tempos remotos, a associar-se a ideias de cavalheirismo e até de romantismo.”⁴²⁸ Outros, começaram, gradualmente, a crescer, tanto em número de adeptos, como de praticantes, neste sentido o modo como se organizavam e geravam receitas contribuiu, desde logo para a massificação do futebol: “Os portugueses teem decidida vocação para o *foot-ball* e é este *sport* o que conta actualmente com maior numero d’adeptos em Portugal. A não ser o *ciclysmo*, nenhum outro ramo de *sport* está tão bem regulado...”⁴²⁹ Apesar desta massificação, as qualidades técnicas dos praticantes, nem sempre eram as melhores, continuando a primar pela falta de preparação e treino: “No *foot-ball*, porém, vemos a competir, no campeonato de 1.^a categoria, homens a quem nunca ensinaram a dar um pontapé e que passaram d’um *team* inferior para um dos bons *teams*, só porque possuíam esta natural aptidão dos portugueses para os exercícios *physicos*... Não tiveram, muitos d’elles, uma única lição de tactica e, a maior parte d’elles, não tiveram a precisa preparação *physica* para tomarem parte d’um exercício violento como é o *foot-ball* de 1.^a categoria. Enquanto este estado de coisas não mudar, continuaremos a marcar passo.”⁴³⁰ O entusiasmo por esta prática desportiva, relativamente nova, começou a tornar-se mais visível quando os jogos eram realizados com equipas estrangeiras: “É de sobra conhecido o extraordinário desenvolvimento que tem tomado entre nós o *foot-ball*. Até mesmo aquelles que não se interessam pelo *sport* teem tido repetidas vezes ensejo de verificar o facto. Os *matches* de *foot-ball* são o espectáculo *sportivo* que maior número de espectadores attrae, e nenhuma festa de *sport* attingiu nunca como receita as somas cobradas nas bilheteiras dos campos, em dias que jogam em Lisboa *teams* estrangeiros.”⁴³¹

Diretamente associada a esta questão encontra-se, uma vez mais, o eterno debate entre aquilo que seriam atletas amadores e profissionais. É neste sentido, que se deve

⁴²⁸ “Sport. A esgrima em Portugal”, in *A Capital*, 29/05/1913, p. 3.

⁴²⁹ “Sport. O progresso do foot-ball”, in *A Capital*, 19/05/1913, p. 3.

⁴³⁰ “Sport. O progresso do foot-ball”, in *A Capital*, 19/05/1913, p. 3.

⁴³¹ “Sport. Desafios Internacionais”, in *A Capital*, 2/05/1913, p. 3.

entender o artigo publicado a 6 de maio de 1913, nas páginas do jornal diário *A Capital*: “No *sport* fez-se há muitos anos já uma divisão completa e absoluta entre os profissionais e os amadores. Uns e outros não podiam concorrer às mesmas provas. De começo, a distincção era simples de fazer: amator era aquelle que só aceitava, como premios, medalhas, objectos de arte, etc. Profissional era o que recebia dinheiro como recompensa do seu esforço. Com o andar dos tempos, e com a espantosa evolução por que passou o *sport*, as diferentes federações começaram a tornar complexos e confusas as designações de amadores e profissionais. A primeira concepção foi profundamente alterada e hoje, ao passo que um corredor pedestre ou cyclista é considerado profissional se receber premios a dinheiro, no hyppismo, por exemplo, um amator pode receber um conto de réis como premio de uma prova de que sahir vencedor, sem ser por esse facto, considerado profissional nos restantes *sports*.”⁴³² Um outro exemplo apresentado veio dificultar ainda mais o entendimento do que era considerado um profissional: “Supponhamos, por exemplo, que um caixeiro de loja de modas, que auferre pela sua profissão 360\$000 réis annuaes, compra uma bicycleta e toma parte em corridas cyclistas, ganhando premios em dinheiro. No fim do anno, esse homem arrecadou 120\$000 réis em premios. Os regulamentos *sportivos* passam a classifica-lo imediatamente como profissional de bicycleta, quando, no final de contas, elle, como profissional, é apenas caixeiro. Se quiser, dar-se a este a classificação de profissional, como há-de denominar-se então o homem que ganha a sua vida apenas correndo em bicycleta, dedicando a esta profissão todo o seu tempo e todo o seu esforço, e d’elle auferindo todo o necessário para o seu sustento. Por este simples caso já os nossos leitores veem que a divisão dos atletas em duas categorias, segundo os moldes actuaes, está muito longe de attingir a perfeição.”⁴³³

Esta dicotomia entre amadorismo/profissionalismo e a forma como foi evoluindo ao longo da conjuntura analisada neste trabalho é importante sobretudo porque apenas os atletas amadores, algumas vezes apelidados de *sportsmen* ou *gentlemen*, podiam, como vimos, ser seleccionados para constituir as equipas presentes nos Jogos Olímpicos. A imprensa acabou por desempenhar um papel extremamente relevante, esclarecendo e sensibilizando os seus leitores para a importância desta distincção, explicando a sua necessidade e alertando para a dificuldade em separar uma fronteira entre estes dois lados da prática desportiva: “Quando o *sport* era praticado apenas por uma minoria, a ignorância dos methodos de treino era tal, que qualquer homem que se dedicasse um

⁴³² “Sport. Profissionais e amadores”, in *A Capital*, 6/05/1913, p. 3.

⁴³³ “Sport. Profissionais e amadores”, in *A Capital*, 6/05/1913, p. 3.

pouco mais demoradamente a uma especialidade adquiria em breve uma enorme supremacia sobre os demais. A luta tornava-se então impossível, em vista da esmagadora superioridade do profissional. Foi certamente, este o principal motivo que levou a reservar-se algumas provas só para amadores. Com o tempo, outros motivos mais fortes vieram acrescentar-se ao que apontamos, cavando mais fundo ainda o abismo entre as duas categorias. Actualmente, é quase impossível estabelecer, em muitos casos, qual o limite entre uma e outra categoria”⁴³⁴

Pela sua importância a temática amadorismo/profissionalismo ocupou um lugar de destaque na agenda do V Congresso do COI, realizado na Universidade de Lausanne, de 8 a 10 de maio de 1913. A propósito da aplicação rigorosa da definição de atleta amador, Jin Thorpe, que se tinha sagrado, nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912, Campeão Olímpico de pentatlo e decatlo, foi desclassificado. A desclassificação foi decidida por se considerar que o atleta não era amador, uma vez que em 1910, tinha jogado baseball, sendo remunerado pela prática desta modalidade. Esta decisão foi, anos mais tarde, reanalisada pelo COI que, após a morte do atleta, em 1982, devolveu as medalhas à sua filha e retificou a atribuição dos títulos olímpicos.⁴³⁵

Por outro lado, inevitavelmente, a internacionalização dos atletas e das equipas portuguesas, a ritmos diferentes, continuou a acontecer, com a imprensa a acompanhar muitas dessas participações além-fronteiras, destacando-se então nesta época várias notícias sobre a realização de jogos de futebol e participações em torneios de esgrima e de boxe.⁴³⁶ A imprensa foi também noticiando algumas das provas e iniciativas mais importantes que aconteciam a nível internacional.⁴³⁷ Exemplo desta lenta, mas gradual internacionalização, foi a constituição, a 29 de novembro de 1913, em Paris, da Federação Internacional de Esgrima, de que Portugal foi um dos países fundadores, fazendo-se representar por um delegado.⁴³⁸

Foi neste contexto que, muito provavelmente, aconteceu a primeira tentativa de elaboração de estatísticas sobre o desporto em Portugal, ainda que se circunscrevessem à

⁴³⁴ “Sport. Profissionais e amadores”, in *A Capital*, 6/05/1913, p. 3.

⁴³⁵ “Sport. Extrangeito. O Congresso Olympico de Lausanne”, in *A Capital*, 10/05/1913, p. 3; Página do COI, disponível em: <https://www.olympic.org/lausanne-1913-olympic-congress>, acedida a 6/12/2020.

⁴³⁶ Cf. “Sport. Foot-ballers portugiezes em Madrid”, in *A Capital* 22/05/1913, p. 3; “Sport. A ida dos “sportsmen” portugueses ao Brasil”, in *A Capital* 31/05/1913, p. 3; “Sport. Os “foot-bollistas” portugueses em S. Paulo”, in *A Capital*, 28/07/1913, p. 3; “Sport. Esgrimistas portugueses em Paris”, in *A Capital* 15/05/1913, p. 3; “Sport. Notícias. Entre nós”, in *A Capital*, 5/11/1913, p. 3; “Sport. Basilio d’Oliveira vencedor d’um “match” em Leigh”, in *A Capital*, 1/05/1914, p. 3; “Sport. Os nossos esgrimistas no estrangeiro”, in *A Capital*, 19/05/1914, p. 3.

⁴³⁷ Cf. “Sport. A Marathona de Londres”, in *A Capital*, 3/06/1913, p. 3.

⁴³⁸ Cf. “Sport. A Federação Interncional de Esgrima”, in *A Capital* 6/12/1913, p. 3.

cidade de Lisboa. A iniciativa surgiu, uma vez mais, pela mão da imprensa, nas páginas do jornal *A Capital*, através de um artigo assinado por Armando Machado foi apresentada essa intenção: “*A Capital* julga do máximo interesse fazer um recenseamento dos *clubs sportivos*, ainda os mais modestos, que existem na cidade de Lisboa. Os que estão filiados nas federações da especialidade todos nós conhecemos. Ignoramos, no entanto, quantos milhares de *foot-ballers*, de *cyclistas*, de pedestrianistas, etc, estão arregimentados em pequenos clubes, cujo modesto nome só raramente tem chegado aos ouvidos do grande publico. Para conseguirmos o nosso desideratum, necessitamos da colaboração de todos os *clubs* de Lisboa, a quem pedimos que comecem a enviar-nos, desde hoje, o titulo, sede, nome do secretario, numero de sócios existentes actualmente, qual o ramo do *sport* a que especialmente se dedicam e quaes os outros *sports* que praticam. Pacientemente, cuidadosamente, nós iremos catalogando esses clubes, chegando um dia ao final do interessante inquérito, que nos dará a medida exacta das forças *sportivas* da cidade de Lisboa.”⁴³⁹

Talvez por influência dos Jogos Olímpicos de Estocolmo, onde os portugueses tomaram conhecimento que para além do programa desportivo existiram também competições de arte e de literatura, a redação do jornal *A Capital* procurou saber de que forma é que o desporto e o olimpismo estavam, ou não, a ser representados pelos artistas portugueses: “A exposição de bellas artes que abriu há dias as suas portas é a mais importante que em Lisboa se tem realizado. (...) Depois de examinados o ultimo quadro e a ultima estatueta, vimos que ainda nenhum dos nossos artistas foi inspirar-se no *sport* para produzir uma obra d’arte... O *sport* não interessou ainda em Portugal todas as camadas sociais, e é tido por muitos ainda como uma mania inofensiva. (...) Se os nossos artistas assistissem aos jogos olympicos, encontrariam com abundancia assumptos dignos de ser tratados amorosamente pelo pincel ou pelo cinzel.”⁴⁴⁰

Apesar dos artistas portugueses ainda não terem representado na arte a prática desportiva a verdade é que o desporto tinha começado a desenvolver-se ocupando cada vez mais espaço nos hábitos dos portugueses; começava, assim, a criar-se, também, gradualmente, à medida que a sua prática se generalizava, um público e adeptos que encontravam na assistência a provas desportivas uma forma de ocupar os seus tempos livres: “os domingos, dias muito naturalmente reservados para as grandes reuniões de *sport* e educação physica, são actualmente animadissimos. Assim, depois de amanhã, o

⁴³⁹ “Sport. Pequenos clubs”, in *A Capital*, 26/04/1913, p. 3.

⁴⁴⁰ “Sport. A arte e o sport”, in *A Capital*, 22/05/1913, p. 3.

football, a equitação, a patinagem, o cyclismo, o remo, etc., reúnem dezenas de cultores que se entregam com entusiasmo aos seus exercícios favoritos. Além dos desafios de *football* oficiais e extra-oficiais, há corridas cyclistas, saídas de passeio a cavallo e em embarcações de recreio, reuniões de patinagem, etc, etc.”⁴⁴¹ Ao longo da I República gradualmente o desporto foi ocupando, cada vez mais, espaço em camadas cada vez mais abrangentes da população portuguesa.

⁴⁴¹ "Noticias. Entre nós. Educação Physica", in *A Capital*, 30/01/1914, p. 2.

4.2. Comité Olímpico Portuguez. De Estocolmo 1912 a... Berlim 1916?

“Se a Olympiada de Stockolmo foi, tanto em organização como em concorrência de atletas, superior às anteriores, a que vae effectuar-se em Berlim, em 1916, deve suplantar os Jogos Olympicos que os suecos tão conscienciosamente organizaram. (...).

O novo stadium comportará 30:000 espectadores e será inaugurado no dia 8 de junho próximo, com a assistência do imperador, do barão Pierre de Coubertin e dos restantes membros do Comité Olympico Internacional.

(“Sport. A Olympiada de Berlin”, in *A Capital*, 23/04/1913, p. 3.)

Devido à ausência de fontes primárias de natureza arquivística relativamente aos primeiros anos de atividade do Comité Olímpico Português, a reconstrução do seu percurso durante estes anos iniciais pode, apenas, ser acompanhada cruzando a análise das poucas fontes documentais, depositadas no arquivo do COI, em Lausanne, da imprensa da época e de algumas publicações que ao longo do tempo vão abordando, ainda que superficialmente esta temática.

Antes de mais, verifica-se que apesar do jornal *A Capital*, periódico a que estava ligado José Pontes ter publicações diárias sobre as diversas provas e iniciativas desportivas que iam ocorrendo, não deixa de ser sintomático a ausência de qualquer publicação relativamente à constituição, em 1912, do COP. Esta, como já foi referida, foi publicitada pelo jornal desportivo: *Os Sports Illustrados*⁴⁴². *A Capital* acabou, no entanto, por acompanhar a realização dos Jogos Olímpicos Nacionais, publicando entrevistas, nomeadamente a Mauperrin Santos, sobre que expectativas se poderiam ter sobre a participação portuguesa em Estocolmo, noticiou a participação portuguesa nos Jogos, destacando a viagem, as competições e por fim, a morte de Francisco Lázaro. Depois verificou-se um hiato de informações ou referências ao COP para, a 23 de abril de 1913, *A Capital* relançar nas suas páginas a temática olímpica, primeiro com a referência à

⁴⁴² Cf. “Forma-se o Comité Olimpico Portuguez”, in *Os Sports Illustrado*, Terceiro Ano, n.º 99, Número Avulso, 04/05/1912, pp. 1-2.

edição dos Jogos Olímpicos de Berlin, em 1916⁴⁴³ para, no dia seguinte, começar a acompanhar a organização dos Jogos Olímpicos Nacionais de 1913.

Foram várias as notícias publicadas que nos permitem saber que a 24 de abril, os JON, quando ainda faltavam as inscrições para as provas de esgrima, *law-tennis* e hipismo, já existiam 20 clubes que iriam participar, as provas de atletismo contavam com a participação de 105 atletas, em representação de nove clubes, sendo dois deles de Coimbra.⁴⁴⁴ E na famosa prova da maratona estavam já inscritos 28 atletas em representação de seis clubes.⁴⁴⁵

Recorde-se que a organização desta competição continuava a ser reservada à SPEFN⁴⁴⁶. Assim, cumprindo-se o respetivo regulamento, foram produzidas braçadeiras para os fiscais de linha e júris de pista.⁴⁴⁷ De acordo com as notícias publicadas houve mesmo uma melhoria da parte organizativa e técnica, no entanto, o público não aderiu de forma expressiva à iniciativa, como se poderá depreender da notícia publicada no dia seguinte ao início dos Jogos: “Faltaríamos á verdade se affirmassemos que o certame que hontem se iniciou constitui um sucesso. As tribunas do hippodromo estavam vazias, e não andaremos muito longe da exata verdade se calcularmos em 40 o numero dos espectadores das provas. Estas, na sua parte técnica, nada deixaram a desejar, estando as pistas bem marcadas, e decorrendo tudo com regularidade, sem a fastidiosa lentidão do costume.”⁴⁴⁸ Nas páginas da imprensa acabaram por ser publicadas, ainda, outras notícias, informando os leitores do progresso das diversas provas e os seus resultados. Mas nem tudo correu como desejável, uma segunda prova da maratona teve de ser organizada, visto que na primeira, os resultados acabaram por ser anulados, depois do júri se ter apercebido que os participantes se tinham enganado no percurso, na verdade, também a prova de ciclismo de 100 km, acabaria por ser igualmente cancelada, devido à impossibilidade de cumprimento do respetivo regulamento.⁴⁴⁹

⁴⁴³ “Sport. A Olympiada de Berlin”, in *A Capital*, 23/04/1913, p. 3.

⁴⁴⁴ Cf. “Sport. Os sports athleticos de domingo”, in *A Capital*, 24/04/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionais”, in *A Capital* 26/04/1913, p. 3.

⁴⁴⁵ Cf. “Sport. Jogos Olympicos Nacionais. A corrida de Marathona”, in *A Capital* 30/04/1913, p. 3.

⁴⁴⁶ Cf. “Sport. Jogos Olympicos Nacionais”, in *A Capital*, 27/04/1913, p. 3; “Sport. O regulamento de esgrima”, in *A Capital* 29/04/1913, p. 3.

⁴⁴⁷ Cf. “Sport. O conspirador”, in *A Capital*, 29/04/1913, p. 3.

⁴⁴⁸ “Sport. Porquê?”, in *A Capital*, 1/05/1913, p. 3.

⁴⁴⁹ Cf. “Sport. Jogos Olympicos”, in *A Capital*, 5/05/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionais”, in *A Capital*, 6/05/1913, p. 3; “Sport. Resultados dos Jogos Olympicos Nacionais de 1913”, in *A Capital*, 7/05/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionais.”, in *A Capital*, 10/05/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionais”, in *A Capital*, 12/05/1913, p. 3; “Sport. Corridas de Marathona.”, in *A Capital*, 17/05/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionais. O regulamento de esgrima”, in *A Capital*, 20/05/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionais”, in *A Capital* 31/05/1913, p. 3; “Sport. Jogos

Apesar destes imprevistos, a imprensa, mantinha-se otimista quanto à realização de futuras edições dos JON: “estamos certos que no próximo anno atingiremos finalmente o grau de perfeição por que almejamos há trez anos e que poderíamos ter já alcançado com relativa facilidade.”⁴⁵⁰

Foi praticamente no final da 4.^a edição dos Jogos Olímpicos Nacionais, em 1913, que começaram novamente a surgir noticiais sobre o papel que o COP deveria desempenhar na organização desportiva portuguesa. A este respeito, a edição de 13 de maio de *A Capital*, que começou por referir o papel importantíssimo que o COP teve na estreia dos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos, apenas dois meses após a sua constituição assinalou, de seguida, o desconforto causado por não ter sido o COP a organizar os JON ou por a sua atividade ter ficado bastante aquém daquilo que era esperado de um comité olímpico nacional: “Grande parte do publico ignora, certamente, qual o fim exacto para que foram creados os comités nos diferentes paizes. A escolha de mais d’uma dúzia de homens competentes, feita por todos os clubs de Lisboa por aclamação, não se fez apenas para que, de quatro em quatro annos, esses homens designassem meia dúzia de athletas portuguezes como dignos de figurarem nas olympiadas. Para isso bastaria escolher os concorrentes mais classificados nos jogos nacionais. O Comité tem de fomentar todo o trabalho que se prende com o olympismo em Portugal. O Comité tem de ter ação directa e orientadora na organização dos jogos nacionais e na faetura dos regulamentos; tem de ser a entidade suprema em tudo que aos Jogos Olympicos diga respeito. Affastando-se da organização dos certamens olympicos, como sucedeu este anno, o comité deixa de cumprir a sua missão, permitindo que legislem sobre o olympismo entidades que para tal não teem os irrecusáveis direitos que assistem ao Comité Olympico Portuguez.”⁴⁵¹ Nas páginas da imprensa surgia deste modo uma critica relativamente ao papel e às funções desempenhadas pelo COP, que se começava a entender de forma cada vez mais visível, não deverem ficar circunscritas à mera organização das Missões olímpicas.

A discussão em torno do papel do COP no panorama desportivo português fazia-se em “espaço público” através da imprensa que ia lançando alguns temas como é o caso do artigo publicado, a 26 de maio, sobre os Jogos Olímpicos de Berlim de 1916. A notícia,

Olympicos Nacionaes”, in *A Capital*, 1/06/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionaes”, in *A Capital*, 2/06/1913, p. 3; “Sport. os “pesos e alteres” dos Jogos Olympicos”, in *A Capital*, 16/06/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olympicos Nacionaes”, in *A Capital*, 19/06/1913, p. 3.

⁴⁵⁰ “Sport. Como devem ser os Jogos Olympicos”, in *A Capital*, 4/05/1913, p. 3.

⁴⁵¹ “Sport. O comité olympico portuguez”, in *A Capital*, 13/05/1913, p. 3.

começou por referir o trabalho colossal que os alemães estavam a realizar, a três anos da organização dos Jogos, bem como, as atividades que estavam a ser desenvolvido noutros países tendo em vista a preparação dos seus atletas, e em que se questionava o que estava a ser feito no nosso país: “Em Portugal, não sabemos o que poderá vir a fazer o Comité Olympico Portuguez. É preciso não esquecermos que a ida d’uma equipe a Stockolmo representou um *tour de force*, de que resultaram pezados encargos para o Comité, que se acha endividado. Do Estado não se pode esperar o menor auxilio, pois, os nossos políticos não se preocupam com coisas mínimas, como estas que prendem a atenção de todos os parlamentos do mundo... excepto do nosso.”⁴⁵²

O jornal deu continuidade à difusão das questões olímpicas, prestando um enorme contributo a esta causa. A este propósito e já se conhecendo a falta de apoios por parte do Estado à organização olímpica, o jornal lembrou que “só o Comité Olympico pode fazer a inscrição de concorrentes portugueses nas Olympiadas...”⁴⁵³ sendo por isso necessário apoiar o seu trabalho. “Faltam apenas três anos para a próxima olympiada e é natural que os portugueses, com o desleixo que os caracteriza, só pensem na necessidade de trabalhar no sentido de a ella concorrerem cinco ou seis mezes antes. Será tarde então, e nada se fará. O que é preciso é começar desde já a trabalhar com orientação para esse fim, que deve interessar sumamente as *collectividades sportivas*.”⁴⁵⁴ Com esse propósito, o jornal deu o seu contributo e lançou um possível “modelo de financiamento” para o COP poder ter capacidade financeira para levar novamente uma equipa aos Jogos Olímpicos: “em todas as festas de *sport* promovidas pelos *clubs* de Lisboa, em todos os *matches* de *football* com entradas pagas, seria cobrada uma percentagem de 5 a 10% sobre a receita liquida, a qual seria entregue ao Comité Olympico. Se todos os *clubs* voluntariamente aceitassem esta contribuição, e se se pusessem em pratica alguns alvitres que nos teem sido apresentados, a ida d’uma forte equipe de atletas portugueses a Berlim, em 1916, seria um facto.”⁴⁵⁵ Apesar da inovação da ideia apresentada, não se encontrou mais informações a este respeito, pelo que a ideia avançada nas páginas da imprensa não deverá ter passado do papel.

Tinha já decorrido um ano após a realização dos Jogos de Estocolmo e faltavam cerca de três para a edição de Berlim 1916 e, praticamente nenhuns preparativos tinham

⁴⁵² “Sport. A Olympiada de Berlim”, in *A Capital*, 26/05/1913, p. 3.

⁴⁵³ “Sport. Os clubs e o Comité Olympico”, in *A Capital*, 27/05/1913, p. 3.

⁴⁵⁴ “Sport. Os clubs e o Comité Olympico”, in *A Capital*, 27/05/1913, p. 3.

⁴⁵⁵ “Sport. Os clubs e o Comité Olympico”, in *A Capital*, 27/05/1913, p. 3.

sido desenvolvidos com vista à próxima participação olímpica: “E em Portugal o que se faz? Pouco, muito pouco, deixando-se para mais tarde o que se devia começar a fazer agora. A triste verdade d’este mau symptoma conhece-se pela monotonia com que estão decorrendo os Jogos Olympicos Nacionaes. Ora é preciso uma orientação nova e para tal se conseguir, reptamos o mais intenso a persistente trabalho o Comité Olympico.”⁴⁵⁶

Procurando dar resposta a muitas destas interrogações foram sendo publicadas várias notícias intituladas: “E o ‘comité’ olympico o que faz”⁴⁵⁷ em que se deixava em aberto qual o papel a desempenhar pelo COP após os Jogos de Estocolmo: “O Comité fez até agora o mais que podia fazer, inclusive o ter enviado á Suecia uma equipe nacional. A sua missão para a 5.^a Olympiada só deve ser tomada como concluída com a trasladação do corpo de Francisco Lázaro, realizada no ultimo domingo. É cedo, pois, para essa critica maliciosa. O que vae fazer? Naturalmente reorganizar-se, porque tem cargos vagos, e depois trabalhar como lhe compete e só a elle compete para as futuras Olympiadas Internacionais.”⁴⁵⁸

Se a propósito dos órgãos diretivos do COP, a imprensa começou por relatar a existência de cargos por ocupar, devido à saída de alguns elementos, mais tarde, a 10 de novembro de 1913, noticiou que tinham pedido: “a sua demissão os seguintes membros do COP: Mauperrin Santos, Guilherme Pinto Basto, Carlos Bleck, José Manoel da Cunha Menezes, Pedro del Negro, Anibal Pinheiro e Pinto Miranda. O COP está hoje constituído apenas pelas seguintes pessoas: Fernando Correa, Daniel Queiroz, Manoel Egreja, Armando Machado, Duarte Rodrigues, Alvaro de Lacerda, dr. António Osorio, dr. José Pontes.”⁴⁵⁹ A este respeito também o jornal *O Sport Lisboa* divulgou que: “Como as pressões a não cessassem, no princípio de Novembro, abandonam o Comité o Dr. Mauperrin Santos, Charles Bleck, Guilherme Pinto Basto, D. José Manuel Menezes, Manuel Egreja e Pedro Del Negro” e uma semana depois, eram divulgadas também as demissões do dr. Pires Miranda e de Anibal Pinheiro.⁴⁶⁰

A *Capital* noticiou mais tarde que o Comité tinha solicitado à SPEFN a marcação de uma Assembleia para dar conta das ações que tinha realizado desde que a atual direção

⁴⁵⁶ “Sport. A Olympiada de Berlim. Todas as noções se preparam – E Portugal o que faz?”, in *A Capital*, 3/07/1913, p. 3.

⁴⁵⁷ “Sport. E o “comité” olympico o que faz”, in *A Capital* 1/08/1913, p. 3; “Sport. E o “comité” olympico o que faz”, in *A Capital* 4/08/1913, p. 3; “Sport. E o “comité” olympico o que faz”, in *A Capital* 8/08/1913, p. 3; “O que faz o Comité Olympico?” “Mas o que podem eles fazer?”, in *A Capital* 21/08/1913, p. 2.

⁴⁵⁸ “Sport. E o “comité” olympico o que faz”, in *A Capital*, 1/08/1913, p. 3.

⁴⁵⁹ “Sport. Noticias. Entre nós”, in *A Capital*, 10/11/1913, p. 2.

⁴⁶⁰ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 57-63.

tinha sido eleita.⁴⁶¹ A 2 de dezembro, foram publicados, de acordo com a nota enviada pela SPEFN⁴⁶², a lista dos diversos clubes, coletividades, uniões e jornais que poderiam constituir a Assembleia do COP, para três dias depois, ser publicado o convite dirigido pelo Comité: a todas as associações, à SPEFN, à imprensa desportiva e aos jornais nacionais com secções permanentes de desporto, para participarem na reunião a 12 de dezembro com o objetivo da “apresentação e discussão dos trabalhos effectuados pelo COP, dos seus estatutos e regulamentos, a tomar em face do estado actual do olympismo nacional e eleição dos cargos vagos.”⁴⁶³ O objetivo principal da reunião era também “(...) apresentar o projecto dos seus estatutos e regulamentos, e alvitrar o plano de trabalhos e empreender, não só para crear indivíduos em condições de poderem representar Portugal nos jogos olympicos internacionais, como ainda a maneira de desenvolver, propagar e impulsionar todos os ramos do atletismo pelo Paiz fóra...”⁴⁶⁴

Esta situação acabou, ainda, por ser agravada pela morte de Mauperrin Santos, a 15 de dezembro⁴⁶⁵, que apesar de já não ocupar a presidência do COP continuava a desempenhar funções de vice-presidente da SPEFN. Desaparecia uma das principais figuras que dedicou grande parte da sua vida à causa do desporto e do olimpismo, à organização dos Jogos Olímpicos Nacionais e um dos impulsionadores da estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos de 1912.

Estava a ser um mês de dezembro agitado, com um conjunto de acontecimentos que marcariam definitivamente o futuro do Movimento Olímpico em Portugal. A 17 de dezembro, novamente nas páginas da imprensa, noticiava-se que os novos membros do COP já teriam sido nomeados, elencando-se as suas principais tarefas:

1. Trabalhar tendo em vista a participação de atletas portugueses nos Jogos Olímpicos de Berlim 1916;
2. Estudar como deverão ser os futuros JON;
3. Fixar as regras que definem quem é amador e quem é considerado profissional;
4. Estudar que papel deverá ter o delegado português no Congresso Olímpico de 1914, e;

⁴⁶¹ “Sport. Jogos Olympicos. A assembleia de hoje”, in *A Capital*, 24/11/1913, p. 3.

⁴⁶² “Sport. Entre nós”, in *A Capital*, 2/12/1913, p. 3.

⁴⁶³ “Sport. Entre nós. Jogos Olympicos”, in *A Capital*, 5/12/1913, p. 3.

⁴⁶⁴ “Sport. Jogos Olympicos. A reunião de sexta-feira”, in *A Capital*, 10/12/1913, p. 3.

⁴⁶⁵ Cf. “Sport. Mauperrin Santos”, in *A Capital*, 15/12/1913, p. 3.

5. Fazer a divulgação dos Jogos Olímpicos.⁴⁶⁶

A tomada de posse dos novos membros do COP realizou-se perto do final do ano, sendo a composição da Comissão Executiva (CE) a seguinte: “a comissão executiva do COP ficou composta das seguintes pessoas: Professor Silvio Rebello, Presidente; Alvaro de Lacerda, Armando Machado, Daniel Queiroz, secretários e Fernando Correia, tesoureiro.”⁴⁶⁷ Nas páginas da imprensa dava-se, ainda, conta que Cesar de Mello se tinha feito representar pelo seu irmão o visconde de Montargil e Mario Duarte, também ausente de Lisboa, pelo Visconde de Reguengos. Francisco Xavier d’Almeida que também tinha sido nomeado, expôs os motivos que o levaram a não aceitar o cargo e o jornalista Duarte Rodrigues solicitou a sua demissão como membro do COP.

Carlos Paula Cardoso defende que na reunião de 12 de dezembro, presidida interinamente por Álvaro Lacerda, devido à saída de Mauperrin, foi apresentado, por Fernando Correia, Álvaro Lacerda e José Pontes, o trabalho desenvolvido pelo COP nestes primeiros anos de existência, desde a preparação para a participação nos Jogos Olímpicos de 1912 até àquela data. Nessa mesma reunião, ainda segundo Paula Cardoso, terão sido também eleitos nove novos elementos para o COP: conde de Fontalva, prof. Sílvio Rebelo, Mário Duarte, César de Melo, visconde de Reguengos, dr. José Atayde e Henrique Seixas, e ainda dr. Morais Manchengo e Xavier de Almeida como substitutos. Ainda de acordo com o mesmo autor, o COP voltou a reunir nos dias 18 e 30 de dezembro de 1913, quando a nova direção do COP terá tomado posse. Assim, de acordo com a nota oficiosa de 31 de dezembro de 1913 o COP deu a conhecer a sua nova direção: Conde de Fontalva, presidente; prof. Sílvio Rebelo e visconde de Reguengos, vice-presidentes; Álvaro Lacerda, Armando Machado e Daniel Oliveira Santos, secretários; Fernando Correia, tesoureiro; Manuel Egreja, D. António Lancastre, dr. Morais Manchego, dr. José de Atayde, Henrique Seixas, dr. José Pontes, Mário Duarte, dr. António Osório e César de Melo, vogais.⁴⁶⁸

A propósito desta nova constituição do COP, conclui-se que, ao contrário do que se verifica atualmente, em que o presidente da Comissão Executiva é o responsável máximo da instituição e por inerência também designado como presidente do COP, à data, existia uma direção, cujo presidente era o Conde de Fontalva e uma Comissão Executiva, onde também existia o cargo de presidente, lugar ocupado por Silvio Rebello.

⁴⁶⁶ Cf. “Sport. O Olympismo entre nós”, in *A Capital*, 17/12/1913, p. 3.

⁴⁶⁷ “Sport. Entre nós”, in *A Capital*, 30/12/1913, p. 3.

⁴⁶⁸ CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 60-63.

Estas alterações foram de imediato comunicadas ao Comité Olímpico Internacional que as divulgou no *Bulletin du Comité International Olympique*, de janeiro de 1914: “Le Comité Olympique portugais a été récemment éprouvé par la mort de son distingué, M. le Dr. Mauperrin Santos. Le Comte de Fontalva a été élu à la présidence à la suite de ce triste événement”⁴⁶⁹. Apesar de termos conhecimento que à data da morte de Mauperrin Santos, este, já não exercer as funções de presidente do COP, por ter solicitado a sua demissão, esta foi, a justificação apresentada e publicada no boletim do COI, para se verificar a eleição do Alfredo Ferreira dos Anjos, o conde de Fontalva,⁴⁷⁰ para presidente do COP.

Com o início de um novo ano, a imprensa voltou a publicar notícias sobre o COP informando que este iria reunir com urgência para analisar a carta enviada por Pierre de Coubertin⁴⁷¹. A *Capital* noticiava ter “o Comité Olympico Portuguez (...) a sanção oficial do seu reconhecimento feito pelo Comité Internacional”⁴⁷², neste sentido, uma das suas primeiras decisões deveria ser a escolha da representação portuguesa no Congresso do COI: “Reuniu no sabbado a Comissão Executiva sob a presidencia do sr. dr. Silvio Rebello, secretariado pelo sr. Alvaro de Lacerda, estando presentes todos os vogaes. Lido um officio do presidente do Comité Olympico Internacional, em que era notificado o *agrément* concedido aos novos membros do COP e á sua constituição, discutiu-se a attitude a tomar no Congresso de Paris, que terá lugar em junho próximo.”⁴⁷³ No mesmo artigo, assinado por José Pontes/Shamrock⁴⁷⁴ ficaram a conhecer-se, também, as expectativas que Pierre de Coubertin tinha relativamente ao trabalho a realizar por esta nova liderança do COP, bem como, os assuntos prioritários que a organização tinha definido para a sua ação: “O presidente do Comité Internacional permitiu-se a afirmação de que esperava que o Comité Portuguez, tal como é agora, trabalhasse como podia e como devia para contribuir poderosamente para a grande obra mundial e altruísta do

⁴⁶⁹ “Bulletin du Comité International Olympique”, in *Revue Olympique*, 2.^a Série, n.º 97, janeiro 1914, p. 15.

⁴⁷⁰ Alfredo Ferreira dos Anjos (1860-1927) também conhecido por Conde de Fontalva foi o segundo presidente do COP exercendo funções de 1913 a 1919. Foi também um dos pioneiros da Sociedade Hípica.

⁴⁷¹ “Sport. Nota do Dia. Reune com urgência o Comité Olympico”, in *A Capital*, 16/01/1914, p. 2.

⁴⁷² “Sport. uma questão para o Congresso de Paris”, in *A Capital*, 19/01/1914, p. 2.

⁴⁷³ “Sport. Já se trabalha para o Congresso de Paris?”, in *A Capital*, 20/01/1914, p. 2.

⁴⁷⁴ O pseudónimo utilizado por José Pontes é o símbolo oficial da Irlanda. Tal como na lenda, em que São Patrício terá usado o Trevo para explicar a doutrina da Trindade aos pagãos irlandeses, José Pontes propôs-se ao longo de diversos textos explicar a importância do desporto e da sua prática à sociedade portuguesa, utilizando um jornal generalista publicado em Lisboa para difundir a sua mensagem.

athletismo. E vae trabalhar-se? Talvez, e o Comité indica o inicio d'esses trabalhos, preparando-se para o Congresso de Paris (...).”⁴⁷⁵

Nesta resposta, endereçada a Pierre de Coubertin por Álvaro Lacerda, a 23 de janeiro, é mencionado o envio de uma tradução das questões a serem tratadas no Congresso de Paris, a todas as associações desportivas portuguesas e indicado que o COP se faria representar no Congresso por dois dos seus membros António Osório e Fernando Correia e possivelmente por um terceiro, o Visconde de Reguengos. Na mesma carta foi ainda comunicado ao barão de Coubertin que o COP iniciou uma campanha de promoção do Olimpismo, e que o Sporting Clube de Portugal iria inaugurar o seu Estádio onde existia uma pista de atletismo muito semelhante à dos Jogos de Estocolmo. O documento referia, ainda, ter sido criado um novo organismo em Portugal e que este, ficaria encarregue de organizar os Jogos Olímpicos Nacionais.⁴⁷⁶ Sobre esta última informação, conclui-se que, à data, o COP, se referia à constituição da Federação Portuguesa de *Sports*.

Coube, uma vez mais, à imprensa reforçar a importância dos Jogos Olímpicos e a necessidade de Portugal se fazer, novamente, representar. Com o intuito de informar, pedagogicamente, os seus leitores, começaram a publicar-se, ainda durante os últimos meses de 1913 vários artigos⁴⁷⁷ sobre o que eram os Jogos Olímpicos, a sua perspetiva histórica, a iniciativa de Pierre de Coubertin, diversas sínteses sobre as primeiras edições realizadas e um artigo mais alargado sobre a edição de Estocolmo. Foram, também, publicadas várias notícias sobre os preparativos para a edição dos Jogos de Berlim 1916, sublinhando-se o investimento que estava a ser realizado por vários países tendo em vista a sua participação. Em torno de Portugal pairava, uma vez mais, o silêncio, situação bastante reveladora da ausência de qualquer pensamento estruturado ou de um plano de actuação por parte do COP, sobretudo se tivermos presente o fracasso que tinha caracterizado a participação nacional em Estocolmo.

O jornal reforçou a necessidade de ambas as instituições continuarem a integrar o panorama desportivo português: “Tanto o Comité como a Sociedade devem existir porque ambos teem a sua missão importante a desempenhar, mas a Sociedade não deve entrar

⁴⁷⁵ “Sport. Já se trabalha para o Congresso de Paris?”, in *A Capital*, 20/01/1914, p. 2.

⁴⁷⁶ Cf. Centro de Estudos Olímpicos - Comité Olímpico Internacional, D-RM01-PORTU/002–Correspondence of the NOC of Portugal, D-RM01/231, Carta de Álvaro de Lacerda endereçada a Pierre de Coubertin a 23 de janeiro de 1914.

⁴⁷⁷ Cf. “Sport. Jogos Olimpicos. O que são os jogos olímpicos”, in *A Capital*, 4/10/1913, p. 3; “Sport. Jogos Olímpicos”, in *A Capital*, 6/10/1913, p. 2; “Sport. Noticias. No estrangeiro”, in *A Capital*, 15/11/1913, p. 3; “Sport. Noticias. No estrangeiro”, in *A Capital*, 22/11/1913, p. 3.

em atribuições que não lhe compete, tal como o Comité não pode tomar deliberações de mando sobre o atletismo nacional. O Comité, cuidando das relações internacionais e auxiliando com propaganda o *sport* nacional, assim tem feito e, como tal, não nos merece censura.”⁴⁷⁸ É por isso importante sublinhar que após a constituição do COP em 1912, a SPEFN continuou a existir, cabendo a cada um dos organismos o desempenho de funções distintas que deveriam ser de cooperação, tendo em vista o desenvolvimento e a promoção do desporto e do Olimpismo em Portugal.

⁴⁷⁸ "Sport. Nota do dia. Que impertinencia!... São coisas diferentes", in *A Capital*, 5/02/1914, p. 3.

4.3. Jogos Olímpicos Nacionais de 1914. Quem os organiza?

“Aqui e alli surgirá n’este ou n’aquelle ramo do athletismo um homem notável com estofo de campeão; é agarra-lo; nunca mais o perder de vista, dar-lhe conselhos, sugerir-lhe ideias, ensinar-lhe processos de melhorar a sua forma, e de espaço a espaço examina-lo para saber se faz ou não progresso (...). Este trabalho incumbe entre nós a duas entidades: ao Comité Nacional dos Jogos Olympicos e á Sociedade Promotora da Educação Physica nacional (...). Ao Comité cabe evidentemente o papel regulador, orientador, verdadeiramente olympico; à sociedade cabe o encargo de executar para o que terá de organizar, (...); é a Sociedade por assim dizer, o poder executivo, ao passo que o Comité é mais um poder legislativo (...).”

(“Sport. Jogos Olympicos Nacionaes”, in *A Capital*, 11/10/1913, p. 3)

Uma das temáticas que voltou a ser colocada em evidência relativamente à organização e desenvolvimento do Movimento Olímpico em Portugal foi a realização da 5.^a edição dos Jogos Olímpicos Nacionais.

Na verdade, tinham surgido algumas críticas relativamente ao facto de não ter sido o COP a organizar a 4.^a edição dos JON. Recorde-se que o COP foi criado a 30 de abril de 1912, quase em vésperas da realização dos Jogos Olímpicos de Estocolmo. Nas edições anteriores, realizadas em 1910, 1911 e 1912 não houve qualquer dúvida até porque a SPEFN era a única entidade existente com um perfil e abrangência para organizar a competição. Esta situação alterou-se por completo no ano de 1913, no entanto, os JON continuaram a ser a organizados pela SPEFN, o que poderá encontrar justificação no facto das atividades do COP estarem focadas na organização quer do funeral, quer da

transladação do corpo de Francisco Lázaro, situação que apenas ficou finalizada em 27 julho de 1913, como vimos.⁴⁷⁹

Face a este conjunto de críticas e dúvidas que foram surgindo foi a própria SPEFN que acabou por questionar os clubes e as associações sobre se deveria ser “a Sociedade Promotora ou é o Comité Olympico que devem organizar os Jogos Nacionais de Athletismo?”⁴⁸⁰ Sempre atenta, foi, uma vez mais, nas páginas da imprensa que se afirmou ser natural que as respostas recaíssem sobre a escolha da SPEFN, visto ser a entidade que os clubes e associações conheciam, por oposição ao trabalho desenvolvido pelo COP, no entanto, *A Capital* aproveitou o momento para defender que “deve a Sociedade continuar a organizar os Jogos, que por sua vez seriam fiscalizados e, podendo ser, orientados tecnicamente pelo Comité Olympico. Uma continuava promovendo, outro aproveitava-se para seleccionar os melhores. Uma trabalhava para terras portuguesas “promovendo a educação physica” nacional; outro dos nacionais escolhia os internacionais. Eis tudo e simples. É verdade que, em quase todos os paizes, os Comités Olympicos promovem certames, mas também é um facto que em vésperas de Olympismo, para agrupamentos e selecção de equipas.”⁴⁸¹

Preocupada com esta questão a redacção do jornal retomou o tema e, na semana seguinte, publicou: “A questão de saber quem deve organizar os próximos Jogos Olympicos Portuguezes vae tomando proporções d’um caso grave, suficiente para evitar a nossa ida aos Jogos de Berlim. Individualmete e collectivamente surgem opiniões desencontradas” e a este respeito a redacção reproduziu a opinião do barão Pierre de Coubertin, que era bastante claro nas suas afirmações: “Para fazer uma olympiada, a força e o dinheiro não bastam; é preciso perserverança, paciencia e tolerância. É preciso principalmente uma concepção alta e serena do duplo papel ao qual o “sport” pode e deve aspirar no seio das grandes democracias modernas (...).”⁴⁸²

Esta era, por isso, uma problemática transversal à preocupação de todos os atores envolvidos, que temos vindo a identificar e caracterizar ao longo desta tese, e que vinham ao longo dos últimos anos trabalhando em prol do desenvolvimento do Movimento Olímpico em Portugal: “Grande celeuma se faz entre nós em volta dos Jogos Olympicos, cuja organização uns entendem se deve cometer ao “Comité” Nacional, outros á

⁴⁷⁹ Cf. “Sport. A transladação de Francisco Lázaro”, in *A Capital*, 25/07/1913, p. 3.

⁴⁸⁰ “Sport. Uma consulta”, in *A Capital*, 1/09/1913, p. 3.

⁴⁸¹ “Sport. Uma consulta”, in *A Capital*, 1/09/1913, p. 3.

⁴⁸² “Sport. Um pouco de luz sobre um caso grave”, in *A Capital*, 9/09/1913, p. 3.

Sociedade Promotora de Educação Physica Portuguesa. Quer-nos parecer que, no caso de ser a Sociedade quem tome esse encargo, desnecessária se torna – ou quase – a existência do “Comité”.⁴⁸³

Não se sabe se foi com o propósito de debater o assunto da organização dos JON que, a 8 de novembro, se realizou, por iniciativa da SPEFN, uma Assembleia para a qual foram convidados vários clubes, associações desportivas e o próprio COP. A Assembleia, presidida por Mauperrim Santos, que por esses dias tinha apresentado a sua demissão do cargo de presidente do COP e por isso exercia apenas funções de vice-presidente da Sociedade, demorou cerca de 13 horas, não se conhecendo os assuntos discutidos.⁴⁸⁴ Apesar de não existirem elementos que permitam aferir o teor das temáticas abordadas no encontro, a verdade é que, dias mais tarde, a SPEFN informou os clubes não ter interesse em continuar a organizar os JON.⁴⁸⁵

O assunto voltou às páginas da imprensa nas edições de 24 e 25 de novembro A *Capital* transmitiu os seus leitores que na sequência da reunião realizada a 24 de novembro de 1913, por iniciativa da Associação Naval, onde estiveram presentes 17 agremiações desportivas, das 29 convidadas, surgiu uma moção para que a SPEFN continuasse a organizar os JON.⁴⁸⁶ Este era um assunto de extrema importância daí que o jornal tenha vindo, dias mais tarde, questionar a validade daquela votação, uma vez que não tinham estado presentes todos os clubes, nem o COP ter sido ouvido em relação a uma decisão eminentemente olímpica, pelo que foi o próprio jornal a propor a realização de uma nova reunião.⁴⁸⁷

A complexidade desta temática fez com que começassem a surgir rumores relativamente à existência de problemas entre o COP e a SPEFN, já que os elementos do COP que apresentaram a demissão, eram, alguns deles, diretores na SPEFN. O jornal esclareceu que “declarou o delegado d’este [COP] na assembleia da S.P. [SPEFN], os membros demissionários aprovaram, sempre, todos os trabalhos do Comité e só se demittiram quando estes, concluídos, iam ser remetidos á assembleia das associações.”⁴⁸⁸ Questionados porque se teriam demitido, o mesmo jornal informou que de acordo com as

⁴⁸³ “Sport. Da educação physica entre nós”, in *A Capital*, 1/10/1913, p. 3.

⁴⁸⁴ “Sport. Sociedade Promotora de Educação Physica Nacional”, in *A Capital*, 9/11/1913, p. 2.

⁴⁸⁵ Cf. “Sport. Noticias. Entre nós”, in *A Capital*, 19/11/1913, p. 2.

⁴⁸⁶ Cf. “Sport. Jogos Olympicos. A assembleia de hoje”, in *A Capital*, 24/11/1913, p. 3; “Sport. Entre nós – Jogos Olympicos. A Assembleia de hontem”, in *A Capital*, 25/11/1913, p. 3.

⁴⁸⁷ Cf. “Sport. Analysando”, in *A Capital* 27/11/1913, p.2; “Sport. Fazem-se ou não os Jogos Olympicos Nacionaes?”, in *A Capital*, 30/11/1913, p. 2.

⁴⁸⁸ “Sport. A questão olympica entre nós”, in *A Capital*, 9/12/1913, p. 3.

respetivas cartas, o motivo apresentado foi o que as “suas ocupações não permitiam o exercício do cargo.”⁴⁸⁹ Sobre estes possíveis desentendimentos, o jornal voltou a referir, na edição de 13 de dezembro que, tendo em consideração a proposta apresentada pelo COP para a organização dos JON, de forma mais racional e democrática, estava demonstrado que esses desentendimentos não existiam: “Agora já não há inimigos. Demo-nos todos as mãos e trabalhemos, cada um na sua esfera de acção, para o bem da causa do *sport* em Portugal, que é a causa de nós todos, que é a causa da Patria, a grande mãe comum e não pertença de meia dúzia de iluminados, ou de meia dúzia de mal-intencionados.”⁴⁹⁰

A organização dos JON, apresentou vários avanços e recuos. A 27 de janeiro de 1914 a imprensa noticiava que iam “reunir-se esses agrupamentos para nomear a Comissão Executiva dos Jogos Olympicos Nacionais de 1914.”⁴⁹¹ Dias depois era publicada uma nova notícia com a informação de que alguns clubes de Lisboa, que se opunham ao COP, iriam convocar todas as coletividades do país para se constituir uma federação e assim poderem organizar os campeonatos nacionais⁴⁹². O tom vago da notícia deixou entrever, contudo, que se tratava da organização dos JON. Sobre a constituição da comissão executiva para a organização destes Jogos, *A Capital*, informou a 6 de fevereiro que a mesma já tinha sido nomeada e que cada “secção dos *sports* que fazem parte do quadro “olympico” nomeou um delegado para essa comissão.”⁴⁹³

Não eram apenas rumores as notícias que foram surgindo da intenção de alguns clubes constituírem uma federação: “Não há dúvida que devia haver em Portugal uma Federação de *Sports*... Não podemos, porém, aplaudir incondicionalmente a formação federativa que se anuncia para ahi e cujo esboço de estatutos, ou melhor, cujos estatutos já foram aprovados pelos poucos representantes de *clubs* que tomaram essa iniciativa... Porque sabemos que esses inovadores não fizeram a federação com um intuito “largo, de harmonia, de concordia, para bem da causa comum e do *sport*”. Quiseram formar a federação como um protesto...”⁴⁹⁴ O assunto, que não parece ter sido pacífico, continuou a surgir, nas páginas do jornal, apontando-se que a Federação que se pretendia formar apesar de poder contar com alguns clubes, não iria conseguir reunir os mais importantes,

⁴⁸⁹ Cf. “Sport. A questão olympica entre nós”, in *A Capital*, 9/12/1913, p. 3.

⁴⁹⁰ “Sport. O desfazer de uma lenda”, in *A Capital*, 13/12/1913, p. 3.

⁴⁹¹ “Sport. Vae nomear-se a Comissão Executiva”, in *A Capital*, 27/01/1914, p. 3.

⁴⁹² Cf. “Sport. E se eles arranjam a federação?...”, in *A Capital*, 2/02/1914, p. 2.

⁴⁹³ “Sport. Está nomeada a comissão executiva”, in *A Capital*, 6/02/1914, p. 2.

⁴⁹⁴ “Sport. Começa mal a Federação”, in *A Capital*, 26/03/1914, p. 2.

já que dado o seu posicionamento relativamente ao Comité tinha surgido junto da imprensa lisbonense um movimento contrário à sua constituição. Concluía-se assim: “que a União Velocipedica Portuguesa não lhe admite a existência porque pode brigar com o seu regulamento estatual; que o Club Naval de Lisboa não a reconhece; que a Sociedade de Esgrima de Espada nem lhe quis ler o esboço dos estatutos; que no Sporting Club de Portugal, no Gymnasio Club Portuguez, no Sport Club Progreso a grande corrente afirma contra ella, que os jornalistas não a vêem “com bons olhos” porque os seus instaladores são os mesmo que foram pouco diplomatas para com eles e com os seus jornaes...”⁴⁹⁵

Acreditamos que é por existir esta oposição da recém-criada Federação Portuguesa de *Sports* (FPS) ao Comité Olímpico Português que, a 2 de abril de 1914, foi enviada uma carta dirigida por Álvaro Gaia, então presidente da FPS, a Pierre de Coubertin, em que este dirigente, informou o barão que o principal objetivo daquela entidade, que contava com o apoio de várias agremiações desportivas portuguesas entre as quais se encontrava a SPEFN, seria a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos. Em anexo foram enviados os Estatutos da FPS e solicitado o reconhecimento da Federação, bem como, informações sobre a forma como se poderiam estabelecer relações oficiais para no futuro poder ser a FPS a inscrever os atletas portugueses nos Jogos Olímpicos⁴⁹⁶. Apesar desta documentação ser referida numa publicação como fazendo parte do espólio do COI, em Lausanne, a pesquisa realizada junto deste acervo documental acabou por se revelar infrutífera quanto à sua localização. Esta ausência de resposta poderá ser explicada devido à eclosão da I Guerra Mundial, acontecimento que acabou por impedir a realização da edição dos Jogos Olímpicos de 1916.

Nas páginas da imprensa alertava-se para a importância de Portugal voltar a participar nos Jogos Olímpicos. É neste sentido que deve ser entendido um dos artigos assinados por Shamrock em que se elogiavam as capacidades dos atletas de outros países, aproveitando para apontar algumas críticas ao que estava a acontecer em Portugal: “Todos sabem que os americanos são invencíveis nos *sports athleticos*. Em todas as Olympiadas internacionais teem afirmado a sua incontestável superioridade, com grande desgosto dos ingleses, contra todos os ataques allemães, sul-africanos, suecos e francezes e com grande admiração dos outros povos.... E nós portuguezes, n’estas provas, o que fazemos? Pouco

⁴⁹⁵ “Nota do dia. E continua sempre a piorar”, in *A Capital*, 2/04/1914, p. 2.

⁴⁹⁶ Cf. PIRES, Gustavo 2016), op. cit., p. 78.

e não treinamos, quando é certo que n'ellas temos affirmado as melhores condições e vantagens...”⁴⁹⁷

Regressamos ao tema da organização dos Jogos Olímpicos Nacionais e ao dia 4 de abril de 1914, data em que *A Capital* informava que iriam ser publicados os regulamentos que as comissões técnicas dos JON tinham elaborado para, de acordo com a regulamentação internacional, e a par do que acontece noutros países, pudesse existir regras que permitissem que os Jogos decorressem de acordo com os parâmetros internacionais.⁴⁹⁸

A 5.ª edição dos JON, que já vinha a ser discutida há alguns meses, foi, também, tema de um artigo assinado por Shamrock. O jornalista clarificou quais deveriam ser as funções do Comité Olímpico e da Sociedade na organização dos Jogos Olímpicos Nacionais, sublinhando que a função do COP não deveria passar pela realização de provas desportivas: “(...) não é verdade que o Comité pensasse alguma vez em se encarregar directamente dos Jogos Nacionais. Não o pensou e não o podia fazer. Se o tentasse, contava pelo menos com o nosso protesto, pois que as funções do Comité não são de interferência directa na vida athletica nacional, que pertence aos clubs e federações existentes... A Sociedade tem o seu caminho traçado e muito a fazer. Todos os seus trabalhos se prendem com a vida nacional (...). O Comité tem outras funções e obrigatórias, resumidas a estabelecer as relações entre o olympismo nacional e o internacional, auxiliando a propaganda no Paiz para que seja, depois, proveitosa e brilhante a nossa representação além fronteiras. Como se vê, são coisas diferentes, apenas com um traço comum, que é o da propaganda.”⁴⁹⁹ Ainda com o objetivo de esclarecer os leitores, o jornalista informou, na edição de 7 de abril, que “nunca houve divergências entre o COP e a SPEFN. Garante-o quem escreve estas linhas e que pertence a uma e outra d'essas prestantes collectividades. O que houve foi divergência pessoal. Discordavam de processos de propaganda alguns dos dirigentes do Comité e da Sociedade. Eis tudo.”⁵⁰⁰ A este respeito, e no sentido de dissipar quaisquer dúvidas que pudessem ainda permanecer, foi então publicada uma carta da autoria de Fernando Correia, à data diretor tesoureiro do COP, em que este foi perentório ao afirmar que: “É redondamente falso que se tivessem suscitado divergências entre o Comité Olympico

⁴⁹⁷ “Sport. E os Americanos progridem...”, in *A Capital*, 1/04/1914, p. 3.

⁴⁹⁸ “Sport. Nota do dia. Os Jogos Olympicos Nacionaes”, in *A Capital*, 4/04/1914, p. 2.

⁴⁹⁹ “Sport. Nota do dia. Não argumentam com a verdade”, in *A Capital*, 7/04/1914, p. 3.

⁵⁰⁰ *Idem. Ibidem.*

Portuguez e a Sociedade Promotora de Educação Physica. Nunca houve entre as duas collectividades o mais pequeno attricto. O que houve foi divergências de opinião entre uns membros do Comité Olympico Portuguez, que defendiam os interesses d'este, como era seu dever, e outros que dentro do mesmo Comité, trahindo-o, defendiam os interesses da referida Sociedade, d'onde eram directores. D'aqui resultou a necessidade d'estes senhores, sahirem do Comité por a maioria não concordar com a sua forma de proceder.... É redondamente falso que o Comité Olympico Portuguez fosse nomeado para tratar exclusivamente da representação nacional na olympiada de Stockolmo. O COP foi creado com os fins idênticos aos de todos os Comités, que são muito mais vastos e perfeitamente demarcados no seu estatuto, aprovado por unanimidade em assembleia geral das collectividades desportivas.”⁵⁰¹ A carta do Tesoureiro do COP ajuda-nos a perceber que os dirigentes da instituição apesar de conscientes de que as suas funções deveriam ser mais abrangentes do que a organização da participação portuguesa nos Jogos Olímpicos, durante o período analisado neste trabalho, é fácil concluir que esta intenção não passou, todavia, de um plano meramente teórico.

É notório que o assunto era delicado e que havia a necessidade de o esclarecer. Aliás, refira-se, que até aos dias de hoje, as relações e a articulação entre o COP e a SPEFN têm sido um assunto pouco estudado, facto que fez com que muitos assumissem que o COP ao surgir pela vontade e ação de alguns dos elementos da SPEFN, tivesse levado à extinção da Sociedade, o que como já verificámos, não aconteceu. Pensamos assim, que esta situação, que tem vindo a ser amplamente trabalhada e esclarecida ao longo desta investigação, será, certamente, um dos principais contributos científicos inovadores desta tese para um melhor conhecimento da história do Movimento Olímpico em Portugal.

A imprensa continuou a acompanhar a relação entre as duas instituições, numa série de textos denominados “Comité e Sociedade” que nos ajudam também a perceber melhor estes dois organismos, os fins para que foram constituídas e quais as suas funções. Foi num primeiro texto, publicado a 10 de abril de 1914, que se apresentaram de forma detalhada as suas funções: “(...) O “Comité” tem por função o estabelecer as nossas relações com o atletismo internacional. Foi para esse fim constituído e, n'esse vastíssimo campo de acção, começou por conseguir os meios para enviar á Suecia uma equipa representativa. (...) Consequentemente, o “Comité” é um agrupamento que não exige

⁵⁰¹ “Sport. Nota do dia. O relatório da Associação Naval”, in *A Capital*, 8/04/1914, p. 3.

sacrifícios ao *sport* nacional; que não recorre a elle para, financeiramente o manter; que tem trabalhado com o máximo desinteresse; que faz a propaganda de Portugal para além-fronteiras; que, fazendo propaganda do nosso atletismo nacional, não deve nem quer ter a sua direcção, nem n'ella interfere. A Sociedade tem outras funções. Como o seu título indica, de “Promotora da Educação Phisica Nacional”, o seu campo de acção é vastíssimo, (...) trata das coisas nacionais de gymnastica, higiene physica, atletismo, educação physica, cultura physica e *sports* principalmente, como mandam os estatutos, no campo de investigação científica. Em resumo: o “Comité” trata do nosso *sport* com um caracter de “propaganda internacional”; a Sociedade trata do nosso *sport* com um caracter de “fomento nacional.”⁵⁰²

Se as diferenças entre as duas entidades parecem ficar esclarecidas no primeiro artigo publicado a este respeito, na edição do dia seguinte *A Capital* prosseguiu com a sua vontade de esclarecer e informar todos os leitores sobre a forma como tinham sido organizados os Jogos Olímpicos Nacionais, cuja primeira edição aconteceu em 1910: “Os primeiros Jogos Olímpicos Nacionaes foram organizados por uma grande comissão de *Clubs*, de representantes de jornaes e pela direcção da Sociedade. No segundo anno, já os programas diziam (...) eram organizados pela Sociedade com a grande comissão de clubes e jornaes. Os terceiros passaram-se identicamente. (...) Mas nos quartos Jogos, isto é, na segunda Olimpiada Nacional, o desassombro e a audácia revelaram-se dizendo que eram organizados pela Sociedade Promotora. Dos jornaes nada se dizia e dos clubs nem se falara... Ora tal não podia ser... (...) assim o julgavam os homens que tinham maioria no Comité Olimpico, que decidiu então tornar-se advogado da tal “boa doutrina”. (...) o Comité (...) quis deixar explicita n'esse documento a sua opinião, que os jogos nacionais deviam ser organizados pelos *clubs* e federações das especialidades desportivas já existentes, ou pelas federações a formar, nos *sports* que ainda não tivessem collectividades dirigentes (...).”⁵⁰³

O terceiro texto publicado fez um balanço das actividades desenvolvidas pelo COP após os Jogos Olímpicos de Estocolmo, alertando, uma vez mais, para a dificuldade em reconhecer quem deveria organizar a 5.^a edição dos JON: “(...) o Comité resolveu discutir o seu estatuto interno. (...) A maioria do Comité lembrava: que os futuros Jogos Olimpicos deviam pertencer aos *clubs* e federações, devendo a Sociedade Promotora apenas organizar as provas que não tivessem federação dirigente ou as que a respetiva federação

⁵⁰² “Sport. “Comité” e Sociedade”, in *A Capital*, 10/04/1914, p. 2.

⁵⁰³ “Sport. “Comité” e Sociedade”, in *A Capital*, 11/04/1914, p. 3.

se recusasse organizar. Três directores do Comité, simultaneamente directores da Sociedade, protestaram, alegando a primazia da iniciativa e dos direitos adquiridos. (...) A Sociedade era colocada em papel secundario, porque o primeiro papel era concedido, por direito e razão, aos *clubs* e federações existentes. Que fazer? Um truc simples, que consistia na demissão dos cargos do Comité de maneira que este não tivesse organizado quando se realizasse a assembleia e consequentemente em condições de não apresentar o perigoso estatuto. Falhou, porem o golpe. O Comité ficou com 9 membros dos seus 16, portanto em maioria. (...) A Sociedade resolveu não fazer os Jogos.”⁵⁰⁴

Enquanto em Portugal se ocupava o tempo em debates, discórdias e quem deveria ser a entidade responsável pela organização dos JON, nos outros países, as preocupações centravam-se na preparação dos atletas para a participação nos Jogos Olímpicos de 1916. É, de resto, neste sentido que se deve ler um alerta que já tinha sido lançado a 12 de abril de 1914: “Todos os paizes europeus e americanos estão trabalhando com entusiasmo na preparação dos seus atletas. É que se aproximam os Jogos de Berlim, em 1916... E nós?... Discutimos, convencidos de que ainda temos muito tempo, tanto para preparar os nossos atletas como para arranjar dinheiro para eles irem a Berlim.”⁵⁰⁵

A análise das diversas fontes que consultámos permite-nos concluir que a existência de consenso entre todos os intervenientes: COP, SPEFN e Clubes foi impossível de alcançar e as notícias sobre a organização dos JON voltaram a ocupar o espaço público. *A Capital* informou, a 15 de abril, que os JON, cujas datas seriam, entretanto, definidas pela Comissão Executiva dos Jogos, iriam acontecer no mês de junho, com a exceção do torneio de futebol que muito provavelmente aconteceria ainda em maio. Na mesma notícia ficamos também a saber que o regulamento-geral dos Jogos e os regulamentos para as provas da corrida de maratona, cross-country, tiro, futebol e atletismo apresentados pelas diversas comissões ao COP tinham merecido a sua aprovação.⁵⁰⁶ Mais tarde, a 11 de junho, o mesmo jornal anunciou que a 5.^a edição dos JON teria início no domingo, dia 21 de junho, com a realização das provas de tiro de guerra⁵⁰⁷. Depois, a mesma publicação, informou que se iriam realizar nos “próximos domingos, os Jogos Olimpicos Nacionais, organisados em Portugal pela quinta vez e

⁵⁰⁴ “Sport. “Comité” e Sociedade”, in *A Capital*, 12/04/1914, p. 3.

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem*.

⁵⁰⁶ Cf. “Sport. Entre nós. Jogos Olympicos Nacionaes”, in *A Capital*, 15/04/1914, p. 3. Da mesma forma sabe-se que o regulamento das provas de esgrima foi apresentado e sancionado pelo COP, conforme a notícia: “Sport. Nota do dia. A esgrime nos Jogos Olimpicos”, in *A Capital*, 2/07/1914, p. 3.

⁵⁰⁷ Cf. “Sport. Nota do dia. Jogos Olimpicos Nacionaes”, in *A Capital*, 11/06/1914, p. 3.

agora com a responsabilidade técnica e organizadora da comissão dos *clubs* concorrentes. As inscrições têm sido numerosas... Os organizadores dos 5.^{os} Jogos Olímpicos Nacionais exigem apenas aos concorrentes que sejam amadores de atletismo, mas amadores da maneira que todo o mundo considera o *amateurisme*, sem aquela tremenda gafe, insustentável e peregrina, de considerar profissional de *sport* o jornalista e o instructor de ginástica....”⁵⁰⁸

A 21 de junho era divulgado que competiria à recém-criada Federação Portuguesa de Sports, a organização dos Jogos Sportivos Nacionais (JSN), na imprensa afirmava-se que as inscrições contavam já com um número elevado de concorrentes “nas provas de *sports* athleticos, *cross country*, marathona, velocipedia, *lawn-tennis*, remo, luta, pesos e halteres.”⁵⁰⁹ O Programa e Condições de Inscrição de 1914 e ao Regulamento Geral dos Jogos Sportivos Nacionais⁵¹⁰, mostram-nos, de resto, a importância e a própria abrangência que estes JSN pretendiam alcançar.

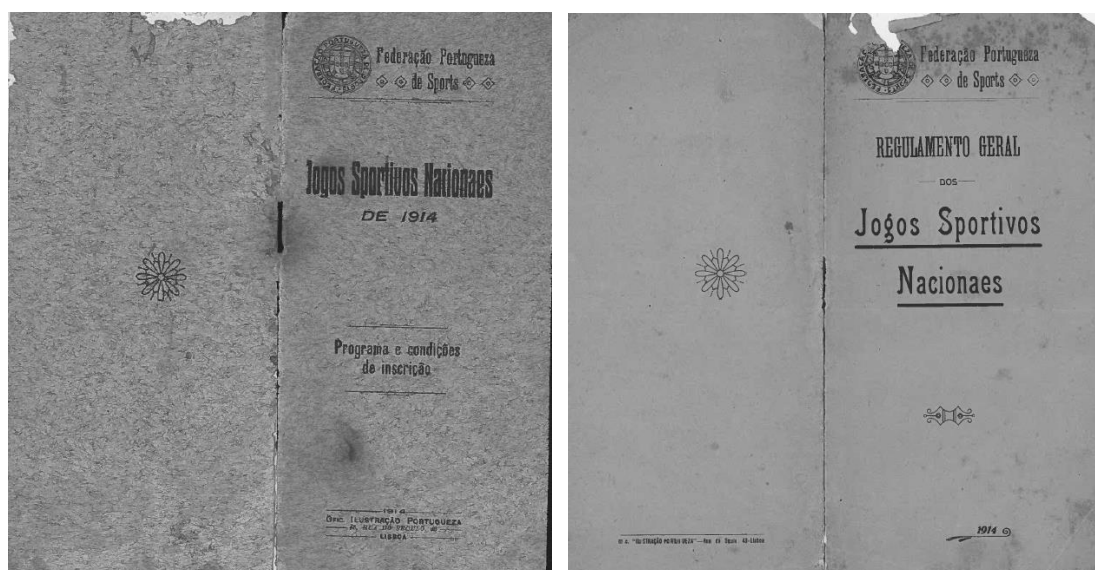


Imagem 20 e 21 - Jogos Sportivos Nacionais de 1914. Programa e Condições de Inscrição e Regulamento Geral dos Jogos Sportivos Nacionais (documentação MND-FPS*JOG-167 e MND-FPS*REG-166, Museu Nacional do Desporto - Coleção Reservados)

⁵⁰⁸ “Sport. Nota do dia. Os próximos jogos olímpicos”, in *A Capital*, 25/06/1914, p. 3.

⁵⁰⁹ “Sport. Jogos Sportivos Nacionais”, in *A Capital*, 21/06/1914, p. 3.

⁵¹⁰ Cf. Museu Nacional do Desporto, MND-FPS*JOG-167 - Coleção Reservados, 1914, “Jogos Sportivos Nacionais de 1914. Programa e condições de inscrição”, Ofic. Ilustração Portuguesa; Museu Nacional do Desporto, MND-FPS*REG-166 - Coleção Reservados, 1914, “Regulamento Geral dos Jogos Sportivos Nacionais”, *Ofic. Ilustração Portuguesa*.

A análise do *Programa e Condições de Inscrição de 1914*, permite, desde logo, perceber como surgiram estes JSN, ou pelo menos, a forma como a Federação Portuguesa de Sports encarou a existência e a organização desta iniciativa: “Os Jogos Sportivos Nacionais promovidos pela «Federação Portuguesa de Sports» são a sequencia dos passados Jogos Olimpicos Nacionais, em cuja organização a Sociedade Promotora de Educação Fisica empregou sempre o melhor da sua dedicação e competencia. A Sociedade cedeu á Federação, não só os seus regulamentos, (...) mas as taças que fazia disputar nos seus campeonatos, de fórmula a que, garantindo como garante a atual coletividade organizadora todas as condições de disputa e todos os direitos adquiridos pelas sociedades concorrentes para a posse definitiva d'elas, os Jogos não perdem assim a sua continuidade.”⁵¹¹

Relativamente ao *Regulamento Geral dos Jogos Sportivos Nacionais* destaca-se o facto de se prever que os JSN se deveriam organizar anualmente, ao longo de um mês, designado como “*Mez Sportivo*” e estarem reservados a atletas maiores de 18 anos, com estatuto de amador e obrigatoriamente inscritos nos clubes e associações filiadas na FPS. Estes Jogos tinham como objetivo incluir todas as modalidades e disciplinas que fizessem parte do programa dos Jogos Olímpicos, com a entrega aos vencedores de prémios sob a forma de: taças, medalhas e diplomas. O apoio médico estava também previsto com uma junta constituída por três médicos responsáveis por realizar a inspeção médica dos atletas e assegurar o serviço de ambulância em cada uma das provas. Também o serviço de imprensa estava previsto neste Regulamento aprovado no decorrer do 1.º Congresso da Federação, realizado a 18 de abril de 1914, com a entrega a cada jornal de um bilhete para poderem acompanhar cada uma das provas.⁵¹²

Assim, em 1914, realizaram-se praticamente em simultâneo a 5.ª edição dos Jogos Olímpicos Nacionais, planeados por uma comissão organizadora constituída por diversos elementos dos clubes e associações desportivas, com a chancela do COP, e os Jogos Sportivos Nacionais, estes organizados pela Federação Portuguesa de Sports auto-intitulada herdeira do legado da SPEFN relativamente à organização dos JON. Procurando esclarecer possíveis dúvidas relativamente ao teor das provas que estavam a acontecer, o jornal *A Capital* publicou a 26 de junho, um artigo visando esclarecer os

⁵¹¹ Museu Nacional do Desporto, MND-FPS*JOG-167 - Coleção Reservados, 1914, “Jogos Sportivos Nacionais de 1914. Programa e condições de inscrição”, *Ofic. Ilustração Portuguesa*, pp. 3-4.

⁵¹² Cf. Museu Nacional do Desporto, MND-FPS*REG-166 - Coleção Reservados, 1914, “Regulamento Geral dos Jogos Sportivos Nacionais”, *Ofic. Ilustração Portuguesa*, pp. 3-6.

leitores que provas desportivas estavam a acontecer, quem as organizava e quais as principais diferenças: “Ahi temos o resultado da trapalhada. Vão realizar-se, simultaneamente, os Jogos Olimpicos Nacionaes, que são provas annuaes, já clássicas no *sport*, (...) e os Jogos Sportivos, dados como de caracter nacional, mas que apenas se limitam aos associados de alguns clubs. Os Jogos Olimpicos apresentam a “novidade” da inscrição individual, ampla, sem etiqueta de club (...).”⁵¹³

Com as duas provas a acontecer em simultâneo, *A Capital* foi acompanhando e divulgando os resultados de ambas as competições.⁵¹⁴ As polémicas e o mal-estar que se vinham fazendo sentir entre o COP, a SPEFN e a FPS acabaram por culminar na organização de uma nova prova, provocando mais um momento de divisão entre a incipiente, mas já muito fragmentada estrutura desportiva nacional, uma vez que com as duas provas a decorrer em simultâneo, os atletas teriam de optar pela inscrição numa delas.

⁵¹³ “Sport. Nota do dia. Jogos Olimpicos e Jogos Sportivos”, in *A Capital*, 26/06/1914, p. 3.

⁵¹⁴ “Sport. No stadium do Lumiar começam hoje as provas dos jogos olímpicos nacionais”, in *A Capital*, 28/06/1914, p. 3; “Sport. Nota do dia. O tennis nos Jogos Sportivos Nacionaes” in *A Capital*, 2/07/1914, p. 3; “Sport. Nota do Dia. Jogos Olimpicos Nacionais”, in *A Capital*, 2/07/1914, p. 3; “Sport. Nota do Dia. Jogos Sportivos Nacionais”, in *A Capital*, 2/07/1914, p. 3; “Sport. Notícias. Entre nós. Jogos Sportivos Nacionaes”, in *A Capital*, 15/08/1914, p. 3.

4.4. A Grande Guerra: impactos no desporto e no Olimpismo

“Os homens do *sport* estão fornecendo bellos contingentes de soldados para a guerra. No exercito servio andam na lucta alguns dos mais celebres luctadores (...) No exercito russo os hercules são às centenas. (...) No exercito inglez incorporaram-se milhares de foot-ballers. (...) Na Belgica, os ciclistas teem feito prodígios e teem obtido victorias. (...) Na França o entusiasmo é delirante. (...) Os jogadores de *foot-ball*, os mais conhecidos, estão na guerra. Os *sportsmen* de Lisboa já aplaudiram muitos dos que entraram em fogo.”

(“A guerra e os homens de “sport”. Já entraram em fogo alguns dos campeões do mundo de lucta, do “foot-ball”, do pedestrianismo e do ciclismo”, in *A Capital*, 10/08/1914, p. 2.)

O objetivo de complementar a preparação dos atletas portugueses, que estariam em melhores condições para serem selecionados para uma participação olímpica internacional, concedendo-lhes melhores condições de treino, foi colocado em prática pela primeira vez, apenas em 1914. A iniciativa surgiu por intermédio de José Roquette, conhecido no meio desportivo por José Alvalade⁵¹⁵ que: “... desejando contribuir, quanto possível, para o aperfeiçoamento dos athletas portuguezes e no intuito de assegurar a ida de uma equipe representativa do nosso Paiz a Berlim, resolveu: Contractar um instructor estrangeiro (...) para dirigir os treinos de desportos athleticos; (...) Conceder uma importante redução de preços a todos os indivíduos recomendados pelo Comité Olimpico Portuguez; Que em todas as festas, (...) que se realizem com entradas pagas no *Stadium* de Lisboa, cinco por cento da receita liquida reverta a favor do cofre do “Comité”, para

⁵¹⁵ José Alfredo Holtreman Roquette (Cascais, 10/10/1885 – Lisboa, 19/10/1918), também conhecido por José Alvalade, foi, a 1 de julho de 1906, um dos sócios fundadores do Sporting Clube de Portugal. Foi o associado n.º 1 e Presidente entre 1910 e 1916. Foi jogador de futebol, críquete e ténis. Estudou medicina na Universidade de Harvard, curso que não concluiu por considerar que era muito sensível ao sangue e à morte. Morreu, prematuramente, aos 33 anos, vítima de pneumónica. Como homenagem à figura que foi no seio do clube, o Sporting Clube de Portugal atribuiu o seu nome ao Estádio, inaugurado a 10 de junho de 1956, sucedendo ao Estádio do Lumiar.

as despesas da viagem a Berlim (...); O sr. José Roquette (Alvalade) vem dar ao *sport* nacional uma feição pratica e ao mesmo tempo scientifica. Já anunciou que o seu *stadium* seria uma escola de avigoramento físico, no género da de Reins,...”⁵¹⁶

Paralelamente começava a ganhar forma a criação, também, de uma simbologia nova associada ao Movimento Olímpico. O Comité Olímpico Internacional tinha avançado, no decorrer da sua 12.^a Sessão, realizada no Luxemburgo, em 1910, a intenção de criar uma marca ou um símbolo que facilmente o identificasse. Contudo, a ideia não acolheu de imediato aprovação. A proposta apresentada em 1910 não foi aceite na Assembleia-geral e este assunto não integrou as agendas das Sessões de Budapeste e de Estocolmo realizadas respetivamente em 1911 e 1912, sendo novamente analisado na 15.^a Sessão de Lausanne, em 1913, novamente sem sucesso. Foi o próprio Pierre de Coubertin que apresentou o projeto de criação deste símbolo, personificado na bandeira olímpica: cinco anéis entrelaçados com as cores, da esquerda para a direita: azul, amarelo, preto, verde, vermelho, desenhados num fundo branco, com o objetivo de representarem a união dos cinco continentes e o encontro dos atletas de todo o mundo nos Jogos Olímpicos.⁵¹⁷

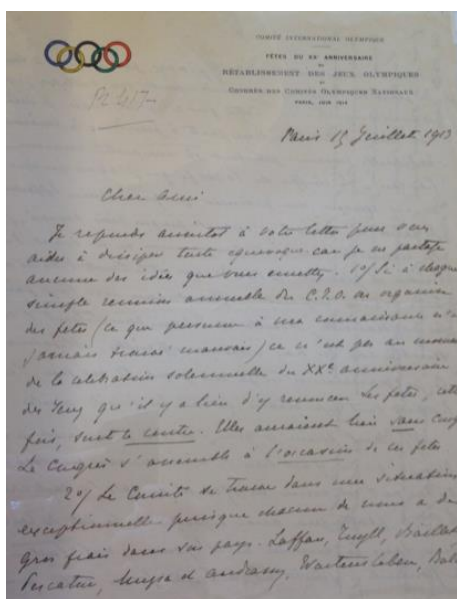


Imagem 22 – Ofício do COI com o símbolo olímpico, datado de 15 de julho de 1913 (COI)

O símbolo apareceu pela primeira vez desenhado numa carta datada de julho de 1913, tendo em 1914 sido adotado para a celebração do 20.^o aniversário do restabelecimento dos Jogos Olímpicos e da criação do Movimento Olímpico, por ocasião do VI Congresso Olímpico de 1914, realizado na Universidade da Sorbonne, em Paris, de 15 a 23 de junho.⁵¹⁸ Os anéis olímpicos representam, também, a ideia que o presidente do COI, Pierre de Coubertin, defendia de que os ideais do Olimpismo, da paz e do companheirismo promovidos através do desporto, estavam a prosperar, na Europa.⁵¹⁹

⁵¹⁶ “Sport. Nota do dia. O “Stadium” e o Olympismo portuguez”, in *A Capital*, 1/07/1914, p. 3.

⁵¹⁷ Cf. Library of Congress (1919) *Inter-allied Games*, Paris, Printed, Société anonyme de publications périodiques; Comité Olímpico de Portugal (2020a) “Glossário de Termos Olímpicos”, in Programa de Educação Olímpica do COP, p. 18, disponível em: http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Conteudos/COP_Anexos_Conteudos/zPHZqyluxUeFq7ntU3p17w/Glossário_de_Termos_Ol%C3%ADmpicos.pdf, acedido a 20/01/2021.

⁵¹⁸ COUBERTIN, Pierre de (1979) *Olympic Memoirs*, International Olympic Committee, Lausanne, p. 87.

⁵¹⁹ Cf. Library of Congress (1919), op. cit.

No entanto, na semana seguinte, a 28 de junho de 1914, o atentado de Sarajevo de que resultou a morte do herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Fernando, acabaria por desencadear a I Guerra Mundial. A este propósito Pierre de Coubertin escreveu anos mais tarde nas suas *Memórias Olímpicas*: “At that time, I did not feel that war was imminent or even enevitable.”⁵²⁰, um sentimento, de resto, comum, um pouco por toda a Europa. A Grande Guerra marcou uma ruptura na forma como identidade nacional, política de massas, desporto e cultura física se relacionavam. Os primeiros anos do século XX acabariam por assistir ao derrubar dos ideais da paz e da harmonia social, defendidos pelo Movimento Olímpico.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, Coubertin temeu que a sede do COI, localizada em Paris pudesse ser, contra a sua vontade, transferida para a capital do império alemão. Este receio estava relacionado com o facto dos estatutos do COI, datados de 1894, referirem que os seus arquivos deveriam acompanhar a cidade organizadora dos Jogos Olímpicos. Apesar desta situação nunca ter acontecido e os arquivos do COI permanecerem desde o primeiro dia em Paris, com a eclosão da guerra e o facto dos próximos Jogos Olímpicos se realizarem em Berlim, em 1916, fez com que Coubertin fosse rápido a agir, pelo que apressadamente procurou uma localização mais adequada.⁵²¹

Foram vários os motivos que levaram Pierre de Coubertin a escolher Lausanne, na Suíça. Para além daquele país ter optado pela neutralidade durante o conflito, Lausanne tinha sido a cidade que, em 1911, os vencedores do concurso de arquitetura do COI, os arquitetos Monod e Laverrière, escolheram para implementarem o seu projeto de cidade olímpica intitulado “Uma Olympia moderna”. Sabendo-se da paixão que Coubertin tinha por Olímpia e a ligação entre o olimpismo antigo e o moderno, juntando o facto de aquela cidade ser um local onde habitualmente passava as suas férias e onde já tinha vários amigos, a decisão foi tomada. Assim, a 10 de abril de 1915, foi assinado um acordo entre a Câmara Municipal de Lausanne e o Comité Olímpico Internacional, representado por Pierre de Coubertin e Godefroy de Blonay⁵²². Nessa ocasião Coubertin teve oportunidade de afirmar que: “O trabalho de equilíbrio e beleza que o Comité Olímpico Internacional realiza e dirige há 20 anos poderá continuar aqui com frutos. Na atmosfera independente

⁵²⁰ COUBERTIN, Pierre de (1979), op.cit., p. 91.

⁵²¹ Cf. Library of Congress (1919), op. cit.

⁵²² MORATH, Pierre (2012) *The Villa Mon-Repos and the Olympic Movement. A Century of Olympic Presence in Lausanne*, Olympic Solidarity and City of Lausanne, pp.13-15; CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia e HENRY, Ian P. (2012), op. cit., p. 107; KRUGER Arnd (1999) “The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch” in *The International Politics of Sport in the Twentieth Century*, Taylor & Francis, Londres e Nova Iorque, pp. 3-27.

e orgulhosa que aqui respiramos, o Olimpismo encontrará a garantia de liberdade de que necessita para seguir em frente.”⁵²³ Realidade acompanhada pela imprensa portuguesa em 1916, quando Coubertin renunciou à presidência do COI: “O barão Pierre de Coubertin, tendo aceitado uma incumbência militar, entendeu que devia renunciar, durante a guerra a exercer as funções de Presidente do Comité Olímpico Internacional. O barão Godefroy de Blonay, membro do mesmo comité, foi solicitado pelo sr. de Coubertin para exercer as funções de presidente interino. O Comité, cuja sede está em Lausanne será, pois, dirigido pelo seu representante suíço, que goza da maior confiança entre os seus colegas de todos os países.”⁵²⁴

A mansão *Mon Repos* para onde o Comité Olímpico Internacional e Pierre de Coubertin se mudou com a família foi, até ao dia 23 de junho de 2019⁵²⁵, a sede da Solidariedade Olímpica, uma estrutura administrativa pertencente ao Comité Olímpico Internacional, que tem como principal missão prestar apoio aos diversos Comitês Olímpicos Nacionais.



Imagem 23 - Mansão *Mon Repos* (MORATH, Pierre (2012) *The Villa Mon-Repos and the Olympic Movement. A Century of Olympic Presence in Lausanne, Olympic Solidarity and City of Lausanne*, p. 8)

⁵²³ Library of Congress (1919), op. cit.

⁵²⁴ “O barão Pierre de Coubertin deixa o Comité Olímpico Internacional”, in *A Capital*, 7/02/1916, p. 3.

⁵²⁵ Com a inauguração da nova sede do COI em Vidy, as estruturas do COI que ocupavam vários edifícios na cidade de Lausanne, foram centralizadas num único edifício – Olympic House –, onde agora trabalham os cerca de 500 funcionários.

Já com a sede do COI estabelecida em Lausanne, Pierre de Coubertin concretizou mais um dos seus sonhos ao criar, em 1915, um Instituto Olímpico para se encarregar do estudo de assuntos relacionados com o Movimento Olímpico. No entanto, este projeto teve uma curta duração e apenas viria a ser retomado em 1961, com a fundação da Academia Olímpica Internacional, em Olímpia, na Grécia.⁵²⁶

Conforme já foi referido, em janeiro de 1916, Pierre de Coubertin deixou interinamente o cargo de Presidente do COI, para poder, também ele dar o seu contributo ao esforço de Guerra, retomando apenas em 1918, às suas funções.

Apesar dos esforços do Kaiser Gillherme II para que fosse decretada a Trégua Olímpica⁵²⁷, tradição que foi importada dos Jogos da Antiguidade e que determinava a suspensão dos conflitos e guerras existentes para se poderem realizar os Jogos num ambiente de paz, a Trégua não foi determinada e a VI edição dos Jogos Olímpicos acabou por ser cancelada. Os Jogos Olímpicos de Berlim 1916 tinham sido extremamente bem preparados com o objetivo de, não só, superarem a edição anterior, realizada em Estocolmo, mas também para mostrarem ao mundo a capacidade organizativa dos alemães. Exemplo máximo foi a construção do Estádio Olímpico, com uma capacidade para albergar 30 000 espectadores, inaugurado três anos antes da data prevista para os Jogos e com a presença do imperador Guilherme II e de Pierre de Coubertin, acontecimento que também mereceu destaque na imprensa portuguesa.⁵²⁸ Seria também em 1916 que aconteceria a primeira edição dos Jogos Olímpicos de inverno, uma inovação do Olimpismo da era moderna. Estes Jogos, que estavam previstos para decorrer na Floresta Negra, na Alemanha, em fevereiro de 1916, acabaram também por não se realizar pelo mesmo motivo. Assim, na sequência da conjuntura de guerra foi preciso esperar mais alguns anos até à realização da primeira edição dos Jogos Olímpicos de inverno.⁵²⁹ A semana dos desportos de inverno realizada em 1924, na cidade francesa de Chamonix, foi posteriormente, aquando da realização da 24.^a Sessão do COI em Lisboa, de 3 a 8 de maio de 1926, considerada como a primeira edição dos Jogos Olímpicos de inverno.⁵³⁰

⁵²⁶ Cf. Library of Congress (1919), op. cit.

⁵²⁷ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (1996), op. cit., pp. 72-74.

⁵²⁸ Cf. “Sport. A Olympiada de Berlin”, in *A Capital*, 23/04/1913, p. 3.

⁵²⁹ Cf. KRUGER, Arnd (1999), op. cit., pp. 3-27.

⁵³⁰ Comité Olímpico de Portugal (2020b) “Sabias que...” (28/52), in *Programa de Educação Olímpica*, disponível em: http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Pages/Conteudo.aspx?ct=wEuUtG_sqUa54fEAwcwLew

Apesar de nos meses seguintes, várias cidades norte-americanas, nomeadamente Filadélfia, Cleveland e São Francisco e a cidade cubana de Havana, se terem apresentado como cidades candidatas e disponíveis para receber os Jogos Olímpicos de 1916, não houve resposta do COI a esses pedidos, figurando a edição de 1916 no calendário olímpico como tendo sido cancelada, devido à Primeira Guerra Mundial.⁵³¹

A Grande Guerra constituiu um momento de rutura na história do século XX. Para muitos historiadores, como Eric Hobsbawm⁵³² esta ficou conhecida como a primeira guerra de massas e a última entre exércitos, marcando, em seu entender o início do novo século. Com o início do conflito, milhões de homens foram forçados a deixar os seus países para pegarem em armas e combaterem em diferentes teatros de operações. Uma guerra que, ao envolver as grandes potências do mundo ocidental, se previa rápida, mas que, ao contrário do que todos antecipavam, se estendeu ao longo de quatro anos e três meses.

Foi uma guerra que rapidamente evoluiu para um conflito de trincheiras, em que as frentes de combate ficaram praticamente imóveis durante vários anos, neste sentido foi uma guerra, pelo menos na frente europeia, de pouco movimento. As rotinas dos exércitos eram bem definidas: no caso do exército francês, por exemplo, os soldados ficavam 15 dias na frente e sete a “descansar”, longe das trincheiras. Na retaguarda, para que os soldados não ficassem totalmente inativos, a prática de atividades desportivas passou a ser incentivada entre os militares. Camponeses, operários, arduos e barbeiros, alguns deles que nunca tinham visto ou praticado algum tipo de desporto foram também incentivados a experimentar. Estes momentos, muito mais que atividades desportivas com impacto em termos competitivos e na busca da excelência, pretendiam-se ações de diversão e de entretenimento, realizadas individualmente ou em grupo, de iniciativa particular ou organizadas por entidades militares, para satisfazer a necessidade imediata de evasão da realidade de guerra aos militares.

À semelhança do que aconteceu noutros países, todo o processo de organização e desenvolvimento do desporto que estava a acontecer em Portugal sofreu diretamente os impactos da Grande Guerra. Neste domínio as páginas de *A Capital*, logo a 11 de agosto, ainda Portugal não tinha enviado as primeiras tropas para combater em África, debruçaram-se sobre esse impacto: “A parte recreativa, a parte *sportiva* e os grandes

⁵³¹ Cf. Library of Congress (1919), op. cit.

⁵³² Cf. HOBBSAWM Eric (2002) *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença.

certames do atletismo soffreram bastante. Muitos torneios foram adiados, outros foram definitivamente anulados. O calendário dos *matches* internacionais alterou-se por completo. Deixou de se fazer, excepto na america, a “preparação olímpica”. Em Portugal também as coisas seguiram o destino que as circunstâncias impuzeram. (...) Devia inaugurar-se, no dia 23, o novo Velodromo do imponente *Stadium* de Lisboa no campo do visconde de Alvalade, no Lumiar. (...). Devia efectuar-se no dia 30 o campeonato ciclista de Portugal organizado pela União Velocipedica. (...) Devia promover-se uma festa em homenagem a Sallés no primeiro domingo de setembro. A festa já não se realiza...”⁵³³

Verificou-se em Portugal, um pouco do que acontecia por toda a Europa em guerra, logo em 1914 o incentivo à prática desportiva surgiu associado aos debates, transversais à sociedade, relativamente ao papel e posição que Portugal deveria tomar em relação ao conflito europeu, recorde-se que quando a guerra eclodiu na Europa, Portugal era um País composto por uma população rural, maioritariamente analfabeta (80%) e dividido internamente quanto ao envolvimento no conflito⁵³⁴.

O desporto, em geral, começou imediatamente a sentir alguns dos efeitos negativos do conflito. No futebol, apenas os campeonatos de Lisboa e do Porto não sofreram interrupções, registando-se ocasionalmente encontros nas outras regiões do país. A União Portuguesa de Futebol, fundada a 31 de março de 1914, solicitou a filiação na *Fédération International de Football Association* (FIFA). Esta foi aprovada, no dia 26 de agosto de 1914, mas, a título provisório, até se tornar efetiva já no pós-guerra.⁵³⁵ Na vela, outra modalidade em pleno desenvolvimento, é possível encontrar no relatório de atividades da Associação Naval de Lisboa, em 1915: “Do mal geral resultante da conflagração europeia muito se ressentiu o *sport* náutico no ano findo.” e no relatório do ano seguinte, de 1916: “Não obstante os esforços empregados para o desenvolvimento do *sport* náutico, não conseguiu o Conselho Executivo realizar regatas nem passeios como seria de desejar, mas o quase nulo interesse da maioria pelo desenvolvimento e prática do *sport* náutico, a diminuta frequência da sede, a falta de posto náutico e a (...) conflagração

⁵³³ “Sport. Nota do dia. Festas que se adiam”, in *A Capital*, 11/08/1914, p. 3

⁵³⁴ Sobre os debates iniciais relativamente ao envolvimento de Portugal na Grande Guerra veja-se: ROLLO, Maria Fernanda e PIRES, Ana Paula (2018) *A Grande Guerra no Parlamento*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República.

⁵³⁵ Cf. SERPA, Homero (2007), op. cit., p. 357. Note-se a este respeito que a União Portuguesa de Futebol muda a sua designação para Federação Portuguesa de Futebol, em 1926,

européia muito contribuíram para a pouca utilidade de que a nossa Associação se ressentiu”⁵³⁶.

Desde cedo se começou a chamar os desportistas para o esforço de guerra, não só no que dizia respeito à sua mobilização, mas também para o desempenho de novas funções e tarefas. Na barra do Tejo, por exemplo, começou a ser necessária a prestação de serviços de vigilância. Estes serviços foram assegurados pelos sócios do Clube Naval de Lisboa e da Associação Naval de Lisboa. Os habilitados com a carta de patrão foram equiparados a guardas-marinhas, enquanto os detentores de carta de timoneiro passaram a ser considerados como aspirantes de marinha. Os primeiros recebiam 35\$00 de pensão mensal e os segundos 26\$00⁵³⁷.

A imprensa desportiva nacional, com o argumento, de que a qualquer momento Portugal podia ser chamado a intervir no conflito, saiu em defesa da introdução da educação física e de algumas modalidades na preparação militar dos soldados, e na ocupação dos seus tempos de lazer. Defendia-se que um jovem bem preparado fisicamente seria um bom soldado e um melhor cidadão. A 15 de agosto de 1914 o jornal *O Sport de Lisboa*, noticiou o envolvimento dos atletas na guerra: “Os maiores vultos mundiais do *sport*, as figuras mais prestigiosas e conhecidas das lutas desportivas partiram para o teatro mais activo das lutas. *Foot-ballers* de renome, ciclistas de há dois dias, (...), esgrimistas, homens de hipismo, atletas e tantos outros para lá foram, com o seu fardamento cômico de terra, a sua arma a tiracolo, e o seu sorriso nos lábios. De cá de Portugal mesmo partiram alguns, que evocamos com saudade. E se todo o homem que combate leva para a luta o seu entusiasmo e a sua fé, este, o *sportman*, leva, além disso, a sua musculatura maleável e dócil, o seu físico robustecido e treinado, e a força disciplinada do seu *sport*, que não são factores de gratuito desprezo em ações de resistência e esforço corpóreo.”⁵³⁸

Os jornais portugueses foram acompanhando e dando a conhecer ao público as notícias relativas à evolução da conflagração, não sendo raro encontrarem-se nestas notícias as referências ao desporto e ao papel importante que os desportistas estavam a desempenhar nos campos de batalha: "O exemplo da guerra de hoje também é convincente. Os melhores soldados e os mais valorosos guerreiros são os homens de *sport*. Pedestrianistas, boxeers, atletas, lutadores, corredores, saltadores, aviadores,

⁵³⁶ AA. VV., (2007), op. cit., pp. 82-83.

⁵³⁷ Cf. *Idem*, *ibidem*.

⁵³⁸ Jornal *O Sport de Lisboa* de 15/08/1914.

motociclistas e ciclistas, todos têm honrado o seu nome e demonstrado a sua resistência muscular e física. São os soldados que o general French prefere, são os combatentes que o generalíssimo Joffre cita na ordem do dia."⁵³⁹ Estes homens do desporto foram sem dúvida uma mais valia para a realização de certas funções: “Os automobilistas teem feito verdadeiros prodígios. Como poucos, eles se arriscam, sobretudo os correios motociclistas. Os actos de temeridade realizados por eles são numerosíssimos. A pratica d’aquelle *sport* dá-lhes condições moraes que são de extraordinário valor. Os nossos próprios moto-ciclistas teem-se evidenciado muito em França”⁵⁴⁰. Todas estas notícias começavam a contribuir também para a valorização da educação física e da prática desportiva no interior do exército português.

Falava-se do desporto ao serviço da força de guerra e a vantagem que os desportistas traziam ao respetivo batalhão ou companhia: “O *sport* anda ao serviço da guerra e nela tem afirmado um valor excepcional. O exército do marechal French, cuja valentia tem merecido elogios de todo o mundo e uma opinião favorável dos alemães, bem diferentes da que antigamente formulavam - é composto quase de homens atletas dessa mocidade inglesa que se robusteceu nos campos de *foot-ball*, nos *rinks* e nos *rings*. O exército inglês é um exército de selecção *sportiva*. As estatísticas da sua formação acusam que tem mais de 61 mil rapazes que praticavam o *foot-ball* e outros *sports* atléticos.”⁵⁴¹ Passou-se assim a valorizar e a sublinhar a importância do desporto e da sua prática, na preparação dos soldados: “A guerra de agora veio demonstrar que o *sport* era a base primacial da preparação do soldado. Os rapazes que praticaram a corrida, a marcha e os jogos ao ar livre são, no dizer do generalíssimo Joffre, do marechal French, dos generais Foch, de Esperey, Langle, Sarraill e Manoury, os melhores soldados e foram os heróis da batalha do Marne.”⁵⁴²

É importante também sublinhar o papel da imprensa desportiva, e a forma como se foi colocando ao serviço do país através das subscrições nacionais, da recolha de fundos e de equipamentos desportivos para os prisioneiros de guerra, assim como na promoção e divulgação das festas e competições organizadas a favor dos mutilados

⁵³⁹ “Os exércitos e os exercícios do “sport”. Palavras de Jean Jaurés, quando o grande tribuno atacava a lei militar da França”, in *A Capital* de 1/10/1914, p. 3.

⁵⁴⁰ “O automobilismo e a guerra”, in *A Capital* de 02/08/1917, p. 3.

⁵⁴¹ “O Atletismo e a Guerra. Os rapazes de “sport” são excelentes combatentes”, in *A Capital*, 1/11/1914, p. 3.

⁵⁴² “Em volta da conflagração. Em campo da Honra. Os homens de “sport” na guerra”, in *A Capital* de 6/11/1914, p. 3.

portugueses⁵⁴³, deixando assim antever um papel, de cariz marcadamente humanitário e que se manterá até à actualidade. Destaca-se, neste domínio, a ação do jornal *O Sport de Lisboa* que iniciou. Destaca-se a ação do jornal *O Sport de Lisboa* ao iniciar uma subscrição nacional para enviar artigos desportivos aos prisioneiros portugueses na Alemanha, para que estes pudessem praticar algumas modalidades nos campos onde se encontravam. Paralelamente realizou-se uma subscrição para recolha de fundos para os prisioneiros de guerra⁵⁴⁴. Outra das formas encontradas para angariar verbas foi a organização de concursos de saltos pela Sociedade Hípica Portuguesa, competições que envolveram os regimentos de cavalaria n.º 4 e dois pelotões de lanceiros. A Cruz Vermelha acabou por condecorar a Sociedade Hípica com a Cruz de 1.ª classe, por outro lado, também as receitas da inauguração, no final de 1914, do velódromo de Lisboa, reverteram a favor das tropas mobilizadas para combater em Angola⁵⁴⁵. Em Lourenço Marques foi realizada uma festa desportiva cujas verbas angariadas reverteram a favor da Cruz Vermelha Portuguesa e Inglesa e da Comissão Feminina de Auxílio ao Soldado Português.

A Guerra não paralisou por completo o desporto e as práticas físicas em Portugal. Foi durante este período de conflito mundial que se organizou entre os dias 9 e 12 de junho de 1916, por iniciativa do Ginásio Clube Português (GCP) o Primeiro Congresso Nacional de Educação Física. O Congresso dividiu-se em três seções para abordar os temas da: (1) Educação Física e Higiene Escolar; (2) Educação Física Post-escolar e Preparação Militar; e (3) Cultura Física - sua aplicação. Inscreveram-se 242 pessoas, oriundas de diferentes zonas do país e com diversas ocupações profissionais. Estiveram representadas 103 entidades entre as quais academias, institutos, associações e clubes. Destaca-se ainda a presença de Bernardino Machado, à data presidente da República e Presidente Honorário do Congresso e do GCP, na sessão inaugural e de encerramento, bem como, na visita de estudo efetuada à Casa Pia de Lisboa.⁵⁴⁶ Durante os anos do conflito, conforme já mencionado na tabela 1, verificou-se ainda a criação de diversos clubes e associações desportivas. De norte a sul de Portugal e regiões autónomas surgiram, por exemplo, o Portimonense Sport Club, Sporting Club de Espinho, o Sport

⁵⁴³ Cf. PIRES, Ana Paula e NUNES, Rita (2021) “Portuguese humanitarian efforts during the First World War” in *The Global First World War. African, East Asian, Latin American and Iberian Mediators* (Ed.) Ana Paula Pires, Jan Schmidt e Maria Inés Tato, Londres/Nova Iorque, Routledge, pp. 206-227.

⁵⁴⁴ Jornal *O Sport de Lisboa* de 14/09/1918.

⁵⁴⁵ Cf. PIRES, Ana Paula e NUNES, Rita (2021), op. cit., pp. 206-227.

⁵⁴⁶ Cf. ALVAREZ, Garcia (2009). *Primeiro Congresso Nacional Educação Física 1916*, Ginásio Clube Português, Câmara Municipal de Lisboa. p. XIII; ALVAREZ, Garcia (2000), op. cit.

Algés e Dafundo e o Clube de Futebol “Os Belenenses”, todos eles ainda hoje em plena atividade e a disputar competições de nível nacional e internacional. Neste período surgiram também algumas federações, já referidas na imagem 2, nomeadamente em 1914, a Federação Portuguesa de Futebol, a Federação Portuguesa de Sports e a Federação Portuguesa de Boxe e em 1916 a Federação do Tiro Nacional Português, derivando da União dos Atiradores Cívicos, criada em 1898.

Foram, ainda, diversos os jogos e as competições que se continuaram a disputar em território nacional. Jogos de futebol, saraus de ginástica, provas de ciclismo, combates de boxe, provas de tração à corda (que chegou a ser modalidade olímpica entre 1900 e 1920), serviam para mobilizar novos praticantes desportivos e aumentar o gosto dos cidadãos nacionais pelo desporto e pelo espetáculo desportivo.



Imagem 24 – Capa do jornal Daily Mail de 31 de dezembro de 1914

Destaca-se ainda outro acontecimento marcante desta Guerra de 1914-1918. A 7 de dezembro de 1914, sensivelmente cinco meses após o início da guerra, o Papa Bento XV sugeriu uma trégua para se poder celebrar o Natal, no entanto, os países em conflito recusaram-se a criar qualquer cessar-fogo oficial. Esta decisão não impediu, no entanto, que os soldados nas trincheiras declarassem o seu próprio armistício temporário e não oficial: a Trégua de Natal. Assim, no amanhecer do Dia de Natal alguns soldados alemães saíram das suas trincheiras e, percorrendo a “terra de ninguém” aproximaram-se das linhas aliadas, gritando "Feliz Natal" nas línguas nativas de seus inimigos.⁵⁴⁷

Este acontecimento “correu mundo” e a própria imprensa nacional também lhe dedicou atenção e destaque: “Cenas extraordinárias se passaram entre as trincheiras. Sobre parte da nossa frente, os nossos soldados e os alemães saíram das respectivas trincheiras e misturaram-se, conversando ou diligenciando fazerem-se compreender, trocando cigarros, etc. Alguns dos nossos foram mesmo às trincheiras alemãs, sendo

⁵⁴⁷ Cf. “Christmas Truce of 1914”, in *History.com*, A&E Television Networks, disponível em: <https://www.history.com/topics/world-war-i/christmas-truce-of-1914>, acessado a: 30/01/2021.

cordialmente recebidos pelo inimigo!. O regimento jogou mesmo um desafio de futebol com os saxões, os quais venceram por três bolas a duas.”⁵⁴⁸

A mobilização e o alistamento como voluntários de desportistas e homens ligados ao desporto, aos contingentes dos diversos países foi muito significativa. Exemplo máximo deste voluntarismo foi a experiência de Pierre de Coubertin, que, como vimos, suspendeu o seu cargo de presidente do COI, para se voluntariar e integrar os contingentes franceses. À data com 52 anos, Coubertin foi diplomaticamente dispensado de ir para a frente de combate, ficando responsável por conduzir uma ambulância.⁵⁴⁹ Em Portugal, podemos destacar o comportamento semelhante que António Augusto da Silva Martins tomou quando se alistou como voluntário no Corpo Expedicionário Português para prestar serviços médicos na frente europeia. Este prestigiado atleta, campeão nacional em diversas modalidades e disciplinas e que se viria a tornar Atleta Olímpico nos Jogos de 1920 e 1924, era também um conceituado médico que tinha trabalhado com Egas Moniz, Prémio Nobel da Medicina, e que viria a integrar o batalhão de assalto do Regimento de Infantaria N.º 3, com a patente de tenente médico.

O reconhecimento e a divulgação das histórias de vários atletas que estiveram a combater na Primeira Guerra Mundial vem sendo feita paulatinamente. Em 2018, foi publicado um artigo pela *World Athletics* sobre o impacto que a Guerra teve no atletismo e nos atletas olímpicos, daquela modalidade. Assim o artigo destaca que: “at the 11th hour of the 11th day of the 11th month of 1918, some 40 Olympic track and field athletes were among millions killed during the war.” O artigo refere que muitos destes atletas olímpicos eram os melhores e os mais brilhantes da sua geração, representando países tão diversos como Grã-Bretanha, França, Canadá, Alemanha, Austrália, Hungria, Nova Zelândia, Sérvia e Irlanda, nos quais se incluíam vários medalhados e alguns campeões olímpicos.⁵⁵⁰

Também a Federação Francesa de Atletismo, por ocasião do centenário da Primeira Guerra Mundial, quis prestar uma homenagem aos seus atletas que estiveram em combate. O artigo para além de referenciar alguns atletas olímpicos que perderam a vida em combate, como: Jean Boulin (medalha de prata nos Jogos de Estocolmo 1912)

⁵⁴⁸ “Sport no Estrangeiro – Um desafio franco-alemão, disputado na frente de batalha”, in *O Sport Lisboa*, 30/01/1915, p. 2.

⁵⁴⁹ Cf. Library of Congress (1919), op. cit.

⁵⁵⁰ Cf. HOUSMAN, A. E. (2018) “Armistice Day: Remembering the Athletes who died in the First World War”, in *IAFF Website* a 10/11/2018, disponível em: <https://www.worldathletics.org/news/feature/armistice-day-remembrance-track-field-olympia>, acedido a 27/03/2020

ou Henri Tausin (medalha de prata nos Jogos de Paris 1900), exalta outros exemplos de superação, de atletas que depois da Grande Guerra se notabilizaram nas edições seguintes. A este respeito a autora destaca: Joseph Guillemot que ganhou o título olímpico na prova dos 5000m de atletismo nos Jogos de Antuérpia 1920 e Géo André, que participou em quatro edições dos Jogos Olímpicos entre 1908 e 1924.⁵⁵¹

Em Portugal, tem havido poucos autores, sendo escassas as publicações que incluem algumas páginas sobre as histórias e os desfechos de alguns dos atletas que participaram ativamente na I Guerra Mundial. António Simões, é uma dessas exceções ao referir na sua obra *Desporto com História nos 100 anos da República* pequenos textos sobre alguns dos atletas. Neles é possível ficar a saber da morte do motociclista Leopoldo Futscher que integrou o pelotão de ciclistas e motociclistas e do futebolista “craque” do Futebol Clube do Porto, Vidal Pinheiro, morto na batalha de La Lys. António Prestes Salgueiro também é referido não só por ser um atleta que se destacava em diversas modalidades, mas também porque viria a ser presidente do COP. Prestes Salgueiro que foi mobilizado para Moçambique, acabou por protagonizar um ato heróico: “após duelo do Niassa com um torpedeiro alemão, apercebendo-se de que um tenente seu ficara ferido num escalor atirou-se à água infestada de crocodilos do Rovuma, e, resgatou-o de lá, fustigado por tiros do outro lado que por sorte não lhe acertaram. Regressou a Lisboa (...)”⁵⁵². Outros dois exemplos são a incorporação do futebolista Floriano Pereira, também da equipa do Porto e Francisco Nobre Guedes, que integrou o CEP e acabou por regressar a Lisboa declarado incapaz por junta médica na sequência de um ferimento. Note-se que Nobre Guedes viria também ele, anos mais tarde, a desempenhar funções de presidente do COP.

Ao analisarmos a imprensa da época, verificamos que os jornais, nomeadamente o *Diário de Notícias* e *A Capital* também estavam interessados em saber e informar os seus leitores sobre quais os desportistas que tinham sido mobilizados para a guerra: “O nosso colega do Diário de Notícias teve a iniciativa de apurar quaes os *sportsmens* que se encontram na guerra. É uma ideia boa que todos os *clubs* deverão acolher com agrado enviando-lhe esclarecimentos, com nomes, edades, especializações desportivas, armas a que pertencem, etc. etc.”⁵⁵³ Apesar de não estarmos numa época em que o desporto

⁵⁵¹ NOSRATIAN, Sara (2018) “Centenaire 14-18: Les athlètes dans la Grande Guerre”, in *ATHLE.FR*, 6/11/2018, disponível em: <http://www.athle.fr/asp.net/main.news/news.aspx?newsid=15769>, acedido a 22/11/2020.

⁵⁵² SIMÕES, António (2012), op. cit. pp. 64, 65, 69, 99 e 126.

⁵⁵³ “Sport. Sportsmens portuguezes na guerra”, in *A Capital*, 04/01/1918, p. 2.

estivesse generalizado a todas as classes da sociedade portuguesa, na pesquisa efetuada, foi possível identificar nos contingentes, que partiram em direção a Angola e Moçambique, a inclusão de diversos desportistas dos quais se destacam, como já referido António Prestes Salgueiro⁵⁵⁴ que viria a ser, entre 1919 a 1923, presidente do Comité Olímpico e Júlio Ribeiro da Costa⁵⁵⁵, futebolista do Sport Lisboa e Benfica que, mais tarde, após o seu regresso a Portugal, irá desempenhar vários cargos dirigentes até se tornar presidente da direção do S. L. Benfica em 1938-1939 e presidente da Mesa da Assembleia-geral em 1939-1940.

Com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a 9 de março de 1916, o desporto nacional mobilizou-se a favor do esforço de guerra. A este propósito, em finais de março, o ministro da Guerra, Norton de Matos, por intermédio da Federação Portuguesa de Sports, solicitou que: “cada sociedade desportiva intensifique a sua ação, chamando um maior número de adeptos à causa que defende, ministrando-lhes, ao mesmo tempo, a instrução dos conhecimentos que a guerra de hoje veio indicar serem imprescindíveis ao homem, para a sua defesa e para a consecução do seu fim.”⁵⁵⁶ Nos contingentes do Corpo Expedicionário Português (CEP) que partiram de Lisboa com destino à Flandres, identificamos, com base na análise da imprensa e das fichas individuais dos militares disponibilizadas pelo AHM, vários atletas como o campeão de pesos e halteres Álvaro Costa, o já referido motociclista Leopoldo Futscher e os futebolistas: Herculano dos Santos, António Santos, Augusto Cabeça Ramos, Manuel Gomes Cal, José António Dias Forra, do Sport Lisboa e Benfica; Joaquim Vidal Pinheiro e Floriano Pereira, já mencionados anteriormente, Eurico Brites e Zulmiro Raimundo, do Futebol Clube do Porto e José das Neves Eugénio do Académico Futebol Clube entre, com certeza, muitos outros.

Destes contingentes importa destacar a mobilização de homens que, anos mais tarde, fruto da sua capacidade desportiva, viriam a participar em edições dos Jogos Olímpicos⁵⁵⁷. São os casos de: António Duarte Montez, praticante de esgrima, futebol,

⁵⁵⁴ António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro (1891-1950) foi Presidente do Comité Olímpico Português de 1919 a 1923. Foi oficial de marinha tendo feito parte na campanha de Moçambique em 1916, na esquadilha de embarcações do cruzador Adamastor. Foi Governador Civil de Lisboa de 23 de Fevereiro de 1919 a 25 de Março de 1920 e Deputado por Moçambique (1921).

⁵⁵⁵ Júlio Ribeiro da Costa (1894-1992) era futebolista do Liceu Pedro Nunes, transferiu-se para o Benfica, onde atuou em diversas equipas de futebol. Devido ao seu empenho e paixão pelo clube, ocupou vários cargos no clube, entre 1914 e 1962. Em 1938 foi eleito presidente, deixando o cargo de vice-presidente da AG (1935-38).

⁵⁵⁶ Jornal *O Sport de Lisboa* de 1/04/1916.

⁵⁵⁷ Cf. QUINA, Mário Gentil (Coordenação) (2008), op. cit.

pesos e halteres, luta greco-romana, jogo do pau e tiro que veio a participar nos Jogos Interaliados de 1919 e nos Jogos Olímpicos de Paris 1924, na prova de pistola de velocidade a 25 metros, onde se classificou no 30.º lugar; António Mascarenhas de Menezes, considerado um *sportsman* e um esgrimista vigoroso, bicampeão nacional de espada (esgrima) que para além de ter participado nos Jogos Interaliados de 1919, participou nas edições dos Jogos Olímpicos de 1920, 1924 e 1936, destacando-se, nas duas primeiras participações, a conquista de honrosos lugares nas provas de espada, por equipas, em esgrima; António Augusto Martins, um desportista exímio em diversas modalidades desportivas que viria a participar nos Jogos Interaliados de 1919, seguindo-se a participação nos Jogos Olímpicos de 1920 na modalidade de tiro, e nos Jogos Olímpicos de 1924, nas provas de tiro e atletismo; e, Jorge Paiva que participou nos Jogos Interaliados e nas edições dos Jogos Olímpicos de 1920, 1924 e 1928, onde se destaca a medalha de bronze conquistada na prova de espada de equipas (esgrima) em Amesterdão.

Para além destes desportistas de elite que se tornam mais tarde atletas olímpicos, é interessante verificar que quatro destes militares, que integraram diferentes contingentes na Primeira Guerra Mundial, irão ocupar o cargo de presidente no Comité Olímpico Português, delineando o seu rumo durante mais de 50 anos, entre 1919 e 1972. António Prestes Salgueiro foi o primeiro a exercer esse cargo no pós-guerra desempenhando funções entre 1919 e 1923. Seguiu-se José Pontes, personagem que tem sido amplamente referida ao longo deste trabalho de investigação pelas diversas intervenções e contributos à causa desportiva e olímpica. Após o armistício ganhou fama como chefe do serviço de Fisioterapia do Instituto de Santa Isabel e no Hospital de Mutilados de Arroios, sobretudo pelo modo como tratava as vítimas do conflito. Em 1923 regressou aos cargos de direção do COP para se tornar presidente até 1956. Foi sob a sua presidência que, em 1924, Portugal, conquistou, pela primeira vez, uma medalha olímpica, graças ao desempenho da equipa de cavaleiros que competiram no Prémio das Nações (equitação). Sucedeu-lhe no cargo de presidente Francisco Nobre Guedes que exerceu funções até 1968 para Alexandre Correia Leal, que tinha sido mobilizado em outubro de 1917 para a Flandres, para comandar uma unidade de artilharia pesada incorporada no exército francês. No pós-guerra destacou-se como dirigente desportivo ao desempenhar os cargos de presidente das federações de remo, tiro, atletismo, pentatlo moderno e do seu clube, o CIF. Em 1944 tornou-se o primeiro diretor do Estádio Nacional para em 1969 assumir as funções de presidente do Comité Olímpico Português, que exerceu até 1972.

Refira-se que não foi apenas a Guerra que impediu e abrandou o desenvolvimento que o desporto e o Movimento Olímpico estavam a ter em Portugal e no mundo. Tinha surgido outra ameaça, a propagação da gripe pneumónica que em Portugal causou milhares de mortes, mais do que a própria guerra. Várias provas calendarizadas acabaram por ser adiadas e, inevitavelmente, canceladas: “Por motivos de força maior a que não é estranha a actual epidemia que reina tanto em Lisboa como em Espanha, ficam adiados os grandes torneios de esgrima do Estoril (...)”⁵⁵⁸ A pneumónica tinha assim vindo agudizar os constrangimentos que a Guerra já vinha exercendo há quatro anos: “Por motivo da epidemia que está grassando em todo o país, o sr. Secretário de Estado da guerra determinou que fosse adiado, até ulterior resolução, o Concurso Nacional de Tiro que devia realizar-se na Carreira de Pedrouços no próximo mês de Novembro.”⁵⁵⁹ Coincidências à parte, à data em que esta tese está a ser escrita e por efeitos da Pandemia COVID-19, Portugal e o mundo estão a viver tempos muito semelhantes àqueles experienciados pelos atletas em 1918, com o uso obrigatório de máscaras de proteção, a morte de milhares de pessoas e o adiamento de muitas provas e competições desportivas, e em que o exemplo máximo que se pode referir foi o adiamento, pela primeira vez na história, dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, para 2021.

⁵⁵⁸ “O adiamento dos torneios de esgrima do Estoril”, in *A Capital*, 22/10/1918, p. 2.

⁵⁵⁹ “Concurso Nacional de Tiro”, in *A Capital*, 24/10/1918, p. 2.

5. A reestruturação do Movimento Olímpico

“O triumpho dos aliados é um facto. E melhor diríamos que é um facto a victoria de toda a humanidade. Com efeito, com a victoria dos aliados afirma-se o progresso político e social dos povos, dá-se um grande, um assombroso passo para a frente. A democratização de toda a Europa avançou formidavelmente. É aos aliados que se deve esta admirável conquista. Não o esquecerá a memoria comovida das gerações; não o esquecerá a História, que a este facto dedicará as suas paginas mais bellas e mais imorredouras. (...)”

(“A Derrota da Allemanha. Chegou, Finalmente, a Hora do Triumpho. O armistício foi assinado hoje, ás 5 horas, e começa a vigorar ás 11 horas”, in *A Capital*, 11/11/1918, p. 1)

5.1. A importância dos Jogos Interaliados de 1919

“... after the triumph of the cause for which they all were striving, as many of these men as possible should be brought together in order that they might know each other face to face and thus lay the foundations for those enduring friendships which can come only from personal contact and which, in this case, were of such fundamental importance to the future welfare of the world. In what manner could they be brought together which would be most revealing, most harmonizing, most natural? The answer was obvious: by bringing them together as athletes.”

(George White (1919). The Inter-Allied Games Official Report, Published by the Games Committee, p. 14)

Após a assinatura do Armistício, a 11 de novembro de 1918, o principal objetivo dos soldados mobilizados era regressar aos seus países. No entanto, essa desmobilização não foi imediata. Para alguns destes soldados o retorno demorou vários meses e até anos. A análise da imprensa nacional permite-nos acompanhar a chegada de alguns batalhões a território nacional.⁵⁶⁰ Foi a pensar nos homens que ainda se encontravam mobilizados na zona de conflito europeu que se idealizou a organização de um grande evento desportivo e, cerca de dois meses após o final da Grande Guerra, se iniciou a organização dos Jogos Interaliados de 1919.

Os Jogos Interaliados foram realizados entre 22 de junho e 6 de julho de 1919, em Joinville, uma pequena cidade situada nos subúrbios de Paris. Participaram cerca de 1500 homens que competiram em diversas modalidades de índole desportiva e militar. A maior parte das competições, assim como as cerimónias de abertura e encerramento decorreram no Estádio Pershing, construído especificamente para a realização deste evento desportivo pelas Forças Expedicionárias Americanas (AEF) com um enorme apoio e financiamento da Associação Cristã da Mocidade Americana (YMCA). O espírito com que se realizaram os Jogos Interaliados demonstrou o desportivismo entre as nações envolvidas. Passou-se da luta no campo de batalha para uma rivalidade amiga dentro dos diversos recintos desportivos. Aqui não se abordaram as questões do amadorismo e do profissionalismo, tão badaladas naquela época. Não se regateou o valor desportivo dos participantes. Sabia-se que todos eles tinham estado a servir as forças aliadas por uma mesma causa, ou, pelo menos, essa era a premissa inicial dos Jogos que tiveram também como grande desígnio estimular o interesse pelo desporto e dar a conhecer modalidades desportivas, como o basquetebol, que era ainda desconhecido para grande parte dos países envolvidos.

Foi sob o comando do general, norte-americano John J. Pershing que se deu início à organização dos Jogos Interaliados. Para o efeito foram constituídos vários ‘comités’, cada um responsável por uma determinada área. Destes, destaca-se a constituição do Comité Consultivo formado por 43 elementos oriundos de várias organizações e que viria a integrar pelo menos duas pessoas de cada exército aliado. A

⁵⁶⁰ Cf. “C.E.P. Praças desmobilizadas”, in *A Capital* de 08/03/1919, p. 1.; “O regresso á terra Natal. Dois mutilados dos Dedos”, in *A Capital*, 02/01/1918, p. 1 e “Chegados da França. Mais mutilados e mais estropiados”, in *A Capital*, 11/03/1918, p. 1, são apenas alguns exemplos do que a imprensa ia relatando.

representar Portugal foram indicados o tenente Mário da Cunha e o capitão António Mascarenhas de Menezes.⁵⁶¹

Contudo, a organização dos Jogos teve que ultrapassar alguns problemas diplomáticos; desde logo porque os norte-americanos tiveram que convencer as autoridades francesas a dar-lhes autorização para organizarem o evento em território francês. Por outro lado, para garantir um cariz independente à organização, tiveram que se certificar que nem o Comité Olímpico Internacional, nem as Federações Desportivas Internacionais interfeririam na organização. A primeira questão foi rapidamente ultrapassada, com o consentimento a ser dado pelas autoridades francesas que tinham ainda, muito presente, o contributo que os norte-americanos tinham tido na vitória das forças aliadas. Para esta decisão contribuiu, ainda, o facto de com a organização dos Jogos, os americanos terem prometido construir um Estádio que seria posteriormente entregue aos franceses. Note-se que à época, a cidade de Paris não tinha nenhum estádio desportivo. Quanto à segunda questão, e para evitar uma reação potencialmente embaraçosa por parte do Comité Olímpico Internacional e de outras entidades desportivas internacionais, as autoridades militares americanas decidiram limitar a participação nos Jogos Interaliados aos membros das forças militares aliadas que durante o dia 4 de agosto de 1914 e 11 de novembro de 1918 tivessem combatido na Grande Guerra.

Em poucas semanas os preparativos estavam em marcha e a 10 de janeiro de 1919 foram enviados os convites para a participação das 29 nações, colónias e dependências, oriundas dos cinco continentes, que tinham estado no cenário de guerra. Foram 18 as que aceitaram o convite, informando que iriam enviar uma delegação para competir no evento que era dirigido exclusivamente aos militares que tinham participado na Guerra ou que tinham servido as forças militares dos países aliados.

Analisando a subtilidade utilizada para manter esta iniciativa desportiva independente de outras entidades e o facto dos convites terem sido enviados apenas às nações vencedoras do conflito mundial, este, poderá considerar-se, o primeiro boicote existente em competições desportivas internacionais, por se verificar uma ‘rejeição’ dos vencidos, posição que ia, de resto, em sentido contrário às determinações da Conferência de Paz de Versalhes que tinha imputado à Alemanha a célebre cláusula da “culpa de guerra”.

Relativamente ao convite recebido, Portugal respondeu no dia 2 de maio de

⁵⁶¹ Cf. WHITE George (1919) *The Inter-Allied Games Official Report*, published by the Games Committee, p. 15.

1919, através da carta assinada pelo general José Augusto Roçadas, que tinha sido nomeado comandante do CEP a 16 de abril, em substituição do general Garcia Rosado. Na sua resposta, não só agradeceu o convite como informou que iria empregar todos os esforços para Portugal participar de forma brilhante e com o maior número possível de homens.⁵⁶² Refira-se que apesar dos custos referentes à organização destes Jogos terem sido suportados pelo YMCA, cada país teve de financiar os custos relativos à preparação, ao treino e seleção dos seus atletas, ao transporte e ao apoio da sua delegação, facto que poderá também ter condicionado as respostas aos convites recebidos e a determinação do número de elementos de cada uma das delegações participantes.

Na cerimónia de abertura, realizada no domingo, dia 22 de junho de 1919, estiveram presentes mais de vinte e cinco mil espectadores no Estádio de Pershing. Na tribuna de honra a assistir ao desfile das delegações, estavam os presidentes Woodrow Wilson, dos Estados Unidos da América e Raymond Poincaré, da França, demonstrando bem a importância e o significado destes Jogos, também a nível diplomático. Esta competição foi, desde o encerramento dos Jogos Olímpicos de Estocolmo, a primeira iniciativa de índole internacional a reunir um conjunto alargado de atletas, um número considerável de países e um programa desportivo constituído por diferentes modalidades⁵⁶³. A delegação francesa foi a primeira a desfilar. De acordo com o relatório oficial, as restantes nações desfilaram por ordem alfabética, com Portugal a entrar no Estádio entre a Nova Zelândia e a Roménia, e os Estados Unidos da América a encerrarem o desfile. No entanto, ao consultarmos a imprensa da época, nomeadamente o jornal *Capital* apercebemo-nos que as notícias sobre a entrada da equipa nacional no estádio não correspondem ao exposto, pois é referido que nem a delegação portuguesa, nem a bandeira nacional estiveram presentes na cerimónia: “No dia da inauguração do *stadium Pershing*, no desfile, nem um só, um só dos *sportsmen* portugueses apareceu empunhando

⁵⁶² A resposta do comandante das tropas portuguesas ao general Pershing encontra-se transcrita no relatório oficial dos Jogos Interaliados “Having taken over the command of the Portuguese Expeditionary Corps a few days ago, I beg to be allowed to present to you my compliments as the Commander of the American Troops in France, and, above all, to thank you for the honour conferred upon us by your letter, sent to the Commander of the Portuguese Expeditionary Force, inviting us to take part in the coming athletic sports. It was with the greatest pleasure that I received your invitation, and I follow the organization of the sports with maximum interest and enthusiasm. I am at this moment employing all my efforts to ensure that the Corps under my command, and my nation, will enter the highest possible number of competitors and in the most brilliant manner. With my greatest consideration, believe me, Sir, Your obedient servant, Augusto Roçadas” - WHITE George (1919), op. cit., p. 58.

⁵⁶³ Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo de 1912 participaram 2406 (2359 homens e 47 mulheres) representando 28 nações, que competiram em 14 modalidades. No ano seguinte, na edição dos Jogos Olímpicos de Antuérpia, em 1920, estariam em competição 2626 atletas (2561 homens e 65 mulheres) em representação de 29 nações, competindo em 22 modalidades.

a nossa bandeira... Os únicos que não compareceram foram os portugueses.”⁵⁶⁴ No desfile das delegações, com perto de 1500 atletas, destacaram-se as comitivas dos Estados Unidos da América e da França, com 282 e 253 atletas, respetivamente.

A presença da delegação norte-americana foi dominante tanto no número de atletas por delegação, como nos resultados desportivos alcançados. Ganharam a maioria das competições de atletismo, natação e lutas, todas as provas de tiro, e por equipas dominaram no baseball e basquetebol, modalidades até então, praticamente desconhecidos na Europa.⁵⁶⁵

Foi perante a parada das delegações que Edward Carter protagonizou um dos momentos mais simbólicos destes Jogos Interaliados ao entregar a escritura do Estádio a John Pershing, o comandante do corpo expedicionário norte-americano, referindo no seu discurso que, há alguns anos (1875-1886), os franceses tinham construído no seu país um nobre monumento à liberdade - a Estátua da Liberdade - e que naquele dia, os norte-americanos, retribuía esse gesto com a construção, em terras francesas, de um monumento também ele relacionado com a liberdade, o direito de jogar. No seu discurso mencionou ainda que desde a chegada à Europa das primeiras tropas americanas, o YMCA e as AEF se tinham empenhado em tornar universal o melhor espírito lúdico dos norte-americanos, o desporto para todos, para os fortes e os fracos, para os ricos e os pobres, ou seja, a democratização do desporto e, conseqüentemente, a respetiva massificação. Como comandante das Forças Expedicionárias Americanas e grande responsável pela organização dos Jogos Interaliados, John Pershing quando recebeu a escritura do Estádio, com o seu nome, agradeceu o ato de participar na sua transferência para o estado francês, representado pelo ministro da Marinha Francesa, Georges Leygues.⁵⁶⁶ Ao entregar a escritura, Pershing referiu a sua esperança para que os laços de amizade desenvolvidos entre as diversas nações e exércitos, que no campo de batalha lutaram lado a lado, pudessem com a transferência do Estádio Pershing para o governo francês e para o povo francês, continuar a prosperar e serem eternos. Por último, usou da palavra o ministro francês que declarou a abertura dos Jogos Interaliados no momento em que surgiram no céu de Joinville uma esquadrilha constituída por 12 tipos de aviões a

⁵⁶⁴ “Nas provas sportivas inter-alliados não apareceu a bandeira portugueza”, in *A Capital*, 4/07/1919, p. 3.

⁵⁶⁵ Cf. WHITE George (1919), op. cit., pp. 476-494.

⁵⁶⁶ Cf. Georges Leygues (1856-1933) foi um político francês que desempenhou diversos cargos durante a Terceira República. Foi Ministro da Instrução Publica (1894-1895 e 1898-1902), Ministro do Interior (1895 e 1930-1931), Ministro das Colónias (1906), Ministro da Marinha (1917-1921, 1925-1926, 1926-1930 e 1932-1933) e Primeiro-Ministro francês de 1920-1921.

executar uma série de acrobacias para surpresa dos presentes.⁵⁶⁷

Todos os países participantes nos Jogos Interaliados foram afetados pelo impacto da mortalidade causada pela Primeira Guerra Mundial: alguns dos seus melhores atletas tinham morrido, ficado feridos ou doentes na sequência do conflito. Apesar das ausências, na delegação norte-americana destacou-se o velocista Charles Paddock⁵⁶⁸, que no ano seguinte se tornou Campeão Olímpico dos 100m e 4x100m e vencedor da medalha de bronze nos 200m e, nos Jogos Olímpicos de Paris 1924, vencedor da medalha de bronze na prova dos 200m no atletismo. O nadador Norman Ross⁵⁶⁹, que veio a conquistar três títulos de Campeão Olímpico nos Jogos de Antuérpia 1920 nas provas de 400m, 1500m e 4x200m livres, e, o pugilista Gene Tunney, que foi, entre 1926 e 1928, Campeão do Mundo de pesos pesados. A equipa francesa incluiu Joseph Guillemot⁵⁷⁰, que se tornou Campeão Olímpico em 1920 na prova dos 5000m e Vice-campeão Olímpico nos 10 000m no atletismo e na delegação italiana destacou-se o esgrimista Nedo Nadi⁵⁷¹, que já detinha o título de Campeão Olímpico de florete conquistado nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912 e que veio a ganhar cinco títulos de Campeão Olímpico nos Jogos de Antuérpia 1920, nas provas individuais de florete e sabre e nas provas por equipas em florete, sabre e espada. Dos portugueses, destacaram-se António Duarte Montez, António Mascarenhas de Menezes, António Augusto Martins e Jorge Paiva, que se tornaram olímpicos nas edições dos Jogos Olímpicos de 1920, 1924, 1928 e 1936, com especial referência para Jorge Paiva, medalhado Olímpico em 1928.

De acordo com o Relatório Oficial dos Jogos Interaliados, Portugal selecionou os seus atletas com base nos recordes que tinham alcançado, nomeadamente pelos cavaleiros e esgrimistas portugueses, muitos deles oficiais do exército, que eram já mundialmente conhecidos pelos seus bons resultados.⁵⁷² Apesar da participação nos Jogos estar limitada aos militares mobilizados, é referido em diversas fontes, nomeadamente em publicações, imprensa internacional e nacional que foram vários os países a contornar esta situação e apresentar nos Jogos alguns dos seus melhores atletas, situação que, conforme foi especulado pela imprensa nacional, terá também acontecido no caso português⁵⁷³.

⁵⁶⁷ Cf. WHITE George (1919), op. cit., pp. 176k-176p.

⁵⁶⁸ Cf. Charles Paddock, disponível em: <https://www.olympic.org/charles-paddock>, acedido a 28/12/2018.

⁵⁶⁹ Cf. Norman Ross, disponível em: <https://www.olympic.org/norman-ross>, acedido a 28/12/2018.

⁵⁷⁰ Cf. Joseph Guillemot, disponível em: <https://www.olympic.org/joseph-guillemot>, acedido a 28/12/2018.

⁵⁷¹ Nedo Nadi, disponível em: <https://www.olympic.org/nedo-nadi>, acedido a 28/12/2018.

⁵⁷² Cf. WHITE George (1919), op. cit., pp. 96-97.

⁵⁷³ Cf. “As “equipes” portuguesas que vão a França. É necessário haver criteriosa maneira de as construir”, in *A Capital*, 4/06/1919.

A imprensa que acompanhou esta iniciativa, de uma forma generalizada, quer em Portugal, quer nos outros países, muitas vezes se referiu aos Jogos Interaliados, como: Jogos Olímpicos, Jogos Olímpicos Militares, Olimpíadas de Pershing, Olimpíadas Militares ou Jogos de Pershing⁵⁷⁴. A este respeito sabe-se que os termos “Olimpíada de Pershing” ou “Olimpíada Militar”, segundo Thierry Terret, irritaram Pierre de Coubertin de tal modo que o barão conseguiu obter, através do embaixador de França em Washington, Jean Jesserand⁵⁷⁵, a garantia do presidente dos Estados Unidos da América Woodrow Wilson⁵⁷⁶ que os americanos não usariam os termos “Olympique” ou “Olympiade”. Esta promessa, não evitou, porém, que os jornalistas dos diversos países a continuassem a usar quando se referiam aos Jogos.⁵⁷⁷

No que se refere à delegação portuguesa, tendo em conta os dados existentes na secção de resultados do Relatório Oficial dos Jogos, esta foi constituída por 53 atletas que participaram nas modalidades de boxe (1), equitação (1), esgrima (24), remo (14) e tiro (13).⁵⁷⁸ Quanto aos resultados alcançados parece-nos importante realçar um aspeto retirado do relatório oficial, que se relaciona com as expectativas publicadas pela imprensa da época, que considerava que Portugal tinha fortes equipas a competir nas modalidades de tiro e esgrima. Se na esgrima os atletas alcançaram as medalhas, no que se refere ao tiro, é necessário referir que as espingardas que seriam usadas pelo exército português, as *Lee-Enfield*, não chegaram a tempo das competições, pelo que os atletas portugueses tiveram de atirar com as espingardas *Springfields* emprestadas pelos norteamericanos, o que certamente influenciou os resultados, tendo em conta que apenas tiveram um dia de instrução sobre como manejar as armas americanas.⁵⁷⁹

⁵⁷⁴ Exemplos disso são os artigos publicados: “O Exército dos EUA prepara-se para os Jogos Olímpicos”, in *New York Times* de 18/01/1919 e “Os nossos nas Olimpíadas de Pershing”, in *Ilustração Portuguesa* de 25/08/1919, p. 147.

⁵⁷⁵ Jean Jules Jusserand (1855-1932) foi embaixador de França nos Estados Unidos da América entre 1902 e 1924.

⁵⁷⁶ Woodrow Wilson (1856-1924) foi presidente dos Estados Unidos da América de 1913 a 1921.

⁵⁷⁷ Cf. TERRET, Thierry (2002) *Les Jeux Interalliés de 1919. Sport, guerre et relations internationales*, Espaces et Temps du Sport, L’Harmattan, p. 127.

⁵⁷⁸ Sobre a constituição da equipa portuguesa presente nos Jogos Interaliados de 1919 existem diferentes fontes que mencionam dados distintos: WHITE George (1919), op. cit., pp. 456-460 e TERRET, Thierry (2002), op. cit., p. 7. O próprio relatório oficial “*The Inter-Allied Games Official Report*” contém informações distintas entre as listagens de atletas inscritos e as tabelas com os resultados finais. A própria imprensa portuguesa nomeadamente: *A Capital*, *Os Sports*, *O Sport Lisboa* e a *Ilustração Portuguesa*, bem como, a documentação consultada no Arquivo Histórico Militar, não nos permitiu esclarecer por completo esta questão, pelo que se considerou, a secção de resultados do relatório oficial dos Jogos como a fonte mais credível.

⁵⁷⁹ Cf. WHITE George (1919), op. cit., p. 271.

No boxe, o tenente Silva Ruivo disputou e perdeu o primeiro combate, com a imprensa portuguesa, nomeadamente *A Capital* a destacar que: “o adversário do «boxeur» Silva Ruivo foi o campeão belga Weschelle, que logo no 1.º round levou um directo que o fez cair por terra durante 6 segundos. Em seguida, Ruivo apanhou um socco nas partes públicas, que o deixou como perdido. No segundo round o belga refez-se enquanto Silva Ruivo continuou bastante magoado, motivo da sua desistência ao 3.º round.”⁵⁸⁰ Nas provas equestres, o tenente Van Gritchen que montou o cavalo americano “Volga” classificou-se, após a realização das provas de fundo, corta-mato e saltos, no 7.º lugar da geral e em 5.º lugar na classificação por equipas, tendo, na prova de saltos sido desclassificado, por ter falhado alguns obstáculos.⁵⁸¹ No remo, a tripulação de Shell de 4+, desistiu na fase de eliminatórias e na prova de Shell de 8+, Portugal que alinhou no 2.º *heat* com a Nova Zelândia, Canada e Bélgica, classificou-se no último lugar, não tendo por isso prosseguido em prova.

Na modalidade de tiro, na prova de espingarda o melhor português foi o sargento Alfredo da Costa Paes, em 60.º lugar seguido de Raul da Costa Pereira que se classificou na 65.ª posição, num total de 176 participantes. Na classificação geral por equipas, os atletas portugueses, com um resultado final de 2023 pontos, classificaram-se no 7.º lugar. Na prova de pistola foi o tenente miliciano António Silva Martins o melhor português, na 22.ª posição, seguido pelo sargento António dos Santos, no 52.º lugar, entre 108 concorrentes. Na classificação por equipas, Portugal classificou-se em 4.º lugar.

O relatório dos Jogos refere a prestação do atirador António Silva Martins, que se tinha classificado atrás de 19 americanos e 2 franceses, na 22.ª posição, destacando o facto de ter estado empatado com o atirador americano vencedor da prova – Michael Kelley, “durante a 2.ª série de tiros, atrasando-se depois na 3.ª série”⁵⁸². Apesar de encontrarmos este reconhecimento ao atirador português, não se obtém qualquer informação quanto à obtenção de um resultado que pudesse dar origem a atribuição de uma medalha, no entanto, os jornais nacionais publicitaram a conquista de um 2.º lugar por António Silva Martins⁵⁸³. Uma vez que não foram encontradas outras fontes, optámos por entrevistar o filho do referido atirador, o cirurgião António Gentil Martins, que nos

⁵⁸⁰ “Jogos Inter-alliados”, in *A Capital*, 10/07/1919, p. 3.

⁵⁸¹ Cf. WHITE George (1919), op. cit., pp. 210-229.

⁵⁸² Cf. WHITE George (1919), op. cit., p. 270.

⁵⁸³ Cf. “Jogos inter-alliados”, in *A Capital* de 14/07/1919. Posteriormente o jornal, a pedido do atleta faz a retificação do seu nome, que por lapso tinha sido publicado erradamente. “Rectificação” *A Capital* de 18/07/1919.

referiu “ter essa medalha, ganha pelo seu pai nos Jogos de Pershing, guardada em casa”⁵⁸⁴ revelando essa, que também já tinha realizada, por ocasião da publicação do livro que dedicou ao seu pai: *António Augusto da Silva Martins. O mais completo atleta português de todos os tempos*⁵⁸⁵.

Foi na esgrima que Portugal efetivamente mais se destacou. Na competição individual de espada, onde os 64 atletas foram divididos em poules de oito, Frederico Paredes classificou-se no 6.º lugar e Jorge Paiva alcançou o 2.º lugar, tendo sido derrotado pelo campeão francês. Na prova por equipas, os portugueses ganharam os encontros frente à Checoslováquia por 17 pontos a 11, à Bélgica por 16 a 9, tendo na final, frente à equipa francesa perdido com 10 pontos marcados e 17 sofridos, alcançando assim o 2.º lugar⁵⁸⁶. Na competição individual de sabre os portugueses José Dias e Luiz Oliveira chegaram às meias-finais e na prova por equipas conquistaram o 2.º lugar. Portugal que ficou isento na 1.ª eliminatória, defrontou a Grécia, que ganhou por 19 pontos a 10 e na final, os portugueses perderam com a Itália por 19 pontos a 8. Os resultados alcançados pela esgrima não passaram despercebidos tendo mesmo sido objeto de destaque no *The Inter-Allied Games Official Report*: “Portugal foi o mais forte dos países que não conquistaram títulos, apesar do enorme esforço que fez a sua equipa de sabre para bater os italianos. A equipa de espada também chegou à final, mas perdeu com a França. Nas provas individuais, os seus representantes mostraram ter o mais alto nível”⁵⁸⁷.



Imagem 25 e 26 – Jogos Interaliados. Cartaz de promoção e vista do Estádio de Pershing
(United States World War One Centennial Commition)

⁵⁸⁴ Entrevista realizada ao Doutor António Gentil Martins no dia 26/09/2019.

⁵⁸⁵ Cf. MARTINS, Inês G. e MARTINS António G. (2016), op. cit.

⁵⁸⁶ Cf. “Jogos Inter-aliados. A «equipe» portuguesa de esgrima classifica-se na final em 2.º logar” *A Capital*, 8/07/1919. Note-se que a pontuação referida no texto é a constante no relatório oficial do Jogos Interaliados, sendo diferente a publicada neste jornal.

⁵⁸⁷ WHITE George (1919), op. cit., p. 246.

Com as competições concluídas, realizou-se no dia 6 de julho a cerimónia de encerramento destes Jogos Interaliados. Foi nesse momento que o general John Pershing, na presença de Henry Pate e vários oficiais franceses e norte-americanos, entregaram as medalhas aos vencedores de cada uma das provas disputadas.

Após esse momento, e ao som da Marselhesa as bandeiras dos países aliados foram arriadas, ficando apenas a bandeira francesa no Estádio Pershing.

Após a conclusão dos Jogos Interaliados, e apesar de não ser parte integrante do relatório oficial surgiu em diversa imprensa e publicações um quadro com a classificação final por países. Para se construir essa pontuação por países, foi definida a atribuição três pontos aos primeiros classificados, dois pontos aos segundos e um ponto aos terceiros classificados, isto nas provas individuais. Nas provas disputadas por equipas, a pontuação atribuída a cada país seria de seis, quatro e três pontos respetivamente. Os Estados Unidos da América lideraram essa classificação, seguidos pela França, com menos de metade dos pontos.⁵⁸⁸ Portugal surgiu, nessa tabela, no 8.º lugar, com 12 pontos, o que, aplicando os critérios atrás referidos, significa que foram contabilizadas na esgrima, as duas medalhas de prata alcançadas pelas equipas de espada e sabre e a medalha de prata de Jorge Paiva, às quais se terá de juntar a (referida) medalha de prata de António Silva Martins, no tiro.

Numa outra classificação por pontos publicada pelo *Os Sports*, Portugal aparece num honroso 3.º lugar na modalidade de esgrima, atrás da França e da Itália e à frente da Bélgica e da Checoslováquia, que também conseguiram pontuar⁵⁸⁹. Ainda relacionado com as prestações alcançadas pela delegação portuguesa nos Jogos Interaliados, o tenente Alexandre Correia Leal publicou um artigo no *O Sport de Lisboa* referindo que: “Deficiências houve e o caso seria para estranhar que se não dessem, atendendo ao modo embrionário como o nosso meio desportivo está orientado e dirigido. Umas coisas, porém, devem salientar-se e elogiar imediatamente: a facilidade e a boa vontade que o Ministério da Guerra e todas as entidades militares superiores puseram nesta questão, permitindo assim toda a ação àqueles que levaram a efeito esta nossa representação.”⁵⁹⁰

Pode ainda verificar-se o louvor atribuído por portaria ministerial de 28 de maio de 1920 ao coronel do estado maior da infantaria Raúl Olímpio Boaventura Ferraz, ao coronel de infantaria, na situação de reserva, Francisco Maria Pinto da Rocha e ao capitão do estado maior da infantaria Luís António Sant’Ana pela forma como cumpriram a

⁵⁸⁸ Cf. TERRET, Thierry (2002), op. cit.

⁵⁸⁹ Cf. *Os Sports*, 19/07/1919.

⁵⁹⁰ Cf. *O Sports de Lisboa* de 27/09/1919.

missão que lhes havia sido confiada, de dirigir a delegação portuguesa que participou nos Jogos Interaliados.⁵⁹¹

Não se conseguiu apurar se o COP esteve envolvido na operação militar da participação portuguesa nos Jogos Interaliados de 1919, até porque, como será analisado, a reorganização do COP vai surgir apenas em agosto de 1919. Apesar destas dúvidas, verifica-se, no entanto, que existe na documentação do Arquivo Histórico do COP uma tradução para português, efetuada por Pereira Dias, do Regulamento do Lançamento da Granada, que integrava o Regulamento Geral dos Jogos Interaliados.⁵⁹²

Os Jogos Interaliados, quer pelo seu sucesso organizativo, quer pela mobilização de um grande número de países participantes, vão ser também um estímulo para o COI retomar a organização dos Jogos Olímpicos no pós-guerra.

⁵⁹¹ *Ordem do Exército* n.º 7 de 31 de maio de 1920, 2.ª série.

⁵⁹² Cf. Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, tradução do Regulamento Geral dos Jogos Interaliados, p. 13 referente ao Regulamento do Lançamento da Granada, p. 278. Note-se que sobre os Jogos Interaliados de 1919 esta é a única referência que existe no espólio documental do COP.

5.2. A reorganização do Comité Olímpico Internacional

“Since the German invasion of neutral Belgium had been the *causus belli* that brought Great Britain into the war, the IOC decided that it was symbolically important to stage the first postwar games in Antwerp. Should the defeated Germans, whose armies had ravaged Belgium, be invited to compete? Olympic ideals dictated an affirmative answer, but the majority of the members of the IOC were citizens of nations who had fought against the Germans and Austrians. Why, they asked, should the IOC be more forgiving than the League of Nations, which barred German and Austrian membership?”

(Allen Guttmann (2002). *The Olympics. A history of the Modern Games*, (2nd edition), University of Illinois Press Urbana and Chicago, pp. 37-38)

Com o fim da primeira Guerra Mundial, surgiu um movimento global de apelo à paz internacional reforçando-se a necessidade de existir uma maior cooperação e melhores relações entre os países. O estabelecimento da Sociedade das Nações⁵⁹³ foi parte deste esforço contribuindo decisivamente, pelo menos em teoria, para a institucionalização de novas formas de comunicação e cooperação internacional. O Comité Olímpico Internacional integrou este movimento, que procurava uma paz longa e duradoura na Europa, associando-se à Sociedade das Nações. Os valores do universalismo e humanitarismo, basilares do Movimento Olímpico, reforçaram esta associação e posicionaram o COI como um ator preocupado com o desenvolvimento do desporto olímpico, a nível internacional.⁵⁹⁴

⁵⁹³ A Sociedade das Nações ou em inglês *League of Nations* foi uma organização internacional criada no período pós Primeira Guerra Mundial, a 28 de junho de 1919, em Versalhes, França, e que reuniu as nações vencedoras do conflito a fim de negociarem um acordo de paz, extinguindo-se a 20 de abril de 1946. Sobre a Sociedade das Nações ver, entre outros: PEDERSEN, Susan (2015) *The Guardians. The League of Nations and the Crisis of Empire*, Oxford, Oxford University Press.

⁵⁹⁴ Cf. GUTTMANN, Allen (2002), op. cit., pp.37-38.

O comprometimento do COI em tornar-se um verdadeiro veículo de promoção da paz universal foi amplamente demonstrado através da incorporação de novos símbolos e elementos, que ainda hoje integram a simbologia dos Jogos Olímpicos. Foi nos Jogos Olímpicos de 1920 que surgiu, pela primeira vez, a Bandeira Olímpica, que simboliza a união dos cinco continentes e a união dos atletas de todo o mundo, a largada de pombas brancas no decorrer da cerimônia de abertura dos Jogos, como símbolo da promoção da paz, e o juramento dos atletas, que se comprometem a respeitar os adversários e as regras da competição. A “invenção desta tradição” é um exemplo concreto e demonstrativo da vontade do COI se alinhar com instituições defensoras da promoção da paz e do desenvolvimento de um mundo melhor, reforçando a sua visão “de construir um mundo melhor através do desporto”.

Contudo, a Guerra tinha criado um conjunto de situações que colocavam o Movimento Olímpico numa situação mais fragilizada. Pierre de Coubertin escreveu nas suas *Olympic Memoirs* que tinha considerado renunciar ao cargo após 10 anos de presidência do COI: “It had in fact been my wish to give up the functions I had been exercising for twenty years and, although no decision had been reached, I had discussed the possibility with several of my colleagues. In the present circumstances however it was quite out of the question for me to retire before the end of my ten-year period of office in 1917. A captain does not leave the bridge of his ship during a storm.”⁵⁹⁵

Com o final da Guerra, dois problemas surgiram no seio do Comité Olímpico Internacional, um relacionado com os membros que o constituíam e o outro com a capacidade do próprio COI em organizar os próximos Jogos Olímpicos. Foi com estas duas questões na agenda que o COI reuniu em 1919. O encontro realizou-se em Lausanne, na Suíça, cidade que tinha passado a ser a sede do Movimento Olímpico, desde 1915. Se por um lado, o ambiente estava tenso, existindo uma grande preocupação em torno do futuro do Movimento Olímpico, existiam também vários motivos para celebração: o COI celebrava 25 anos de existência desde a sua fundação em 1894, na Universidade da Sorbonne, em Paris, e para além de ter sobrevivido à Grande Guerra, tinha crescido em termos de influência e expansão mundial, aumentando também o número de membros. Foi neste ambiente, que Pierre de Coubertin e os restantes membros do COI se reuniram a 5 de abril de 1919, na Universidade de Lausanne, onde se realizou a cerimônia de abertura do encontro. Este, ganhou ainda um outro significado, graças ao gesto simbólico

⁵⁹⁵ COUBERTIN, Pierre de (1979) *Olympic Memoirs*, International Olympic Committee, Lausanne, p. 93.

do primeiro-ministro francês Georges Clemenceau que enviou um esquadrão de 14 aviões, que sobrevoaram Lausanne, como gesto de amizade e distinção.⁵⁹⁶

Era, contudo, necessário reorganizar a estrutura do COI que na sequência dos impactos da Guerra, tinha perdido 10 dos seus elementos: três tinham morrido em combate e sete tinham renunciado às suas funções. Destes, três eram de nacionalidade alemã e um austríaco. Neste tipo de situações, se não tivesse existido o conflito mundial, os lugares vagos teriam sido transferidos para outros elementos dessas nacionalidades, no entanto, com os efeitos da guerra ainda tão recentes, e ainda sem o Tratado de Paz assinado que pudesse servir de documento orientador relativamente à forma de proceder diplomaticamente relativamente aos dois países, foi considerado que o mais prudente seria deixá-los por ocupar, até porque, os membros das “nações derrotadas” não tinham, sequer, sido convidados a tomar parte nessa Sessão. Por outro lado, diversos membros, oriundos das potências vencedoras da Grande Guerra ocuparam os seus lugares, vedando-se assim a entrada dos “inimigos” do conflito e deixando-se, simbolicamente, os respetivos lugares vazios.⁵⁹⁷

Com a maioria dos países em situação económica e social bastante afetada devido aos quatro anos de guerra, a organização dos Jogos Olímpicos de 1920 era uma tarefa complexa que o COI tinha em mãos, havendo a necessidade de a resolver com a maior urgência. Pode mesmo afirmar-se que caso os Jogos Interaliados de 1919 não tivessem sido tão bem-sucedidos, muito provavelmente o COI não teria ousado organizar em 1920 uma nova edição dos Jogos Olímpicos.⁵⁹⁸

O processo para a escolha da cidade que deveria acolher a VII edição dos Jogos Olímpicos tinha-se iniciado três olimpíadas antes. A cidade de Antuérpia que anunciou, na Sessão do COI, realizada em 1912, o seu interesse em sediar a organização dos Jogos de 1920, enviou uma delegação oficial ao Congresso Olímpico de 1914 para efetivar essa ambição e apresentar a sua candidatura. Sabe-se que Pierre de Coubertin chegou a visitar a cidade e o estádio onde deveriam acontecer a maior parte das competições desportivas, sendo também informado dos planos de expansão e criação de outras infraestruturas de apoio à realização dos Jogos caso esses se viessem a realizar na cidade belga. No entanto, a primeira Guerra Mundial eclodiu e o COI, que tinha recebido candidaturas de quatro cidades europeias: Amesterdão, Roma, Budapeste e Antuérpia, não chegou a revelar qual

⁵⁹⁶ Cf. Library of Congress (1919), op. cit.

⁵⁹⁷ *Idem, ibidem.*

⁵⁹⁸ Cf. KRUGER, Arnd (1999) op. cit., pp. 3-27.

das cidades seria a escolhida para receber os Jogos da VII Olimpíada. No ano seguinte, já com a Europa em Guerra, surgiu a candidatura da cidade francesa de Lion que se disponibilizava para receber a organização dos Jogos de 1920, no caso de Antuérpia, território que estava a ser fortemente afetado pelo conflito mundial, retirasse a sua candidatura para organizar a competição, o que não veio a acontecer.⁵⁹⁹

Contrariando todas as previsões, a guerra durou mais três longos anos e a decisão sobre a cidade que ficaria responsável pela organização dos Jogos Olímpicos foi sendo adiada.

Foi imediatamente após o armistício que Pierre de Coubertin se dirigiu ao conde D'Assche, responsável pela Seção Belga dos Comitês de Socorro aos Prisioneiros de Guerra e que tinha liderado a candidatura da cidade belga em 1914, pedindo-lhe que transmitisse ao Rei e ao governo belga o desejo que o COI tinha em poder designar Antuérpia como cidade-sede dos Jogos da VII Olimpíada (1920) ou da VIII Olimpíada (1924). Os belgas ao terem conhecimento desta intenção e apesar de serem um dos territórios mais afetados pela guerra, enviaram de imediato o conde H. de Baillet-Latour à sede do COI, em Lausanne, para confirmar a candidatura apresentada em Paris, cinco anos antes. Foi na reunião do COI, realizada a 5 de abril de 1919, que Antuérpia foi escolhida, por unanimidade, para cidade-sede dos Jogos da VII Olimpíada.⁶⁰⁰

O Movimento Olímpico não foi capaz de superar as tensões entre os governos e os países que se tinham confrontado na guerra. Existiam dois lados deste conflito, os vencedores e os vencidos e a consequência decorrente desta situação, foi a decisão por parte do Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de não convidar os países vencidos. Alemanha, Áustria, Hungria e Turquia ficaram assim impedidas de participar nos Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920⁶⁰¹, esta decisão pode ser entendida como o primeiro gesto de boicote na história olímpica (como vimos, a mesma medida já tinha sido adotada nos Jogos Interaliados de 1919).

Com os Jogos Olímpicos previstos para 20 de abril e 12 de setembro de 1920, Antuérpia tinha pouco mais que um ano para preparar e organizar o evento. As instalações desportivas e de logística para esta VII edição dos Jogos Olímpicos foram as adequadas a um país acabado de sair da guerra, cuja economia tinha sido severamente abalada. Os

⁵⁹⁹ Cf. Comité Olímpico da Bélgica (1957) *Rapport Officiel des Jeux de la VIIème Olympiade Anvers 1920*, pp. 6-10.

⁶⁰⁰ *Idem, ibidem.*

⁶⁰¹ Cf. LÓPES, Juan Rodríguez (2008), op. cit., pp. 222-225.

atletas ficaram alojados em quarteis, escolas e casas de particulares, com a equipa norte-americana instalada a bordo do navio que os tinha transportado, e que serviu ainda para o abastecimento de comida a outras delegações.⁶⁰²

Os Jogos enfrentaram sérios problemas financeiros, apesar da intervenção do Rei Alberto I, que subsidiou a iniciativa com um milhão de francos belgas.⁶⁰³ Para assegurar que o maior número de atletas pudesse participar foram concedidas condições especiais, como isenção ou a redução de taxas. No entanto, os espectadores tiveram de pagar bilhetes bastante caros para assistirem às provas, o que serviu para a organização justificar a baixa afluência, não tendo havido, de acordo com o Relatório Oficial dos Jogos, mais de 6000 espectadores em qualquer uma das competições realizadas.⁶⁰⁴ Este é um exemplo expressivo também do caráter marcadamente elitista que continuava a caracterizar o olimpismo, mesmo após o final da Grande Guerra.

Apesar das piores expectativas, os Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920 foram considerados um verdadeiro sucesso.

O Movimento Olímpico estava relançado transformando a contrariedade da Guerra numa oportunidade de expansão e o principal organizador dos Jogos, Henri de Baillet-Latour, não passou despercebido o que fez com que Pierre de Coubertin o comesse a considerar como um bom sucessor para o cargo de presidente do Comité Olímpico Internacional, o que na verdade veio a acontecer em 1925.⁶⁰⁵

⁶⁰² Cf. KRUGER, Arnd (1999), op. cit., pp. 3-27.

⁶⁰³ Cf. Library of Congress (1919), op. cit.

⁶⁰⁴ Cf. Comité Olímpico da Bélgica (1957), op. cit., pp. 6-10.

⁶⁰⁵ Cf. KRUGER, Arnd (1999), op. cit., pp. 3-27.

5.3. O reconhecimento do Comité Olímpico Portuguez

“Convidados pelo sr. Prestes Salgueiro, governador civil de Lisboa, reuniram ontem no seu gabinete de trabalho, os jornalistas *sportivos* a quem o sr. Prestes Salgueiro comunicou que seria publicada no “Diário do Governo” uma portaria pelo Ministério da Instrução criando-se o Comité Olímpico Português (...). O sr. Prestes Salgueiro, (...) disse que reputava como uma das principais causas do progresso o desenvolvimento do *sport* a acção dos jornalistas da especialidade (...).”

(“Uma grande Iniciativa. O Comité Olympico Portuguez. Está assegurada a representação portuguesa na Olimpíada de Anvers”, in *A Capital*, 8/08/1919, p. 1.)

A guerra tinha terminado e, também, em Portugal o Movimento Olímpico tinha agora que refletir sobre os seus impactos e sobre a continuidade ou extinção do Comité Olímpico. A I República tinha saído bastante fragilizada do conflito o que, não era favorável, também, à obtenção de um apoio financeiro, necessário para a reorganização desportiva, com vista à segunda participação de Portugal nos Jogos Olímpicos.⁶⁰⁶

Apesar de, segundo o ideário republicano, o desporto dever ser incluído nos hábitos quotidianos de toda a população, massificando-se e deixando gradualmente de ser reservado às elites, este, com exceção de muito poucas modalidades, estava longe de ser uma prática generalizada. Com maior adesão encontramos a prática do ciclismo, à data designado como velocipedia e do futebol, que ainda adotava a designação inglesa de *football*. Por outro lado, as classes sociais mais altas praticavam a vela e o remo, o ténis, ainda sob a designação de *lawn-tennis*, o hipismo e a esgrima, atividades desenvolvidas maioritariamente por militares, o tiro, também bastante associado à caça e o automobilismo.⁶⁰⁷

⁶⁰⁶ Cf. CARDOSO; Carlos Paula (1996), op. cit., pp. 72-74.

⁶⁰⁷ Cf. MADAIL, Fernando e MENDES, João F. (2019), op. cit., pp. 36-27.

Ao nível da estrutura desportiva, o início da década de 20 do século XX assistiu a uma maior e melhor organização desportiva em Portugal, em boa medida devido ao surgimento de novas federações desportivas.

Em abril de 1920, no decorrer do Congresso Náutico Nacional e por iniciativa da Associação Naval de Lisboa, Associação Naval 1.º de Maio, Clube Fluvial Portuense, Clube Naval de Lisboa, Ginásio Clube Figueirense, Sport Clube do Porto e Sport Algés e Dafundo foi constituída a Federação Portuguesa de Remo.⁶⁰⁸ No ano seguinte, a 5 de novembro de 1921, surgiu a Federação Portuguesa dos Sports Atléticos, a antecessora da atual Federação Portuguesa de Atletismo⁶⁰⁹ e a 10 de maio de 1922 foi constituída a Federação Portuguesa de Esgrima⁶¹⁰. Em 1925, foram criadas a 16 de março a Federação Portuguesa de Ténis⁶¹¹ e a 5 de novembro a Federação Portuguesa de Atletica e Luta, a precursora da atual Federação Portuguesa de Lutas Amadoras⁶¹².

Clubes e Associações	Ano de fundação
Federação Portuguesa de Remo	1920
Federação Portuguesa dos Sports Atléticos	1921
Federação Portuguesa de Esgrima	1922
Federação Portuguesa de Ténis	1925
Federação Portuguesa de Atletica e Luta	1925

Tabela 4 – Federações Desportivas constituídas em Portugal no início da década de 20 do século XX (tabela foi elaborada pela autora com base na recolha de diversa documentação de arquivo e bibliografia)

Quando, em meados de 1919, foi conhecida a decisão do COI de organizar os Jogos da VII Olimpíada, muito trabalho havia a fazer, pois os principais impulsionadores e dinamizadores da causa desportiva que se tinham distinguido sete anos antes, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Estocolmo, estavam já afastados do meio desportivo. No que se refere ao Comité Olímpico Português, era também necessário recomeçar o trabalho

⁶⁰⁸ Cf. Estatutos da Federação Portuguesa de Remo disponíveis na página de internet da federação em: https://www.fpremo.pt/uploads/Files/Regulamentos/20150411_Estatutos_FPR_2015.pdf

⁶⁰⁹ Cf. Estatutos da Federação Portuguesa de Atletismo disponíveis na página de internet da federação em: <https://www.fpatletismo.pt/sites/default/files/Estatutos%20da%20FPA.pdf>

⁶¹⁰ Cf. Estatutos da Federação Portuguesa de Esgrima disponíveis na página de internet da federação em: <https://www.fpe.pt/wp-content/uploads/2015/01/Proposta-de-Estatutos-FPE.pdf>

⁶¹¹ Cf. Estatutos da Federação Portuguesa de Ténis disponíveis na página de internet da federação em: https://www.tenis.pt/images/stories/pdf/FPT/estatutos_2017_v2.pdf

⁶¹² Cf. Estatutos da Federação Portuguesa de Lutas Amadoras disponíveis na página de internet da federação em: https://9b4d5395-622e-4650-80d1-ad0afffd55fc.filesusr.com/ugd/a7734e_2184fe8fa7474c869c41d5f9398f9a8d.pdf

e reativar a atividade de promoção do Movimento Olímpico em território nacional, com vista, essencialmente, à próxima participação em Antuérpia.⁶¹³

Segundo José Pontes, foi Prestes Salgueiro, à data Governador Civil de Lisboa, que tomou a iniciativa de reativar e reorganizar o COP com vista à participação nos Jogos Olímpicos de 1920. A primeira iniciativa que se conhece a este respeito, foi a realização de um almoço de homenagem ao Conde de Penha Garcia, no Estoril, onde juntou várias personalidades ligadas à causa desportiva.⁶¹⁴

Ainda antes da publicação oficial em *Diário do Governo*, a 6 de agosto de 1919⁶¹⁵, Prestes Salgueiro convidou para o seu gabinete de trabalho os jornalistas desportivos. Assim, o jornal *A Capital* publicou, na edição de 8 de agosto de 1919, a constituição do novo Comité Olímpico Português, o propósito da sua criação e os elementos que o formavam. O COP ficava responsável pela: “(...) organização de Campeonatos Peninsulares e Campeonatos de Portugal; representação nacional nas olimpíadas internacionais, preparando os concorrentes e selecionando os que devem constituir a “equipe” portuguesa; fomentar o *sport* por todos os meios ao seu alcance. É uma obra grandiosa que há-de produzir efeitos, (...). Prestes Salgueiro, além da sua acção puramente *sportiva*, terá outra muito importante sem a qual nada se faz: é conseguir o auxílio financeiro do Estado, que aliás já lhe foi prometido.”⁶¹⁶

Dias mais tarde, por proposta do ministro da Instrução Pública foi publicado um diploma nomeando várias personalidades para constituírem o Comité Olímpico Português: “Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, nomear os seguintes cidadãos para constituírem gratuitamente o Comité Olímpico Português, cujos fins e meios de acção serão fixados em proposta de lei que oportunamente será apresentada ao Parlamento: António Prestes Salgueiro, Francisco Duarte Júnior, Plácido Duro, Eliseu de Carvalho, Manuel Queiroz, César de Melo, Francisco José Nobre Guedes, Júlio de Oliveira, António da Silva Martins.”⁶¹⁷

O Diploma sublinhava ainda a importância de cada País fomentar o seu desenvolvimento desportivo, definindo um papel e atribuições para o Estado nessa mesma acção: “ (...) Considerando que um abandono sistemático dos assuntos que se

⁶¹³ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (1996) op. cit., pp. 72-74.

⁶¹⁴ Cf. REIS Mário (1944) *O Currículo Vitae do Dr. José Pontes – Alguns apontamentos, alguns documentos, Algumas Afirmações*. Lisboa, p. 62.

⁶¹⁵ Diário do Governo n.º 192, IIª Série, de 19/08/1919.

⁶¹⁶ “Uma Grande Iniciativa. O Comité Olympico Portuguez. Está assegurada a representação portuguesa na Olimpíada de Anvers”, in *A Capital*, 8/08/1919, p. 1.

⁶¹⁷ Diário do Governo n.º 192, IIª Série, de 19/08/1919.

prendem com a educação física nos tem colocado num estado de atraso que é urgente procurar modificar por meio de novos processos a que o Estado não pode ficar indiferente; Considerando que é urgente a criação de um organismo desportivo debaixo da superintendência do Estado, que oriente eficazmente a marcha do desporto nacional de modo a engrandecer e vulgarizar a cultura física, preparando simultaneamente as equipas representativas de Portugal nos Jogos Olímpicos Internacionais, seleccionadas por meio de provas públicas:”⁶¹⁸ Note-se que, da leitura do diploma, podemos deduzir a intenção do legislador para tornar o COP uma organização “hierarquicamente dependente” das ideias e decisões do Governo, o que naturalmente não aconteceu, visto tratar-se de uma organização privada e com autonomia política.

É importante, no entanto, realçar que foi apenas em 1925 que o COP viu reconhecida a sua personalidade jurídica através da Lei n.º 1728, ficando também com as atribuições de proceder às expropriações destinadas aos fins desportivos, bem como, a emissão das declarações de utilidade pública necessárias ao reconhecimento da personalidade jurídica das diversas associações e agremiações desportivas.⁶¹⁹

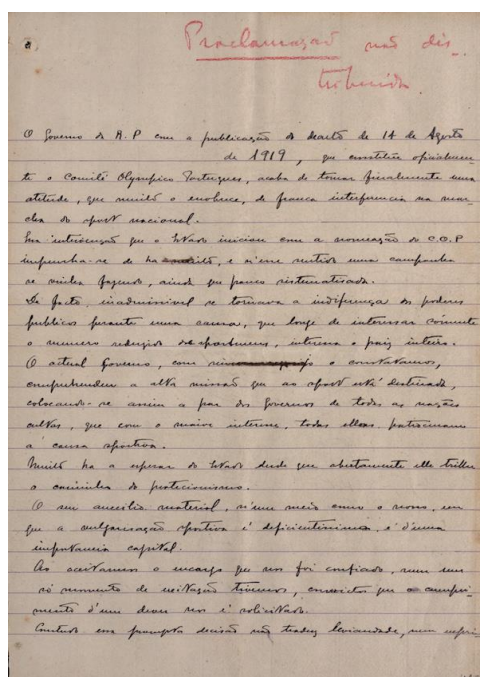


Imagem 27 – “Proclamação não distribuída”

(Arquivo Histórico do COP, PT-COP-
ACOP-07-0001, m0442)

Estava constituído o novo Comité Olímpico Português. António Prestes Salgueiro assumiu as funções de presidente, o terceiro da história olímpica nacional; Francisco Nobre Guedes, tornou-se secretário-geral; e os restantes elementos: Francisco Duarte Júnior, Plácido Duro, Eliseu de Carvalho, Manuel Queiroz, César de Melo, Júlio de Oliveira e António Silva Martins, ocuparam os cargos de vogais.⁶²⁰ A visão e as linhas de atuação do COP ficaram registadas no documento “Proclamação não distribuída”⁶²¹. Nele, os elementos da nova direção fizeram uma análise do estado em que se encontrava o desporto e o que deveria ser realizado em prol do desenvolvimento do Movimento Olímpico em Portugal.

⁶¹⁸ Diário do Governo n.º 192, IIª Série, de 19/08/1919.

⁶¹⁹ Lei n.º 1728 publicada no Diário do Governo n.º 4, Iª Série, de 05/01/1925.

⁶²⁰ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 65-73.

⁶²¹ É importante realçar que, com a exceção de dois ofícios datados de 1915, a documentação histórica existente no espólio do Comité Olímpico de Portugal, inicia-se em meados de 1919.

Em termos políticos, parece existir alguma proximidade e até cumplicidade entre a ação desenvolvida pelo Governo e a forma como pensavam os órgãos dirigentes do Comité: “O actual governo, (...) compreendeu a alta missão que ao *sport* está destinada, colocando-se assim a par dos governos de todas as nações cultas, que com o maior interesse, todas elas patrocinaram a causa *sportiva*. Muito há a esperar do Estado desde que abertamente elle trilhou o caminho. (...) A obra do Comité Olympico Português potenciada pelo Estado e amparada pela reflexão e bom uso de todos os elementos *sportivos* será alguma coisa que marque. (...) Um trabalho refletido, orientado em solidas normas de disciplina e persistência, isento em absoluto de rivalidades dissolventes, elevará rapidamente o nível *sportivo* nacional. Causas variadíssimas teem entravado o nosso progresso.”⁶²²

Este momento é particularmente importante para a história do COP uma vez que até então o Movimento Olímpico em Portugal não tinha tido qualquer apoio financeiro, nem o reconhecimento por parte da República Portuguesa.

Esta análise, bastante extensa e pormenorizada, prossegue com a exposição das ideias-chave do trabalho que o COP se propunha realizar, com destaque para a participação olímpica, mas também com ideias inovadoras, como a contratação de treinadores estrangeiros e a criação de delegações do Comité Olímpico Português em diversas cidades: “O trabalho inicial do COP será a organização da *equipe* representativa do paiz em Anvers. O tempo não é muito e esperança de grandes victorias não a podemos ter, mas a nossa representação impõe-se e tentaremos levá-la a efeito o mais largamente possível, (...). Não limitará o COP a sua ação a Lisboa, estenderá a sua propaganda a todo o paiz, estabelecendo delegações na província, facilitando tanto quanto possível a preparação d’aquelles que revelem qualidades aproveitáveis e vivam nos cantos mais afastados do paiz. (...) No programa do COP está ainda incluído o projecto de organização da Olympiada peninsular que terá não só um valor *sportivo* apreciavel, como constituirá também um optimo meio de propaganda.”⁶²³

Por fim, foi abordada a questão do financiamento da missão portuguesa a enviar aos Jogos Olímpicos de Antuérpia. A este respeito os órgãos dirigentes do COP eram perentórios: “Se bem que o Estado, compreendendo a necessidade de atender aos meios

⁶²² Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, documento manuscrito intitulado “Proclamação não distribuída”, sem data e sem assinatura, pp. 434-438.

⁶²³ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, documento manuscrito intitulado “Proclamação não distribuída”, sem data e sem assinatura, pp. 434-438.

materiais, para a execução do fim que nos confiou, tenha intenção de consignar no seu orçamento uma verba para as despesas do COP, essa verba só por si não bastará. Tornase, por conseguinte, necessário ampliá-la com a angariação de festas *sportivas* e a abertura d'uma subscrição nacional. Para que essa subscrição tome as proporções devidas terão os *sportsmen* portugueses de crear no público a atmosfera favorável (...).”⁶²⁴

Com a constituição do COP consumada era necessário, ainda, informar o Comité Olímpico Internacional, solicitando-lhe o seu reconhecimento. O pedido foi realizado por Francisco Nobre Guedes, através de comunicação postal: “Exmo. Senhor Conde de Penha Garcia, tendo sido creado por decreto de 14 de Agosto do corrente o Comité Olimpico Portugues, constituído pelos seguintes cidadãos: António Prestes Salgueiro, António da Silva martins, Cesar de Mello, Elyseu de Carvalho, Francisco Duarte Junior, Francisco Jose Nobre Guedes, Júlio d'Oliveira, Manuel Queiroz e Placido Duro, vimos solicitar a V. Ex^a. se digne promover o seu reconhecimento pelo Comité Olimpico Internacional, como a entidade *sportiva* nacional, a quem compete realizar a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos Internacionais.”⁶²⁵ A este propósito, Penha Garcia, ao receber a informação vinda de Portugal, respondeu a 15 de setembro de 1919: “Acuso a recepção do ofício em que V. Ex^a. me comunica, (...) e me pede que faça as diligências necessárias para o reconhecimento pelo “Comité Internacional Olímpico”. De muito boa vontade me ocuparei do assumpto e faço sinceros votos para que o Comité Olympico Portuguez seja na vida *sportiva* nacional um elemento de união, disciplina e progresso. Como membro português do Comité Internacional fico à disposição do Comité Português para o que lhe possa ser prestável a bem do *Sport* Nacional.”⁶²⁶ Regista-se aqui, também, uma alteração significativa na história do Movimento Olímpico em Portugal. A ação preponderante do conde de Penha Garcia, como membro do COI, em oposição ao apoio verificado pelo seu antecessor, António de Lancastre, como um verdadeiro promotor da ação do COP tendo em vista o desenvolvimento do olimpismo em Portugal.

Conforme estava previsto na “Proclamação não distribuída” os contactos para a contratação de treinadores estrangeiros já existiam e a este respeito encontramos a carta da International Young Men's Christian Association College que, em resposta às

⁶²⁴ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, documento manuscrito intitulado “Proclamação não distribuída”, sem data e sem assinatura, pp. 434-438.

⁶²⁵ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta endereçada pelo secretário-geral do COP ao conde Penha Garcia, sem data, p. 287.

⁶²⁶ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do conde Penha Garcia dirigida ao presidente do COP, a 15/09/1919, p. 286.

solicitações do COP, veio indicar as condições para a contratação do treinador Mr. J. H. McCulloch, cujo custo rondaria os 3000\$ e 3500\$, mais despesas de ida e regresso de Portugal.⁶²⁷

Prestes Salgueiro deu, então, início ao seu projeto para o COP e colocou em prática a estratégia de uma gestão descentralizada, a partir da criação de diversas delegações, também designadas como ‘Comités Olímpicos’, que se deveriam localizar em Coimbra, Porto, Figueira da Foz, Évora e na cidade da Beira, na colónia de Moçambique. É interessante verificar a forma como foram constituídos estes ‘Comités’ que numa primeira fase tiveram a intervenção pessoal de César de Melo, membro da direção da COP, para depois serem oficializados através de correspondência enviada por Prestes Salgueiro. Os convites foram dirigidos apenas a homens, na verdade, por esta altura, década de 1920, não foi possível identificar a presença de mulheres a ocupar um cargo diretivo ou de liderança, em nenhuma instituição desportiva portuguesa.

A 12 de setembro César de Melo, endereçou uma carta a Prestes Salgueiro informando-o que a delegação de Coimbra, apesar de estar ainda incompleta, se encontrava organizada, sendo constituída por representantes da Câmara, da Universidade, da Sociedade de Propaganda de Portugal, e especialistas de desporto.⁶²⁸

Também na cidade do Porto foi criada uma delegação. A constituição do Comité Olympico do Porto partiu, uma vez mais, da iniciativa do presidente Prestes Salgueiro que enviou, a 5 de novembro de 1919, após diligências efetuadas, por César de Melo, uma circular-convite a várias personalidades desportivas para se constituir um Comité Olímpico no Norte ou no Porto. João Leite, Eduardo C. Kendall, Eduardo Alberto D’Almeida Coquet, Ângelo Madeira, José Ferreira de Almeida aceitaram o convite.⁶²⁹ Prestes Salgueiro dirigiu ainda um convite ao economista Bento Carqueja com o objetivo de, na qualidade de presidente do COP se: “(...) incitar este paiz à prática dessa bela vida, chamar a mocidade aos campos de jogos, e empregarmos todo o nosso esforço de bons portugueses. O resto virá depois. Uma vez praticada essa vida o gosto ficará e passará de

⁶²⁷ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0002, carta da International Young Men’s Christian Association College dirigida a António Lafante a 27/09/1919, p. 223.

⁶²⁸ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de César de Melo enviada a Prestes Salgueiro a 12/09/1919, pp. 224-225.

⁶²⁹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001: circular convite enviada pelo COP a 5/11/1919, dirigida a diversas personalidades, p. 20; carta de João Leite de Faria, em papel timbrado da Sociedade Portuense de Commercio, Lda. endereçada ao COP a 9/11/1919, p. 18; carta de Eduardo C. Kendall dirigida ao COP a 11/11/1919, pp. 16-17; carta de Eduardo Alberto D’Almeida Coquet endereçada ao presidente do COP a 11/11/1919, p. 15; carta endereçada ao COP em papel timbrado do Commercio do Porto a 12/11/1919, com assinatura ilegível, p. 14; carta de Ângelo Madeira em papel timbrado da Aliança Commercial Portuguesa, Lda. de 16/11/1919, p. 13.

pais a filhos, e gerações novas virão que assenhoriando-se dos destinos deste paiz saberão dar à causa a importância que se lhe deve. Para isso nasceu-me a ideia, valendo-me da minha situação oficial, de criar por intermédio do Ministério de Instrução um Comité Olympico que iniciasse os trabalhos necessários aproveitando o entusiasmo que as nossas victorias na Olympiada última viéram trazer ao nosso meio *sportivo*. (...) E caminhando, julgamos absolutamente necessário para maior eficácia que os trabalhos sejam divididos e que a norte, de que o Porto é a mui digna capital, tenha um outro Comité que se chamará C.O. do Porto ou Norte, que, com o do Sul ou de Lisboa, conjugando esforços levem a sua acção a todo o Portugal. (...) É esse convite, Exmo. Snr., que eu tenho a honra de vos fazer. (...)”⁶³⁰

Estava assim constituído o Comité Olympico do Porto (COPorto), com sede na Rua de O Comercio do Porto, n.º 108, com Bento Carqueja a assumir as funções de presidente⁶³¹ e José Ferreira de Almeida as de secretário-geral e Eduardo Kendall de tesoureiro.

Da mesma forma e com uma ação semelhante foi criado o Comité Olímpico da Figueira da Foz (COFF). Graças, novamente, à iniciativa de Prestes Salgueiro, foram enviadas, a 28 de novembro de 1919, cartas-convite a diversas personalidades daquela cidade para: “fazer parte de uma delegação deste Comité nessa cidade, o Comité Olímpico da Figueira da Foz, que cuidará (...) da propaganda, orientação e organização da vida física em todos os seus ramos, para rejuvenescimento da nossa raça e grandeza da nossa Patria”⁶³² Em resposta a estes convites encontramos as respostas de Augusto d’Oliveira, António Domingos e Alberto Marques, bem como, a carta de Cesar de Melo a informar que “Está organizada a Delegação da Figueira da Foz. É presidida pelo Capitão Tenente Alberto Jacques, capitão do Porto e filho do Dr. Cerqueira da Rocha, presidente da Camara Municipal.”⁶³³

No início do ano olímpico, a 10 de janeiro, o presidente do COP endereçou os convites para a constituição do Comité Olímpico de Évora. Sobre esta delegação, apenas

⁶³⁰ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta dirigida pelo presidente do COP a Bento Carqueja, sem data, pp. 21-22.

⁶³¹ Cf. Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão, PT/MVNF/AS-AS/2-2.1-2.1.1/001-007, Bento Carqueja.

⁶³² Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do presidente do COP de 28/11/1919, dirigida diversas personalidades, p. 40.

⁶³³ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001: carta de Alberto Marques dirigida ao Presidente do COP a 29/11/1919, p. 37; carta de Augusto d’Oliveira dirigida ao presidente do COP a 30/11/1919, p. 36; carta de António Domingos dirigida ao presidente do COP a 19/12/1919, pp. 33-34; carta de Alberto Marques dirigida ao Governador Civil de Lisboa a 10/02/1920, p.30; Carta de César de Melo dirigida ao presidente do COP, sem data, pp. 218-219.

tivemos acesso às respostas enviadas pelo vice-presidente do Ateneu Desportivo Eborense, de Mário Gama Freixo e José de Sousa e Mello, todos eles a aceitarem “o honroso convite de V. Ex^a., para membro Director da 4.^a delegação d’ esse Comité n’ esta cidade (...).”⁶³⁴

Estavam assim criados para além do Comité Olímpico Português, com sede em Lisboa, quatro delegações nas cidades de Coimbra, Porto, Figueira da Foz e Évora, também designadas “Comités Olímpicos”. Haveria ainda a intenção de ser criada uma delegação em Faro, situação que não se concretiza, ou pelo menos não existem referências a esse respeito na documentação consultada.⁶³⁵

Para além destas delegações estabelecidas em Portugal continental, foi ainda constituída em Moçambique a delegação da Beira – África Oriental. O ofício de 22 de março de 1920, enviado pelo delegado do COP em Moçambique informava o presidente do COP sobre a eleição dos respetivos órgãos sociais, presididos por Armando Pinto, bem como, a constituição, com a indicação dos responsáveis das secções de luta e pesos, tiro, *sports*, natação, *foot-ball*, *tennis*, regatas e *box*, formados naquela delegação.⁶³⁶

Da atividade desenvolvida por estes Comités, nas diferentes cidades, sabe-se pouco. Relativamente ao COPorto existe no arquivo documental do Comité Olímpico correspondência apenas sobre uma temática diretamente relacionada com a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de Antuérpia. Através do ofício de 17 de fevereiro de 1920, o secretário José Ferreira de Almeida do COPorto informou Prestes Salgueiro de ter tido conhecimento, através do n.º 277 da revista francesa “*Sporting*” de 3 de fevereiro, que no programa olímpico dos Jogos de Antuérpia 1920 estava incluída a competição de Tiro de Caça (aos pombos). Tendo em conta a situação de não existirem atletas daquela modalidade no Comité do Porto, nem no de Lisboa, este veio informar que conhecia Luiz de Oliva e Dr. João Antunes Guimarães que, em sua opinião, eram fortíssimos atiradores e que poderiam representar brilhantemente Portugal nos Jogos.⁶³⁷ Ainda sobre a atividade

⁶³⁴ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001: carta do vice-presidente do Ateneu Desportivo Eborense dirigida ao presidente do COP a 29/01/1920, p. 31; carta de Mario D. B. da Gama Freixo dirigida ao presidente do COP a 2/02/1920, p. 29; carta de José de Sousa e Mello dirigida ao presidente do COP a 12/02/1920, p. 28.

⁶³⁵ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-000, carta do COP dirigida ao conde Penha Garcia a 26/12/1919 onde é referido que foram já criadas as delegações do Porto, Coimbra e Figueira da Foz e se pretende criar também em Évora e Faro, pp. 339-342.

⁶³⁶ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do delegado do COP Carlos Alberto de Faria dirigida ao presidente do COP a 22/03/1920, p. 5.

⁶³⁷ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do secretário do COPorto José Ferreira de Almeida dirigida ao presidente do COP a 17/02/1920, p. 27; João Antunes Guimarães seria,

desenvolvida pela delegação do COP no Porto pode ser consultada a correspondência sobre as provas de *sports athleticos* realizadas a 15 de fevereiro de 1920.⁶³⁸ Relativamente à delegação da Beira, em Moçambique, existe uma carta a informar o COP relativamente ao “grande entusiasmo que reina entre os clubes portugueses e ingleses (...) com a realização das provas (natação e corrida de 10 km).”⁶³⁹

A iniciativa promovida por Prestes Salgueiro para descentralizar o Movimento Olímpico através da ação de vários Comitês, em diversas cidades, não resultou. A relação com o Comité Olímpico do Porto entrou numa fase de discordância com a existência de alguns conflitos. No início de 1920, o COPorto solicitou apoio financeiro para o seu regular funcionamento, insistindo com outra comunicação em abril.⁶⁴⁰ Outras questões relativas à participação nas provas equestres e ao envio de cavalos para o norte do País foram também abordadas, juntamente com o armamento, as munições e os recursos financeiros necessários para poderem dar continuidade à sua ação.⁶⁴¹ Uma vez que o COP não conseguiu satisfazer nenhuma daquelas pretensões, a 24 de maio de 1920, os membros do Comité Olímpico do Porto comunicaram a sua extinção.⁶⁴²

O mesmo aconteceu, ainda que com motivos distintos, ao Comité Olímpico da Figueira da Foz. Em ofício datado de 7 de julho de 1920, o presidente do COFF informou o COP que: “Não me permitindo as funções do meu cargo e um curso que mantenho de pilotagem, cuidar como seria conveniente dos fins para que V. exa. me honrou como delegado do Comité Olímpico da Figueira da Foz, tenho a honra de solicitar a V. Exa. a exclusão do meu nome no referido Comité, nomeando-se para d’ele fazer parte quem mais liberdade tenha para se dedicar á propaganda, orientação e organização da vida fisica nos seus diferentes ramos.”⁶⁴³ Dos restantes Comitês e respetiva atividade, não existe

durante o Estado Novo, apoiante de António Oliveira Salazar, tendo presidido à Comissão Distrital do Porto da União Nacional.

⁶³⁸ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0002, carta do COPorto dirigida ao presidente do COP a 7/02/1920 sobre a provas de *sports athleticos*, p. 153.

⁶³⁹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do COPorto dirigida ao presidente do COP, sem data, p. 23.

⁶⁴⁰ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001: carta do secretário do COPorto José Ferreira de Almeida dirigida ao presidente do COP a 18/02/1920 a solicitar a quantia de 1000\$00 para fazer face às despesas do COPorto, p.6; carta do secretário do COPorto José Ferreira de Almeida dirigida ao presidente do COP a solicitar resposta à correspondência anteriormente enviada, p. 4.

⁶⁴¹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0002, carta do Delegado Hipico do COP dirigido ao presidente do COPorto a 11/02/1920, em resposta à carta de 30/01/1920, pp. 22-24.

⁶⁴² CARDOSO, Carlos Paula Cardoso (2009), op. cit., pp. 68-69.

⁶⁴³ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de Alberto Jacques da Capitania da Figueira dirigida ao presidente do COP a 7/07/1920, p. 26.

mais elementos, deixando de existir, nos fundos documentais do COP, qualquer referência à sua existência.

No que se refere à sede do COP, em Lisboa, foram as instalações do Governo Civil, que serviram de sede do COP durante alguns meses. Isto justifica-se, também, pelo facto de Prestes Salgueiro ser, cumulativamente, Governador Civil de Lisboa e Presidente do COP.⁶⁴⁴ A 20 de outubro de 1919 o COP endereçou uma carta ao Automóvel Club de Portugal (ACP) no sentido de averiguar a possibilidade de cedência de uma sala para instalação da sua sede: “venho rogar a V. Exa. se digne consultar a cedência duma sala para a sede do COP. Tendo o COP sempre como normal a maxima imparcialidade, recorre por essa razão ao Automovel Club de Portugal que se encontra alheio em absoluto às luctas entre os *clubs* de *sport*, e do qual o COP tem até hoje colhido demonstrações da mais viva simpatia e gentileza.”⁶⁴⁵ A resposta a esta solicitação, surgiu dias depois, quando a 24 de outubro, o ACP informou que o pedido acolheu o interesse de todos e por unanimidade foi decidido ceder ao COP a sala “que dá para o jardim da Liga Naval”, na sede do clube, sita no Largo do Calhariz, 29, no Pallacio de Palmella, em Lisboa.⁶⁴⁶

Entre a azáfama da constituição do COP, através da ação direta do Governo Português, e a reorganização nacional, com a constituição de várias delegações ou ‘Comités’, surgiu a comunicação oficial, através do ofício de 12 de outubro de 1919 endereçada pelo conde de Penha Garcia ao COP, a comunicar o convite para Portugal participar nos Jogos da VII Olimpíada: “Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a. que o “Comité Belga da VII^{ème} Olympiade” me encarregou de convidar o Comité Olympico Portuguez a tomar parte officalmente nos Jogos Olympicos, que terão lugar em Anvers em 1920. É com o maior prazer que me desempenho d’este encargo e estou certo que os esforços e boa vontade do Comité Olymico Portuguez assegurarão ao nosso paiz uma representação corajosa n’aquelle brilhante certame internacional.”⁶⁴⁷ A mesma informação foi reiterada a 8 de novembro quando o conde de Penha Garcia voltou a dirigir um ofício ao COP: “Em meados de Outubro antes da minha partida para aqui tive a honra de transmitir ao Comité Olympico Portuguez o convite por parte do Comité Belga da VII^a

⁶⁴⁴ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do COP dirigida ao secretário da Direção do Automóvel Club de Portugal a 20/10/1919, p. 277.

⁶⁴⁵ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do COP dirigida ao secretário da Direção do Automóvel Club de Portugal a 20/10/1919, p. 277.

⁶⁴⁶ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do Automóvel Club de Portugal dirigida ao COP a 24/10/1919, p. 274.

⁶⁴⁷ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de Penha Garcia dirigida ao presidente do COP a 12/10/1919, p. 353.

Olympiada para tomar parte oficialmente nos Jogos Olympicos de Anvers de 1920”⁶⁴⁸ Este era, sem dúvida, o assunto mais importante e que marcava as preocupações dos elementos que constituíam o COP. O objetivo era regressar aos Jogos Olímpicos e a este respeito o conde de Penha Garcia, parece ter sido uma das figuras determinante neste processo, fazendo também de elemento de ligação entre o COP e o Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de 1920, mas também entre o COP e o COI.

Foi ele, como membro do COI que endereçou uma carta ao COP, datada de 30 de novembro de 1919, a informar que: “(...) nos termos do art. 5.º do Regulamento do Comité Internacional Olympico foi reconhecido esse Comité nacional para todos os efeitos que respeitam ao Comité Internacional e especialmente para o concurso aos Jogos Olímpicos Internacionais.”⁶⁴⁹

Relativamente à atividade desenvolvida pelo COP, foram, ainda, criadas diversas subcomissões: “atendendo á impossibilidade do COP tratar de toda a parte técnica respeitante às provas a organizar, deverá agregar a si sub-comissões de competentes, presididas por um dos membros do Comité: Lucta – Dr. César de Mello; Pesos - Dr. César de Mello; Esgrima – Dr. Manoel Queiroz; Tiro – Dr. António Martins; Remo – Francisco Duarte; Natação – Elyseu de Carvalho; Hypismo – Julio d’Oliveira; Foot-Ball – Placido Duro; Boxe – F. Guedes; Sports-Atleticos – Salgueiro, P. Duro, Martins e F. Guedes.”⁶⁵⁰ Para além de se selecionarem as modalidades, existiu também uma “Tabela de mínimos a conseguir para ir a Anvers”⁶⁵¹ onde estavam identificados os resultados e as marcas que os atletas portugueses teriam de cumprir em algumas disciplinas do atletismo.

Um dos assuntos recorrentes, entre o final do século XIX e início do século XX, e que nos tem acompanhado ao longo de todo o período estudado neste trabalho de investigação, é a distinção entre atletas amadores e profissionais. Para os Jogos Olímpicos de Antuérpia esta questão voltou a estar na ordem do dia e a suscitar dúvidas. Mais uma

⁶⁴⁸ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de Penha Garcia dirigida ao presidente do COP a 8/11/1919, p. 350.

⁶⁴⁹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de Penha Garcia dirigida ao COP a 30/11/1919, p. 344.

⁶⁵⁰ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, documento manuscrito existente no arquivo histórico do COP, sem data, p. 444.

⁶⁵¹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, Tabela de mínimos a conseguir paracar a Anvers, sem data, p. 454. A este respeito é interessante verificar as marcas mínimas necessárias a alcançar para se obter a ‘qualificação’ para os Jogos Olímpicos, há 100 anos: 100m - 11s; 200m – 22 3/4; 400m – 49s; 800m - 1m,55; 1500m – 4m,50; 5000m – 14m,50; 10 000m; 8000m Cross Country; 110m Barreiras – 16s; Estafetas; Salto altura c/ balanço – 1m,85; s/balanço – 1m,48; Salto comprimento – 7m; Salto Comprimento c/ balanço – 3m,15; Salto à Vara – 3m,70; triplo-salto – 14m; Lançamento do Peso – 13m,50; Lançamento do Disco – 41m; Lançamento do Javelot – 50m; Lançamento da Granada; Lançamento do Martelo; Pentathlon.

vez, realça-se a importância da intervenção do membro do COI de nacionalidade portuguesa. À carta enviada pelo COP, a 7 de novembro de 1919, a questionar se “as inscrições são abertas a amadores e profissionais sem restrições; se as provas hípicas incluindo a do cavalo de guerra, são abertas a civis e militares e na de ensino se podem inscrever-se os professores (profissionais).”⁶⁵² Penha Garcia enviou um esclarecimento, a 24 de novembro, que: “(1) Aos Jogos Olympicos de Anvers não são admitidos profissionais; (2) Nas provas hípicas o *Military* foi substituído por um campeonato equestre, acessível a militares e civis; (3) Provas hípicas de ensino e obstáculos são igualmente abertas a militares e civis; (4) Os professores de equitação são equiparados a profissionais e não podem por isso concorrer”.⁶⁵³ Conclui-se, desta forma que, os militares não eram considerados profissionais, já os professores ou mestres, eram, ficando por isso impedidos de participar nos Jogos Olímpicos.

Prestes Salgueiro procurou, assim, trazer outra dinâmica ao COP dando-lhe mais profundidade através da criação de estruturas regionais, no entanto, não obteve o sucesso desejado, demonstrando a incapacidade que o país teve de construir e enraizar um projeto descentralizador de promoção da prática desportiva e a identificação e seleção de atletas com maiores capacidades físicas e desportivas, numa abrangência que se pretendia cada vez maior, contrariando a seleção feita para os Jogos Olímpicos de 1912, onde os atletas que constituíram a missão portuguesa eram todos de Lisboa.

⁶⁵² Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta enviada pelo COP, sem assinatura, a 7/11/1919, ao Conde Penha Garcia, p. 137.

⁶⁵³ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de Penha Garcia datada de 24/11/1919 endereçada ao COP, p. 348.

5.4. O regresso de Portugal aos Jogos Olímpicos de 1920

“Entrámos já no ano Olímpico e dentro em breves meses efectuar-se-á, no Estádio de Anvers, o desfile dos atletas de quase todas as nacionalidades. A representação de Portugal no certame internacional tem sido tecla incessantemente batida por quantos se dedicam e interessam pela educação física e desportiva (...). A equipe nacional, nas suas múltiplas especialidades, na sua técnica especial, não foi sequer esboçada. Nem os nossos atletas submetidos a um treino metodizado, a um treino que constitua a garantia duma classificação honrosa, senão de triunfo.”

(“Atletismo. Fala o Presidente do C.O.P. – Portugal em Anvers – Uma Olimpíada Peninsular – Comité – Federações”, in *Revista Football*, 24/01/1920, p. 8)

Uma vez que os Jogos Olímpicos de Berlim 1916 tinham sido cancelados devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, os atletas de todo o mundo regressaram à competição olímpica em 1920, quando os Jogos Olímpicos voltaram a realizar-se na cidade belga de Antuérpia, entre 20 de abril e 12 de setembro.⁶⁵⁴ O desporto continuava muito circunscrito às classes sociais mais elevadas. As origens aristocráticas do Movimento Olímpico moderno continuavam presentes na composição do Comité Olímpico Internacional e nos diferentes organismos que tutelavam o desporto olímpico por todo o mundo e Portugal, como temos visto, não foi exceção. Os elementos que compunham o COP e os atletas olímpicos que vão constituir a missão portuguesa nos Jogos Olímpicos de 1920 pertenciam maioritariamente a essas elites, compostas por altos funcionários do Estado ou militares.⁶⁵⁵

O Comité Olímpico Português estava constituído e, pela primeira vez, na sua breve, mas atribulada história, tinha sido já reconhecido pela I República, através de

⁶⁵⁴ Cf. Página do COI: <https://www.olympic.org/antwerp-1920>.

⁶⁵⁵ Cf. KUMAR, Rahul (2014), op. cit., pp. 164-165.

decreto publicado no *Diário do Governo*⁶⁵⁶. Os preparativos para o regresso à competição olímpica eram, sem dúvida, a grande prioridade do COP. As tarefas diárias estavam quase sempre relacionadas com a seleção das modalidades, a preparação dos atletas, os preparativos das viagens e os alojamentos da missão em Antuérpia.

A análise da documentação existente no arquivo histórico do COP permite-nos afirmar que os preparativos para a participação portuguesa nos Jogos de Antuérpia começaram, muito provavelmente, pela identificação das modalidades e dos atletas que estariam em condições de representar o país. Foi elaborada uma listagem inicial com a indicação dos números relativos à possível constituição da missão portuguesa. Nela são identificados 90 atletas, de oito modalidades desportivas, juntando-se a estes alguns nomes de dirigentes e responsáveis de modalidades.⁶⁵⁷ A acompanhar esta informação encontram-se também diversos boletins de provas de natação e de atletismo com o registo dos tempos realizados. Estes boletins foram, também eles, instrumentos de avaliação para a seleção dos atletas portugueses que poderiam vir a constituir a missão portuguesa na VII edição dos Jogos.⁶⁵⁸

Relativamente à preparação desportiva, estabeleceu-se, pela primeira vez, para os Jogos de 1920, uma colaboração entre os elementos do COP e o governo português, nomeadamente com a intervenção e acompanhamento pelo Ministro da Guerra.

As relações entre o COP e o membro do COI, Penha Garcia, eram próximas e as comunicações regulares. Numa carta que lhe é dirigida é possível verificar que o conde era informado e acompanhava os progressos que se verificavam em prol do desenvolvimento desportivo, com vista à participação olímpica: “está para breve a constituição da Federação de Remo; na esgrima, está marcada uma prova de sabre e espada, que se repetirão de dois em dois meses; no hipismo, dão conta da ação do capitão Júlio d’Oliveira estar a tratar da aquisição de cavalos com vista à prova de Antuérpia. No tiro, as provas já estão marcadas, no atletismo, já se tinham realizado as primeiras provas que demonstravam um grande retrocesso, resultado dos quatro anos de guerra. Estava

⁶⁵⁶ Diário do Governo n.º 192, IIª Série, de 19/08/1919.

⁶⁵⁷ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, documento manuscrito existente no arquivo histórico do COP, sem data, p. 455. No documento são identificados, por modalidades os possíveis integrantes da Missão Portuguesa aos Jogos Olímpicos de Antuérpia: Team de Foot-ball – 17; Espada – 12; Remo - 20; Natação – 2; Sports Atleticos – 10; Hipismo – 12; Lucta e Pesos – 2; Tiro – 15; Total: 90. + Salgueiro; + Duro; + Chico Duarte; + Elyseu, J. d’Oliviera (Hypismo), Martins (Tiro); + Guedes, M. Queiróz (Esgrima); + César de Mello.

⁶⁵⁸ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, dois boletins de inscrição nas provas de natação de 14/10/1919; vários boletins de provas de sport atléticos onde se encontravam registados os tempos das competições realizadas, p. 411, pp. 487-506.

também já agendada a realização de provas inter-escolares para os alunos das escolas secundárias. No futebol, os dirigentes do COP informam que a equipa será organizada pela federação; na natação, também já se tinham realizado as primeiras provas, com os tempos a não serem brilhantes; no boxe, onde Portugal não deveria apresentar atletas nos Jogos, estava marcado um campeonato; na luta, o COP tinha aberto uma classe que estava a ser acompanhada por César de Mello e no concurso de arte, as inscrições já tinham sido enviadas”.⁶⁵⁹

Relativamente às provas hípcas, sabemos que no mês seguinte à constituição do COP, já se preparava a respetiva participação: “Sobre a nossa representação equestre nos jogos olímpicos posso dizer-lhe que as coisas caminham bem, tão bem que eu, por ordem do ministro da Guerra, devo partir brevemente para Inglaterra a fim de comprar 10 cavalos que se destinam a ser preparados para o campeonato militar.”⁶⁶⁰ Os esforços desenvolvidos tendo em vista a estreia dos atletas olímpicos portugueses nas provas hípcas podem perceber-se e acompanhar-se através dos registos do delegado do COP, Júlio d’Oliveira, que tudo fez para articular e obter as condições necessárias junto do Ministro da Guerra. No entanto, como podemos verificar, nem tudo correu como desejado. Sobre os tais cavalos comprados em Inglaterra, ficamos a saber que, em janeiro de 1920, estavam: “ainda todos ou quase todos doentes! Desembarcaram há 34 dias e estiveram em Lisboa um mês antes que o Ministro resolvesse definitivamente a forma de os distribuir para ensino e preparação! Os meus dois chegaram aqui há quatro dias e estão ainda em tal estado que não sinto poder trabalhá-los seriamente antes de 20 a 30 dias!”⁶⁶¹. Para piorar as coisas Júlio d’Oliveira admitiu, à data, que tinha comprado dez cavalos, mas dificilmente conseguia identificar no exército cinco cavaleiros com o nível adequado a uma participação nos Jogos. Talvez por isto, confessou o seu propósito de se publicitar na *Revista Ilustrada da Sociedade Hípica* o objetivo de Portugal se fazer representar nas competições dos Jogos Olímpicos, para, desta forma, os cavaleiros, civis e militares, poderem ter conhecimento da participação portuguesa e quem sabe, encontrar bons cavaleiros, que se voluntariassem para competir. Sobre esta situação adiantava mesmo que “se o campeonato equestre se estender a civis, como se deduz das últimas notícias

⁶⁵⁹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta enviada pelo COP ao conde Penha Garcia, sem data (mas referindo a resposta à carta de 26/12/1919), relativamente à preparação para os Jogos de Antuérpia, pp. 339-342.

⁶⁶⁰ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta enviada por Júlio d’Oliveira ao COP a 18/09/1919 a propósito da compra de cavalos para as equipa olímpica, pp. 421-422.

⁶⁶¹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta enviada por Júlio d’Oliveira ao COP a 8/01/1920 com ponto de situação sobre os cavalos comprados, pp. 373-376.

recebidas, eu tentarei obter por eles todas as regalias que o nosso Ministro da Guerra dá aos militares, isto é, passagens para cavalos e tratadores, alimentação, etc., nas deslocações que eles façam para as provas eliminatórias.”⁶⁶²

No que se refere ao futebol, modalidade que estava em franca expansão em Portugal e em que a carta dirigida a Penha Garcia mencionava o facto de a equipa portuguesa dever ser organizada pela federação, apenas nos foi possível localizar a correspondência trocada entre o COP e a Associação de *Foot-ball* de Lisboa (AFL). Segundo a proposta do COP, existindo uma estrutura devidamente organizada para tratar dos assuntos do futebol, a seleção dos elementos da equipa portuguesa deveria ser o resultado de um esforço conjunto entre as duas entidades, através da constituição de um júri para, depois da apreciação a AFL, o COP validar a inscrição dessa equipa nos Jogos.⁶⁶³

Sobre o boxe, que não figurava na listagem inicial de modalidades identificadas, foi decidido que: “sendo destituída de todas as probabilidades a representação em boxe nos Jogos Olímpicos de Anvers, atendendo a que a pratica d’este *sport* apenas está iniciada no país e a pouca comparência de novos amadores não permite que esperanças se alimentem quanto à forma que n’uns meses venham a adquirir; Não deve contudo o COP, na sua missão de impulsionar o *sport* nacional, deixar de promover provas de boxe, (...), proponho: Que o Comité marque (...) o “Campeonato Olympico de Box”, cuja regulamentação e data precisa, oportunamente serão anunciados.”⁶⁶⁴

Por último, sobre o concurso de arte, integrante do programa competitivo dos Jogos Olímpicos de Antuérpia, foi enviada uma circular do Comité Olímpico Português, datada de 23 de outubro de 1919, com a divulgação do Concurso e do respetivo regulamento.⁶⁶⁵ A divulgação resultou, despertando o interesse dos portugueses para participarem nestas provas. Na documentação de arquivo encontramos um ofício dirigido ao presidente do COP a solicitar a inscrição de um aluno da Escola de Bellas Artes de

⁶⁶² Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta enviada por Júlio d’Oliveira ao COP a 8/01/1920 com ponto de situação sobre os cavalos comprados, pp. 373-376.

⁶⁶³ Cf. Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001: Documento manuscrito identificado como “Proposta”, sem data, sobre a presença do futebol nos Jogos Olímpicos de 1920, pp.438-439; Carta do Secretário do COP dirigida ao Secretário da Associação de Foot-ball de Lisboa, sem data, a solicitar uma reunião conjunta para apreciação do problema da representação, p. 485)

⁶⁶⁴ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0002, documento manuscrito da reunião do COP de 22/09/1919 identificado como “proposta”, p. 9.

⁶⁶⁵ Cf. Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, circular do COP de 23/10/1919, a divulgar a Concurso d’Arte dos Jogos Olímpicos de Antuérpia acompanhada do respetivo regulamento, pp.383-384.

Lisboa.⁶⁶⁶ Sobre este assunto, podemos ainda consultar a carta do conde de Penha Garcia datada de 26 de dezembro, a informar que vai proceder às inscrições dos dois artistas portugueses indicados pelo COP junto do Comité Belga.⁶⁶⁷ A análise da edição de 8 de janeiro de 1920, do jornal *A Capital*, permitiu-nos, ainda, compreender ter sido efetivamente através do conde de Penha Garcia, que foram inscritos no Concurso de Arte dos Jogos da VII Olimpíada, Chamber Ramos e Azevedo Silva, nas provas de arquitetura e pintura, respetivamente.⁶⁶⁸

A preparação desportiva e o processo de seleção para a definição da missão portuguesa nos Jogos de Antuérpia voltou a ser analisada na edição de 24 de janeiro de 1920 da revista *Football*⁶⁶⁹. Devido à sua importância e riqueza é importante analisar a entrevista realizada ao presidente do COP que num primeiro momento se focou nos preparativos e na composição da Missão portuguesa: "Entrámos já no ano Olímpico. (...) A equipa nacional, (...) não foi sequer esboçada nem os nossos atletas submetidos a um treino metodizado, a um treino que constitua a garantia duma classificação honrosa, senão triunfo."⁶⁷⁰ A entrevista prosseguiu com a análise da participação de Portugal nos Jogos com Prestes Salgueiro a afirmar: "Não há por agora, possibilidade de constituirmos uma equipe nacional que possa representar-nos condignamente ao lado das outras nações. A guerra levando uns à França, outros à África, destroçando os nossos atletas, determinou um período de tão fraca actividade desportiva que eles, por falta de preparação, não podem competir na próxima Olimpíada."⁶⁷¹ Esta afirmação causa, muito provavelmente, alguma surpresa ao jornalista, questionando-o se Portugal não teria representação em Antuérpia. Perante esta dúvida, o presidente do COP esclareceu: "De maneira alguma! Resolvemos enviar três equipas: Esgrima, Hipismo e Tiro".⁶⁷² Para além destas modalidades o COP ainda desenvolveu esforços para acrescentar o atletismo, modalidade muito próxima do presidente Prestes Salgueiro e do secretário-geral Nobre Guedes. No

⁶⁶⁶ Cf. Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta dirigida a Prestes Salgueiro a 23/12/1919 a informar do interesse em participar no Concurso d'Arte, p. 381.

⁶⁶⁷ Cf. Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do conde Penha Garcia dirigida ao COP a 26/12/1919, a informar que vai proceder à inscrição dos dois artistas portugueses no Concurso d'Arte, p. 343.

⁶⁶⁸ Cf. "Vida Sportiva. Notas Oficiais do Comité Olímpico", in *A Capital*, 8/01/1920, p. 2.

⁶⁶⁹ Cf. "Atletismo. Fala o Presidente do C.O.P. – Portugal em Anvers – Uma Olimpíada Peninsular – Comité – Federações", in *Revista Football*, 24/01/1920, p. 8.

⁶⁷⁰ *Idem, ibidem.*

⁶⁷¹ *Idem, ibidem.*

⁶⁷² *Idem, ibidem.*

entanto, sem a existência de uma federação⁶⁷³ que orientasse a modalidade, organizasse provas e formasse atletas este ensejo não foi alcançado, apesar do COP ainda ter organizado uma prova de seleção. Fora da seleção ficou ainda o atleta de pesos e halteres António Pereira, neste que seria um regresso aos Jogos, após a sua participação nas competições de luta, nos Jogos Olímpicos de Estocolmo em 1912. À data, António Pereira tinha um dos melhores resultados mundiais de “pesos e alteres”, na categoria de levíssimos. Apesar de a modalidade regressar ao programa dos Jogos, o atleta não integrou a missão portuguesa. A sua ausência, poderá ser justificada por não existir, à data, em Portugal uma federação que dirigisse essa modalidade⁶⁷⁴ ou por questões meramente financeiras, que inviabilizaram essa participação.

A decisão de Portugal apenas se fazer representar em três modalidades desportivas foi comunicada ao conde de Penha Garcia, que através do envio de um ofício, onde acusa a receção da carta e do telegrama de 2 e 6 de fevereiro de 1920, afirmou que: “Acho excelente o critério adoptado pelo Comité de só enviar *athletas* nos ramos de *sport* em que eles se possam apresentar de modo a honrarem o nosso paiz. O Comité Suisso adoptou igual critério, embora reduza bastante a sua representação.”⁶⁷⁵

Se uma missão composta por três modalidades parecia diminuta face às expectativas iniciais, as notícias seguintes não foram animadoras e soube-se da impossibilidade dos cavaleiros portugueses se estrear em nos Jogos Olímpicos. Apesar da promessa do Ministério da Guerra em apoiar e financiar esta presença, não se conseguiram alcançar as condições necessárias para a deslocação dos atletas e dos respetivos cavalos para a cidade belga de Antuérpia. Assim, a delegação portuguesa ficou reduzida às modalidades de esgrima e tiro, precisamente aquelas que tinham demonstrado bons resultados um ano antes, por ocasião da realização dos Jogos Interaliados de 1919.⁶⁷⁶

Sobre o apoio financeiro que o governo português se dispôs a entregar ao COP para auxiliar aos custos de deslocação e participação da equipa portuguesa, apenas se sabe através da imprensa nacional, nomeadamente do jornal *A Capital* que “o governo concedeu 10 mil escudos para despesas”⁶⁷⁷

⁶⁷³ Conforme já foi referido anteriormente a Federação Portuguesa dos Sports Atleticos apenas viria a ser constituída a 16 de março de 1921, sendo a antecessora da atual Federação Portuguesa de Atletismo.

⁶⁷⁴ Atualmente designada como halterofilismo.

⁶⁷⁵ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta enviada pelo conde Penha Garcia ao COP a 8/02/1920, p. 337.

⁶⁷⁶ Cf. CARDOSO, Carlos Paula (1996), op.cit., pp. 72-74.

⁶⁷⁷ Cf. “VII Olimpiada. Parte amanhã a equipe de esgrima”, in *A Capital*, 3/08/1920, p. 1.

Com a data dos Jogos Olímpicos a aproximar-se, o programa, os regulamentos especiais de cada modalidade e as brochuras relativas à VII edição dos Jogos chegaram ao conhecimento dos portugueses. Foi através da ação direta do conde de Penha Garcia, mas também do Consulado Belga em Lisboa, que tinha recebido a documentação oriunda do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.⁶⁷⁸

Era, ainda, no entanto, necessário resolver outras questões relativamente à Missão, pelo que, no decorrer do mês de janeiro surgiu a necessidade de resolver o problema do alojamento dos atletas portugueses, em Antuérpia. Num primeiro momento esta questão foi realizada através da intervenção de Penha Garcia, que transmitiu a necessidade de se enviar ao Comité Belga as seguintes informações: “(1) Se os atletas portugueses pretendem ficar nos hotéis que a organização está a preparar; (2) Se sim, quantos atletas e em que modalidades; (3) Por quanto tempo será necessário reservar os alojamentos; (4) Que género de alimentação desejam os atletas portugueses.”⁶⁷⁹ Sobre o assunto, o membro do COI, concluiu que: “Não podendo dispor de um barco portuguez, o que seria a melhor forma de instalar os nossos atletas, parece-me indispensável que o Comité Português estude sem demora a questão proposta pelo Comité Belga para a grave questão das aposentadorias possa ser resolvida a tempo.”⁶⁸⁰ Relativamente ao alojamento, à data, ainda não se tinham começado a construir as aldeias olímpicas para albergar todas as delegações que participassem nos Jogos.⁶⁸¹ A primeira aldeia olímpica foi construída por ocasião dos Jogos de Los Angeles, em 1932 e apenas para albergar atletas do sexo masculino.

Com uma Europa acabada de sair da Guerra e muitos países em situações económicas e sociais fragilizadas, as autoridades Belgas, apostadas em realizar um evento desportivo memorável, concederam condições especiais de circulação às delegações que se deslocavam para Antuérpia para participar nos Jogos.

⁶⁷⁸ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001: Carta de Penha Garcia dirigida ao COP a 23/02/2910; Postal de Penha Garcia com ente-projeto do Programa dos Jogos Olímpicos, sem data, p. 423; cartas do Comité Belga de 10/02/1920 e 04/06/1920, a informar o envio de Brochuras através do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica para a Lagation de Belgique, pp. 335-336 e p. 368; Postal de Penha Garcia dirigido ao COP a 7/06/1920, a informar que enviou por correio nove exemplares do anuncio ilustrado dos Jogos Olímpicos, pp. 440-441.

⁶⁷⁹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do conde Penha Garcia dirigida ao COP a 18/01/1920 a solicitar informações pedidas pelo Comité Belga, p. 338.

⁶⁸⁰ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do conde Penha Garcia dirigida ao COP a 18/01/1920 a solicitar informações pedidas pelo Comité Belga, p. 338.

⁶⁸¹ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, comunicação do Comité Belga, sem data, p. 486.

Foi novamente através da intervenção de Penha Garcia que o Comité Organizador solicitou informações sobre o número de pessoas que constituiria a missão portuguesa a fim de serem facilitados os serviços de transporte e as formalidades alfandegárias.⁶⁸²

A VII edição dos Jogos Olímpicos decorreu na cidade belga de Antuérpia, entre 20 de abril e 12 de setembro de 1920. Participaram no total 2626 atletas, 2561 homens e 65 mulheres, em representação de 29 países.⁶⁸³ Portugal esteve representado por 14 atletas em duas modalidades: esgrima e tiro.



Imagem 28 – Cartaz dos Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920 (COI)

Pelo calendário das provas, a delegação portuguesa partiu de forma desfasada. A equipa de tiro foi a primeira a entrar em ação. A este respeito, surgiu na imprensa, no dia 15 de julho, a informação que muitos aguardavam. A equipa de tiro estava de partida para os Jogos Olímpicos e a edição do jornal *A Capital* deu destaque a esse acontecimento: “Apesar de tudo, o Comité Olimpico Portuguez conseguiu que a equipe portuguesa de tiro tome parte nos jogos olímpicos de Anvers, partindo amanhã, em comboio, pelas 21

⁶⁸² Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta do conde Penha Garcia dirigida ao COP, a 1/05/1920, sobre as facilidades de transporte e formalidade alfandegárias, p. 372.

⁶⁸³ Página do COI: <https://www.olympic.org/antwerp-1920>

horas, da estação do Rocio. A equipe é constituída pelos srs: Espingarda: Dr. António Martins, capitão Andrea Ferreira, sargento Antonio Santos, Dario Cannas, capitão Herminio Rebelo. Pistola: Dr. Antonio Martins, sargento Antonio Santos, capitão Andrea Ferreira, capitão Herminio Rebelo e Felix Bermudes, que será o chefe das equipes.”⁶⁸⁴

A análise da correspondência de Félix Bermudes, que para além de ter sido um dos atletas, foi o chefe de equipa, permitiu-nos compreender qual foi o ambiente antes e depois das competições de tiro. Na primeira comunicação datada de 22 de julho, o chefe da equipa portuguesa começou por justificar o seu silêncio: “(...) Não quero enviar-lhe notícias que não sejam agradáveis e até agora só poderia transmitir-lhe impressões de fadiga, de decepção, de sobressalto e de desânimo. Felizmente ao escrever-lhe estas linhas começa a raiar para nós uma esperança: o “India” chegou finalmente e vamos ter armas e munições e poder treinar conforme é nosso ardente desejo e tem sido absoluta impossibilidade. É provável, porém que as armas nos não sejam entregues amanhã, a tempo de aproveitarmos o treino, e assim, serão três longos dias inúteis que passamos aqui, a ver desoladamente a treinar os outros.”⁶⁸⁵

Os dias que antecederam as provas não corresponderam ao esperado, com o atraso na chegada das armas e das munições a não facilitarem o processo de adaptação e preparação dos atletas para a competição.

A imprensa teve também acesso a estas comunicações pelo que é interessante encontrar alguns dos telegramas existentes no espólio do COP publicados nas páginas do jornal *A Capital*. Destes, destacam-se as seguintes mensagens: “Enfim tudo em ordem, equipe saúda a Patria e o Comité – Felix Bermudes, Chefe de equipe”⁶⁸⁶, publicada a 29 de julho, para na semana seguinte, ser publicado: “Hontem, nas provas de pé, batemos a Bélgica, Grécia, Tchecos Slovacos e a Hespanha. Aguardamos outros resultados. Estamos satisfeitos”⁶⁸⁷. Sobre a prestação portuguesa *A Capital*, com o objetivo de informar os seus leitores, recorreu também a informações publicadas por outros órgãos de comunicação: “Segundo informam os jornaes estrangeiros sabe-se já alguns resultados das provas de tiro de espingarda em pé: 1.º Dinamarca, com 265; 2.º Suécia, com 255; 3.º Estados Unidos, com 254; ... 8.º ou 11.º Portugal, com 218 (...) Deitados: 1.º Estados Unidos, com 280; 2.º França, com 289 pontos; 3.º Suecia, com 281; (...) 14.º Portugal,

⁶⁸⁴ “Vida Sportiva. Tiro em Anvers. A equipe portuguesa parte amanhã”, in *A Capital*, 15/07/1920, p. 3.

⁶⁸⁵ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de Félix Bermudez dirigida ao COP a 22/07/1920, sobre a equipa de tino em Antuérpia, pp. 320-322.

⁶⁸⁶ “Vida Sportiva. A equipe de tiro em Anvers”, in *A Capital*, 29/07/1920, p. 3.

⁶⁸⁷ “Vida Sportiva. Equipe de Tiro em Anvers”, in *A Capital* de 4/08/1920, p. 2.

com 246.”⁶⁸⁸ Era desta forma que os portugueses conseguiam acompanhar as prestações da equipa lusa em Antuérpia.

Perto do final da competição, *A Capital* publicou um artigo assinado por Pinto de Almeida, onde se justificavam os resultados alcançados pelos portugueses, devido à forma incipiente como a modalidade de tiro ainda se encontrava em Portugal: “Não foram muito boas as classificações, é facto, mas isso não se pode atribuir á falta de faculdades dos nossos atiradores. O exercício do tiro está atrasadíssimo no nosso paiz. (...) as armas empregadas pelas diversas “equipes” eram muito mais modernas do que as nossas “Mauser”, com aperfeiçoamentos que ainda não empregamos. E também as munições são todas escolhidas, o que entre nós se não faz. (...) O que se tem provado, (...) é que os nossos atiradores não são inferiores aos melhores estrangeiros; deem-lhes armas e munições modernas e boas, facultem-lhes bons treinos e as comodidades necessárias, e vei-os-ão triunfar ao lado dos grandes campeões.”⁶⁸⁹

Dias depois, chegou ao COP nova carta de Félix Bermudes com a avaliação dos resultados alcançados nas competições olímpicas de Antuérpia: “(...) os resultados obtidos pela equipa de tiro, que, não sendo brilhantes, estão, contudo, muito longe de serem desanimadores. (...) com maior prática e armas que possam competir com as maravilhas que por cá vimos, poderão sem dúvida classificar-se em lugar honroso (...) As dificuldades e embaraços com que sempre tropeçamos tendo inclusivamente de fabricar por nossas mãos os alvos e mandar construir os cavaletes de suporte. A nossa vida foi sempre de fadiga e de sobressalto; vivemos sempre em cima de lama e debaixo da chuva, sem um vislumbre de conforto, com uma alimentação deplorável, etc. A minha vida, acumulando as funções de chefe de equipa com os encargos de atirador de pistola e espingarda foi particularmente infernal. (...) não se fez má figura, deixamos inúmeras amizades, a equipa impoz-se pela correção dos seus homens.”⁶⁹⁰ Não deixa de ser curioso que Félix Bermudes seja indicado como chefe de equipa e surjam informações das suas funções também como atleta olímpico, quando nos registos do COI e do COP o seu nome não figura sequer como elemento da Missão portuguesa aos Jogos de Antuérpia.

⁶⁸⁸ “Vida Sportiva. Tiro. A equipe portugueza na olimpiada”, in *A Capital* de 5/08/1920, p. 3.

⁶⁸⁹ “Vida Sportiva. Nota do dia”, in *A Capital*, 10/08/1920, p. 2.

⁶⁹⁰ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de Félix Bermudez dirigida ao COP a 15/08/1920, sobre os resultados alcançados nos Jogos Olímpicos, pp. 313-315.

Os registos oficiais publicados no Relatório Oficial dos Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920⁶⁹¹ permitem-nos sistematizar as seguintes classificações finais da equipa portuguesa, na modalidade de tiro:

- Revólver a 30m, 1184 pontos, 8.º lugar (8 equipas);
- Tiro com arma de guerra, a 300m (de pé: 10 balas por atirador – máximo de pontos possível 300), 226 pontos, 11.º lugar (15 equipas)
- Tiro com arma de guerra, a 300m (deitado: 10 balas por atirador – máximo de pontos possível 300), 256 pontos, 15.º lugar (15 equipas)
- Tiro com arma de guerra, a 600m (deitado: 10 balas por atirador – máximo de pontos possível 300), 248 pontos, 14.º lugar (14 equipas)
- Tiro com arma de guerra, a 300m e 600m (deitado: 10 balas por atirador, por distância – máximo de pontos possível 600), 519 pontos, 11.º lugar (14 equipas)

Recuperando a proposta, atrás referida, enviada ao COP através dos delegados do Comité Olímpico do Porto para se inscreverem dois bons atiradores na prova de tiro aos pombos, esta acabou por não ser considerada, uma vez que Portugal não participou nessa competição.

Ainda a respeito da prestação dos atiradores portugueses foi publicado a 22 de agosto de 1920 um artigo, assinado por A. de Campos Junior, no jornal *A Capital*, que replicava a entrevista concedida pelo mestre-atirador Dário Cannas, em que se fazia o balanço da participação da modalidade nos Jogos: “(...) para ali partimos no dia 27 à noite, pois só nesse dia as tropas que ali estavam em instrução o abandonaram; no dia 28 foram apressadamente mudados os alvos elétricos a que as tropas fazem fogo pelos alvos do concurso, e a 29 foi o primeiro dia de provas. O nosso acampamento distava dos alvos cerca de 4 quilómetros, caminhada esta que todos os dias fazíamos sobre areia, 4 vezes por dia, muitas vezes debaixo de chuvas e sempre castigados pelo vento que, levantando a areia, nos sujava a todos e as nossas armas, que nós tentávamos proteger o melhor possível. Note que todos os concorrentes das outras nações não só tinham tudo quanto necessitavam como se faziam transportar em magníficos automóveis, enfim, com todas as comodidades. (...) No tiro há duas coisas indispensáveis para um bom atirador poder conseguir medias boas. São a arma e as munições. (...) Sobre armas, enquanto o governo

⁶⁹¹ Comité Olímpico da Bélgica (1957), op. cit., p. 147.

não consentir aos mestre-atiradores a aquisição de uma arma sua, continuaremos sempre como estamos actualmente.”⁶⁹²

Como se pode verificar o nível de desenvolvimento da prática desportiva em Portugal, nomeadamente do tiro, era ainda bastante rudimentar, não havendo capacidade de se acautelarem alguns dos aspetos referidos, cuja importância e impacto se evidenciaram na classificação final dos atletas nacionais.

Quanto aos esgrimistas portugueses, estes partiram de Lisboa a 4 de agosto: “Amanhã, no comboio rápido das 21 horas parte para Ostende a “equipe” nacional de esgrima, que nos vae representar na VII Olimpíada de Anvers, constituída pelos atiradores: Jorge Paiva, João Sassetti, Frederico Paredes, H. Silveira, Mascarenhas de Menezes, dr. Manuel Queiroz, dr. Américo Durão e Ruy Mayer. A equipe jogará no dia 11 em torneio em “Ostende”, seguindo depois para Anvers. (...) O esgrimista dr. Antonio Osorio não faz parte da “equipe” em virtude de se sentir incomodado de saúde. A acompanhar a “equipe” seguem os srs. Constantino Norton Osorio e José Martins, o primeiro como delegado ao júri e este como massagista.”⁶⁹³ Regista-se aqui, pela primeira vez, a inclusão de um massagista na missão portuguesa aos Jogos Olímpicos.

Os atletas portugueses foram inscritos na disciplina de espada, nas competições individuais e por equipas.⁶⁹⁴ Na primeira fase da competição, por equipas, Portugal perdeu com a Bélgica, por 9-0, bateu a Suécia, com um resultado de 8-7, o mesmo resultado que venceu a Itália (8-7) e ganhou à Dinamarca, por 9-5. Para a fase final ficaram apuradas as equipas da França, Suíça, Estados Unidos da América, Bélgica, Portugal e Itália. Na fase final da competição, os esgrimistas portugueses perderam com a Itália, por 12-3, perderam novamente com a Bélgica, por 8-5, empataram a 6 com a França, e ganharam à Suíça por 8-5 e aos Estados Unidos da América, por 8-4. A classificação final publicada no Relatório Oficial dos Jogos apresenta em 1.º lugar a Itália, a Bélgica na 2.º posição pódio e a equipa de França a ocupar o 3.º lugar. As restantes equipas são mencionadas da seguinte forma: “Portugal, Suíça e Estados Unidos da América não se classificam”⁶⁹⁵. Poder-se-á dizer que a Equipa de Espada Portuguesa, foi finalista. Note-se que em várias fontes é referido que Portugal se classificou em 4.º lugar,

⁶⁹² “Desfazendo calúnias... Portugal na VII Olimpíada”, in *A Capital* de 22/08/1920, p. 1.

⁶⁹³ “VII Olimpíada. Parte amanhã a equipe de esgrima”, in *A Capital*, 3/08/1920, p. 1.

⁶⁹⁴ Cf. Comité Olímpico da Bélgica (1957), op. cit., pp. 155-156.

⁶⁹⁵ *Idem, ibidem*.

o que em rigor, não deverá ser afirmado⁶⁹⁶. Na competição individual, os atletas foram divididos por poules. António Mascarenhas Menezes foi o atirador português que mais se destacou, ao chegar à terceira fase da competição.

Apesar da VII edição dos Jogos Olímpicos ter acontecido, entre abril e setembro, a cerimónia de abertura, onde foi hasteada pela primeira vez a Bandeira Olímpica, realizou-se a 14 de agosto de 1920. A presença de Portugal esteve novamente envolta em dúvidas e contradições, pelo facto de apenas terem participado no desfile quatro atletas da equipa de esgrima: “os nossos representantes não compareceram na sua totalidade (...). No dia 4 do corrente mez, algumas horas antes dos nossos esgrimistas partirem de Lisboa, o C.O.P. comprou num Banco desta cidade alguns milhares de francos em cheque sobre Bruxelas, que foram entregues ao chefe da equipe, o dr. Manuel Queiroz. Seguiram os nossos representantes directamente para Ostende, onde foram concorrer aos torneios internacionais de esgrima, conforme já é do conhecimento publico. Findos esses torneios, seguiram os esgrimistas para Bruxelas, onde iam continuar os seus treinos e ao mesmo tempo rebater os cheques em seu poder. Sucede, porém, que até ao dia 15, data d’abertura do *Stadium* ainda não havia ordem de pagamento no Banco e assim os nossos representantes viram-se, como é fácil de calcular, em sérios embaraços financeiros para rapidamente se transportarem para Anvers. Nesta grave e imprevista colisão, seguiram com os fundos que ainda lhes restavam alugar um automóvel que da primeira jornada levou 5 atiradores, voltando novamente a Bruxelas buscar os restantes, que infelizmente já não chegaram a tempo de se enfileirar ao lado dos primeiros, no desfile.”⁶⁹⁷

Este foi sem dúvida um assunto bastante delicado. Fernando Correia, um dos esgrimistas da equipa portuguesa e o único que até à data, tinha participado em duas edições dos Jogos Olímpicos (1912 e 1920), afirmou que: “Neste desfile só tomaram parte quatro portugueses pela “única e exclusiva razão” de que o capitão, Sr. Queiroz, não o soube a horas de nos prevenir de que ele se realisava” (...) se a nossa representação no desfile foi apenas de 4 homens não foi por culpa dos outros atiradores nem tão pouco por não ter sido rebatido o cheque, mas única e exclusivamente por culpa do chefe da equipe, que se devia ter informado conveniente do que havia a fazer, pois para isso tinha sido nomeado capitão.”⁶⁹⁸ O testemunho de Fernando Correia parece ter causado eco, pelo que

⁶⁹⁶ Algumas das obras que referem esta classificação: KUMAR, Rahul (2014), op. cit., p. 34; CARDOSO, Carlos Paula (1996), op. cit., pp. 72-74.

⁶⁹⁷ “Vida Sportiva. Nota do dia”, in *A Capital*, 23/08/1920, p. 2.

⁶⁹⁸ “Vida Sportiva. Nota do dia”, in *A Capital*, 3/09/1920, p. 2.

dois dias depois, outro artigo foi publicado esclarecendo as suas declarações: “A minha afirmação de que se a equipe portuguesa se não apresentou completa no desfile dos Jogos Olímpicos em Anvers foi devido ao seu capitão só muito tarde ter sabido da data em que ele se efectuava. Esta minha afirmação é baseada nos seguintes factos: 1.º Terem partido de Ostende para Anvers alguns dos seus membros a eu o não ter feito por não ter sido avisado não só da partida como de que o desfile se realizaria no dia imediato; 2.º A declaração que o capitão me fez em Anvers, horas depois do desfile, quando cheguei, de que, devido a ter tido toda a manhã ocupada em assuntos a seu cargo, só muito tarde tinha podido reunir 4 dos seus membros com o que estava bastante desgostoso; 3.º A péssima organização e preparação dos Jogos que nos conservava quase constantemente, na ignorância do que tínhamos a fazer. Não atribuí, nem atribuo ao capitão a responsabilidade daquela falta porque ignoro se ela lhe pertence. (...) É evidente que se o capitão soubesse, com a antecedência necessária, que o desfile se realizava em 14, às 2 horas, ter-me-ia avisado para eu partir na véspera com os outros e teria tudo preparado de forma a estarmos reunidos e com os meios de transporte a tempo e horas.”⁶⁹⁹

Este tema tinha, de facto, causado alguma agitação entre os diversos elementos da comitiva portuguesa, que saíram em sua defesa com justificações sobre o que se tinha sucedido. A este respeito, e numa tentativa de esclarecer o que se passara, os jornais *Os Sports* e *A Capital*, decidiram publicar a 30 de setembro, o relatório do chefe de equipa de esgrima, Manoel Queiroz, que terminava com a referência “que a culpa do que se passou não deve ser atribuída a nenhum dos concorrentes portugueses, mas sim á má organização dos jogos e á pouca sorte que sempre persegue os nossos *sportsmen*.”⁷⁰⁰ A comitiva portuguesa tinha chegado à cidade de Antuérpia na noite anterior ao desfile. Não havia nenhum agente de ligação à espera dos portugueses, nem os alojamentos estavam ao seu dispor, pelo que tiveram de encontrar alternativas. No dia seguinte e desde muito cedo, o chefe de equipa deslocou-se ao Estádio e procurou esclarecimentos junto dos elementos do Comité Organizador dos Jogos, desdobrando-se em contactos obteve a carta que o acreditava junto do Cônsul português, foi até lá para receber a bandeira portuguesa que faria parte do desfile. Novas dificuldades surgiram, a hora da cerimónia de abertura estava cada vez mais próxima e era necessário que a equipa se deslocasse para o Estádio

⁶⁹⁹ “Vida Sportiva. Os portugueses no desfile de abertura dos Jogos Olímpicos – Uma carta do sr. Fernando Correa – O C.O.P. deve esclarecer o que se passou”, in *A Capital*, 5/09/1920, p. 2.

⁷⁰⁰ “Vida Sportiva. O que diz o relatório do capitão da “equipe” de esgrima que concorreu aos Jogos Olímpicos sobre o desfile dos portugueses no dia da abertura do stadium”, in *A Capital*, 30/09/1920, p. 2.

para participar no desfile de abertura dos Jogos Olímpicos. Eram, necessários, dois táxis. Não encontravam nenhum disponível e só após várias diligências conseguiram um, pelo que apenas quatro atletas puderam seguir viagem e integrar o desfile das nações concorrentes aos Jogos da VII Olimpíada. Jorge Paiva, pelo currículo que apresentava, foi o atleta escolhido para desfilar com a bandeira. “Todos tiveram boa apresentação e marcharam garbosamente, sendo muito aplaudidos por numeroso publico, ouvindo-se alguns vivas a Portugal.”⁷⁰¹ Mais uma vez, se realçam as dificuldades e a falta de preparação logística da delegação portuguesa.

Para celebrar esta segunda participação de Portugal nos Jogos Olímpicos e homenagear os atiradores e esgrimistas olímpicos portugueses o COP decidiu organizar uma “Festa de *Sports*”. Um dos primeiros apoios angariados foi o do Comendador António Santos que colocou desde logo à disposição o Coliseu dos Recreios para a realização desta iniciativa.⁷⁰²

O evento realizou-se a 27 de setembro de 1920 e do programa fizeram parte os melhores desportistas da época, como o antigo campeão de pesos e halteres António Pereira e o conhecido atleta Humberto Caldas, os esgrimistas de florete António Martins e Manuel Queiroz, vários atletas de luta greco-romana e dois dos mais reconhecidos atletas amadores do jogo do pau H. Reis e Silva Dias. Ainda de acordo com a imprensa, que noticiou em diversas edições que a procura de bilhetes foi enorme, ficámos a saber que no decorrer desta Festa de *Sports* os atletas olímpicos que participaram em Antuérpia receberam uma medalha comemorativa da VII edição dos Jogos Olímpicos.⁷⁰³ Sobre esta iniciativa existem no espólio documental do COP vários ofícios de clubes e associações desportivas a agradecer o convite e o respetivo envio do bilhete de camarote para assistir ao espetáculo de homenagem aos atletas olímpicos portugueses.⁷⁰⁴

⁷⁰¹ “Vida Sportiva. O que diz o relatório do capitão da “equipe” de esgrima que concorreu aos Jogos Olímpicos sobre o desfile dos protuguezes no dia da abertura do stadium”, in *A Capital*, 30/09/1920, p. 2.

⁷⁰² Cf. “Vida Sportiva. As grandes festas de sport. O Comité Olímpico Portugeuez vae organizar um grande sarau no Coliseu dos Recreios em homenagem aos portugueses que regressam de Anvers”, in *A Capital*, 14/09/1920, p. 2.

⁷⁰³ Cf. “Vida Sportiva. Homenagem a Olimpistas nacionais no Coliseu dos Recreios. Grande sarau organizado pelo Comité Olímpico Portugeuez”, in *A Capital*, 20/09/1920, p. 2; “Vida Sportiva. Homenagem aos Olympistas. O sarau do Colyseu dos Recreios na segunda-feira”, in *A Capital*, 24/09/1920, p. 2; “Vida Sportiva. O sarau de amanhã no Coliseu dos Recreios. Comité Olímpico Portugeuez presta homenagem aos olimpistas portugeuezes”, in *A Capital*, 25/09/1920, p. 2.

⁷⁰⁴ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, diversas cartas dirigidas ao presidente do COP a agradecer o envio do convite e bilhete para a Festa de *Sports*, entre as quais a da Sociedade Hippica, p. 66.

Neste domínio destaca-se a carta de José Pinto Martins, de 18 de setembro de 1920, a agradecer ao COP “por se ter dignado a aceitar os meus serviços como massagista da equipa de esgrima que tão brilhantemente representou o nosso país na VII Olimpíada”⁷⁰⁵ e o facto do COP ter investido na divulgação desta Festa de *Sports* através da colocação de 200 placards na cidade de Lisboa, durante sete dias, com um custo financeiro de 16\$00 (dezasseis escudos).⁷⁰⁶

Relativamente à participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Antuérpia, foi publicado, a 16 de outubro de 1920, parte do relatório elaborado por Dário Cannas, a propósito da participação da equipa de tiro. Destaca-se deste relatório um conjunto de sugestões para que participações futuras pudessem alcançar melhores resultados e mais êxitos: “deve escolher cuidadosamente as suas armas e munições; deve fazer os seus treinos nas condições em que o concurso se realizar; em provas de espingarda e pistola devem preparar-se duas “equipes”; devem partir com antecedência bastante, para poderem fazer fogo no local do concurso, antes de começar; deve cuidar de uma “toilette” uniforme”⁷⁰⁷. Surgem assim, pela primeira vez, um conjunto de recomendações retiradas da aprendizagem desta participação olímpica, mas também uma preocupação para que a equipa portuguesa se comesse a apresentar com um traje, característica que passou a ser uma condição essencial, anos mais tarde para qualquer representação desportiva.

Para além destes relatórios e artigos que a imprensa foi publicando a respeito da participação portuguesa nos Jogos Olímpicos foi também apresentado um relatório por parte do Comité Olímpico Português. Sobre esta análise e avaliação, elaborada pelos elementos do COP, começou a circular na imprensa que o COP iria brevemente: “apresentar o relatório dos seus trabalhos sobre a representação dos portugueses na VII Olympiada”.⁷⁰⁸ Ainda a este propósito, foi na edição de 23 de dezembro de 1920, do jornal *A Capital* que surgiu, pela primeira vez a notícia que, estava para breve a apresentação do relatório do COP e com ele, dar-se-ia início à dissolução do Comité Olímpico Português. Foi, por isso, identificada a necessidade “de se criar uma nova entidade que dirija o

⁷⁰⁵ Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, carta de José Pinto Martins dirigida ao presidente do COP a 18/09/1920 a agradecer ter aceitado os seus serviços de massagista da equipa de esgrima, pp. 301-302.

⁷⁰⁶ Cf. Documentação do Arquivo Histórico do COP: PT-COP-ACOP-07-0001, fatura n.º 194 da Empresa Portugalia Limitada dirigida ao COP a 22/09/1920 com o valor do serviço de afixação de 200 placards, pp. 132-133.

⁷⁰⁷ Cf. “Vida Sportiva. Nota do dia”, in *A Capital*, 16/10/1920, p. 2.

⁷⁰⁸ “Vida Sportiva. Comité Olympico Portuguez”, in *A Capital*, 6/12/1920, p. 2.

desporto nacional.”⁷⁰⁹ Sobre esta entidade a criar, a mesma edição do jornal *Os Sports* divulga os *sportsmen* que iriam ser convidados a integrá-la, entre os quais se encontrava o ainda presidente do COP, Prestes Salgueiro. Ainda sobre a dissolução do COP, Carlos Paula Cardoso, escreveu numa das suas obras que o projeto de descentralização da influência do COP “não encontrou eco nos meios desportivos e vai contribuir para a cessação de actividade do COP logo após os Jogos de Antuérpia”.⁷¹⁰

Um ano depois e após a realização de várias reuniões a propósito da constituição de uma nova entidade para dirigir e desenvolver o desporto, surgiu a notícia no jornal *A Capital*, a 8 de dezembro de 1921, sobre a constituição do novo Comité Olímpico Português. A edição avançou ainda que para além dos delegados que integraram os corpos dirigentes do anterior COP, vão também ser convidados: Bento Mantua, Francisco Pinto Viegas, Eliseu de Carvalho, Salazar Carreira e Francisco Nobre Guedes.⁷¹¹ No entanto, o processo de constituição do novo Comité não foi, nem simples, nem célere. É neste sentido que se deve destacar a reunião de 8 de abril de 1922 em que foi aprovada por unanimidade a intenção de se constituir um novo Comité, onde cada modalidade desportiva estivesse devidamente representada, e cujo presidente deveria ser uma individualidade independente.⁷¹² Estes avanços e recuos e a forma como o COP foi, muitas vezes, encarado como um organismo temporário que deveria ser constituído com o propósito de assegurar, em primeiro plano, o envio de uma missão portuguesa aos Jogos Olímpicos, extinguindo-se no final de cada ciclo, deu origem a debates acalorados e a intervenções públicas por parte dos seus dirigentes.

É nesta conjuntura que se devem enquadrar dois acontecimentos que vão, sem dúvida, alterar o que vinha sendo realizado em prol do desenvolvimento da organização desportiva em Portugal: por um lado, a intervenção do Senador José Pontes, na Sessão do Senado de 24 de março de 1922, onde para além de historiar, perante os restantes senadores, a criação dos Jogos Olímpicos da era moderna, idealizados por Pierre de Coubertin em 1894, descreveu o que vinha sendo feito para permitir a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos, expondo o modo amador como o desporto era tratado e a falta de organização que sistematicamente caracterizava a participação portuguesa, desde a primeira edição em 1912. Neste seu discurso, José Pontes, profundo conhecedor da vida

⁷⁰⁹ Cf. “Vida Sportiva. Uma idea que deve vingar. Com a dissolução do Comité Olímpico e a inercia da F.P.S. é necessário crear uma entidade que dirija o sport nacional”, in *A Capital* de 23/12/1920, p. 2.

⁷¹⁰ CARDOSO, Carlos Paula (2009), op. cit., pp. 68-69.

⁷¹¹ Cf. “O Comité Olímpico”, in *A Capital*, 8/12/1921, p. 3.

⁷¹² Cf. “Comité Olímpico Português”, in *A Capital*, 7/04/1922, p. 3.

do COP, por ter pertencido aos seus órgãos sociais ao longo de diversos anos, e acompanhado como jornalista a sua atividade, trouxe para a ordem do dia o desporto e o Movimento Olímpico, alertando para que se evitassem erros na preparação e participação olímpica que se aproximava: “E estando anunciados jogos internacionais, necessário é determinar desde já se concorreremos ou não. Se não concorreremos fixa-se a ideia de que Portugal vive em constante ebulição política e não tem tempo para pensar nesses problemas. Se concorreremos, é preciso perseverança e tenacidade na preparação para que os nossos representantes se apresentem em condições de triunfar.”⁷¹³ José Pontes conseguiu assim atrair a atenção do Ministro da Instrução que, perante o Senado, afirmou que conta com a boa vontade do Ministro das Finanças para poder incluir uma verba no orçamento destinada aos fins expostos na sua intervenção. Por outro lado, passados cerca de três meses, a 13 de julho de 1922, por iniciativa dos deputados, foi criado um Grupo Parlamentar com o objetivo de “pugnar pela educação física e pela cultura desportiva do povo português.”⁷¹⁴

Foi a partir daqui que este carácter transitório do COP começou a desvanecer-se e o Movimento Olímpico em particular passou a ter novos espaços de discussão e decisão, através dos debates realizados nas duas Câmaras do Parlamento, muitas das vezes protagonizados pela intervenção de José Pontes que viria a ser o quarto presidente do Comité Olímpico Português exercendo funções até 1956.

Começou desta forma uma nova fase da organização do Movimento Olímpico em Portugal, mais estruturada e com reconhecimento e apoio financeiro do Estado, numa perspetiva duradoura, ao invés de sofrer alterações a cada edição dos Jogos Olímpicos. Uma fase que ficou também imortalizada com a conquista, nos Jogos Olímpicos de 1924, da primeira medalha olímpica para Portugal.

⁷¹³ *Diário das Sessões do Senado*, 24 de março de 1922, pp. 13-16.

⁷¹⁴ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 de julho de 1922, p. 27.

Conclusões

O estudo da origem e afirmação do Movimento Olímpico em Portugal iniciou-se tendo como ponto de partida duas dimensões: por um lado, considerou-se necessário compreender como surgiram as práticas desportivas em Portugal, que influências sofreram para evoluírem de um cariz essencialmente de lazer e recreação para um contexto de competição e rendimento, visto ser sobre este grupo mais restrito de atletas que os Comitês Olímpicos vão atuar, procurando selecionar os melhores para representarem o País; por outro, compreender a forma como Pierre de Coubertin concebeu o desporto e a sua prática, como uma filosofia de vida, baseada no corpo, vontade e mente, e entendendo o olimpismo como um mecanismo capaz de promover o progresso e a educação do indivíduo, influenciando-o formativamente e encarando o desporto não apenas como competição e vitória, mas sublinhando acima de tudo a sua componente participativa e de cooperação. Esta associação entre participação e cooperação permite ao olimpismo penetrar e influenciar o indivíduo enquanto ser social integrado numa comunidade. O Movimento Olímpico instituído em 1894 surgiu numa conjuntura marcada pelo aparecimento de outras instituições cujo principal objetivo era a promoção da paz. Ao longo da sua vida Coubertin deixou escritas várias reflexões (que atualmente continuam a estar na base dos Programas de Educação Olímpica desenvolvidos pelos diversos CON's um pouco por todo o Mundo) em que sublinhou a importância dos valores olímpicos: amizade, respeito e excelência.

A estreia de Portugal nos Jogos Olímpicos aconteceu em Estocolmo, sem apoio político expressivo e enfrentando significativas dificuldades financeiras. A missão mal preparada do ponto de vista desportivo, ficou indelevelmente marcada pelos acontecimentos que conduziram à morte de Francisco Lázaro. O fracasso desta primeira missão é o reflexo do fraco desenvolvimento desportivo português, do desinteresse por parte do poder da República e do carácter transitório que marcou os primeiros anos de existência do Comité Olímpico, ao qual não é concedido qualquer apoio financeiro. Este carácter ainda pouco institucionalizado manteve-se até ao final dos Jogos Olímpicos de 1920, iniciando-se, então, um período de afirmação do COP que só terminou quando a instituição passou a contar com o reconhecimento e o apoio financeiro do Estado.

Esta tese procurou conhecer e caracterizar a origem e afirmação do Movimento Olímpico em Portugal e permite-nos concluir que:

1. A ideologia que Pierre de Coubertin concebeu para o Movimento Olímpico ficou em Portugal, no período cronológico analisado, circunscrita à preparação e

participação nos Jogos Olímpicos, uma vez que os diferentes Comitês Olímpicos em funções ignoraram a divulgação da sua filosofia de vida baseada no corpo, na vontade e na mente destinada a unir o desporto, a cultura e a educação. Existem, no entanto, algumas poucas exceções, de que fazem parte as intervenções de José Pontes que, ao longo do tempo e exercendo diferentes funções, difundiu o pensamento e a filosofia produzida pelo fundador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

2. O Movimento Olímpico em Portugal teve, na sua origem, uma forte componente aristocrática, desde logo, porque, como esta tese demonstra, com exceção de Francisco Lázaro, os atletas que integraram as primeiras missões olímpicas eram aristocratas, membros das famílias mais importantes do País ou oficiais do exército. Esta característica pode, também, ajudar a explicar a pouca adesão das subscrições públicas abertas para financiar a participação portuguesa nos Jogos uma vez que as classes populares não se sentiam representadas no Olimpismo, dado o seu carácter elitista, que se traduzia também no amadorismo dos atletas.
3. Um dos principais contributos do olimpismo para o desenvolvimento desportivo nacional foi, numa conjuntura em que a sua prática era ainda incipiente e em que uma estrutura organizativa sólida continuava a primar pela ausência, acelerar a organização de um calendário desportivo mais regular e a adoção de métodos de treino, criando assim, a prazo, uma nova categoria de praticantes desportivos que estará na génese do desenvolvimento do alto rendimento em Portugal.
4. A inscrição de atletas nos Jogos Olímpicos é uma ação exclusiva dos Comitês Olímpicos Nacionais. Por essa razão foi constituído a 30 de abril de 1912, o Comité Olímpico Português. O COP foi criado pela iniciativa de vários dirigentes da SPEFN que passaram a exercer funções nas duas organizações. Esta situação levou a várias dúvidas e interpretações, com diversas entidades, inclusive o próprio COP, a confundir a sua data de criação. A tese esclarece que as duas instituições se distinguem tanto nos seus propósitos, como no percurso que seguiram. Pela análise realizada, podemos mesmo afirmar que caso não houvesse a obrigatoriedade de ser um Comité Olímpico Nacional a efetuar a inscrição nos JO a participação portuguesa tinha sido exatamente igual, pois os dirigentes que tomaram a dianteira e lideraram os trabalhos de preparação e participação olímpica, eram simultaneamente dirigentes da SPEFN e do COP.

5. As dificuldades associadas às primeiras participações olímpicas portuguesas são o reflexo da débil estruturação das práticas desportivas. É importante sublinhar que face à ausência, ao desinteresse político e à incapacidade de criação de políticas públicas para a promoção do desporto e sua generalização junto da população portuguesa, tanto por parte da Monarquia como, mais tarde, da I República, foram as elites nacionais e alguns cidadãos estrangeiros residentes em Portugal (através da criação de clubes e introdução de modalidades), que impulsionaram a organização desportiva no nosso País, constituindo assim um dos principais sustentáculos em que o Movimento Olímpico se alicerçou.
6. A Primeira Guerra Mundial que obrigou à transferência da sede do COI de Paris para Lausanne e ao cancelamento dos Jogos Olímpicos de 1916, provocou também graves consequências em Portugal. Para além dos impactos negativos, transversais às diversas áreas da sociedade, contribuiu para um despertar da importância do desporto, não só por incluir as práticas desportivas na preparação dos militares, mas também porque permitiu que muitos homens que até então nunca tinham praticado qualquer modalidade desportiva o fizessem. A mobilização incluiu vários atletas, alguns deles viriam, anos mais tarde, a participar nos Jogos Olímpicos e a constituir os quatro próximos presidentes do COP que viriam a exercer funções até 1972: António Prestes Salgueiros (1919-1923), José Pontes (1923-1956), Francisco Nobre Guedes (1957-1968) e Alexandre Correia Leal (1969-1972).
7. O sucesso dos Jogos Interaliados de 1919, organizados pelas forças militares destinados exclusivamente aos homens que tinham integrado os contingentes dos países aliados, também designados por “Olimpíadas de Pershing” demonstraram a possibilidade do COI manter a periodicidade dos Jogos Olímpicos, após a assinatura do Tratado de Paz. Também devido ao conflito mundial e por forma a mostrar ao mundo a capacidade de reorganização após uma destruição tão violenta do território, o COI escolheu a cidade de Antuérpia para organizar a edição de 1920. Foi nesta edição que aconteceu, pela primeira vez, um boicote olímpico, com o Comité Organizador dos Jogos Olímpicos a enviar os convites à participação nos Jogos apenas aos países vencedores do conflito, categoria em que Portugal estava incluído.
8. Foi em 1919, que o Governo através do Ministro da Instrução Pública reconheceu o COP publicando no *Diário do Governo* n.º 192, IIª Série, de 19/08/1919 a lista

de dirigentes que deveriam constituir o Comité Olímpico Português. A partir deste ato, foi formada uma nova direção do COP, liderada por António Prestes Salgueiro. Esta nova direção trouxe novas ideias, das quais se destaca o projeto de descentralizar o Movimento Olímpico em Portugal e nas Colónias Africanas através da criação de vários Comités. Assim, entre 1919 e 1920 foram constituídos Comités Olímpicos nas cidades de Coimbra, Porto, Figueira da Foz e Évora e uma outra delegação, em Moçambique, na cidade da Beira.

9. Apesar do reconhecimento do COP, a atribuição de um subsídio de dez mil escudos para comparticipar as despesas relacionadas com a presença nos Jogos Olímpicos de 1920, mostra bem a pouca importância que o desporto e o Movimento Olímpico continuavam a ter para os Governos da I República. Poderá mesmo concluir-se que o desenvolvimento desportivo verificado em Portugal, bem como, a participação nos Jogos Olímpicos, terá acontecido maioritariamente devido ao voluntarismo de alguns *sportsman* que procuravam assim contrariar a manifesta indiferença da classe política.
10. Os jornalistas e a imprensa desportiva desempenharam um papel fundamental na abrangência social que a prática desportiva começou a alcançar sobretudo na primeira década do século XX. Para este processo de “desportivização” contribuiu ainda o surgimento de cada vez mais clubes e federações nacionais, instituições que começaram a trabalhar no sentido de promover e desenvolver, gradualmente, o papel competitivo da prática desportiva.
11. Os debates, ainda hoje atuais, relativos à dualidade amadorismo vs profissionalismo começaram, justamente, no período cronológico que esta tese analisou. Se atualmente a grande maioria dos atletas que compete em Jogos Olímpicos é profissional, até às últimas décadas do século XX, a participação nos Jogos era apenas permitida aos amadores. Este conceito de amadorismo estava também intimamente relacionado com as camadas mais elevadas da sociedade portuguesa, que eram as que tinham condições e rendimentos para se dedicar diariamente à prática desportiva, sem necessitarem de uma remuneração.
12. Do mesmo modo, são ainda poucos os exemplos que, ao longo do trabalho se referem a práticas desportivas realizadas pelas mulheres. Esta tendência é o reflexo da sociedade portuguesa, que ao nível da organização desportiva não acompanhou a evolução verificada no Movimento Olímpico que regulamentou a sua participação nos Jogos de Paris, em 1900. No caso português essa estreia veio apenas a acontecer na edição de 1952.
13. Durante o período em análise, o COP tinha assim um carácter eminentemente transitório (pouco institucionalizado) já que deveria extinguir-se após a

participação nos Jogos Olímpicos. O olimpismo insere-se neste sentido num contexto de afirmação da atividade desportiva em Portugal.

Muito mais que a realização de um evento desportivo organizado à escala mundial, o Movimento Olímpico tem, desde a sua criação, o objetivo a contribuir para a construção de um mundo melhor e mais pacífico, alicerçado num conjunto alargado de valores como o respeito, a amizade e a excelência. Só a partir de 1923, durante a longa presidência de José Pontes (que exerceu funções até 1956) é que se iniciou um novo ciclo marcado por uma perspetiva mais ampla sobre o que é o Movimento Olímpico.



Imagem 29 – Desenho representativo do primeiro Campeão Olímpico da Era Moderna
- James B. Connolly (Myheritage.com)

Fontes e Bibliografia

Arquivos e Bibliotecas Nacionais

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Arquivo Histórico da Casa Pia de Lisboa
Arquivo Histórico do Comité Olímpico de Portugal
Arquivo Histórico Parlamentar
Arquivo Histórico Militar
Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Arquivo Particular de Eduardo Lázaro da Silva
Biblioteca da Faculdade de Motricidade Humana
Biblioteca do Museu Nacional do Desporto
Biblioteca Nacional de Portugal

Arquivos e Bibliotecas Estrangeiros

Elmer Holmes Bobst Library, New York University, EUA
Hoover Library and Archives, Universidade de Stanford, Palo Alto, EUA
International Olympic Committee's Historical Archives, Lausanne, Suíça
Library of Congress, Washington, EUA
New York Public Library, EUA
Olympic Studies Centre, Lausanne, Suíça
Olympic World Library, Lausanne, Suíça

Entrevistas:

Eduardo Lázaro da Silva, 25/07/2016
António Gentil Martins, 26/10/2018

Documentação dos Órgãos de Soberania

Diário da Câmara dos Deputados (1911-1923)
Diário das Sessões do Congresso (1911-1923)
Diário das Sessões do Senado (1911-1923)
Diário do Governo (I e II Série) (1919–1925)
Ordem do Exército (2.ª Série) (1920)

Webgrafia

<http://centenariorepublica.pt/lista-area/jogos-do-centenário>
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>
<http://remo-historia.blogspot.com>
<http://www.smithsonianmag.com/history/the-little-known-history-of-how-the-modern-olympics-got-their-start-138117709/?all>
<https://cnosf.franceolympique.com/cnosf/cat/9/609.php>
<https://eurocid.mne.gov.pt/eventos/dia-internacional-do-desporto-para-o-desenvolvimento-e-paz>
<https://www.fpciclismo.pt/pagina/estatutos-da-uvp-fpc#>
<https://www.fpf.pt/Institucional/Sobre-a-FPF/História-FPF>
<https://www.olympic.org/athens-1896>
<https://www.olympic.org/news/the-opening-ceremony>
<https://www.olympic.org/paris-1900>
<https://www.olympic.org/antwerp-1920>
<https://olympics.com/ioc/olympic-motto>
<https://www.worldathletics.org/news/feature/armistice-day-remembrance-track-field-olympia>
http://fptiro.pt/wp-content/uploads/2016/12/estatutos_fpt_30Nov16.pdf
<https://www.fpboxe.pt/wp-content/uploads/2018/07/Escr.-Alteração-dos-Estatutos-dia-3-de-julho-2018.pdf>
<https://www.history.com/topics/world-war-i/christmas-truce-of-1914>
<https://www.worldathletics.org/news/feature/armistice-day-remembrance-track-field-olympia>
<http://www.athle.fr/asp.net/main.news/news.aspx?newsid=15769>
<https://www.olympic.org/charles-paddock>
<https://www.olympic.org/norman-ross>
<https://www.olympic.org/joseph-guillemot>
<https://www.olympic.org/nedo-nadi>
https://www.fpremo.pt/uploads/Files/Regulamentos/20150411_Estatutos_FPR_2015.pdf
<https://www.fpatletismo.pt/sites/default/files/Estatutos%20da%20FPA.pdf>
<http://www.fpe.pt/wp-content/uploads/2015/01/Proposta-de-Estatutos-FPE.pdf>
https://www.tenis.pt/images/stories/pdf/FPT/estatutos_2017_v2.pdf

https://9b4d5395-622e-4650-80d1-ad0afffd55fc.filesusr.com/ugd/a7734e_2184fe8fa7474c869c41d5f9398f9a8d.pdf

Publicações Periódicas

Bulletin du Comité International des Jeux Olympiques - COI (1894-1895)

Bulletin du Comité International Olympique - COI (1915)

Campeão (O) (1899-1901)

Capital (A) (1910-1923)

Diário de Notícias (1868-2016)

Gazeta das Caldas (2015)

Gymnastica (O) (1878)

Ilustração Portuguesa (1903-1923)

New York Times (1919)

Revista Football (1920-1922)

Revue Olympique – COI (1901-1914)

Sport (O) (1894)

Sports (Os) (1905-1909)

Sports (Os) (1919-1923)

Sport de Lisboa (1915-1920)

Sport Nacional (1910)

Sports Illustrados (1910-1913)

Supplément du Messenger d'Athènes – COI (1896)

Tiro Civil (1895-1903)

Tiro e Sport (1904-1913)

Bibliografia

AA. VV. (2004) *Cascais: Aqui Nasceu o Futebol em Portugal, 1888-1928*, Lisboa, Quimera/Câmara Municipal de Cascais.

AA. VV. (2007) *História da Vela em Cascais: da primeira regata à internacionalização*, Lisboa, Medialivros – Actividades Editoriais, S.A/Câmara Municipal de Cascais.

ALMEIDA, Francisco José de (1791) *Tratado da Educação Pysica dos Meninos*, para uso da Nação Portuguesa, Lisboa, Academia Real das Sciencias, disponível em: <http://purl.pt/6378>.

ALVAREZ, Garcia (2000) *Ginásio Clube Português 1875-2000. Uma Legenda de Prestígio*, Ginásio Clube Português, Lisboa, Publirep.

ALVAREZ, Garcia (2009) *Primeiro Congresso Nacional Educação Física 1916*, Ginásio Clube Português, Câmara Municipal de Lisboa.

ANDRADE, Sequeira (2010) *Os Recordes Nacionais de Atletismo e outras Histórias*, PrimeBooks.

ARAUJO DE MORAIS, Rita (2014) *Diários Desportivos em Portugal e Espanha: uma análise comparativa*, Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestrado em Ciências da Comunicação – Jornalismo.

ARAÚJO, Carla (2016) *Os Jogos Olímpicos da Era Moderna sob o olhar do desenvolvimento sustentável. Análise centrada nas dimensões social, ambiental e económica*, Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/83552>, acedida a 11/04/2020.

BARROSO, Miguel (2001) *História do Ciclismo em Portugal*, CTT Correios de Portugal, Miragaia.

BENTO, Jorge Olímpio (1987) *Desporto, Matéria de Ensino*, Lisboa, Ed. Caminho.

BERNARDO, Manuel F. (2016) “Notas sobre a Regulamentação dos Horários de Trabalho em Portugal (1891-2016)”, disponível em: <https://www.conf-quadros.pt/index.php/artigoseentrevistas>.

BERGVALL, Erik (editor) (1912) *The Olympic Games of Stockholm 1912 Official Report*, Swedish Olympic Committee, Wahlstrom & Widstrand, Stockholm.

Biblioteca Nacional (2004) *Desportos & Letras*, Exposição/ Biblioteca Nacional, Lisboa.

BORGES, João Vieira; MARQUES, Isabel Pestana; DIAS, Eurico Gomes (2018) *Diário de Campanha. General Fernando Tamagnini. Comandante do CEP*, Comissão Portuguesa de História Militar.

BOTTO, José A. (1956) *Desportistas Portugueses no Estrangeiro*, Lisboa, Sociedade Tipográfica.

BROWN, Douglas A. (1997) *Theories of beauty and Modern Sport: Pierre de Coubertin's Aesthetic Imperative for the Modern Olympic Movement, 1894-1914*, Faculty of Kinesiology, Faculty of Graduate Studies The University of Western Ontario, London - Ontario, Canada.

Câmara Municipal de S. Roque do Pico (1996) *Pico recorda campeão de 1908. Manuel da Silveira espantou o Mundo*, Biblioteca CNID, Câmara Municipal de S. Roque do Pico, Açores.

CARDOSO, Carlos Paula (2009) *100 Anos de Olimpismo em Portugal*, Lisboa, Gradiva Publicações.

CARDOSO, Carlos Paula (1996) *Os Jogos Olímpicos. The Olympic Games*, Lisboa, CTT Correios de Portugal.

CARDOSO, Nuno Presa (2021) 1861-2021 A história nunca contada. As origens do Lisbon Sports Club, Maia, Gráfica Maiadouro, S.A.

CARVALHEIRA, Raquel (2011) "Uma história do basquetebol em Portugal" in *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III (Coordenação) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, p.139-167.

CARVALHO, A. Melo de (2019) *Desporto na Cidade: Interrogar as atividades desportivas e os seus espaços urbanos*, Câmara Municipal do Seixal, ACD Print, S. A.

CARVALHO David de (2019) *António Bessone Basto. Vontade de Vencer*, Charneca da Caparica, Jorge Fernandes Lda.

CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia e HENRY, Ian P. (2012) *Discourses of Olympism. From the Sorbonne 1894 to London 2012*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

CIPRIANO, Carlos (2015) "Os refugiados Boers nas Caldas da Rainha no princípio do séc. XX", in *Gazeta das Caldas*, 15/05/2015, p. 23-26.

CLARKE, Arthur (1938) *Transports and Sport in the Great War Period*, London, Quality Press.

COELHO, João N. e PINHEIRO, Francisco (2012) *República, Desporto e Imprensa. O Desporto na I República em 100 primeiras páginas 1910 - 1926*, Porto, Edições Afrontamento.

Comercio do Porto (O) (s/d) *Clubes de Portugal*, Quidnovi, Porto.

Comité Olímpico da Bélgica (1957) *Rapport Officiel des Jeux de la VIIème Olympiade Anvers 1920*.

Comité Olímpico de Portugal (2009) *Centenário do Comité Olímpico de Portugal*, Editorial Verbo, Braga, Tilgráfica.

Comité Olímpico de Portugal (2020a) "Glossário de Termos Olímpicos", Programa de Educação Olímpica do COP, disponível em: http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Conteudos/COP_Anexos_Conteudo_s/zPHZqyluxUeFq7ntU3p17w/Glossário_de_Termos_Ol%C3%ADmpicos.pdf

Comité Olímpico de Portugal (2020b), “Sabias que...” (28/52), in *Programa de Educação Olímpica*, disponível em: <http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Pages/Conteudo.aspx?ct=wEuUtGsqUa54fEAwcwLew>

Comité Olímpico de Portugal (2020c) “Sabias que...” (48/52), in *Programa de Educação Olímpica*, disponível em: <http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Pages/Conteudo.aspx?ct=PfxOMP KP20GIRIAahOAVHw>

Comité Olímpico de Portugal (2009) *Centenário do Comité Olímpico de Portugal*, Editorial Verbo, Tilgráfica, Braga.

Comité Olímpico Internacional (2020a) *Factsheet Women in the Olympic Movement*, Lausanne, disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf#_ga=2.140563570.1995812371.1600381107-2074953295.1600381107

Comité Olímpico Internacional (2020b) *Olympic Charter* - 17 July 2020, Lausanne, disponível em: www.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf.

Comité Olímpico Internacional (2020c) *Restoring The Olympic Games Founding Speech*, Lausanne.

CONSTANTINO, José Manuel e PROENÇA, Jorge (1998) *Olimpismo, Desporto e Educação*, Lisboa, edições Universitárias Lusófonas.

CONSTANTINO, José Manuel (1995) *Os cem anos do Movimento Olímpico*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.

CORREIA, Romeu (2013) *José Bento Pessoa - Biografia*, Figueira da Foz, Casino Figueira.

COSTA, Alcides V. (2012) *Estratégias das Organizações Desportivas. As Grandes Linhas Ideológicas de Orientação Estratégica do Comité Olímpico Internacional: de Atenas (1896) a Pequim (2008)*, Tese de Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4852/1/Tese%20de%20Doutoramento%20-%20Alcides%20Vieira%20Costa.pdf>.

COUBERTIN, Pierre de (1996) *Mémoires Olympiques*, Éditions Revue «EP.S», Paris.

- COUBERTIN, Pierre de (1931) *Mémoires Olympiques. Archives et mémoire de l'éducation physique et du sport*, Paris, Éditions Revue «EP.S».
- COUBERTIN, Pierre de (1979) *Olympic Memoirs*, International Olympic Committee, Lausanne.
- COUBERTIN, Pierre de (1966) *The Olympic idea. Discourses and essays*, Lausanne, (ed. Carl-Diem-Institute), Editions internationales Olympic, Stuttgart, Olympischer Sport-Verlag.
- COUBERTIN, Pierre de (1909) *Une Campanhe de vingt-et-un ans (1887-1908)*, L'Éducation Physique, Paris.
- DANIELS, George G. (2000) *The Olympic Century – The official history of the Modern Olympic Movement*, Volume 6, Stockholm 1912 – The Inter-Allied Games, World Sport Research & Publications Inc., Los Angeles.
- DIAS, Luís Augusto C. e BARATA, Paulo J. S. (2020) *História do Sporting Clube de Portugal. Uma Nova Abordagem das Origens aos Anos Alvalade*, Contraponto, Lisboa.
- DIETSCHY, Paul (2018) *Le Sport et la Grand Guerre*, Chistera, France.
- DOMINGUES, Nuno (2014) “Lutas pelo Corpo Desportivo: Educação Física e Futebol em Portugal durante o Estado Novo”, in *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 18, julho/dezembro.
- DUARTE, Miguel (2020) *Toponímia Olímpica em Portugal*, Comité Olímpico de Portugal, Coleção Valorizar Socialmente o Desporto, n.º 16, julho 2020.
- DURANTEZ, Conrado (2013) *El Centenario del Comité Olímpico Español. Um siglo de Olimpismo*, Comité Olímpico Español, Espanha.
- DURANTEZ, Conrado (2002) *Historia Y Filosofía del Olimpismo*, Associação Iberoamericana de Academias Olímpicas.
- ELIAS, Norbert e DUNNING Eric (2019) *A Busca da Excitação. Desporto e Lazer no Processo de Civilização*, Coimbra, Edições 70.
- ELIAS, Norbert (2006) *O Processo Civilizacional*, Lisboa, 2.^a Edição, Dom Quixote.
- FAUSTINO, António (2019) *A Educação Física no Sistema Educativo Português*, Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2019, disponível em https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/7164/1/phd-thesis-Antonio_Faustino_Primary%20FINAL.pdf
- FERREIRA, António F., DASILVA, Fernando e AFONSO Ricardo (1996) *Jogos Olímpicos. Um Século de Glória. Atenas 1896 - Atlanta 1996*, Quidnovi, Matosinhos.

FERREIRA, Fernando (2004) “Síntese da História do Desporto”, in *Revista Povos & Culturas*, N.º 9 – 2004, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, pp.151-172.

FERREIRA, J. (2014) “Portugal na I Guerra Mundial”, in *Revista Militar n.º 2553 - Outubro de 2014*, Europress-Editores, Lisboa, Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/965>.

FIGUEIREDO, Cândido de (1899) “Sport”, *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Editora Cardoso e irmão.

FRANCO, Francisco de Mello (1790) *Tratado da Educação Pysica dos Meninos*, para uso da Nação Portuguesa Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/436619>.

GARCIA, Rui P. e CUNHA, António C. (2016) *Jogos Olímpicos sob o signo da Utopia*, Lisboa, Visão e Contextos.

GIORGIADIS, Konstantinos (2003) *Olympic Revival. The revival of the Olympic Games in Modern Times*, Atenas, Ekdotike Athenon S.A.

GOLDBLATT, David (2016) *The Games. A Global History of the Olympics*, Macmillan, London.

GOMES, Carlos (2012) "O nosso Homem na Suécia" in *Visão História*, n.º 16, Junho de 2012, pp. 36-37.

GONÇALVES, Maria G.B. (2001) “Considerações a partir de uma dissertação centrada na Comunidade Britânica do Porto”, in *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 11, pp. 163-182.

GUEDES, Francisco J. N. (1984) *A Propósito de...*, Edição do Jornal «Diário Popular», Lisboa, Comité Olímpico Português.

GUTTMANN, Allen (2005) *Sports: The First Five Millennia*, Massachusetts, University of Massachusetts Press.

GUTTMANN, Allen (1983) *The Games Must Go On: Avery Brundage and the Olympic Movement*, Nova Iorque, Columbia University Press.

GUTTMANN, Allen (2002) *The Olympics. A History of the Modern Games*, Illinois, University Illinois Press.

GUTTMANN, Allen (1991) *Womens' Sports History*, Nova Iorque, Columbia University Press.

HASSE, Manuela (1999) *O Divertimento do Corpo, Corpo Lazer e Desporto na Transição do Séc. XIX para o Séc. XX, em Portugal*, Lisboa, Editora Temática.

- HASSE, Manuela (1981) “*A educação física no Real Collegio dos Nobres de Lisboa, 1761-1837*”, in *Ludens*, Volume 5, n.º 4, julho – setembro 1981, pp. 21-28.
- HERBERT, G. (1946) *Le Sport contre l’éducation physique*, Paris, Librairie Vuibert.
- HIRTHLER George (2016) *The Idealist. The Story of Baron de Pierre de Coubertin*, Ringworks Press Atlanta.
- HOBBSAWM Eric (2002) *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença.
- HOBBSAWM Eric e RANGER, Terence (editores) (2008) *A invenção das tradições*, S. Paulo, Editora Paz e Terra S.A.
- HOBBSAWM, Eric (1990) *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HOUSMAN, A. E. (2018) “Armistice Day: Remembering the Athletes who died in the First World War”, in *IAFF Website* a 10/11/2018, disponível em: <https://www.worldathletics.org/news/feature/armistice-day-remembrance-track-field-olympia>, acedido a 27/03/2020.
- International Society of Olympic Historians (2009) *The Biographies of All IOC-Members – Part III*, Journal of Olympic History 17, n.º 3, dezembro 2009.
- International Society of Olympic Historians (2010) *The Biographies of All IOC-Members – Part IV*, Journal of Olympic History 18, n.º 1, abril 2010.
- KOSIEWICZ, Jerzy e PIATKOWSKA Monika (editors) (2011) *Sport in the Context of Social and Cultural Changes*, Museum of Sports and Tourism in Warsaw, Printpap, Warsaw.
- KRUGER Arnd (1999) “The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch” in *The International Politics of Sport in the Twentieth Century*, Taylor & Francis, Londres e Nova Iorque.
- KUMAR, Rahul (2012) “A globalização dos desportos: entre a indigenização do críquete indiano e a popularização do futebol português”, in *Comunicação & Cultura*, n.º 13, pp. 97-113.
- KUMAR, Rahul (2014) *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*, Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12091>.
- LAINS, Pedro (2003) *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal (1842-1992)*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

- LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) (2005) *História Económica de Portugal (1700-2000)*, Vol. III, Imprensa de Ciências Sociais Lisboa.
- LAURET, Paulo (1883) *Guia para o Ensino da Ginástica nas Escolas do Sexo Feminino*, Porto, Livraria Portuense de Clavel.
- LEDER, Jane (1996) *Grace & Glory. A Centenary of Women in the Olympics*, Triumph Books, Canada.
- LEMOES, Danilo L. R. (2008) *A História Social do Movimento Olímpico Brasileiro no Início do Século XX*, Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte, São Paulo.
- LENARTZ, Karl (2002) “The Story of the Rings” in *Journal of Olympic History*, Volume 10, dezembro de 2001/ janeiro de 2002, pp. 29-61.
- Library of Congress (1919) *Inter-allied Games*, Library of Congress Jefferson Main Reading Room, Washington, USA, Printed by Société anonyme de publications périodiques, Paris.
- LÓPEZ, Juan Rodríguez (2008) *Historia del deporte*, INDE Publicaciones, tercera edición, Barcelona, Espanha.
- MAÇARICO, Luís F. (2003) *Com o mundo nos punhos. Elementos para uma biografia de José Santa Camarão*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa - Imprensa Municipal.
- MADAIL, Fernando e MENDES, João F. (2019) *Lisboa Ginásio Clube. Cem anos de História 1918-2018*. Lisboa, Lisboa Ginásio Clube e Prosafeira Lda.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e ROLLO, Fernanda (1991) “O Surto Industrial”, in *Portugal da Monarquia para a República*, Nova História de Portugal, Vol. XI, Lisboa Editorial Presença, pp. 115-145.
- MARQUES, Isabel Pestana (2008) *Das Trincheiras, com Saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- MARQUES, José A. (1980) *GCP Livro do 1.º Centenário 1875-1975*, Lisboa, Litografia Amorim.
- MARREIROS, João (1988) *Jogos Olímpicos e Olimpismo*. Gráfica Almondina, Edição do Autor.
- MARTINS, Inês G. e MARTINS António G. (2016) *António Augusto da Silva Martins. O mais completo atleta português de todos os tempos*, Lisboa, Chiado Editora.
- MERKEL, Michael (2017) *14-18, le sport, sort des tranchés*, Les Pas d'oiseau, Toulouse.
- MESTRE, Alexandre Miguel (2012) “*Ou Ganho ou Morro!*”. *Francisco Lázaro: A Lenda Olímpica*, Coleção História e Desporto, Porto, Edições Afrontamento.

- MORATH, Pierre (2012) *The Villa Mon-Repos and the Olympic Movement. A Century of Olympic Presence in Lausanne*, Lausanne, Olympic Solidarity and City of Lausanne.
- MÜLLER, Norbert (2000) *Olympism: Selected Writings*, Lausanne, International Olympic Committee.
- MÜLLER, Norbert e TODT, Nelson Schneider (ed.) (2015) *Pierre de Coubertin 1863-1937 Olimpismo. Seleção de Textos*, Comité Internacional Pierre de Coubertin, EdiPURCS.
- NEVES, José e DOMIGOS, Nuno (Coordenação) (2011) *Uma História do Desporto em Portugal - Corpo, Espaços e Média*, Volume I, Porto, Quidnovi.
- NEVES, José e DOMIGOS, Nuno (Coordenação) (2011) *Uma História do Desporto em Portugal. Nação, Império e Globalização*, Volume II, Porto, Quidnovi.
- NEVES, José e DOMIGOS, Nuno (Coordenação) (2011) *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III, Porto, Quidnovi.
- NOLASCO, Pedro (1987) *A Morte de Francisco Lázaro*, Ministério da Educação e Cultura/ Direção Geral dos Desportos, Lisboa, Tip. Minerva.
- NUNES, Rita (2014) “A Batalha dos Estádios”, in *Visão História*, 1914-1918 Portugal Durante a Grande Guerra, outubro 2014, pp. 42-43.
- NUNES, Rita (2016) “Desporto em Tempo de Guerra”, in *Nação e Defesa*, 145, dezembro 2016, pp. 101-108.
- NUNES, Rita (2018) “As Mulheres nos Jogos Olímpicos”, in *Desporto, Género e Sexualidade* (Coord. José Manuel Constantino e Maria Machado), Lisboa, Visão e Contextos, pp. 117-144.
- NUNES, Rita (2019a) “Women athletes in the Olympic Games”, in *Journal of Human Sport and Exercise*, Issue 3, Volume 14, pp. 674-683. doi: <https://doi.org/10.14198/jhse.2019.143.17>
- NUNES, Rita (2019b) “A Importância do Desporto na Grande Guerra (1914-1919)”, in *A Grande Guerra e os Açores. Da Estratégia Naval à Pneumónica* (Coord. Ana Paula Pires, Rita Nunes, Sérgio Rezendes), Açores, Edições Letras Lavadas, outubro 2019, p. 251-260.
- NUNES, Rita (2019c) “El deporte y la Gran Guerra (1914-1919)”, in *Guerras del siglo XX. Experiencias y representaciones en perspectiva global* (Coordenação María Inés Tato, Ana Paula Pires e Luis Esteban Dalla), Rosario, Argentina, Prohistoria Ediciones, pp. 133-149.

NUNES, Rita (2020) “Dia de Celebração para o Comité Olímpico de Portugal”, Comité Olímpico de Portugal, disponível em <https://comiteolimpicoportugal.pt/comite-olimpico-de-portugal-celebra-108-o/>.

NUNES, Rita (2021) “Uns Jogos Olímpicos... diferentes, exigentes e históricos” in *Dário de Notícias*, 22/07/2021, p. 23.

NUNES, Rita e VIDEIRA, Joaquim (2020a) *Olimpismo*, Programa de Educação Olímpica, Fascículo 1, 2.ª edição, Comité Olímpico de Portugal, junho 2020.

NUNES, Rita e VIDEIRA, Joaquim (2020b) *Os Símbolos Olímpicos*, Programa de Educação Olímpica, Fascículo 2, 2.ª edição, Comité Olímpico de Portugal, junho 2020.

NUNES, Rita e VIDEIRA, Joaquim (2020c) *Pierre de Coubertin*, Programa de Educação Olímpica, Fascículo 5, 2.ª edição, Comité Olímpico de Portugal, junho 2020.

PEDERSEN, Susan (2015) *The Guardians. The League of Nations and the Crisis of Empire*, Oxford, Oxford University Press.

PEREIRA, Conceição Meireles (2016) “José Capelo Franco Frazão, conde de Penha Garcia”, in *Os presidentes do Parlamento português*, Vol. 1 – Monarquia Constitucional (1820-1910), Assembleia da República, pp. 1406-1440.

PEREIRA, Miriam Halpern (2001) *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), Lisboa.

PEREIRA, Ricardo (2014) "O Futebol Portuense durante a Primeira Guerra Mundial", in *Ler Letras. A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, pp.243-256.

PERSHING J. John (1989) *My Experiences in the World War – Volume II*, Military Classics Series, Tab Books.

PINHEIRO Francisco e NUNES, Rita (2012) *Os 6 de Estocolmo. A primeira participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos*, Coleção História e Desporto, Porto, Edições Afrontamento.

PINHEIRO, Francisco e COELHO, João Nuno (2012) *República, Desporto e Imprensa*, Edições Afrontamento, Coleção História e Desporto, Porto.

PINHEIRO, Francisco (2011) *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento.

PINHEIRO, Francisco (2010) *História da Imprensa Periódica Desportiva Portuguesa (1875-2000)*, Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, Évora, disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12226>.

PINTO, Rodrigo A. Pinto (2004) *Portugal nos Jogos Olímpicos do Século XX*, Comité Olímpico de Portugal, Lisboa.

PIRES, Ana Paula e NUNES, Rita (2016) “Guerra, Olimpismo e Desporto”, in *Diário Notícias*, 6/08/2016, p. 10.

PIRES, Ana Paula e NUNES, Rita (2021) “Portuguese Humanitarian efforts during the First World War” in *The Global First World War: African, East Asian, Latin American and Iberian Mediators*, (Ed.) Ana Paula Pires, Maria Inès Tato e Jan Schmidt, Londres/Nova Iorque, Routledge, pp. 206 – 227.

PIRES, Gustavo (2016) *1912 - 30 de Abril - Fundação do Comité Olímpico Português*, s/l, Primebooks.

PIRES, Gustavo (2012a) *Cem Anos de Olimpismo, o currículo desportivo do Rei D. Carlos*, Coleção Estudos Olímpicos, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, FMH Edições.

PIRES, Gustavo (2012b) *Francisco Lázaro. O homem da maratona*, s/l, Prime Books.

PONTES, José (1944) *Curriculum-Vitae do Dr. José Pontes. Alguns apontamentos, alguns documentos, algumas afirmações*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.

POPE, S. W. e NAURING, John (Coordenação) (2010) *Routledge Companion to Sports History*, Nova Iorque, Routledge.

QUINA, Mário Gentil (Coordenação) (2008) *Olímpicos de Portugal, 1912-2008*, Lisboa, Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal - Instituto do Desporto de Portugal.

RAMOS, Rui (2008) *D. Carlos*, Coleção Reis de Portugal, Lisboa, Temas e Debates.

REIS Mário (1944) *O Currículo Vitae do Dr. José Pontes – Alguns apontamentos, alguns documentos, Algumas Afirmações*. Lisboa.

RIORDAN, James & KRÜGER, Arnd (Editores) (1999) “The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch”, in *The International Politics of Sport in the Twentieth Century*, pp. 3–27.

RITTER, John (2012) *The little known history of how the modern olympics got their start*, Smithsonian Magazine, julho 2012, disponível em: <http://www.smithsonianmag.com/history/the-little-known-history-of-how-the-modern-olympics-got-their-start-138117709/?all>

RODRIGUES, Maria Cristina Fernandes (2012) *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*, Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Cristina (2017) “O descanso semanal obrigatório tem 110 anos” in *Jornalíssimo*, 15 de outubro de 2017, disponível em: <https://www.jornalissimo.com/historia/1017-o-descanso-semanal-obrigatorio-tem-110-anos>.

ROLLO, Maria Fernanda (Coordenação geral) (2013) *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I e II, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República.

ROLLO, Maria Fernanda (2002) "Engenharia e História. Percursos Cruzados", in *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX*, Coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, pp. 31-57.

ROLLO, Maria Fernanda e PIRES, Ana Paula (2018) *A Grande Guerra no Parlamento*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República.

ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (2009) *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa.

ROSÁRIO, Alberto T. (s/d) *O Desporto em Portugal. Reflexo e Projecto de um Cultura*, Coleção Epistemologia e Sociedade, Lisboa, Instituto Piaget.

ROSAS, Alfredo (2011) "História do Judo em Portugal" in *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III (Coordenação) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, pp. 219-230.

ROUSE, Paul (2015) *Sport and Ireland*, United Kingdom, Oxford University Press.

RUBIO, Kátia (2011) “A dinâmica do Esporte Olímpico do Século XIX ao XXI” in *Revista Brasileira Educação Física e Esporte*, São Paulo, Volume 25, dezembro de 2011, pp. 83-90.

SANTOS, Ana (2011) "História do Ciclismo", in *Uma História do Desporto em Portugal - Classe, Associativismo e Estado*, Volume III (Coordenação) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, pp. 13-36.

SANTOS, Norberto (2016) *Os Nossos Medalhados*, Jornal Record.

SÉRGIO, Manuel e FEIO, Noronha (editores) (1979) *Homo Ludicus – Antologia de Textos Desportivos da Cultura Portuguesa*, Volume 1, Lisboa, Compendium, pp. 7-8.

SERPA, Homero (2007) *A História do Desporto em Portugal. Do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*, Estudos e Documentos, Lisboa, Instituto Piaget.

SERRA, Pedro (2017) *António Fernandes Roquete (1906-1995): Um “ídolo” do desporto nas polícias políticas do Estado Novo*, Tese de Doutoramento em História,

Especialidade História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/60394/1/António%20Roquete2.pdf>.

SERRADO, Ricardo (2014) “Jogo e Desporto no Portugal Contemporâneo (1870-1910)”, in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 33, Centro de História da Cultura, ISSN: 0870-4546, 1 dezembro 2014, pp. 219-251.

SILVA, Tavares, ORNELAS, Ricardo e REIS, Ribeiro dos (1940) *História dos Desportos em Portugal*, Editorial "Inquérito" Lda., Lisboa.

SILVA, António Moraes (1813) “Depôrte”, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Lisboa, Typografia Lacerdina.

SIMÕES, António Simões et ALL (1995) *História de 50 Anos do Desporto Português*, Sociedade Vicra Desportiva, A Bola, Lisboa.

SIMÕES, António (2012) *Desporto com Política nos 100 Anos da República*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SIMÕES, António (2021) *Jogos Olímpicos. Medalhas de Portugal*, Jornal A Bola e Comité Olímpico de Portugal.

SOBRAL, José Manuel e LIMA Maria Luísa (2018) “A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico” in *Ler História*, n.º 73.

Sociedade Promotora de Educação Física Nacional (1913) *Estatutos da Sociedade Promotora de Educação Física Nacional*, Typographia do Commercio, Lisboa.

SWANSON, Ryan (2019) *The Strenuous Life. Theodore Roosevelt and the Making of the American Athlete*, Nova Iorque, Diversion Books.

TENCA, Néstor J. (2016) *Son de Oro. De Atenas 1896 a Rio 2016. História de los Juegos Modernos*, Club House Publishers, República Argentina.

TERRET, Thierry (2006) "The Military “Olympics” of 1919. Sport, Diplomacy and Sport Politics in the Aftermath of World War One", in *Journal of Olympic History, The Official Publication of the International Society of Olympic Historians*, Volume 14, August 2006, Number 2, pp. 22-31.

TERRET, Thierry (2002) *Les Jeux Interalliés de 1919. Sport, guerre et relations internationales*, Espaces et Temps du Sport, L'Harmattan.

TORRE, Elisa Gomes da (2021) *My SweetFayal. Diário de viagem de J. Pierpont Morgan nos Açores, Fayal, novembro 1852 > abril 1853*, Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições.

TRINDADE, Luís (2011) "A imagem do sportsmen e o espetáculo desportivo" in *Uma História do Desporto em Portugal - Corpo, Espaços e Média*, Vol. I, (Coord.) José Neves e Nuno Domingos, Porto, Quidnovi, pp. 121-146.

VAQUINHAS, Irene Maria (1992) "O Conceito de "Decadência Fisiológica da Raça" e o Desenvolvimento do Desporto em Portugal (Finais sec. XIX/ Principios sec XX)", in *Revista de História das Ideias*, Volume 14, pp. 365-388.

VALARINHO, José (1993) *Espadas e Floretes*, Lisboa, [s.n.].

VALARINHO, José (2016) *Os Militares e a Esgrima*, s/l, Edição do Autor.

WHITE George (1919) *The Inter-Allied Games Official Report*, Published by the Games Committee.

Anexos

Anexo 1 – Presidentes do Comité Olímpico Internacional

- Demetrius Vikelas (1894 – 1896)
- Charles Pierre de Frédy, Barão de Coubertin (1896 – 1925)
- Henri de Baillet-Latour, Conde de Baillet-Latour (1925 – 1942)
- Sigfrid Edström (1942 - 1952)
- Avery Brundage (1952 - 1972)
- Lord Killanin (1972 - 1980)
- Juan Antonio Samaranch (1980 - 2001)
- Tomas Bach (2013 – presente)

Anexo 2 – Membros do Comité Olímpico Internacional com nacionalidade portuguesa

- António de Lancastre (1906 - 1912)
- José Capelo Franco Frazão, Conde de Penha Garcia (1912 – 1940)
- José Pontes (1941 – 1956) – com qualidade de membro honorário até 1961
- Saul Christovão F. Pires (1957 – 1961)
- Raul Pereira de Castro (1963 – 1989) – com qualidade de membro honorário até 1991
- Fernando F. Lima Bello (1989 – 2010) – com qualidade de membro honorário até 2021

Anexo 3 – Presidentes do Comité Olímpico Português/ de Portugal

- Jayme Mauperrim Santos (1912 - 1913)
- Alfredo Ferreira dos Anjos, Conde de Fontalva (1913 - 1919)
- António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro (1919 - 1923)
- José Pontes (1923 - 1957)
- Francisco Nobre Guedes (1957 – 1968)
- Alexandre Correia Leal (1969 – 1973)
- Gaudêncio Costa (1973 – 1977)
- Daniel Sales Grade (1977 – 1981)

- Fernando Lima Bello (1981 – 1990)
- José Vicente Moura (1990 a 1993)
- Vasco Lynce (1993 – 1997)
- José Vicente Moura (1997 - 2013)
- José Manuel Constantino (2013 – presente)

Anexo 4 – Atletas Olímpicos (1912 e 1920)

Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912

- António Stomp, Atletismo
- Armando Cortesão, Atletismo
- Francisco Lázaro, Atletismo
- António Pereira, Lutas
- Joaquim Vital, Lutas
- Fernando Correia, Esgrima

Jogos Olímpicos de Antuérpia 1920

- António de Castro Mascarenhas Menezes, Esgrima
- Fernando Correia, Esgrima
- Frederico da Cunha Paredes, Esgrima
- Henrique de Sampaio e Castro Pereira da Cunha da Silveira, Esgrima
- João Vicente de Freitas Branco Sassetti, Esgrima
- Jorge Paiva, Esgrima
- Manuel Queiroz, Esgrima
- Ruy Ferro Mayer, Esgrima
- António Augusto da Silva Martins, Tiro
- António dos Santos, Tiro
- António Soares Andréa Ferreira, Tiro
- Dário Cannas, Tiro
- Felix Bermudes, Tiro
- Hermínio Rebelo, Tiro

Anexo 5 – Edições dos Jogos Olímpicos (de 1896 a 1920)



ATENAS **1896** I JOGOS OLÍMPICOS

CIDADE ANFITRIÃ: ATENAS (GRÉCIA)
DATA DE REALIZAÇÃO: DE 6 A 15 DE ABRIL DE 1896

Participantes
14 Comitês Olímpicos Nacionais
241 Atletas (241 Homens / 0 Mulheres)

Programa
9 Modalidades | 43 Provas desportivas



PARIS **1900** II JOGOS OLÍMPICOS

CIDADE ANFITRIÃ: PARIS (FRANÇA)
DATA DE REALIZAÇÃO: DE 14 DE MAIO A 28 DE OUTUBRO DE 1900

Participantes
24 Comitês Olímpicos Nacionais
997 Atletas (975 Homens / 22 Mulheres)

Programa
19 Modalidades | 95 Provas desportivas



ST. LOUIS **1904** III JOGOS OLÍMPICOS

CIDADE ANFITRIÃ: ST. LOUIS (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)
DATA DE REALIZAÇÃO: DE 1 DE JULHO A 23 NOVEMBRO DE 1904

Participantes
12 Comitês Olímpicos Nacionais
651 Atletas (645 Homens / 6 Mulheres)

Programa
16 Modalidades | 95 Provas desportivas



LONDRES **1908**

IV JOGOS OLÍMPICOS

CIDADE ANFITRIÃ: LONDRES (GRÃ-BRETANHA)

DATA DE REALIZAÇÃO: DE 27 DE ABRIL A 31 DE OUTUBRO DE 1908

Participantes

22 Comitês Olímpicos Nacionais

2008 Atletas (1971 Homens / 37 Mulheres)

Programa

22 Modalidades | 110 Provas desportivas



ESTOCOLMO **1912**

V JOGOS OLÍMPICOS

CIDADE ANFITRIÃ: ESTOCOLMO (SUÉCIA)

DATA DE REALIZAÇÃO: DE 5 DE MAIO A 27 DE JULHO DE 1912

Participantes

28 Comitês Olímpicos Nacionais

2407 Atletas (2359 Homens / 48 Mulheres)

Programa

14 Modalidades | 102 Provas desportivas

BERLIM **1916**

VI JOGOS OLÍMPICOS

A realização dos VI Jogos Olímpicos estava prevista para 1916, em Berlim (Alemanha), no entanto, devido à GUERRA MUNDIAL os Jogos não se realizaram.



ANTUÉRPIA **1920**

VII JOGOS OLÍMPICOS

CIDADE ANFITRIÃ: ANTUÉRPIA (BÉLGICA)

DATA DE REALIZAÇÃO: DE 20 DE ABRIL A 12 DE SETEMBRO DE 1920

Participantes

29 Comitês Olímpicos Nacionais

2626 Atletas (2561 Homens / 65 Mulheres)

Programa

22 Modalidades | 156 Provas desportivas